

PEDRO PAULO ABREU FUNARI

AS TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS DAS ANFORAS OLEÁRIAS BÉTICAS
DE TIPO DRESSEL 20

Orientador: Prof^a Dr^a HAIGANUCH SARIAN

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciências Sociais
(área de concentração em Antropolo-
gia Social) da FFLCH da Universida-
de de São Paulo em 1985.

SCRIPSI. COEPTUM STAMINI

scripsi coeptum stamini
(CIL IV 9109)

ÍNDICE

Introdução	2
Problemática do Estudo Tipológico das Ânforas	7
As Estratégias de Exploração de Recursos do Vale do Guadalquivir em Época Romana	36
Transformações Morfológicas das ânforas Oleárias Béti - cas de Tipo Dressel 20. I - Premissas Metodoló- gicas	55
Transformações Morfológicas das Ânforas Oleárias Béti - cas de Tipo Dressel 20. II - Análise da Docu- mentação	78
Conclusão	124
Bibliografia	126
Pranchas	1-82

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa o estudo das ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20 e da oleicultura espanhola no quadro das transformações econômicas e sociais do alto-império romano, através de uma abordagem semiológica que restabeleça a unidade produtor/artefato/consumidor em termos diacrônicos. No estudo tipológico das Dressel 20, procuramos estabelecer o sistema anfórico que lhes dava sentido, estudar suas trajetórias, demonstrando o alcance e as limitações das atuais classificações e suas causas. Para tanto, foi necessária a compilação de um número significativo de exemplares, conjugando seu estudo com uma detalhada análise epigráfica, e utilizando um método tipológico, baseado em considerações semiológicas.

As características e transformações da economia e da sociedade da Bética e do alto-império romano serão abordadas a partir de três perspectivas. Em primeiro lugar, voltamos a atenção para a discussão de problemáticas significativas para o estudo das ânforas Dressel 20 a partir de diversas categorias documentais, particularmente a tradição textual, a grande epigrafia e as evidências materiais do assentamento romano na Bética. Trataremos com algum detalhe de certas questões debatidas na última década e meia, como: a mercantilização da economia romana e o predomínio do valor-de-troca em termos histórica e espacialmente delimitados na Bética; a relação entre a mercantilização da produção, a interferência estatal e a caracterização dos mercados consumidores; o sistema de villae e as relações de produção no quadro da discussão escravismo/colonato; as relações entre a esfera da produção de mercadorias e sua circulação; as estratégias de dominação romana: superposição de estruturas, dissolução das estruturas comunitárias, alianças de classe entre indígenas e romanos, apropriação

diferencial do excedente; a interação entre a esfera política e a econômica nos casos do surgimento da exportação do azeite, das invasões mouras e francas.

Em seguida, tomamos a ânfora Dressel 20 simultaneamente como índice e vetor de relações sociais em constante transformação. Assim, a Dressel 20 apresenta-se como índice dos fenômenos acima citados e, mais diretamente, da relação espacial e temporal das áreas do Império com predomínio do valor-de-troca e da apropriação imperialista do excedente, avaliado pelo consumo do azeite, da intervenção estatal no abastecimento do exército (como garante da pax romana) e das populações urbanas (parcialmente beneficiárias da transferência de excedentes), e dos níveis de apropriação da mensagem anfórica por grupos sociais diferentes.

Em sentido oposto, as ânforas de tipo Dressel 20, enquanto remanescentes fossilizados de relações sociais, testemunham sua atuação como vetores das relações entre seus produtores e consumidores. Restringimos nosso campo de observação à comunicação visual, buscando determinar como a forma do vaso sofre alterações no quadro do sistema anfórico, devidas à sua função integrativa de produtores e consumidores, e que se altera diacronicamente.

A metodologia de análise do material anfórico que utilizamos visa restabelecer a unidade produtor/artefato/consumidor, através de uma abordagem semiológica. Considerando o consumo como um ato classificatório que estabelece vias de comunicação expressas em sinais físicos ou formais do artefato poderemos propor trajetórias morfológicas para a transformação do tipo Dressel 20. Isto implica num distanciamento das classificações ontogenéticas ou cíclicas, dominadas pelo preceito da unilateralidade da evolução — ao menos dentro de certos limites temporais — induzindo a uma classificação que assimila semelhança formal à proximidade temporal como uma relação necessária.

A escolha das ânforas Dressel 20 como objeto de estu-

do explica-se, antes de mais nada, pela crescente importância dos estudos a seu respeito, derivada da abundância de material anfórico e epigráfico, constituindo-se no mais dinâmico ramo da anforologia. Paralelamente, os estudos sobre a Bética e sobre a economia no alto-império efetuados nos últimos anos permitem a discussão da existência de um predomínio da produção de valores-de-troca, fundamental para a compreensão das Dressel 20. Além disso, graças à identificação entre forma e conteúdo transportado, surgiu um código pan-mediterrâneo, que foi regulamentado, e cuja evolução temporal serve de base para o estudo do próprio tipo Dressel 20. Todas essas características, permitem, além do estudo do tipo Dressel 20 e da economia e sociedade do alto-império, um repensar das classificações tipológicas da cultura material, e em especial das ânforas, demonstrando com um estudo de caso a fecundidade da abordagem semiológica.

Embora nossa investigação seja apenas uma contribuição limitada quanto a seu campo de observação — à discussão dos temas expostos, permite reavaliar algumas temáticas correntes dentro de uma perspectiva que procure reintegrar a evidência material e as realidades históricas e sociais que lhes dão sentido.

Esta dissertação é o resultado da conjunção de certas condições que possibilitaram sua execução. Em primeiro lugar, em termos cronológicos, agradecemos ao Prof. Dr. José Maria Blázquez, da Universidad Complutense de Madrid, a sugestão de um tema relativo à oleicultura bética e à saudosa Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Alves Portal, por seu apoio inicial. A realização da pesquisa dependeu, contudo, de uma especialização na anforologia e de uma mudança de orientação para a Arqueologia. Neste contexto, agradecemos a orientação e apoio constantes por parte da Prof.^a Dr.^a Haigahuch Sarian.

Este estudo não teria sido possível, igualmente, sem

a constante colaboração de alguns pesquisadores da área, dos quais recebemos bibliografia e com os quais pudemos trocar idéias sobre várias questões. Assim devemos agradecer à Prof.^a Dr.^a Haiganuch Sarian e ao Prof. Dr. Ulpiano Bezerra de Menezes, por obras suas e bibliografia posta à nossa disposição. Recebemos ainda, na obtenção de algumas obras, a ajuda das Prof.^{as} Elaine V. Hirata, Maria Beatriz B. Florenzano e Maria Isabel D'Agostinho Fleming, a quem somos gratos.

Devemos mencionar ainda alguns pesquisadores que, além do envio de bibliografia e da incessante troca-de-idéias, merecem nosso reconhecimento pela amizade e imensa boa-vontade: Profs. Drs. José Remesal e Emílio Rodríguez-Almeida. Cumpre lembrar e agradecer, igualmente, aos Profs. Drs. Clementina Panella, Marie Brigitte Carre, Genaro Chic-García, Julio Mangas, Monique Clavel-Lévêque, André Tchernia, Egon Schallmayer, Elisabeth Lyding Will, Michel Ponsich, Joël Le Gall e Avshalom Zemer pelo envio de obras suas e sugestões. A colaboração dos Profs. Drs. Miguel Beltran-Lloris, Sylvie Dardaine, A. Hildenbrand, D. P. S. Peacock, Fridolin Reutti, José Maria Guazques, José Maria Alarcão, José Maria Blázquez, Antonio Tovar, Giovanni Forni, Annie Tarin, Alberto Balil, Gabriela Martin, Danielle Manacorda, Marie-Claire Amouretti e Ciro Flammarion Cardoso, permitiu, de diversas formas, a obtenção de documentação e informações utilizadas nesta dissertação; a todos somos muito gratos.

Algumas instituições forneceram-nos a oportunidade de ter contato com uma documentação de difícil acesso, particularmente o Instituto de Estudos Lígures (graças à sua Diretora, Prof.^a Dr.^a Francisca Pallarés), a Biblioteca da Seção de Arqueologia e História Antiga da Academia de Ciências da República Democrática Alemã (graças ao Prof. Dr. E. Rechemberg), a Biblioteca da Universidade Complutense de Madri, o Museu Arqueológico Nacional de Madri, a Universidade de Barcelona, a Biblioteca de Leningrado, o

Instituto de Arqueologia da Academia de Ciências da URSS, a Biblioteca da Academia de Ciências da Tchecoslováquia, a Biblioteca da Escola Espanhola de História e Arqueologia de Roma, o CSIC da Espanha e a Universidade de Sevilla. A todos agradecemos a colaboração.

Um esboço deste trabalho foi apresentado aos Profs. Drs. Paulo Pereira de Castro e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, quando do Exame de Qualificação; gostaríamos de agradecer-lhes os comentários e sugestões. Por fim, esta dissertação não teria sido realizada sem a compreensão, o apoio e as sugestões de Rachel Cohen.*

XXXXXX

* Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em sua fase inicial (1983-4) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a partir de março de 1985.

CAPÍTULO I

PROBLEMÁTICA DO ESTUDO TIPOLOGICO DAS ANFORAS

A essência de uma casa exprime-se numa fórmula como "abrigo contra o vento, a chuva e o fogo", embora o físico a descrevesse como "pedras, tijolos e vigas".

Aristóteles, Sobre a Alma, 403b

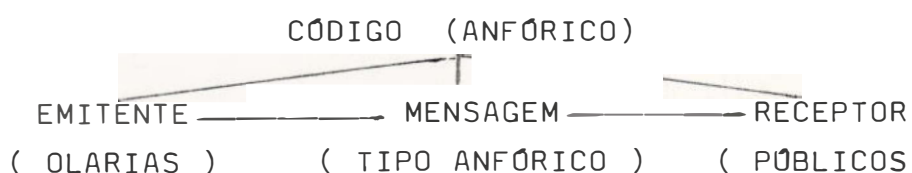
Sempre quis que as pessoas reconhecessem meus produtos de imediato.

Makhkam Oblakulov, mestre-oleiro Uzbeco

Este primeiro capítulo objetiva discutir algumas questões metodológicas que permitam entender e situar a análise das transformações morfológicas das ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20 a ser efetuada no quarto capítulo. Os trabalhos referentes à tipologia dessa forma anfórica constituem uma aquisição significativa da anforologia, tendo-se em vista a abundância de material estudado, o caráter singular das evidências epigráficas e, como decorrência dessa riqueza documental, a multiplicidade de pesquisas e reflexões a seu respeito na última década e meia. Precisamente a excepcional experiência acumulada no estudo deste tipo à qual tivemos acesso graças à cooperação e à troca de idéias com diversos pesquisadores — possibilita-nos repensar e efetuar proposições sobre os mecanismos de transformação do tipo Dressel 20.

De fato, as análises tipológicas da forma 20 de Dressel têm procurado descrever, de maneira diacrônica, as características físicas de exemplares Dressel 20 datados. Clementina Panella lembrava-nos, em abril de 1985, em comunicação pessoal da domanda a cui tutti vorremmo rispondere: da che cosa dipendono le trasformazioni tipologiche che interessano nel tempo uno stesso tipo di contenitore. Para tanto, parece-nos necessário restabelecer os liames, historicamente delimitados, entre produtores, artefatos e consumidores, distanciando-se — como sugeria Panella na mesma ocasião (*) — de uma concepção endógena de mudança tipológica. Propomos, assim, uma abordagem que incorpore, a partir de paradigmas semiológicos e econômicos, procedimentos analíticos e recursos heurísticos provenientes dessas duas grandes vertentes metodológicas.

Ao deslocar o eixo da análise para o campo da comunicação, pretendemos recuperar a ânfora não apenas como índice mas, igualmente, como vetor de relações sociais (Meneses, 1984:40). Tal abordagem parte do pressuposto de que a cultura material pode ser entendida como um sistema comunicativo no qual os artefatos fazem parte de sistemas de objetos (no sentido de A. Moles). A trajetória anfórica, desde sua produção, passando por sua utilização, pode ser, heurísticamente, comparada ao esquema comunicativo de Jakobson:

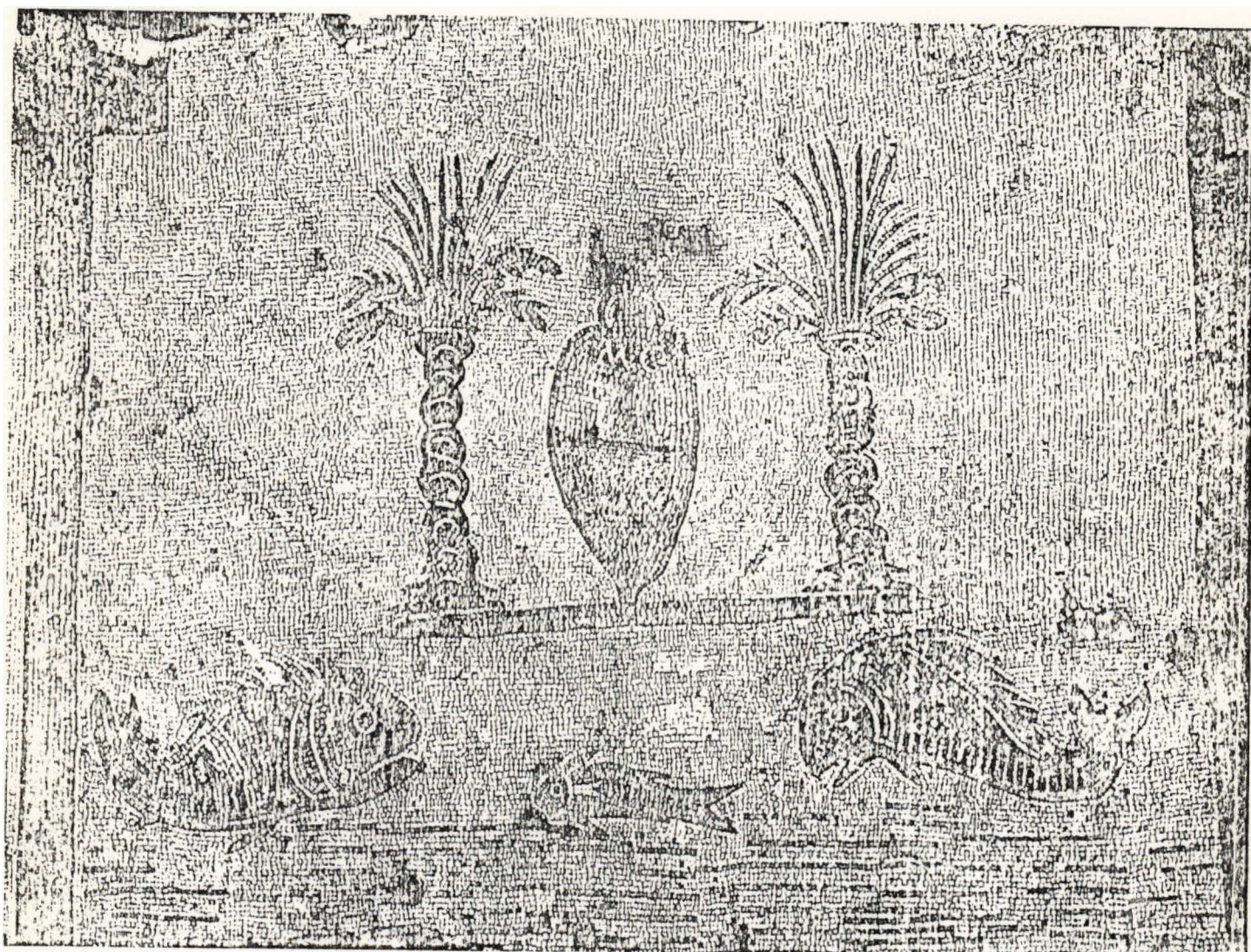


(*) - Anche io ritengo che non si possono trattare gli oggetti dell'artigianato antico e moderno come degli esseri viventi.

Cada componente possui características específicas que devem ser examinadas no contexto do ciclo comunicativo global. Antes, no entanto, cumpre estudar a natureza da ânfora enquanto signo comunicativo. O artefato, numa abordagem semiológica, apresenta-se como um signo ótico estruturado em um sintagma. As peculiaridades físicas do objeto não possuem significação em si, mas apenas na medida em que sejam perceptíveis para os componentes iniciais e finais do ciclo semiótico (*).

Assim, certas estrias comumente encontradas no interior das ânforas vinárias do Sul da Gália do tipo Pélichet 46 (Genty, 1980:59-60; Pr. 74:4 e 9) dificilmente seriam perceptíveis para seus receptores, funcionários estatais, comerciantes de vinho ou outros. Os mosaicos do fórum das corporações em Óstia permitem-nos avaliar como os mosaístas procuravam preservar certas características óticas essenciais da aparência (species) dos vasos representados. Na statio 48 do fórum das corporações (Reg. II, 15 VII, 4) encontra-se um mosaico (4,15 x 3,70m) datado da última década do segundo século d.C. que representa duas palmeiras de tâmaras ladeando uma ânfora de pança ovóide portando uma inscrição M.C. (CIL XIV 4549,48 = Mauritania Caesarensis). Trata-se da reprodução de uma ânfora de forma V de Óstia (= Dressel 30 africana; Panella, 1973:600-5; Pr. 74:8), na qual o mosaísta preservou uma série de características básicas desse tipo anfórico, permitindo sua identificação/diferenciação:

(*) - Tal afirmação parece coincidir com os resultados obtidos por Guénoche-Tchernia (1977:251) que, partindo de relações arbitrárias entre partes do vaso, chegou à conclusão de que apenas as mais visíveis tinham relevância estatística.



Assim, a representação de um pé em ponta possibilita uma imediata oposição com as Dressel 30 gaulesas (Pr. 74:4 e 9). O mesmo pode ser dito da forma ovóide da pança e do lábio équino em linhas retas (Pr. 74:8) enquanto as alças partem do colo abaixo do lábio e ligam-se ao alto da pança — em oposição às Dressel 23 (Pr. 81:5-11). Embora se possa notar o pouco cuidado na elaboração do mosaico, evidente na falta de simetria na forma da pança e nas proporções entre as partes da ânfora, é possível diferenciar este tipo de ânfora oleária da Mauritânia Cesareense das oleárias Béticas (Dressel 23) e gaulesas (Dressel 30). Esta e outras representações, em particular um mosaico na statio 25 e com uma ânfora

ogival representada sem alças, sugerem que apenas a aparência geral do vaso (species) bastava para identificar um tipo anfórico:



Dois timbres anfóricos apresentando representações do próprio vaso vêm a confirmar essa observação. Um selo de ânfora de tipo Dressel 20, proveniente de Split (Iugoslávia) e provavelmente originária da figlina octavi paterni (CIL XII 204), embora de cronologia imprecisa, permite relacionar sua representação do próprio vaso com uma ânfora Dressel 20 do período Flávio (Pr. 35,1):

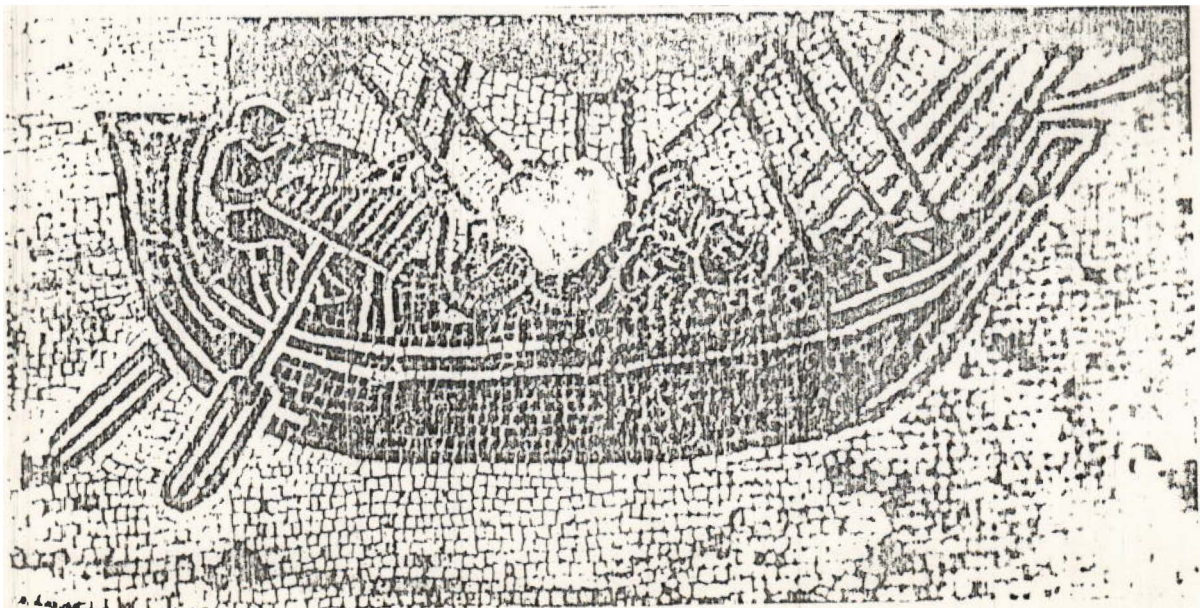


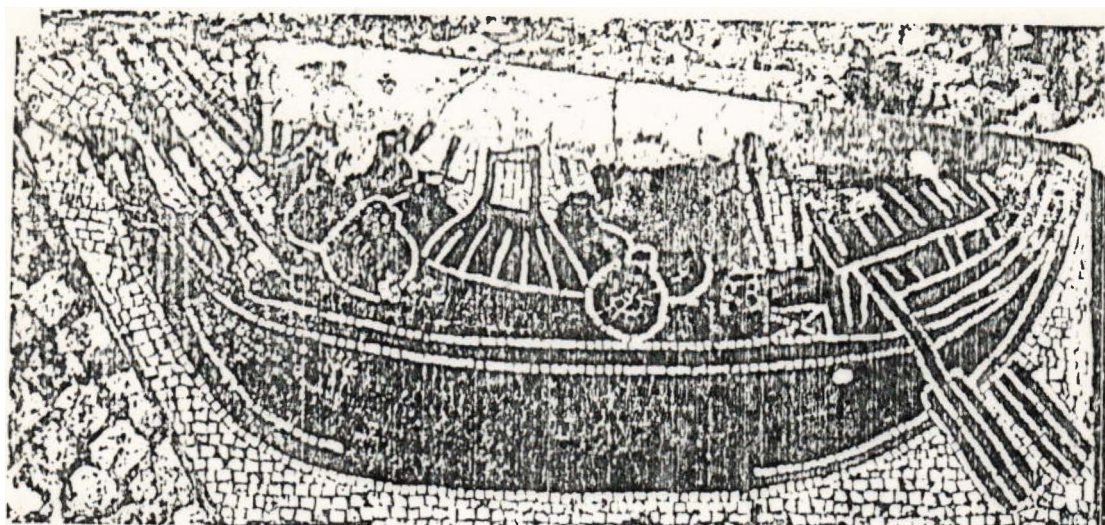
A presença do pé, a pança circular, o colo de altura mediana, as alças largas e o lábio fino identificam-na como uma representação da Dressel 20. Outro selo do mesmo tipo anfórico proveniente de Alexandria indica como, contando com um espaço exíguo, preservou-se apenas certas características essenciais da species do vaso: o pé, a pança larga, o colo alongado, as alças paralelas ao colo:

00'

A frontalidade da representação da boca, encontrada também em algumas ânforas do mosaico da statio 52, mencionada abaixo, não impede a identificação da imagem no timbre com o tipo Dressel 20 (Pr. 34:1).

Dois outros exemplos, no entanto, permitem constatar que não apenas a forma geral do vaso, mas também certos atributos, produzem uma impressão ótica definida. Ainda no fórum das corporações de Óstia, stationes 51 e 52, encontram-se duas representações de navios carregados com ânforas esféricas.





Se compararmos os vasos do mosaico com as ânforas oleárias béticas Dressel 20 de fins do segundo século, percebemos que o mosaísta preservou, em notável medida, as proporções do vaso (Tabela 1). Além disso, a nível dos atributos, a ausência de pé, a semi-circularidade das alças e sua secção arredondada, o colo curto e estreito e a presença simultânea, de vasos com lábios arredondados e biselados confirmam a abrangência e particularização de sua impressão visual (species) (Pr. 55,1; 56; 57 comparar com figura abaixo).



QUADRO COMPARATIVO DAS PROPORÇÕES ENTRE AS REPRESENTAÇÕES DE ÂNFORAS DRESSEL 20 EM MOSAICOS E EM UM EXEMPLAR REAL

relação	Dr.20	Mosaicos					
		52 esquerda	direita	51 esq.	centro	dir.	média geral
altura/pança	1,38	1,18	1,29	1,1	1,15	1,27	1,19
altura pança/largura	1,09	0,86	1,07	0,81	1,13	1,05	0,90
largura pança/alças	1,46	1,83	2,27	1,42	1,53	1,87	1,73
pança/colo	4,5	3,66	-	-	6,66	3	3,88
larg. superior da pança/colo	3,11	2	-	-	4,33	1,6	2,24

Considerando-se consumir como um classificar visualmente os artefatos (Meneses, 1984:37), torna-se necessário diferenciar a natureza física do objeto de sua capacidade, socialmente determinada, de sensibilizar a percepção ótica. Propomos, assim, distinguir o nível do objeto com os termos FORMA ou μορφή preservando para o segundo nível a perspectiva do sujeito produtor/consumidor, presente no termo latino species. Além disso, species, bem como seu homólogo grego εἶδος, encerra em si a noção de tipo ou conjunto constituído a partir de critérios óticos (cf. specio, οἶδα). Essa oposição forma/species manifesta-se constantemente na tradição textual (prima species; habere speciem alicuius rei; forma dicendi; forma alicuius regionis) e, ainda mais significativo, permite relacionar species à esfera da impressão dos

sentidos, associando-a a decor: decus ad animam refertur, decor ad corporis speciem (Isidoro, Diff, 1,163).

O signo anfórico estrutura-se em um sintagma complexo (na acepção de Bérard, 1983:9), composto de atributos que possuem um sentido individual, determinando sua aparência (species) e indicando o produto, sua qualidade, origem e quantidade aproximada. O signo anfórico possui assim dois níveis de efetivação da mensagem: sintagmático e relativo aos atributos. No primeiro caso, identificamos agrupamentos que podem ser hierarquizados, heurísticamente, em três categorias: grupos, tipos e sub-tipos. Podemos definir, em termos operacionais, um grupo como um conjunto de tipos com atributos e mensagens parcialmente compartilhados; tipo como um conjunto de subtipos com atributos e mensagens coerentes; e subtipo como a unidade morfológica mínima de uma mesma species, com atributos e mensagens particulares. As ânforas romanas da época de Augusto permitem exemplificar e diferenciar grupos de ânforas oleárias (Pr. 1:14-17), vinárias (Pr. 1:1-6) e as destinadas a molhos de peixe (Pr. 1:7-13), assim como tipos de ânforas oleárias: béticas (Pr. 1:14), africanas (Pr. 1:16), de Brindisi (Pr. 1:15).

A nível dos elementos morfológicos mínimos dotados de significação — atributos — podemos distinguir factemas (Carandini, 1979:102-3) e morfoses. No primeiro caso, referimo-nos à classe mínima de atributos que determinam o significado primário (utilitas) do artefato (Eco, 1971:202). Assim, todas as ânforas devem possuir duas alças e colo relativamente estreito. Em termos tipológicos, entretanto, devemos trabalhar com o conceito de "atributos compartilhados" ou "morfoses", na determinação dos atributos transmissores de mensagens particulares. Desta maneira pode-se determinar, a título de exemplificação, uma morfose de início do Principado, indicadora da origem bética das ânforas Dressel 20 (Pr. 1:14), Haltern 70 (Pr. 1:6) e Haltern 69 (Pr. 1:12), caracte-

rizada por um pé em ponta cônico cujas proporções variavam dentro de determinados parâmetros.

Especificidade da ânfora e suas implicações por uma abordagem semiológica

As considerações metodológicas acima efetuadas apresentam algumas particularidades quando aplicadas ao estudo das ânforas devido à especialidade desse material arqueológico. Estes vasos-recipientes (na acepção de Morel, veja-se Guénoche-Tchernia, 1977:309), embora também fossem utilizados para o armazenamento de produtos (Horácio, Carm., 3, 16, 34; Marcial, 8, 45, 4), destinavam-se, fundamentalmente, ao transporte (cf. raiz φέρω = transportar) de líquidos como vinho, azeite e condimentos de peixe (garum). Suas características essenciais derivam de um modus utendi historicamente delimitado. Sua forma, marcada pela presença de duas alças verticais. (Isidoro, Origines, 16, 26, 13: amphora vocata quod hic et inde levetur), um colo estreito, uma pança volumosa (Funari, 1984) e um pé em ponta ou uma pequena base (Pr. 1; 2; 3), permitia sua utilização no transporte a longa distância (Koehler, 1984), principalmente o marítimo (Zemer, 1977: 117); (cf. mosaicos aqui reproduzidos).

Sendo fabricada em argila (Columela, 12, 44, 5), atendia a duas outras exigências desse tipo de transporte: a resistência e o baixo custo. Este último deriva não apenas da disponibilidade da matéria-prima como do caráter maciço da produção anfórica. Não se trata de um artesanato tradicional no qual o artesão

possui o controle individual de sua atividade (Kraminova, 1984: 8) (*).

Pelo contrário, este vaso, feito no torno em grandes quantidades, por vezes em série (Remesal, 1982) era produzido em olarias especializadas e localizadas em regiões de fácil acesso às vias fluviais ou marítimas (Empereur, 1984). Seu baixo custo explica a facilidade com que eram reutilizadas para outros fins, como recipientes fixos (Schallmayer, 1982: 123), na construção civil (Remesal, 1984: 129) e no enchimento de aterros (Dressel, 1978: 258-261). Sendo barata, a ânfora podia servir, eventualmente, como meio-de-trabalho, na acepção de Marx (O Capital, 1, 5, 1; Carandini, 1979:76), por exemplo ao ser armazenado numa cantina privada (**).

Sua definição essencial, no entanto, é como meio-de-produção, cujo consumo produtivo esgota-se antes do consumo de seu conteúdo. Isto significa que o contato com o produto transportado

(*) - N. Kraminova, entrevistando uma artesã de tapetes de Chema-kha (URSS), recolheu o seguinte depoimento de Gulsov Akhmedova, que deixa claro o papel do artesão na confecção do produto: "às vezes, as cores e as linhas vêm por si mesmas, de imediato. Outras vezes eu penso nelas por um longo tempo" (em russo).

(**) - Inscrição em Dressel (1978: 292-293): Pr. Idus novemres vinum in cuneum amfurae CCCLXXXIIXX = 388 ânforas vinárias (foram depositadas) nas prateleiras (da adega) no dia 12 de novembro.

pela ânfora dá-se sempre através da mediação do vaso. O conteúdo torna-se consumível apenas quando esse bem não durável (Digesto, 33, 6, 14: non ad perpetuum usum vasa... veluti amphorae) esgota sua trajetória e caminha para sua desativação, ressaltando que seu valor-de-uso restringe-se a seu ser como meio-de-trabalho. Desta maneira, as trajetórias da ânfora e de seu conteúdo completam-se e opõem-se dialeticamente.

Em termos semióticos, a noção de vaso-recipiente que acabamos de desenvolver acarreta uma série de conseqüências capitais centradas na relação, historicamente delimitada, entre a species da ânfora e o conteúdo transportado. Devido à sua importância para a análise tipológica que pretendemos realizar e para a própria anforologia (Funari, 1985), devemos discutir esse problema mais detalhadamente.

Em 1879, Heinrich Dressel, o pioneiro da anforologia, afirmava que era di somma utilità il tener conto della forma delle anfore... massimamente per determinare a qual uso servì il recipiente (Dressel, 1978:261). Após a 2ª Guerra Mundial, com o reinício do estudo das ânforas (Funari, 1985), R. Etienne afirmava que a forma das ânforas dificilmente indicaria seu conteúdo (1949: 156, retomando considerações de Van Nostrand). Neste mesmo sentido, Beltran-Lloris (1977:100, 1984:530), A. Tchernia (Guénoche-Tchernia, 1977:289), B. Liou (1977), G. Chic-Garcia (1979-80:264), Chic-Garcia, F. Giles e A. Sáez (1978:48), mesmo admitindo uma certa especialização formal, ressaltam a existência de evidências da presença de dois produtos diversos num mesmo tipo. Em sentido contrário, diversos pesquisadores como F. Zevi (1966:210), Hesnard (1977:286), Zemer (1977:110) e Morel (veja-se Guénoche-Tchernia, 1977:309) inclinam-se em favor da noção segundo a qual la forma del recipiente rendeva immediatamente identificabile il suo contenuto e ne garantiva la qualità (Panella, 1981:59). Tal abordagem da questão pode ser relacionada com estudos de semiologia de fins

da década passada, que propugnavam uma correspondência rigorosa entre elementos morfológicos distinguíveis e traços sociológicos determinados (Bromberger, 1979:111).

Parece-nos, contudo, que o eixo da questão deva ser deslocado da correspondência necessária entre forma (species) e conteúdo para o problema dos níveis de efetivação e de intensidade dessa relação. No quadro da relação significativa (species) / significado (conteúdo) é necessário, portanto, delimitar a abrangência deste último, que se amplia ou restringe segundo condições historicamente determinadas.

Uma relação unívoca cada species correspondendo a um único conteúdo — parece predominar ao menos a partir do período helenístico (Empereur e Picon, 1984) e durante o Principiado. No primeiro momento, o caráter transcultural do comércio — envolvendo povos de línguas diversas como gregos, etruscos, latinos, oscos, púnicos, trácios, gauleses, ibéricos e outros (Empereur e Picon, 1984; Van der Mensch, 1984; Will, 1982) — demonstra que os timbres possuíam apenas um sentido de controle na origem (e não no destino), enquanto a identificação do produto e de sua qualidade dava-se essencialmente pela species do vaso (Garlan, 1982:56). Durante o Principiado acrescentou-se a estes fatores a complexidade da organização comercial e sua centralização imperialista em Roma, provocando a convivência de muitos tipos anfóricos nos navios mercantes (Port-Vendres II, Colls et alii, 1977), nas operações de embarque e desembarque, no armazenamento em grandes depósitos (Horrea; Rodríguez-Almeida, 1977; 1977-78; 1981), bem como na própria desativação (*) em grande escala dos vasos,

(*) - No caso das ânforas oleárias desativadas em Roma no Monte Testaccio era imperativa uma eficiente distinção entre as species oleárias e as outras, devido às especificidades do

que exigiam uma imediata identificação dos conteúdos das ânforas.

A tradição textual, por sua parte, sugere a efetividade dessa relação ao colocar atributivamente à ânfora uma série de indicações sobre seu conteúdo: amphorae uini (Marcial, 12, 65, 9; Digesto, 47, 2, 21, 6; Arnóbio, Nat. 5, 18; Lactâncio, Ins., 1, 22, 11), muriae (Marcial, 13, 103), olearial (Catão, 10, 2), fallerni (sc. uini, Marcial, 11, 8, 7, 11, 49, 7) e Coae (Plínio, NH, 35, 161). Este último autor nos fornece um exemplo significativo quando se refere aos cadi — como denominava as ânforas de origem grega (Funari, 1984) —, cujas características morfológicas considera amplamente conhecidas: magno fuisse miraculo cum P. Lentulus Spinther amphoras ex eo (sc. onyche) chiorum magnitudine cadorum ostendisset (NH, 35, 39).

As imitações de tipos anfóricos, consideradas um dos principais obstáculos à tese da identificação do conteúdo pela forma (Guénoche-Tchernia, 1977:289; Pr. 71:1 e 2 — à esquerda ânfora de tipo Dressel 2-4 itálica e à direita uma imitação "espanhola") demonstram apenas que seus produtores procuravam induzir o consumidor a identificar a qualidade do conteúdo transportado com aquela da mercadoria envasada no modelo imitado (Morel em Guénoche-Tchernia, 1977:309). Que tal processo de identificação ocorria por impressões óticas fica claro no caso das ânforas vinárias tarraconenses de tipo Dressel 2-4 (vide pranchas indicadas acima). Vasos comprovadamente tarraconenses, embora apresentem diferenças entre si, assemelham-se em sua species às ânforas Dressel 2-4 que serviam como recipientes para os melhores vinhos da época (*). Po-

sistema de destruição dos recipientes para azeite, que incluía a fragmentação das ânforas e sua esterilização com cal (Rodríguez-Almeida, 1972; 1981).

(*) - Por exemplo: Amineum, CIL XV 4532, Campan(um), CIL XV 4536.

demos avaliar em que medida o público consumidor diferenciava uma imitação de um produto autêntico por uma anedota referida por Plutarco na Vida de Mário (44), no contexto do assassinato de Marco Antonio, o orador. Seu anfitrião, um plébeu pobre (ἄνθρωπος φένης καὶ δημωτικῶς), enviou seu escravo doméstico a um taberneiro em busca de um bom vinho para seu hóspede de honra. Segundo Plutarco, lá chegando o escravo degustou o vinho com mais cuidado do que de costume e pediu uma medida de um vinho de melhor qualidade (διαγευσθένου δὲ ἐπιμελέστερον καὶ βελτίονα μετρήσαι κελεύούτος ...) o que parece indicar a existência de um hábito de comprovação da qualidade, derivado — poder-se-ia inferir — da dificuldade de diferenciação de modelos autênticos e imitações apenas pela species da ânfora

A ausência de inscrições indicadores do produto negociado em muitos dos mosaicos do Fórum das Corporações em Óstia sugere que as representações de ânforas (vide acima) bastavam para informar a mercadoria comercializada por cada Corporação. A hipótese da existência de inscrições marmóreas com esse fim, levantada por Becatti (1958:64), é infirmada pelo fato de não terem sido encontradas quaisquer dessas epígrafes bem como pela presença de inscrições em alguns mosaicos (cf. statio 48, representada acima). Além dos fatores enumerados, possuímos exemplos da identificação entre a species de vasos — recipientes e seu conteúdo em outros contextos culturais particularmente no caso das garrafas contemporâneas. Assim, embora o público da revista americana Time não domine a língua chinesa, os editores não duvidaram da capacidade dos leitores de reconhecer o produto (e todas as alusões de que seu uso se reveste), mesmo com o rótulo escrito em ideogramas (Pr. 82).

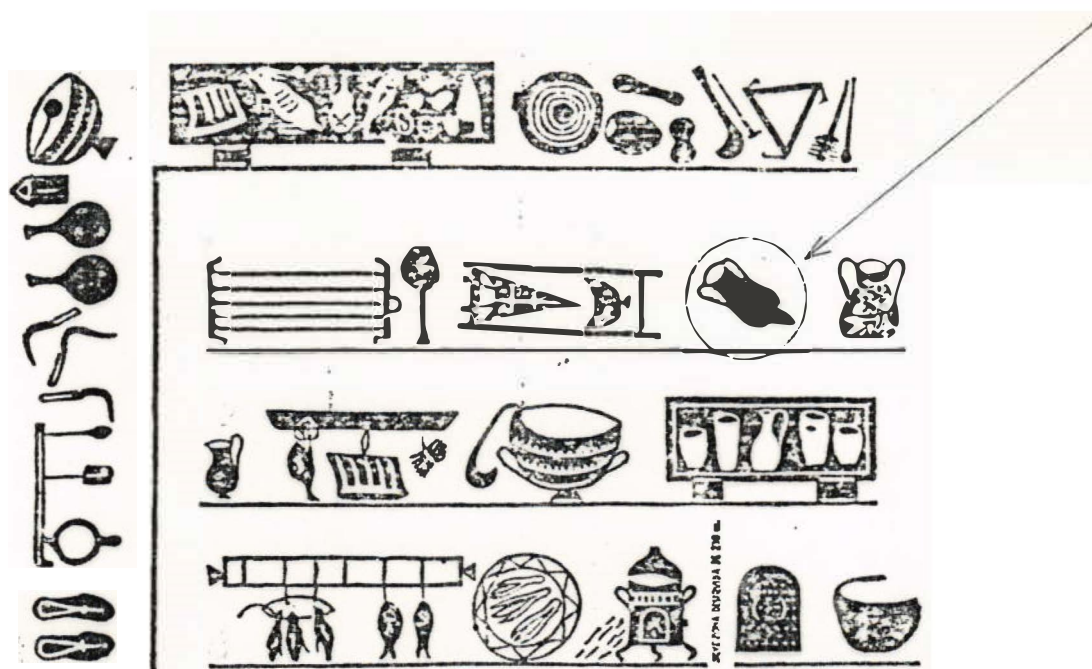
A relação species/conteúdo possui, contudo, características historicamente definidas. A intensidade dessa relação depende da complexidade do sistema econômico e social e, em particu-

lar, dos códigos anfóricos e dos públicos em contato com as ânforas. Quanto mais unificado o sistema, mais precisa se torna a relação species/conteúdo, processo este que atinge seu ápice durante o Principiado. No quadro de uma formação social pré-capitalista, contudo, a mercadoria não se torna o nexus rerum (Marx, s.d.:68) e a produção de valores-de-troca, embora predomine (Clavel - Lévêque, 1980:396), não consegue superar suas limitações espaciais (Carandini, 1980:47). A ausência de uma integração econômica total (Musti, 1981:155) torna-se evidente na profusão de tipos anfóricos cuja área de difusão, local ou regional, excluía-os da codificação pan-mediterrânea. Do ponto de vista desta última, os tipos regionais constituem "barulhos", dificultando a compreensão das mensagens dos outros tipos. Este fenômeno caracteriza, igualmente, a comercialização de produtos em garrafas, cujos recipientes regionais confirmam a persistência de particularismos mesmo numa economia capitalista.

A questão da presença de dois produtos diversos, transportados habitualmente em um mesmo tipo anfórico, pode ser compreendida com o deslocamento do eixo da discussão da existência desse fenômeno para suas modalidades históricas. A importância das tendências autárquicas explica a utilização — ainda que a nível doméstico (Catão, 88,1: amphoram defracto collo puram impleto aquae purae; Martin-Kilcher, 1984:342; Schallmayer, 1982:123) de ânforas com produtos diversos do original. Isto poderia ocorrer mesmo a nível comercial, como parece indicar o exemplo de ânforas vinárias Dressel 2-4 contendo tâmaras (Liou no colóquio sobre Méthodes Classiques..., Guénoche-Tchernia, 1977). Mais importante é o caso das ânforas Dressel 6 (Pr. 1:3; 2:12; 3:6) que demonstra que uma mesma species podia, por vezes, referir-se a dois produtos vinho (6A) e azeite (6B) de maneira que a mensagem principal transmitida referia-se antes à origem que ao conteúdo. De qualquer forma, este exemplo mostra que os níveis de complexidade

da mensagem anfórica devem ser determinados em seu contexto histórico.

Neste sentido, os padrões de consumo dos produtos envasados e das species anfóricas variavam segundo os diferentes públicos que entravam em contato com as ânforas durante sua trajetória. A própria forma do contato variava de acordo com os conteúdos transportados. Anforas vinárias, presentes em tavernas e adegas (p.ex. Grant, 1979:193) ou ânforas de garum — como podemos observar na representação de um mobiliário de cozinha proveniente da Bética — faziam parte da vida quotidiana do consumidor comum.



A distribuição do azeite, ao contrário, não era efetuada em ânforas nos contextos urbanos, nem seu uso expandido nas habitações individuais. Por outro, no transporte dessas e das ou-

tras ânforas atuavam diversas categorias profissionais (públicas) de comerciantes (a - mercatores; b - negotiatores; c - navicularii; d - diffusores) e de funcionários (e - actores; f - tabularii; g - ponderatores; h - acceptores; i - statores; j - comparatores; k - horrearii; l - operari galbienses; m - villici horreorum; n - villici praediorum; o - ἐλαιῶναι) (*), cujo contato com os vários recipientes era imediato e constante. A intensidade desse relacionamento pode ser avaliada pela profusão de inscrições de controle em certos tipos anfóricos, em particular no caso das Dressel 20 (vide capítulo seguinte).

Embora Roma concentre grande parte das evidências sobre a espessura dessa convivência possuímos, além dos epígrafes provinciais citados em nota, um documento que permite constatar a constância, em todo o Mediterrâneo, dos procedimentos de embarque e transportes de mercadorias em ânforas. A νομοθεσία Ἀδριανου (I.G. II2 1100), referente ao azeite ático, estabelece que ἀπογραφέστω δὲ πρὸς τοὺς αὐτοὺς [σε τον ἐλαιῶνα, καὶ τον κῆρυγα] καὶ ὁ ἐπιέξαγωγῆ πιπράσκων πόσον πιπράσκει καὶ τίνι καὶ ποῦ ὁρμ[ε]ῖ τὸ [π]λοῖον (linhas 21-24). As

sanções previstas na lei, julgadas pelas instituições cidadinas atenienses (βουλῆ, δῆμος, ἐκκλησία), confirmam a importância dada ao controle do comércio anfórico a nível local e a e-

(*) - Todos aparecem relacionados com o comércio das Dressel 20; vejam-se, respectivamente: a) CIL VI 1943; b) CIL VI 1625b; Panciera, 1980:244; c) Tchernia, 1981:151; d) CIL II 1481, VI 29722, XII 714; Panciera, 1980:242; Gonzalez Fernandez, 1984:183; Rodríguez-Almeida, 1984:152; e) CIL XV 4111; f) CIL XV 4120; g) CIL XV 4390; h) CIL XV 3885; i) CIL XV 4254; j) CIL XV 4117; k) CIL VI 588; l) CIL XV 3091; m) CIL VI 30855; n) CIL VI 338; o) I.G. II2 1100.

xistência de funcionários encarregados de sua supervisão. Sugerem ainda, que qualquer um poderia reconhecer visualmente um carregamento de ânforas de azeite e denunciá-lo, se ilegal (ἐὰν δε εκ- πλεύσαι φθάσῃ καὶ μηνυθῆ̃ linha 45). Procedimentos semelhantes deviam ser adotados em outras cidades do Império.

Pode-se concluir que a relação, historicamente determinada, entre a species das ânforas e seu conteúdo constituiu-se num instrumento de análise operacional para a abordagem semiológica que propomos. Por outro lado, sua utilização depende da identificação dos conteúdos e da origem das ânforas disponíveis. Para tanto, contamos com diversas categorias documentais, em particular com as informações sobre regiões produtoras na tradição textual, com a distribuição espacial dos restos anfóricos pelo Império Romano e com as análises químicas dos restos orgânicos decompostos no interior das ânforas. A fonte-chave, no entanto, é a epigrafia anfórica, que permite não apenas delimitar o conteúdo transportado como a diversidade de públicos consumidores das mensagens anfóricas. Estas, contudo, existem apenas no contexto dos códigos anfóricos, cujas particularidades exigem um estudo específico.

Os códigos anfóricos e a complexidade das mensagens

As ânforas, enquanto signos portadores de mensagens, articulam-se em um código, geográfica e historicamente delimitado, que não apenas determina um repertório de signos que se distinguem por oposição binária recíproca, como estabelece as regras de composição e agrupamento desses signos e a correspondência entre cada

significante e seu significado (Eco, 1971:16). O grau de complexidade das mensagens transmitidas pela species das ânforas, assim como os modos de sua recepção pelos diversos públicos, deriva da organização social e econômica na qual o código anfórico se insere.

Embora o código seja um modelo de uma série de convenções comunicacionais que se postula existente como tal para explicar a possibilidade de comunicação de certas mensagens (Eco, 1971:39), possui sempre uma efetividade histórica determinada. O predomínio da mercantilização da produção e da distribuição (Mazza, 1978:144; Clavel-Lévêque, 1980:394; Carandini, 1980:47; 1980:18; Padgugj, 1976:19; Humphreys, 1967:378; Daubgney, 1983:680; Anequin, 1983:643; Carandini, 1981:258; Clavel-Lévêque, 1977:114), a unificação parcial do mercado mediterrâneo e a concentração do excedente em Roma e nas elites provinciais (Musti, 1981:155; Galtung, 1980:99; Ekhol e Friedman, 1982:104; Clavel-Lévêque, 1980:395; Carandini, 1973:317-318) durante o Principado resultou na formação de uma κοινή da cultura material e de um código anfórico pan-mediterrâneo.

A especificidade deste último em relação a seus antecessores refere-se a dois aspectos interligados. Em primeiro lugar, a identificação species/conteúdo, que se dava apenas mediante a dinâmica do mercado, passou a integrar uma codificação anfórica explícita, controlada pelo Estado romano. A regulamentação políada da produção anfórica, manifestada pela timbragem (Garlan, 1982:56), confirmava sua atividade reguladora aos limites estreitos da cidade, sendo o exemplo de Rodes, estudado por Empereur e Picon (1984), esclarecedor a esse respeito. A concentração econômica e política de caráter imperialista durante o Principado acrescentou à codificação pré-existente o controle estatal da produção padronizada de tipos anfóricos. Já em fins da década passada, P.Y. Genty (1980:61-63) ressaltava o papel do Estado imperialista nesse

processo de estandarização, que atingia amplas regiões, como o vale do Guadalquivir, a Tripolitânia e a Gália meridional, para citar casos bastante conhecidos. Em termos semiológicos, pode-se considerar essa normatização como a constituição de uma langue, no sentido saussurreano de inventário sistemático, em contraste com o domínio anterior da parole, no qual a oposição mútua das species anfóricas era mediada apenas pela dinâmica do mercado. Tal código anfórico pan-mediterrâneo, articulador de códigos regionais, adquire pleno sentido apenas quando aplicado aos centros de consumo centralizadores e, particularmente, Roma e Óstia (Panella, 1981: 76).

O caráter centrípeto do imperium (Carandini, 1973: 317-318), refletido nos Epítetos atribuídos a Roma na tradição textual (caput orbis; domina maxima; potens; prima; princeps; παν-βασίλεια; πάντων κρατοῦσα; ἡγεμὼν γῆς καὶ θαλάσσης; ἄστρον τι κοινὸν τῆς ὅλης οἰκουμένης etc.), encontram eco na hegemonia e complexidade de seu código anfórico. Pode-se observar tal fenômeno comparando o depósito augústeo de ânforas em La Longarina (Óstia, Pr. 1) com 17 tipos anfóricos diferentes provenientes de todo o Mediterrâneo enquanto, por exemplo, os acampamentos militares limitâneos de Oberaden, Rödgen, Haltern e Friedberg (Pr. 11:1) apresentam menor variedade formal (10, 7, 7 e 2 tipos, respectivamente). Já no depósito de Ágora de Atenas (Pr. 21) encontram-se apenas quatro tipos anfóricos datados do século I d.C. Estes últimos centros apresentam também alguns tipos de difusão regional, como as formas 74 e 75 de Oberaden (Pr. 11:1) e M53 e M54 (Pr. 21) da Ágora. Em La Longarina, ao contrário, comparecem todos os recipientes internacionais, repartindo-se em grupos e tipos bem delineados. Assim, as ânforas vinárias possuem características morfológicas que as distinguem das oleárias e das destinadas aos molhos de peixe (Pr. 1:1-6; 7-13; 14-17 respectivamente). Dentro destes grupos, opõem-se as ânforas de proveniência diversa: azeite

bético (Pr. 1:14), tripolitano (Pr. 1:16), da Itália Meridional (1:15). Este código romano reflete uma normatização de poder central e articula os códigos regionais. A dominação imperialista, embora se refira ao comando dos homens (como lembra Virgílio nos famosos versos de Eneida: tu regere imperio populos romane... parere subiectis et debellare superbos, 847), à esfera das relações políticas, implica uma organização das estruturas materiais que possibilite esse domínio.

A fragmentação dos códigos anfóricos se dará apenas com o rompimento do sistema econômico e político que lhe dava sentido. Assim, em decorrência da redução da área de domínio do valor-de-troca e da crise do Estado no século III d.C., a regionalização dos mercados urbanos em crescimento (Keay, 1984:567) possibilitou e favoreceu a multiplicação de tipos anfóricos diferentes destinados a um mesmo conteúdo. A diminuição do fluxo de informações e do poder centralizador impediu a continuidade da identificação unívoca entre conteúdo e species, pois os diversos códigos locais exigiam recipientes com particularidades morfológicas diferentes de região a região.

A partir da média idade imperial, embora Roma continuasse a possuir um código anfórico dominante, perdeu sua hegemonia sobre os códigos regionais. Assim, a regulamentação dos mercados consumidores regionais sobre os centros produtores de ânforas manifestou-se com a diminuição da mercantilização da economia e com o decréscimo da centralização política no terceiro século. No vale de Guadalquivir, por exemplo, a produção de um único tipo (Dressel 20), cedeu passo a uma diversificação morfológica (Beltran-Lloris, 1984:545) produzindo, as mesmas olarias, até 6 species anfóricas (Dressel 20, 23A e B, El Tejarillo, 1, 2, 3) contemporâneas para o transporte do azeite, destinados a públicos consumidores diferentes. Tal regionalização de mercados não significa, contudo, que o processo de concentração de recursos da peri-

feria para o centro tenha deixado de atuar. Nem devemos considerar que um poder centralizador tenha cessado de existir com o decreto de Caracalla, como afirmava Finley em 1978: the roman empire ceased to be an empire; by the 3rd century (there was a) replacement of roman rule over subject peoples by a single territorial state Parece-nos que o imperialismo (segundo as considerações do próprio Finley, 1978:53; 1983) é, essencialmente um fenômeno que se localizava na esfera política. A diminuição da importância do capital mercantil não alterou a essência de um imperium que se voltava para a satisfação diferenciada de seus membros segundo seu estatuto político. O abastecimento da população de Roma demonstra claramente que a apropriação do excedente continuava a ser efetuada da periferia em direção ao centro. Neste contexto, adquire sentido o jogo-de-palavras de Lamprídio (História Augusta, Alexandre Severo, 14, 4 : ubi est imperium, nisi apud romanus, quod tenet imperium?). Que este poder imperial — que Dion Cássio chamava de ἀνάτολις (72, 15) — continuou a controlar ao menos parte da produção anfórica é comprovado pelas inscrições em ânforas de tipo Dressel 20. Possuímos evidências de sua continuidade até ao menos 255-257 (CIL XV 4395-96) e, embora os tituli δ apresentem uma escrita menos cuidada (cf. CIL XV, 4394, em particular a ausência do segundo traço), indicam a continuidade de atuação dos órgãos de



...as)tig p(ondo) cc...

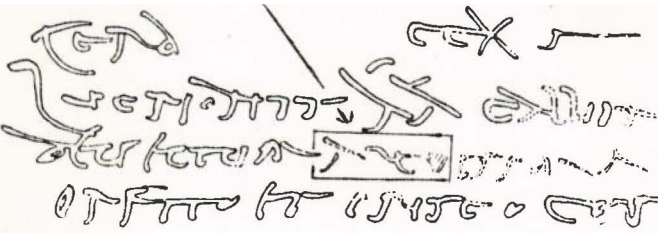



...b)arbari?..




1/ (dd.nn. ualeriano ii) et gallieno
augg cos (254)

controle, especialmente das arcae (cf. CIL XV 3858 de 149; 4087 de ; 4097 de 214; 4390 de 237 d.C. inter alia). Além disso,

 cord ccxi
lucrionis aa callist(us)
deuectum arc(a) prima
orfito et prisco cos (149)

 his(pal...)
arca felix...
ualeriano (ii et lucillo cos) (265)

 astigis arca (pondo...)
actus agathephori et m(emmiani),
ponderauit
restitutus, sabino et apoll(inare
cos) (214)

 p(ondo) cc... || [a]rk(a) prima, p(onderatore) euodo
... || perpetuo et cornel(iano cos) (n. 237).

a presença dessas inscrições apenas em ânforas de tipo Dressel 20 confirma que os outros recipientes para o azeite bético do II século (Dressel 23A e B, El Tejarillo 1, 2 e 3) deviam dirigir-se, prioritariamente, para mercados regionais.

A operacionalidade da análise semiológica das ânforas depende de uma reflexão sobre como, a partir de artefatos concretos, poderemos delimitar as species anfóricas em seus diversos níveis (grupos, tipos e sub-tipos). Na verdade, os artefatos, desde sua descrição inicial, são construídos (Achard, 1977:282) e fabricados (Schnapp, 1980:20) pelo arqueólogo que, em seguida, os

transforma em documentos (Certeau, 1976:30; Sarian, 1984:203) através de sua seleção e agrupamento. Entretanto, as classificações tipológicas têm considerado, em geral, exemplares datados como fatos arqueológicos de base (Courbin, 1982:160) a partir dos quais se estabelecem as características morfológicas do tipo num determinado momento. Assim, formulam-se princípios gerais a partir de um ou de poucos exemplares como, por exemplo: les amphores (Dressel 20) les plus anciennes ont une panse plus allongés que les autres. Les anses partent de l'attache supérieure à peu près à l'horizontale (comme celles du col de Rodgen, contemporaines d'Oberaden) (Guénoche-Tchernia, 1977:248). Esta abordagem não dá conta, como demonstramos abaixo, da totalidade dos exemplares disponíveis referentes ao período augústeo (Pr. 1). Como afirmava Panella (1973:527), referindo-se às Dressel 20 de fins do I e início do II d.C., la notevole varietà tipologica... crea complessi problemi che non possono essere risolti con rigide schematizzazioni.

Propomos superar tais dificuldades com um tratamento semiológico que constrói sua documentação com critérios óticos. Podemos recuperar o princípio da Escolástica segundo o qual voces significant res mediantibus conceptibus deslocando-o para a esfera da cultura material: formae significant nuntia mediantibus speciebus. Neste sentido, dois níveis operacionais podem ser distinguidos com relação aos sinais físicos (Meneses, 1984:37) das ânforas: a species geral do vaso e seus segmentos básicos em sua articulação (pança, colo, alças, pé e lábio). A delimitação desses níveis deriva da análise das semelhanças morfológicas de um mesmo tipo e, principalmente, das diferenças (Bérard, 1983:27) entre ânforas com mensagens diversas ou parcialmente compartilhadas. Cada tipo é definido, não a priori, por um certo número de características formais comuns, mas por sua significação sociológica unitária, servindo cada tipo para o transporte de um certo produto, de uma região definida, numa época determinada.

A passagem do exemplar para a species anfórica implica o conhecimento dos mecanismos de confecção do artefato, estabelecendo qual a relação entre o objeto real e a sua "visibilidade" (Meneses, 1984:37). Uma ânfora específica, concreta (ἀτυνχανόβ) que denominamos de exemplar em oposição ao tipo (cf. Hackens, 1975: 13) — é o resultado de ao menos quatro fatores. Dois referem-se à ποιήσας do oleiro: o sistema de produção na olaria e as tradições artesanais (Carandini, 1979:265). Além destes, atuam as imposições administrativas e de mercado. Estas manifestam-se para o oleiro como uma φαντασία λογική (Barthes, 1972:46), ou seja, ele não apenas efetua uma transformação formal do elemento natural; ele realiza no elemento natural, simultaneamente, o próprio objetivo que ele conhece, e que determina como norma o seu modo de trabalhar (Marx, 1976:23). Esta apropriação perceptiva (BEGRIFF) do oleiro (Borodai, 1983:13), contudo, não advém da simples observação dos outros artefatos de mesmo tipo (Chang, s.d.:78; Clarke, 1966:135), mas de seu conhecimento, ainda que parcial, do código anfórico.

Neste sentido, durante o Principado, o próprio controle estatal da produção anfórica impunha o cumprimento de certas normas morfológicas. No caso das ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20 — e talvez de outros tipos — possuímos evidências que comprovam a existência de pesos padronizados tanto para o vaso (titulus α) como para seu conteúdo (titulus γ).

A transformação dos "fabriqués" em "fabricants", utilizando o vocabulário proposto por Jean Gagnepain (Brunneau, 1974: 36), não pode ser encarada como um processo de recuperação da langue a partir da parole pois não possuímos — e provavelmente nem mesmo tenha existido — um modelo do tipo que devesse ser reproduzido fielmente pelo oleiro. Parece-nos proveitoso, ao contrário, regressar à concepção humboldtiana de uma competência, subjacente ao desempenho efetivo, como um sistema de processos geradores

(Chomsky, 1975:236). Tal abordagem gerativa busca especificar qual species o oleiro imprimia à ânfora e não quais os seus esquemas intelectuais (mental templates). Além disso, devido ao estudo fragmentário da documentação disponível, esta estratégia de análise permite estabelecer aproximações do conhecimento das species — que agrupamos em códigos, grupos, tipos e sub-tipos — permitindo avaliar o alcance e as limitações de nossas conclusões.

Os móveis da transformação morfológica

A modificação formal do tipo arqueológico no decorrer do tempo tem sido encarada por muitos arqueólogos como um processo endógeno de desdobramento, como uma evolução ou desenvolvimento (Carandini, 1979:106) de premissas latentes. As diversas vertentes desse enfoque concebem tal processo de evolução morfológica como um movimento unilinear (Carandini, 1979:106; Clinken Beard, 1984), por vezes com características ontogenéticas (Clarke, 1966:162-178); baseiam-se igualmente na noção de recorrência (Rands, 1961:332) ou de um progressivo distanciamento entre os esquemas mentais e as produções reais (Gran Aymerich, 1983:136). A abordagem semiológica que propomos parte de uma concepção diversa da transformação dos tipos arqueológicos, cuja raiz localiza-se na especificidade da relação entre os artefatos e o contexto sociológico que lhes dá sentido.

Partimos do pressuposto de que o universo material de uma sociedade é composto de "produtos do trabalho humano" (artefatos; manu-fatti), que se manifestam como índices e vetores de

relações sociais. Dentro dessa perspectiva, considerar endógeno o desenvolvimento do artefato significaria fetichizá-lo, tomando-o como um ente em si mesmo, estranho aos seus usuários e ao próprio pesquisador (como um ob-iectum; das Gegen-Stand). Se o motor da modificação morfológica encontra-se na dinâmica das relações sociais e econômicas (Klein, 1970:299; Binford, 1972:203; Schiffer, 1976:94; Bromberger, 1979:131) parece-nos conveniente substituir os termos evolução e desenvolvimento por trans-formação e trans-figuração. O primeiro, ao preservar a noção de alteração indeterminada, permite transpor para o português a concepção de Schiering (1967:21) de *Formenwandel*; o segundo ressalta o caráter visual da modificação ($\sigma\chi\eta\mu\acute{\alpha}\tau\iota\sigma\iota\varsigma$), presente no étimo e no uso corrente do vocábulo figura (cf. Columela, 12, 4, 5: quod in utero dolii fieri vix posset propter inequalitatem figurae).

A questão da transformação morfológica deve ser deslocada, portanto, para uma recuperação dos liames entre determinadas realidades sociológicas e as transfigurações do tipo. A relação entre estes dois níveis dá-se de forma mediada pois, como ressalta Matiukhin, referindo-se aos bifaces do Paleolítico Superior (Rogatchev, 1983:167) não há coincidência direta entre variáveis funcionais, técnicas e morfológicas. No caso das Dressel 20, devemos centrar a análise em torno de dois eixos: o código anfórico e a produção na olaria. No primeiro, a delimitação diacrônica das diferenças (Brunneau, 1976:107) e das fronteiras (Morfoe, 1982:479) entre os tipos, assim como a determinação dos "barulhos" inerentes a qualquer código, permitem especificar os móveis de determinadas transformações. Assim, a entrada no mercado de um novo produto exigia a criação de uma ânfora que, a partir de então, interagira com as restantes; o mesmo, mutatis mutandis, pode ser aplicado aos sub-tipos. A regulamentação estatal, referente à padronização morfológica (Genty, 1980:61-63) e ao peso do conteúdo e do vaso, atuava como uma espécie de "ortografia", favorecendo, por exemplo, a

recorrência de atributos.

Por outro lado, o trabalho de oleiro na oficina cerâmica ocorre em uma organização específica da produção, cujas modificações quanto ao ritmo produtivo e a seu caráter (de massa, seriado), refletem-se na morfologia do tipo. Além disso, a ποιησις do artesão implica numa constante subordinação de seu trabalho vivo àquele "morto" (Carandini, 1979:265), atuando sempre no esteio de tradições (Krieger, 1956:145) que direcionam os próprios aprimoramentos técnicos.

CAPÍTULO II

AS ESTRATÉGIAS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS DO VALE DO GUADALQUIVIR
EM ÉPOCA ROMANA

INTRODUÇÃO

A análise das transformações morfológicas da ânfora de tipo Dressel 20, enquanto recipiente destinado ao azeite bético, apenas pode ser compreendida no contexto das estratégias de exploração e concentração de recursos que caracterizaram a Província sob domínio romano. Delimitamos três períodos caracterizados por estruturas sócio-econômicas e políticas diversas que permitem situar a produção das ânforas do tipo Dressel 20 como decorrência de uma estruturação historicamente determinada, da economia regional e imperial, cujas transformações determinaram, em última instância, as especificidades diacrônicas do próprio tipo anfórico em questão.

Características fisiográficas da macro-região (Pr. 59; 60)

A região produtora insere-se na extensa planície do Guadalquivir, o mais meridional dos grandes rios atlânticos da

Península, delimitado pelas cadeias montanhosas de Sierra Morena, Sierra Nevada e Sub-Bética, este vale, de formação terciária, estende-se por cerca de 680 Km, desde sua nascente na Sierra de Segura até sua foz dupla, próxima a Cádiz. Navegável na antiguidade por barcos de grande calado até Sevilha e daí até Córdoba por barcos fluviais, o Guadalquivir possui 806 afluentes, a maioria dos quais na margem esquerda, provenientes da cadeia Sub-Bética e de Sierra Nevada. Tal fato explica a assimetria da planície, estreita ao norte, onde a Sierra Morena se aproxima do rio, e ampla ao sul, atingindo uma largura entre 40 e 55 Km. O vale, formado por solos argilosos miocênicos, é favorável ao cultivo de cereais, vinhedos e olivais. Estes últimos, em particular, são favorecidos pelo relevo colinar da campina ao sul, tornando a região o maior produtor mundial de azeite da atualidade.

As estratégias da implantação romana

A ocupação romana do vale do Guadalquivir, em especial da região entre Sevilha e Córdoba, apresenta estratégias diferenciadas de exploração de recursos, relacionadas com fatores diacrônicos e sincrônicos. Em primeiro lugar, a exploração de recursos da região vincula-se a estratégias decorrentes de penetração romana que apresenta ritmos e características diferentes no correr do tempo. Em seguida, e como fenômeno paralelo, a apropriação de recursos efetua-se num contexto de relações sociais específicas, cujas contradições assumem formas particulares no processo contínuo de romanização do vale do Guadalquivir.

A implantação romana desenvolveu-se em duas fases com

características distintas. De início, a ocupação foi extrativa, apresentando uma dualidade constante entre o elemento externo e explorador romano e a população indígena (Blázquez, 1974:135, 177-178). A partir da ampliação do mercado mundial (Carandini, 1980:18) no final da República e início do Principado, predomina, gradativamente, um processo de colonização que desloca a oposição do eixo romano/indígena para o eixo proprietário/expropriado (Clavel-Lévêque, 1974:9-14; Roldan Hervas, 1978:118-130). O estudo desse processo permite observar as características essenciais das estratégias específicas de apropriação e exploração dos recursos da região.

A superposição de estruturas de exploração de recursos

A primeira fase de ocupação romana tem início em fins do século III a.C., no contexto da luta contra os púnicos. Num primeiro momento, a atuação militar dos romanos explica-se pela necessidade de retirar uma importante retaguarda para as tropas de Aníbal, impossibilitando o recrutamento de soldados e, principalmente, apropriando-se das minas que constituíam uma significativa fonte de financiamento da guerra (Blázquez, 1974:177-178). Assim, o início da penetração romana, voltada para o controle militar das minas andaluzas, fornece a chave para a compreensão das características básicas dessa larga primeira fase, ressaltando o caráter impositivo e extrativo da estratégia romana de ocupação.

Desde o início a presença romana apresenta uma dupla estratégia de obtenção de recursos, visando, ao mesmo tempo, a expropriação direta e indireta de matérias-primas e produtos agríco-

las. O avanço romano tinha por objetivo, antes de tudo, a obtenção de metais, único produto citado regularmente pela tradição textual como tributo exigido (vejam-se os dados de Tito Lívio entre 206 e 168 a.C.). A exploração das minas da Província Hispania Ulterior, constituída em 197 a.C. (Tito Lívio, 32, 28, 11) estava sob a direção de elementos romanos e itálicos que constituíam o núcleo da população imigrante. Em termos de ocupação espacial do vale do Guadalquivir, apenas a margem direita concentrava esses primeiros núcleos ligados, de uma forma ou de outra, à extração e exportação de metais provenientes de Sierra Morena. Outra característica marcante da colonização romana neste período é seu aspecto castrense, relacionado diretamente com a proteção das minas contra os ataques de lusitanos e celtiberos. O primeiro núcleo de clues romaní, Itálica (atual Santiponce) foi resultado da reunião de soldados feridos na batalha de Ilipa (Alcalá del Rio, ao norte de Sevilha) em 206 a.C., por Cipião. Embora de origem pré-romana (Garcia y Bellido, 1965:8) a cidade constituiu-se em um centro essencialmente colonial, fato ressaltado pelo próprio nome da cidade (Apiano, Iberike, 38: $\epsilon\kappa\iota\pi\acute{\iota}\omicron\nu\eta\ \epsilon\grave{\iota}\ [\pi\acute{o}\lambda\iota\varsigma]\ \acute{\alpha}\pi\omicron\ \tau\eta\varsigma\ \rho\omicron\upsilon\mu\alpha\lambda\acute{\iota}\alpha\varsigma\ \rho\omicron\upsilon\mu\alpha\lambda\iota\kappa\eta\nu\ \epsilon\kappa\acute{\alpha}\lambda\epsilon\sigma\epsilon$).

Um segundo aspecto da exploração de recursos por parte dos romanos diz respeito à apropriação indireta do excedente de produção indígena, que é efetuado pela tributação (stipendium desde 206 a.C.) sem alterações profundas no aparato produtivo local, cristalizado pela diferenciação ideológica e jurídica entre o elemento indígena e o romano. Tal fato explica a contínua importância da criação de gado e de culturas locais, como a de grãos, cuja produção não era destinada ao mercado. Em termos de implantação na paisagem, isto implicava a continuidade da ocupação local na margem esquerda, dominada pela planície bética e que fornecia condições ideais para o exercício da transumância (em combinação com a Sierra Morena ao Norte) e para o cultivo de trigo nos fundos

de vale.

Ambas as formas de exploração de recursos — direta nas minas e indireta pelos tributos — condicionavam as outras esferas de atividade social levando a uma polarização colonizador/indígena. A nível político, dois fenômenos paralelos e contraditórios separavam e uniam os grupos étnicos presentes. A divisão da região em núcleos de romanos e itálicos localizados na margem direita do Guadalquivir opunha-se ao vazio jurídico dos indígenas da planície bética. Essa oposição de estatuto legal refletia-se diretamente na forma de apropriação do excedente (uectigal certum = tributo fixo, Cícero, Pro Balbo, 41), igualando os espanhóis ao tradicional inimigo púnico (Cícero, In Verrem, 2, 3, 13, 6: ceteris (sc. prouinciis) aut impositum uectigal est certum, quod stipendiarium dicitur, ut Hispanis et plerisque Poenorum quasi uictoriae praemium ac poena belli).

Por outro lado, desde o início da penetração romana uma aliança entre os grupos sociais dominantes indígenas e o colonizador opunha-se a essa diferenciação étnico/política. Já com a fundação da primeira colônia romana no vale do Guadalquivir, em 152 a.C., podemos perceber a comunhão de interesses entre os colonizadores e a elite, que é admitida em Córdoba (Estrabão, 3, 2, 1: Ῥωμαίων καὶ τῶν ἐπιχωρίων ἄνδρες ἐπίλεκτοι). Os interesses econômicos e militares comuns uniam ἐπίλεκτοι e romanos. A presença e atuação dos exércitos romanos possibilitava a defesa da região das incursões de lusitanos e celtiberos e a ligação com o mercado mediterrâneo permitia uma crescente dissolução das formas de produção de subsistência, fortalecendo a aristocracia local. Essa aliança de grupos sociais mostra-se, com clareza, no período das Guerras Civis, com a formação dos partidos cesarista (BC, 2, 20, 1-8) e pompeiano (BC, 2, 20, 4; B. Hisp., 1) na região, dos quais participava a aristocracia indígena. Outro exemplo é o número crescente de cavaleiros andaluzes (BC, 2, 22; B. Hisp., 39). Os

ἑπίλεκτοι identificam-se cada vez mais com o colonizador romano, como afirma Estrabão (3, 2, 15: μικρὸν ἀπέχουσι τοῦ πάντες εἶναι Ῥωμαῖοι).

A integração do vale do Guadalquivir no mercado mundial

A primeira fase caracteriza-se, portanto, por uma romanização pacífica e constante das diversas esferas da vida social, dominada, por um lado, pela aliança entre romanos e elite indígena e, por outro, pela crescente integração da região no mercado mediterrânico. Esta última tendência dependia, diretamente, da estabilidade do setor comercial, empreendida por Pompeu, no combate à pirataria e, de forma mais abrangente, por Augusto. Além do estabelecimento da paz interna, a ação estatal teve grande importância no favorecimento do comércio inter-provincial. De um lado, construiu-se uma infraestruturura, formada pelo sistema de viae destinadas à proteção do território — e pelo desenvolvimento dos transportes marítimos e fluviais (construção de diques e eclusas que asseguravam a navegação no Guadalquivir, a partir de Júlio César, cf. Chic-Garcia, 1978:20), atendendo ao crescimento dos mercados urbanos. Esta política visava, em particular, o bom funcionamento das annonae urbana e militaris que compunham os principais consumidores de mercadorias no Império. De outra parte, a oposição étnica e política entre romanos e provinciais atenuou-se durante todo o primeiro século d.C., até a ascensão ao principado de elementos provinciais béticos a partir de Trajano. Tal política de integração favoreceu o desenvolvimento da comercialização, em larga escala, de produtos como vinho, azeite e salmouras.

Transformações e caracterização da esfera produtiva

Na Prouvincia Romana Vlterior Baetica ocorre, como consequência, uma transformação da exploração de recursos, acompanhada de uma forte imigração itálica, de caráter eminentemente civil (colonialista, na acepção de Bartel, 1980:15) concentrando-se, desde cedo, em empreendimentos agrícolas voltados para a produção de bens de consumo (cash crops), antes de tudo azeite e vinho.

Embora as minas de ouro, prata (Estrabão, 3, 2, 3), cobre, ferro (Estrabão, 3, 2, 8), chumbo (Domergue, 1972) e estanho (Colls et alii, 1977) continuassem ativas, é possível que parte do capital aplicado em investimentos na Sierra Morena se dirigisse para a planície bética (Domergue, 1972:620; Manacorda, 1977:330), propícia ao cultivo da oliveira. De qualquer forma, a importância relativa do metal no total das exportações béticas decaiu frente ao azeite, vinho e salmouras (Colls et alii, 1977).

Também a criação de gado adquire características diversas a partir do Principado, devido à intensificação da comercialização de cavalos, já numerosos em fins da República (Júlio Cesar, *Bel. Afric.* 501; *Bel. Hisp.*, 2) e da lã, de excelente qualidade (Juvenal, 12, 40-42; Marcial, 5, 37, 3; 8, 28, 26; Estrabão, 3, 26). Nas regiões ao norte de Córdoba o gado poderia fornecer, para as villae rusticae da região (que não produziam ânforas) couro para a confecção de odres destinados ao azeite (Ponsich, 1984:106-7). Em termos gerais, o movimento transumante do gado de Sierra Morena para a planície bética adquire uma ligação orgânica com o desenvolvimento agrícola e urbano da região, integrando-se, em certa medida, no ciclo do mercado regional (cf. os artesãos, ligados ao trabalho de matérias-primas provindas da pecuária e encontrados nas cidades: centonarii em Hispalis, CIL, II, 1167; ues-

tiarius em Corduba, CIL, II, 2240; lanificus em Tucci, CIL, II, 1699).

O cultivo de cereais, em particular de trigo, mas também de cevada (Estrabão, 2, 26) às margens do Guadalquivir, devia obedecer a dois padrões delimitados fisiograficamente. A planície bética, em particular a Vega de Carmona, conhecia uma plantação monocultora que abastecia de cereais os mercados urbanos da Província (Dio Cássio, 43, 33 - Carmona; Júlio César, B.C., 2, 18) e exportava mesmo, em certa quantidade, para algumas regiões do Império (D. Cássio, 60, 24, 15 - Mauritânia). Varrão, que conhecia em detalhe a triticultura da bética, refere-se a dois instrumentos utilizados, provavelmente, no cultivo de trigo na região, o tribulum e o plostellum punicum (RR, 1, 52, 1). Nas pequenas elevações da mesma planície, entre o vale do Corbones e a margem direita do Genil ocorria, provavelmente, um outro sistema de exploração. O cultivo de trigo (Plínio, 18, 95) nestas terras férteis, em conjugação com o plantio de oliveiras, é atestado pela tradição textual (Plínio, 17, 94) e pelos restos de mós encontrados nesta região (Ponsich, 1974; 1979) e relacionava-se ao abastecimento do mercado local ou aldeão da planície como uma atividade subsidiária e subordinada à atividade agrícola exportadora (Le Gall, 1972:645).

Das duas principais culturas voltadas para o comércio, a viticultura tem sido menos estudada e, como resultado, sua distribuição na província permanece, em grande parte, desconhecida. Todo o vale do Guadalquivir é propício ao cultivo da vinha, como atesta sua distribuição contemporânea. Cádiz é a única região mencionada pela documentação epigráfica (CIL; XV, 4570) e apenas nesta área surgiram, nos últimos anos, evidências materiais de produção vinária (Chic-Garcia, 1978:37; 1978:47-49). A tradição textual limita-se a mencionar a qualidade (Columella, 3, 2, 19 - vinho de segunda qualidade) e quantidade do vinho bético (Estrabão, 3, 4, 16; Justino, 44, 1). Um estudo da distribuição dos res-

tos de ânforas vinárias béticas, Haltern 70 e Dressel 28 (Liou & Marichal, 1978:141-145) no vale do Guadalquivir permitiria precisar a localização dessa cultura. O mesmo pode ser dito quanto à exportação do vinho bético que, embora pouco estudada, permite entrever uma distribuição ocidental do produto, abrangendo Roma (Panciera, 1980:244) e o Limes renano (Léqueument & Liou, 1978:183).

A oleicultura (*), em contrapartida, apresenta uma abundância de testemunhos textuais e arqueológicos que permite precisar suas principais características. Embora o azambujeiro estivesse presente na região, como atestam os topônimos Cotinus (Avieno, 610-615) e Ὀλέαστρον (Ptolomeu, 3, 10, 5; Plínio, 3, 12; Estrabão, 3, 4, 6), o cultivo da oliveira, durante a primeira fase de colonização, era praticado apenas em pequena escala (Júlio César, B. Hisp. 27, 1). A exportação do azeite bético desenvolveu-se, durante o Principado, graças à criação de um mercado internacional e às transformações na forma de exploração das províncias pelos romanos. O vale do Guadalquivir é favorável à oleicultura (Columella, 5, 8, 5) e esta adquiriu a primazia de toda a produção agrícola da região já em meados do século I a.C. (Plínio, 17, 93: non alia maior in Baetica arbor). A qualidade do azeite bético,

(*) - As fases de desenvolvimento da oleicultura bética fornecem significativos subsídios para uma periodização do desenvolvimento da economia romana. A crise da oleicultura itálica teria favorecido a exportação do bético para o oriente grego no início do Principado, segundo Will, 1984, tese infirmada pelas observações de Cambi sobre a insuficiência (não necessariamente crise) da produção dalmata, e pela constatação de um aumento de consumo de azeite na Britânia (D.F. Williams e D.P.S. Peacock, 1984), na Gália do Norte (Le Gall, 1984), em todo o Limes (Schallmayer, 1984; Martin-Kilcher, 1984; S. Schüpbach, 1984). Talvez a explicação desse aumento da exportação bética deva-se ligar com o crescimento dos mercados no período proto-imperial — concomitante com uma nova facies cerâmica (Panella, 1984: 226) — fato ressaltado por M. Beltrán Lloris, 1984 e por Rodríguez-Almeida. A existência de uma crise bética em fins do século II d.C., tese defendida por Blázquez (:89) e Chic-García, 1984:174, não encontra ressonância nos dados de Óstia (Panella, 1984:260) e parece mesmo ser negada pelos dados provenientes da Europa Central (Martin-Kilcher, 1984:345) e do Limes (Schallmayer, 1984).

mencionada por Plínio (15, 3, 8) e por Pausânias (10, 32, 19), derivada da adequação do solo (Plínio, 17, 31), do relevo (Columella, 5, 8, 5) e de outros fatores geográficos à oleicultura, permitiu sua penetração nos mercados internacionais com rapidez e facilidade (Beltran Lloris, 1980:190).

As variações na concentração de olivais, presentes em todo o vale do Guadalquivir (Estácio, 2, 7, 28), relaciona-se com mudanças fisiográficas regionais. Apenas ao sul de Sevilha, com a presença de pântanos, e na Sierra Morena, devido às suas cristas relativamente abruptas, as condições não se apresentavam propícias à oliveira [Columella, 5, 8, 5: neque depressa loca, neque ardua amat (sc. olea)]. As pequenas elevações da planície bética, especialmente entre o rio Corbones e Córdoba, com seu solo pesado, constituíam um terreno favorável à olivicultura. Os vestígios arqueológicos de época romana confirmam a presença de lagares desde a província de Jaén, passando pelo vale do Genil, até Sevilha, e uma concentração de olarias anforárias entre esta última e Córdoba. A ausência de oficinas cerâmicas de Dressel 20 na região ao norte de Córdoba (Ponsich, 1980:52 e 54), em uma região produtora e, provavelmente, exportadora de azeite (Marcial, 12, 631-632; 981-988) explica-se pela não navegabilidade do Guadalquivir, em época romana, a partir de Córdoba (Bonsor, 1901:848). Nosso conhecimento das características da produção oleícola apresenta certas limitações, sobretudo no que se refere às áreas não prospectadas por Ponsich. Além disso, foram escavadas apenas duas olarias anforárias (Remesal, 1982; 1984) e nenhuma uilla rustica, enquanto a tradição literária refere-se de forma apenas fragmentária ao cultivo e feitura do azeite bético (Isidoro, Etym., 11, 1, 68).

Possuímos, por outro lado, evidências textuais e, principalmente, materiais da distribuição e comercialização de azeite da região. A documentação epigráfica é abundante, referindo-se aos diffusores olearii ex Baetica (CIL, II, 1481; CIL, VI, 2972;

CIL, XII, 714; Panciera, 1980:242; Gonzales Fernandez, 1984:183; Rodríguez-Almeida, 1984:152), atuantes em Astigi (Ecija), na Gália e em Roma; negotiatores olearii ex Baetica (CIL, VI, 1625b; Panciera, 1980:244 = negotiatrix) em Roma; um mercator olei hispani ex prouincia Baetica (CIL, VI, 1943) em Roma; e um adiutor praelecti annonae ad oleum afrum et hispanum rescensendum (CIL, II, 1180) em Sevilha. A profusão de referências (9 inscrições) a elementos ligados ao comércio do azeite bético, bem como sua distribuição, permitem observar não apenas a área de sua distribuição (ocidental) como sua importância qualitativa.

Sobre a extensão das exportações, entretanto, as evidências materiais fornecem elementos ainda mais significativos. Os mercados potenciais de azeite bético eram de três tipos: Roma, abastecida pela annona urbana; o Limes renano, britânico e mauritânico, ligados à annona militaris, e os centros urbanos do Ocidente (Hassall, 1972). Nos três casos a distribuição de achados de ânforas Dressel 20 comprova sua penetração maciça, em particular em Roma (restos do M. Testaccio, Rodríguez Almeida, 1972) e nos acampamentos castrenses no Reno e no Danúbio (Schallmayer, 1984).

As pesquisas dos últimos anos têm demonstrado que as esparsas informações textuais referentes à presença do azeite espanhol na parte oriental do Império (Luciano, Nau., 23) e em particular a documentação papirológica egípcia (Pap. Oxyr, 1924), devem ser consideradas dignas de crédito. As recentes escavações de Cambi (1984) na Iugoslávia e, sobretudo, a publicação de material epigráfico das ânforas Dressel 20 encontradas em sítios orientais (em particular Alexandria, Antioquia, Atenas e Corinto) por E. Lyding Will (1984) têm ressaltado a necessidade de uma reconsideração sobre a tradicional dicotomia entre mercados ocidentais e orientais no Alto Império, tanto para produtos agrícolas como para a própria definição de áreas de difusão cerâmica (Morel, 1982 : 79). De qualquer forma, embora não possamos definir quantitativamente a

importância desses mercados, deve-se reconhecer que a difusão do azeite bético abrangia uma área imensa, com uma presença significativa em todo o Ocidente romano.

Na própria província, essa produção para exportação em larga escala exigiu a criação, ou favoreceu o desenvolvimento, de duas atividades artesanais subsidiárias, cuja localização pode ser precisada. Por um lado, as olarias anforárias, que se concentram às margens do Guadalquivir e do Genil pela facilidade de transporte (as ânforas pesam até 80 Kg) e pela abundância de matéria-prima. A significação econômica e social destas manufaturas no quadro do assentamento romano na região pode ser avaliada pelos resultados obtidos pela escavação de um forno em La Catria (Remesal, 1982). Sua capacidade de produção, bastante significativa, permite atestar a importância desse artesanato para a região nos meses de atividade da olaria (maio-setembro) (Remesal, 1982:38). A demanda de mão-de-obra para o trabalho nas figlinae coloca a questão da movimentação sazonal dos trabalhadores, provavelmente liberados das atividades ligadas à oleicultura ou ao cultivo de trigo nas pequenas propriedades, ou mesmo provenientes das áreas de corte madeireiro ou de criação de gado na Sierra Morena ou dos estaleiros (Thouvenout, 1973:166).

Quanto a estes, possuímos evidências epigráficas e textuais sobre a existência, no vale do Guadalquivir, de scapharii, lintrarii e naicularii (CIL, II, 1163; 1168-9; 1182-3; Chic-García, 1981:30). No primeiro caso trata-se da construção naval de grande envergadura, predominante na região de Sevilha, onde penetravam os navios mediterrâneos (Estrabão, 3, 2, 3; Chic-García, 1984:39-40), e atestada já por César (B. Ciuille, 2, 18, 1: Naues longas... complures in Hispali facienas (Varro) curauit). Rio acima localizavam-se os estaleiros de menor porte, destinados à construção de barcos pequenos, semelhantes a barcaças fluviais (Estrabão, 3, 2, 3).

As atividades da região entre Sevilha e Córdoba, delimitada pela Sierra Morena e pela Sierra Nevada, oferecem um quadro complexo em termos de sua implantação na paisagem. As principais características da margem direita são a presença de agrupamentos humanos com estatuto político de cidade e, em consequência da pouca extensão da planície marginal, a convivência da agricultura com atividades ligadas à Sierra Morena, como a mineração, criação de gado, abate de árvores e construção naval. Esta margem do rio, menos atacada pela erosão, abriga os principais portos da região. A planície bética ou campiña domina a margem oposta, possibilitando uma vida agrícola interior mais intensa, articulada em aldeias que se relacionam com as uillae rusticae de seu território e com o exterior.

Duas questões interligadas, de importância capital para a compreensão da economia e da cultura material do mundo romano, merecem um comentário particular. A primeira delas refere-se à estrutura econômica da agricultura romana durante o Principado. Assim, Chic-García, 1984:169, sustenta que a finales del siglo I la mano de obra esclava era poco rentable em cultivos de la vid o el olivo... Este hecho... determinó la división de las grandes fincas em pequeñas unidades que se confiaban a granjeros arrendatarios (coloni). Trata-se de uma afirmação de caráter geral aplicada, concretamente, à Bética. Parece-nos, entretanto, que a aplicação do esquema interpretativo, neste caso, esteja em desacordo com os dados arqueológicos do assentamento no Guadalquivir e, em um nível metodológico, com algumas formulações recentes sobre a organização da produção Alto-Imperial.

Ao nível da documentação material, um estudo que efetuamos da região de La Campana permite constatar uma grande estabilidade no assentamento desde meados do primeiro século (sigillata hispânica), de forma ininterrupta, até a antigüidade tardia (sigillata clara D). Esse assentamento é caracterizado pelo predomínio

mínio de uillae oleicultoras com um território hipotético — calculado pela aplicação dos polígonos de Thiessem — considerável (de 500 à 1500 ha.). Não se trata, contudo, de latifúndios, com características de exploração extensiva e autárquica, nem muito menos de pequenas unidades geridas por colonos; estas grandes propriedades deviam ser trabalhadas por esquadrões de escravos e dirigidas por uilici (Columella, 1, 1, 20), pois apenas dessa forma explica-se a ausência de elementos de luxo nas uillae da Campiña e a contínua vinculação de sua produção com o mercado externo (documentada pela presença de lagares). Esta suposição é reforçada pelo assentamento marginal do Guadalquivir, dominado por uillae providas de lagares, luxuosas, de pequenas e médias dimensões prováveis, cuja função intermediária entre as olarias anfóricas e as uillae oleicultoras da Campiña apresenta-se bastante clara.

Estes dados opõem-se também às considerações de Ye.V. Lyapustina (1985:161-186) sobre a rápida passagem, no primeiro século do Império, para um sistema de latifúndios descentralizados trabalhados por colonos, e concordam com as observações de S. Dyson (1979:91-95) e de outros autores (M. Clavel-Lévêque, 1976; R. Martin, 1971) sobre o predomínio de relações mercantis e escravistas na economia durante o Principado.

Este predomínio, caracterizado pela criação de um mercado pan-mediterrâneo desde Augusto, encontra correspondência a nível da cultura material (Panella, 1984:226) em geral e na constituição, em particular, de um mercado unificado para os produtos transportados em ânforas. Isto leva-nos à segunda questão, referente à constatação de Remesal (1984:129), Keay (1984:552) e Beltrán Lloris (1984:545) de uma diferença entre a estabilidade morfológica do tipo Dressel 20 em comparação com a multiplicidade de formas de ânforas destinadas ao transporte do azeite bético no Baixo-Império (Dressel 23A e B, El Tejarillo 1, 2, 3). Este fenómeno pode ser compreendido caso observemos a ligação necessária

entre a existência de um mercado pan-mediterrâneo e a estabilidade formal dos diversos recipientes. A existência, por cerca de três séculos, de um comércio estável possibilitou e favoreceu a manutenção de uma tradição artesanal (nas olarias) e de transmissão de mensagens (a respeito do conteúdo do vaso) para os usuários e consumidores

A desagregação desse mercado pan-mediterrâneo e o enfraquecimento das estruturas imperialistas de concentração de recursos em centros urbanos, resultado do fortalecimento da autarquia agrícola de diversas regiões do Império (Keay, 1984:567), ocasionou o desaparecimento de um público consumidor unificado. Dessa forma pode-se explicar o surgimento de diversos tipos concomitantes das ânforas destinados ao mesmo produto e a relativa instabilidade na transformação morfológica dos mesmos. A existência de públicos consumidores desconectados permite que formas sejam destinadas a mercados locais (caso, talvez, das ânforas El Tejarillo 1, 2, 3) e outras a mercados ultramarinos, cada qual com um universo de ânforas particular. A existência de uma forte autoridade estatal interessada no controle rigoroso do comércio em ânforas, presente e atuante durante o Principado (Rodríguez Almeida, 1984: 157), permitia a manutenção de formas anfóricas determinadas, procedimento necessário para o controle do transporte e armazenamento desses vasos-recipientes. Estas amarras rompem-se quando a dicotomia centro-periferia se transforma em descentralização política e econômica na Antigüidade tardia.

Transformações e características da exploração de recursos durante a tarda-antigüidade

O quadro que expusemos, válido para o período alto-

imperial, onde predomina o valor-de-troca nas relações econômicas, sofre alterações de difícil balizamento cronológico (Schtajerman, 1964:151). A crise do século III d.C. (*) e a mudança do eixo Roma/Península Ibérica para Roma/África do Norte preparam o terreno para as transformações profundas que ocorrem a partir do século IV d.C. (Chic-García, 1984:179 e 182). Os mercados para os produtos béticos restringem-se com a perda da Bretanha e com a subordinação do uicarius Hispaniae, residente em Sevilha ao Praefectus Galliarum, que se acompanhou de uma diminuição das exportações voltadas agora, em sua maior parte, para o Limes renano. A mineração parece ter entrado em crise — não é citada na Expositio Totius Mundi — e a criação de gado, embora atestada (ETM, 78) deve ter sofrido com a perda de consumidores na província e no exterior, pela diminuição da população urbana (Schtajerman, 1864:147). O vinho bético desaparece do registro arqueológico e das fontes textuais.

O azeite bético, pelo contrário, é citado em primeiro lugar dentre os produtos espanhóis na Expositio Totius Mundi (78) e sua exportação é atestada pelas fontes literárias, em particular

(*) - A suposição de uma crise de meados do séc. III d.C., propugnada por Chic-García (1984:181) para a agricultura bética, encontra igualmente dificuldades para sua sustentação. O estudo de J. Remesal, 1984, confirma suposições suas, de fins da década passada, da continuidade da exportação do azeite bético após o abandono do Monte Testaccio em Roma (257 d.C.). Em sua escavação da olaria de El Tejarillo identificou ao menos cinco formas anfóricas (Dressel 20, 23, El Tejarillo 1, 2, 3) destinadas ao azeite, não constatando, além disso, uma facies de destruição da olaria no período das invasões francas (257-258 d.C.). A hipótese de uma destruição generalizada de lagares e olarias (Chic-García, 1984:182) não é confirmada pelos dados recolhidos in situ por Remesal, que reconhece o funcionamento de muitas olarias no Baixo-Império (Remesal, 1984:116). Na região de La Campana, por exemplo, observamos que 35 (40%) sítios prospectados por M. Ponsich, 1979, apresentam produções cerâmicas alto-imperiais (sigillata gálica, hispânica, ânforas Dressel 20 e sigillata clara A) e 34 (39%) cerâmica tardia (sigillata D), segundo nossos cálculos. Assim, embora não se possa descartar a possibilidade de uma crise em meados do terceiro século, parece-nos que em termos estruturais a agricultura bética manteve-se próspera e voltada para o mercado externo. Esta última observação encontra respaldo tanto na documentação material (Remesal, 1984:129) como nas considerações metodológicas desenvolvidas por S.J. Keay, (1984:551-568) sobre o crescimento dos mercados urbanos na antigüidade tardia.

por Ausônio (Ep. 25) referindo-se à sua exportação para Bordéus. A expressão oleum hispanicum ou ἔλαιον ἰσπανίου é freqüente nos autores de receitas médicas como Vegécio (séculos IV-V), Marcelo Médico (séc. IV-V, gaulês), Cláudio Hermerus (séc. IV-V), Cássio Félix (séc. V, africano) e no C. Hipp. Graecorum (original séculos IV e V). Paládio, em seu Opus Agriculturae (séc. IV) menciona em uma receita o uso de azeite espanhol (8, 8). Trata-se, aqui, de uma nova versão de uma prescrição de Columella (12, 57) que, no entanto, não menciona este produto, evidenciando, mais uma vez, sua exportação no século IV d.C. Mesmo um papiro egípcio do século V ou VI, menciona um carregamento de azeite espanhol (Pap. Oxyr, 1924: ἔλαιον Σπάνιον ἀγγί[ο]να).

Até fins da década de 1970 estas informações transmitidas pela tradição textual não haviam sido comprovadas arqueologicamente. A produção de ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20 interrompe-se pouco após o abandono da descarga deste material no Monte Testaccio em Roma, em 255/57 (CIL, XV, 4395-96). Tal fato induziu alguns pesquisadores (Zevi, 1966:221) a propor esta época como término para as exportações de azeite bético. Em sentido contrário, Beltran Lloris assinalava, já em 1970, a presença de ânforas Dressel 20 em contextos do século IV e propunha a ânfora Dressel 23 como o recipiente oleário bético dos séculos IV e V (Beltran Lloris, 1970:478 e 516). Logo em seguida, Clementina Panella assinalava a presença em Óstia de ânforas Dressel 23 em estratos do século IV (Panella, 1972:104), sem contudo endossar a identificação de seu conteúdo, proposta originalmente por Tchernia (1967:223). Ainda em 1977, Remesal apresentou a hipótese da continuidade da produção oleária bética reconhecendo a inexistência de provas da presença de um tipo anforário destinado ao envase desse produto na própria região produtora. Novos achados de Dressel 23, publicados por Beltran Lloris em 1981 vieram a fortalecer as hipóteses levantadas na década anterior. Contudo, apenas com a escavação da

olaria de El Tejarillo por J. Remesal (inédito), cujos resultados parciais foram anunciados em 1984, pôde-se confirmar a região do Guadalquivir como a origem das Dressel 23 (Remesal, 1984:129) (Pr. 59).

Tal fato, se por um lado confirma a continuidade da exportação, por outro representa uma realidade social e econômica diversa da anterior. O mercado externo resume-se ao Ocidente continental, com testemunhos mais abundantes em Augst, Kaiseraugst, Basiléia, Treves e Colônia (Martin-Kilcher, 1984:337). Sua presença no Limes germânico era, provavelmente, maciça, como podemos deduzir da construção da Catedral de Colônia, onde foram utilizadas cerca de 1700 ânforas Dressel 23 (Remesal, 1984:129). Já a penetração no mercado romano e italiano deve ter sido muito limitada.

Na própria Bética, essa contração do comércio ocorreu paralelamente a alterações na estrutura produtiva. Podemos interpretar a expressão da ETM: Spania. terra... diuos uiris doctis, como uma referência provável à Bética, já que a obra destaca, dentre os produtos da Espanha, o azeite. Poderia ser um indício de uma eventual identificação destes uires diues et docti com os produtores oleícolas. A tradição textual é, no entanto, lacônica a respeito da estrutura agrária da Província no Baixo-Império. As opiniões dos pesquisadores, em particular de historiadores, dividem-se quanto à extensão do latifúndio na região e quanto às características de mão-de-obra, escrava ou colona.

A cultura material pode fornecer alguns subsídios a respeito das transformações ocorridas no vale do Guadalquivir. A persistência da ocupação da maioria absoluta das uillae rusticae, segundo a prospecção de Ponsich, permite supor uma continuidade das formas de produção agrícola. Contudo, apenas um estudo conjunto das estruturas internas das uillae e dos pequenos sítios poderia determinar as transformações no sistema produtivo. A produção para exportação deve ter continuado predominante se considerarmos

que, em uma prospecção preliminar, Remesal (1984:116) identificou 27 olarias produzindo Dressel 23 de um total de 71 (38%) que funcionavam para a produção de Dressel 20. Tais dados sugerem uma diminuição da importância do mercado externo e um retrocesso da economia regional. A continuidade da ligação com o mercado, embora com uma notável diminuição de intensidade, indica um padrão de assentamento semelhante ao do Alto-Império cujo funcionamento e transformações não são determináveis com os elementos disponíveis.

A completa transformação desse padrão de assentamento, por outro lado, não pode ser precisada atualmente. Sem entrarmos na discussão sobre a exportação de azeite bético a partir do século V e sobre a continuidade da produção oleicultora (Garcia Moreno, 1981) parece-nos que a quebra da ligação direta com o mercado renano a partir de 409 impossibilitava a preservação de um sistema de assentamento que se ligava, de uma forma ou de outra, com a exportação. A ausência, nos sítios prospectados por Ponsich, de cerâmicas tardias deixa entrever modificações profundas cujo alcance e significação estão por ser delimitados. De qualquer forma, o decréscimo do intercâmbio marítimo a partir dessa época viria a alterar radicalmente as especificidades do comércio, acarretando a retração e, em seguida, o desaparecimento do tráfico de mercadorias em ânforas pelo Mediterrâneo.

CAPÍTULO III

TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS DAS ÂNFORAS OLEÁRIAS BÉTICAS
DE TIPO DRESSEL 20. I - PREMISSAS METODOLÓGICAS

Was bekannt ist, darum noch nicht erkannt.

Hegel

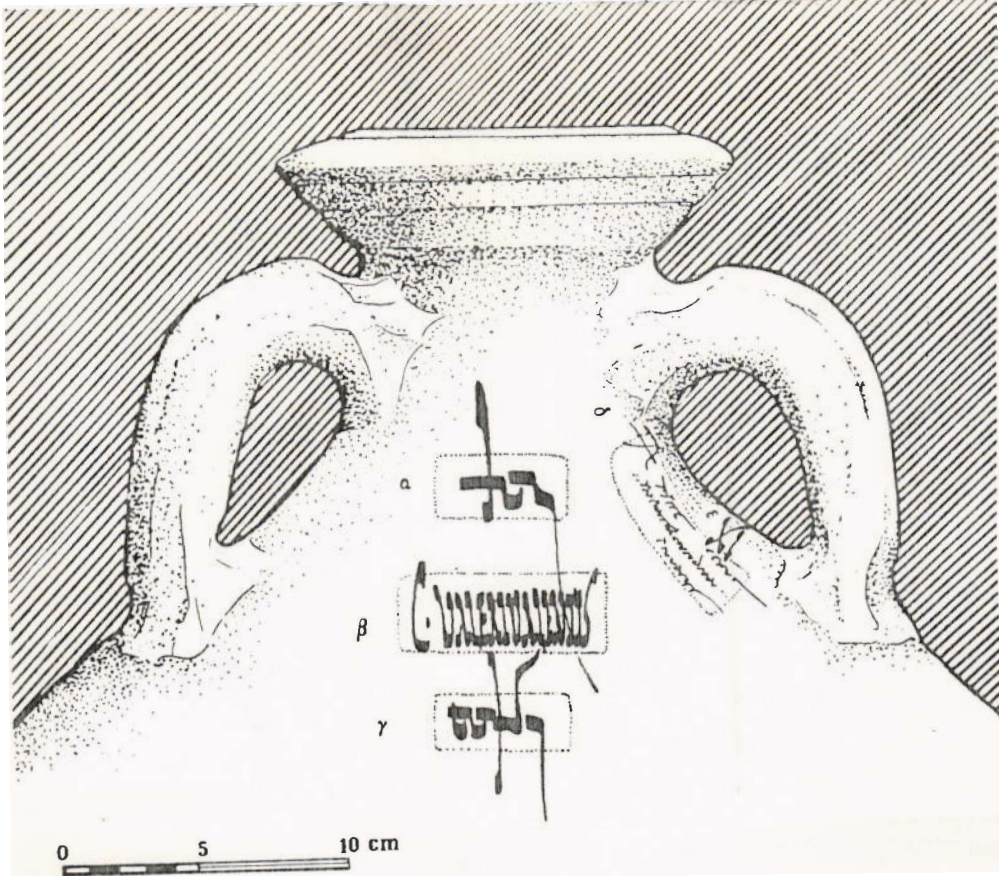
Delimitação do objeto de estudo

Nosso estudo das transformações das ânforas oleárias béticas, ao deslocar o motor da mudança do próprio artefato para as relações sociais e econômicas, impõe uma reflexão inicial sobre a delimitação do tipo a ser analisado. Os critérios morfológicos e, principalmente, sociológicos que têm sido utilizados para demarcar o tipo Dressel 20 resultaram numa definição em termos de "recipiente esférico para o azeite bético". Parece-nos necessário discutir, inicialmente, o balizamento cronológico de tal definição o que depende, por sua parte, de uma redefinição dos critérios sociológicos dentro de um quadro morfológico significativo.

O diferente peso dado à variação formal admissível para o tipo acarreta divergências quanto ao início de sua produção. Os exemplares anteriores ao período Cláudio, como veremos abaixo, possuem forma cilíndrica, pé destacado e, por vezes, grande

volume (Pr. 20, 30, 31) contrastando com os exemplares pequenos e esféricos de meados do primeiro século (Pr. 32, 33). Por esse motivo, alguns autores consideram os exemplares anteriores a Cláudio como um tipo particular, Dressel 19 (Liou e Lequement in Colls et alii, 1977:83) ou protótipo Dressel 20 (Panella, 1973), enquanto outros inclinam-se pela manutenção de uma unidade formal e sociológica entre os exemplares Dressel 20 dos dois períodos (Hesnard, 1980:142; Rodríguez Almeida, 1984; Martin-Kilcher, 1984). Já o fim da produção do tipo tem sido associado a dois acontecimentos contemporâneos: o abandono da descarga das ânforas no Monte Testaccio em Roma em 255-257 (CIL XV, 4395-96) e as invasões germânicas que ocorrem simultaneamente na Bética [257-258 cf. Aurélio Vitor, *Epit. de Caes.*, 33, 3: (Galienus) rem romanam quasi naufragio dedit ... adeo uti... Francorum gentes direpta Gallia Hispaniam possident; veja também Blázquez, 1975:214; 1978:461]. Em 1984, por outro lado, Martin-Kilcher (1984:340) referia-se a "pequenas ânforas do tipo Dressel 20" encontradas no quarto século.

Parece-nos possível preservar a unidade sociológica do tipo Dressel 20 tomando como elemento chave para sua delimitação a especificidade de suas inscrições — conhecidas desde Dressel como "Hispânicas" — pois estas evidenciam uma prática de controle particular. Os tituli picti, executados na região produtora, sempre com tinta negra, embora atestados apenas a partir da época Cláudia, apresentam uma ordenação rígida (Titulus α = peso do vaso; γ = peso do conteúdo; β = nome do mercator; δ = adjetivo no neutro, nome no genitivo, letra A, repetição do peso do conteúdo, e um modus scribendi cujas características pressupõem um



ἡσυχία
 ἡσυχία ἡσυχία ἡσυχία
 ἡσυχία ἡσυχία
 ἡσυχία

ἡσυχία ἡσυχία ἡσυχία
 ἡσυχία ἡσυχία ἡσυχία
 ἡσυχία ἡσυχία ἡσυχία

CIL, 3797

ἡσυχία
 ἡσυχία ἡσυχία ἡσυχία

ἡσυχία ἡσυχία ἡσυχία
 ἡσυχία ἡσυχία ἡσυχία

CIL, 3810

ἡσυχία

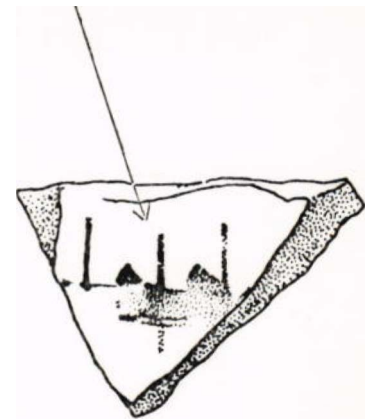
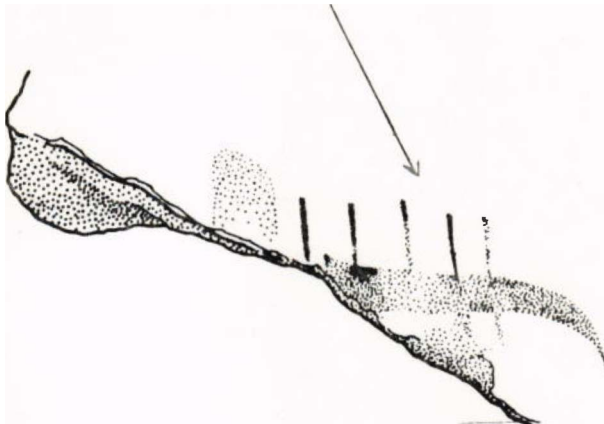
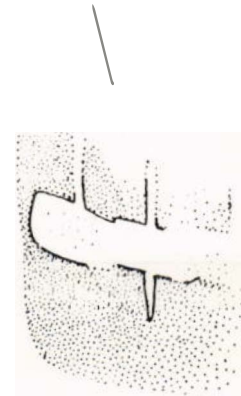
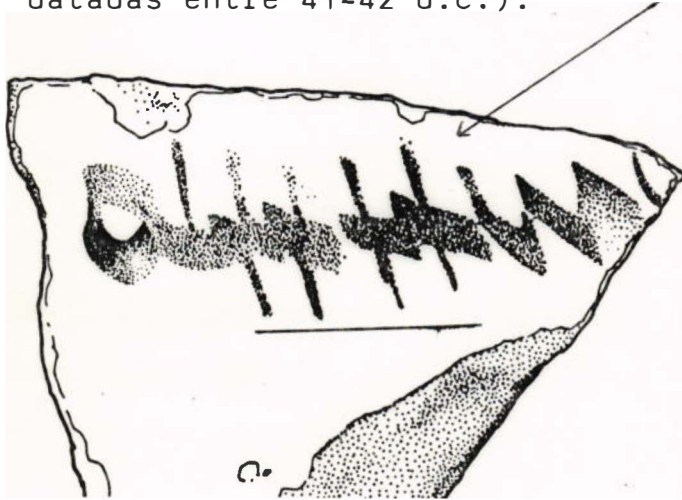
ἡσυχία

ἡσυχία ἡσυχία ἡσυχία
 ἡσυχία

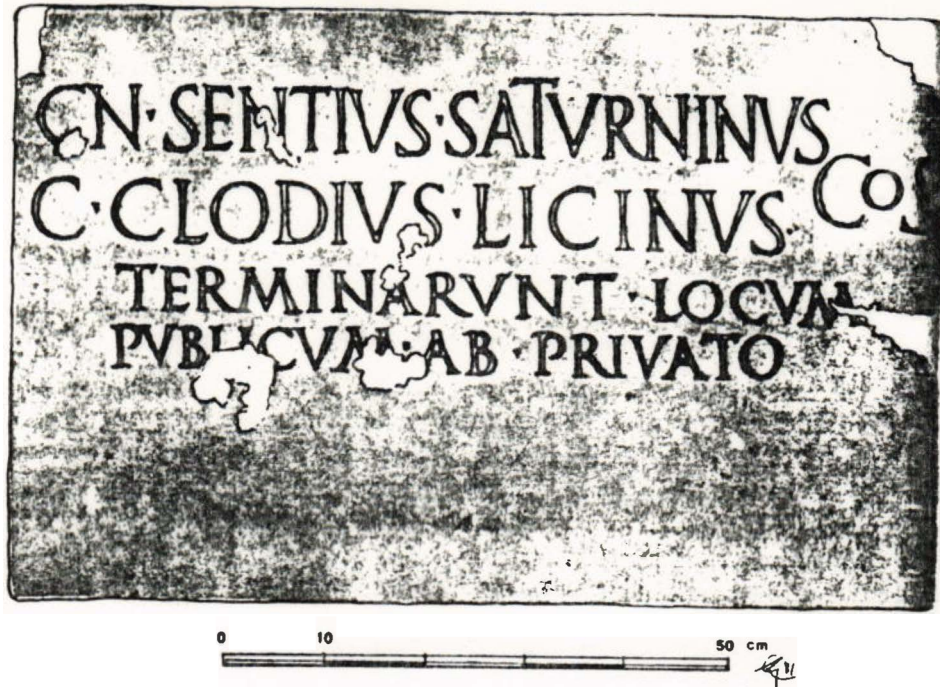
ἡσυχία ἡσυχία ἡσυχία
 ἡσυχία ἡσυχία ἡσυχία

CIL, 3934

"envelhecimento" de ao menos meio século (Rodríguez-Almeida, 1980; 1984). Tal fato torna-se evidente no caso da grafia dos numerais, em particular do número dez, que se apresenta invariavelmente representado como uma cruz (cf. as inscrições de Port-Vendres II, datadas entre 41-42 d.C.).



Esta hipótese encontra respaldo na data de início da organização urbana de descarga das ânforas oleárias béticas na região anexa à Porticus Aemilia e aos Horrea Sulpicia e Lolliana que deve datar da época de Augusto, se aceitarmos o testemunho de um tipo de delimitação da area futuri Montis Testacei, encontrada a Oeste do Monte no século XVIII: CN. SENTIUS. SATURNINUS/C.CLODIVS. LILINVS COS/TERMINARVNT. LOCVM PVBLICVM. AB. PRIVATO (4 d.C., CIL, VI, 1264, leitura segundo apógrafo de Rodríguez Almeida, 1984:158, fig. 19).



A delimitação desse espaço ultra quod progredi arbitratum aedilium vetitum erat, nas palavras de Dressel (1978:127), enquadra-se justamente no programa urbanístico de Augusto (Rodríguez-Almeida, 1981:106). Por outro lado, a data proposta por Spurr (1985:126) para o surgimento de um mercado pan-mediterrâneo após a Guerra Social e, em particular com a intervenção estatal a partir do Principado — em oposição à tese de que o auge escravista ocorreria nos séculos II-I a.C., comumente admitida na última década — favorece a hipótese da regulamentação, refletida nos tituli picti ter sido implantada em fins do primeiro século a.C.

Além disso, um dos selos encontrados em ânforas Dressel 20 (PSAVF) apresenta-se em Avenches, segundo as recentes descobertas de Martin-Kilcher (1984:344), em extratos das décadas de 20 a 40 d.C., presumivelmente em ânforas de forma cilíndrica e esférica, demonstrando uma nítida continuidade entre uma e outra species. Dessa forma, as diferenças morfológicas entre esses exemplares Dressel 20 não invalidam sua classificação como um mesmo tipo, indicando apenas uma transformação cujas possíveis causas a-

nalisaremos no capítulo seguinte.

Quanto ao fim da produção, embora até a presente data as inscrições mais recentes refiram-se ao período de Galieno (257-258, CIL XV, 4395-96), possuímos alguns indícios da constituição de um segundo local de desativação (o Testacciolo), cujos restos ainda eram visíveis em 1835 (Rodríguez-Almeida, 1981:115-116). Além disso na própria Bética o fim da produção de ânforas Dressel 20 não parece ter sido um fenômeno brusco, como supõem alguns autores (Blázquez, 1984; Chic-García, 1984), que associam as invasões francas a uma crise da oleicultura regional. Neste sentido, as escavações da olaria de El Tejarillo por Remesal (1984) e a comprovada estabilidade no assentamento do Vale do Guadalquivir (Funari, inédito), infirmam a hipótese da existência de uma facies de destruição nesse período. Tais constatações, a nosso ver, apenas ressaltam o fato de que não possuímos qualquer testemunho textual de destruições germânicas no Guadalquivir, pois todos os autores conhecidos referem-se a outras regiões ou à Hispânia em geral (Aurélio Vitor, Epit. de Caes., 33, 3; Eutrópio, 9, 8, 2; Orósio, 7, 22, 7; Nazareno, Panegírico de Constantino Augusto, 17, 1; Scriptores Historiae Augustae, Vita Probi, 18, 5). A ausência de amuralhamento das cidades no vale do Guadalquivir, em evidente contraste com o restante da Península Ibérica (Blázquez, 1978:475), de entesouramentos, assim como de grandes villae latifundiárias, induzem-nos a deslocar o motivo do abandono das inscrições "hispânicas" da região produtora para o centro imperialista. A transferência do encargo da importação de alimentos do Prefeito da Annona para o Prefeito do Pretório — que embora atestada só sob Diocleciano pode ser anterior (Homo, 1971:210) — reflete uma mudança na ἐλαίωνία (Digesto, 27, 1, 6, 8; Código de Justiniano, 10 [56] 55, 1) derivada de transformações estruturais nas esferas econômicas e política: transferência do eixo Gallia-Hispania/Itália para o eixo África/Itália e diminuição da concentração de exceden-

tes em Roma.

Assim, embora a produção de ânforas esféricas para o azeite bético possa ter prosseguido após o abandono das práticas multisseculares de controle, refletidas nos tituli picti, sua dinâmica de alteração morfológica deve ter sido significativamente modificada pela convivência com múltiplos códigos regionais. Por causa desta transformação de seu conteúdo sociológico, ao que se deve acrescentar a escassez da documentação, parece-nos operacional associar o tipo Dressel 20 a estes tituli picti e identificar, grosso modo, seu final com o desaparecimento dessas inscrições em meados do terceiro século d.C.

Estágio atual dos estudos das transformações morfológicas das ânforas Dressel 20

A análise que efetuaremos das transformações morfológicas das ânforas do tipo Dressel 20 parte de uma tradição de estudos ímpar na anforologia, cujos resultados determinam, de modo significativo, os rumos da nossa pesquisa pois, como lembrou M. Bloch (1968:16-17): L'Historien n'a rien d'homme libre... il se sent incessamment limité, dans son enquête, par l'état des recherches. Devemos, portanto, voltar nossa atenção para o que tem sido estudado no campo das mudanças tipológicas nas últimas duas décadas, determinar as características e tendências da pesquisa e explicitar sua significação para a abordagem semiológica que propomos.

A pioneira sistematização das transformações morfológicas do tipo Dressel 20, efetuada há quase duas décadas por A.

Tchernia (1967), tornou-se clássica, sendo adotada com frequência como o ponto de referência fundamental (Panella, 1973; Cambi, 1976; Pohl e Zevi, 1970). Tchernia reconhece quatro períodos das Dressel 20, baseando-se em três atributos (lábio, colo e alças), que podemos esquematizar no seguinte quadro (a partir da descrição de Tchernia, 1967:224):

	LÁBIO	COLO	ALÇAS
+/- 50 d.C.	Almofada Almofada delgada	curto	1 - remontantes 2 - semi-círculo
Flávios início séc. II	ângulo vivo a - lenticular b - triangular	relativamente alongado	—————
Após 150 d.C.	Equino	Curto	Não remontam

Uma outra sistematização, limitada ao material proveniente de um único naufrágio, surgiria apenas nove anos depois. Pollino (1976:126-128), referindo-se a exemplares Dressel 20 contemporâneos (160-200 d.C.), propôs a delimitação de três variantes (Pollino 1, 2 e 3) a partir de dois atributos (lábio e pasta), levantando, dessa forma, a questão da existência de sub-tipos contemporâneos.

		Pollino 1 (Pr.54:2)	2 (Pr. 54:1)	3 (Pr. 55:3)
Lábio	exterior	duplo, dois ressaltos inferiores	Plano	Équino Invertido
	interior	sem reforço	com reforço	com reforço
Pasta		-	cinza, engobo rosa	alaranjada, mica
Dimensões		-	menor que anterior	-
Selo		<u>in ansa</u>	<u>in ansa</u>	-

O acúmulo de material anfórico e a introdução de procedimentos de análise informatizada resultaram na publicação em 1977, por A. Guénoche e A. Tchernia, do estudo de um grupo de 20 exemplares Dressel 20. A importância excepcional desse trabalho reside, a nosso ver, em dois fatores. Em primeiro lugar, a utilização e avaliação de um método de segmentação e estudo das proporções entre as partes do vaso permitiu identificar certas relações-chave dessas ânforas, em especial a relação entre a altura e a largura do vaso. Neste sentido, a avaliação negativa de Courbin (1982:202) sobre este trabalho (les resultats paraissent assez décevants) não leva em conta o aprimoramento que efetivamente se obteve da análise clássica (Guénoche-Tchernia, 1977:248-9). O segundo fator refere-se ao número de exemplares — insuperado até hoje — o que, em conjunção com os resultados da informatização, permitiu refinar a periodização do tipo Dressel 20 em cinco fases, a partir de cinco atributos (lábio, colo, alças, pança e argila) (Guénoche-Tchernia, 1977:248):

	1	2	3	4	5
Lábio	-	aimofada	arredondado	ângulo vivo	triângulo inclinado
Colo	-	-	curto	alongado	curto
Alças	Horizontais	remontantes	remontantes	não remontantes	-
Pança	alongada	-	redonda	-	-
Argila	arenosa	arenosa	arenosa	arenosa	dura, mais pura
Cronologia	12-9 a.C.	9 a.C. a 40	40-90	90-150	150

Contemporaneamente, J. Remesal (1977-78:98) pôde precisar, a partir de um estudo detalhado dos selos, a cronologia das ânforas de tipo Dressel 20, segundo o local de colocação daqueles no vaso, bem como se baseando em seu conteúdo epigráfico. Ao estabelecer essas duas ordens de classificação diversas, possibilitou utilizá-las isoladas ou em conjunto, conforme o estado da documentação o permita, como se pode observar nos quadros abaixo:

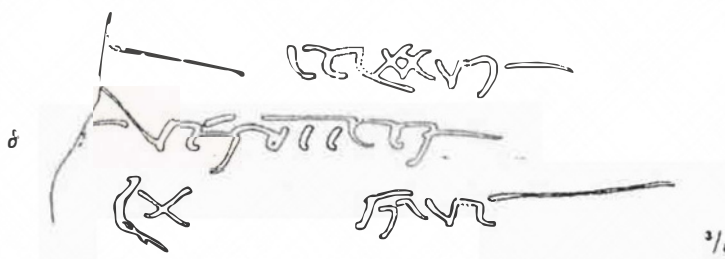
I - Local de colocação dos selos (Remesal, 1977-78:98)

CRONOLOGIA	POSIÇÃO DOS SELOS
I d.C.	<u>in Ansa</u>
final I-II d.C.	<u>in Ansa</u> e <u>in radice ansae</u>
III d.C.	<u>in ventre</u> (bilineares)

II - Conteúdo epigráfico (Remesal, 1977-78:90-93)

CRONOLOGIA	CONTEÚDO
I-II d.C.	<u>tria nomina</u> + (às vezes) a - <u>figlina</u> b - <u>officinator</u>
Severos	a - nome no nominativo + <u>F (ecit)</u> ou b - no genitivo
III d.C.	a - proprietário da ânfora e do azeite (<u>in ansa</u>) b - <u>figlina</u> (<u>in ansa</u>) c - <u>officinator</u> (<u>in ventre</u>)

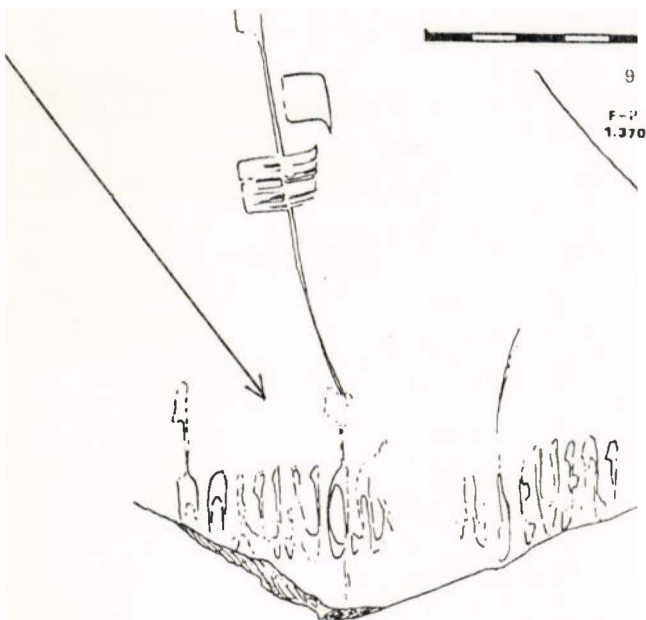
O material proveniente do Monte Testaccio, graças ao excepcional trabalho de E. Rodríguez-Almeida, permitiu precisar que os selos bilineares foram introduzidos pelos Severos e que os proprietários das figlinae não são mencionados junto ao nome da própria figlina e no mesmo selo durante todo o segundo século (Rodríguez-Almeida, 1979:899). Analisando os tituli picti dessas ânforas, Rodríguez-Almeida pôde determinar a utilização da cifra ε, em geral em tipos "urbanos" (= titulus ε infra ansam dextram, cf. CIL XV, 560) durante o período antonino (1980:58-59) e sua substituição por cifras hispânicas (nota hispana) a partir do período comodiano e durante o terceiro século (cf. CIL XV, 4379)



ε Χ .

Descripsi et dolineavi. — δ: v. l init. potest esse pars litterae λ (*hispa*)
 aut G (*astig*); CCLXXVS || [*imp. commodo II e*]t vero II cos (a. 179) ||
 ... LX fruc(tus). — ε: numerus scriptus est nota Hispana.

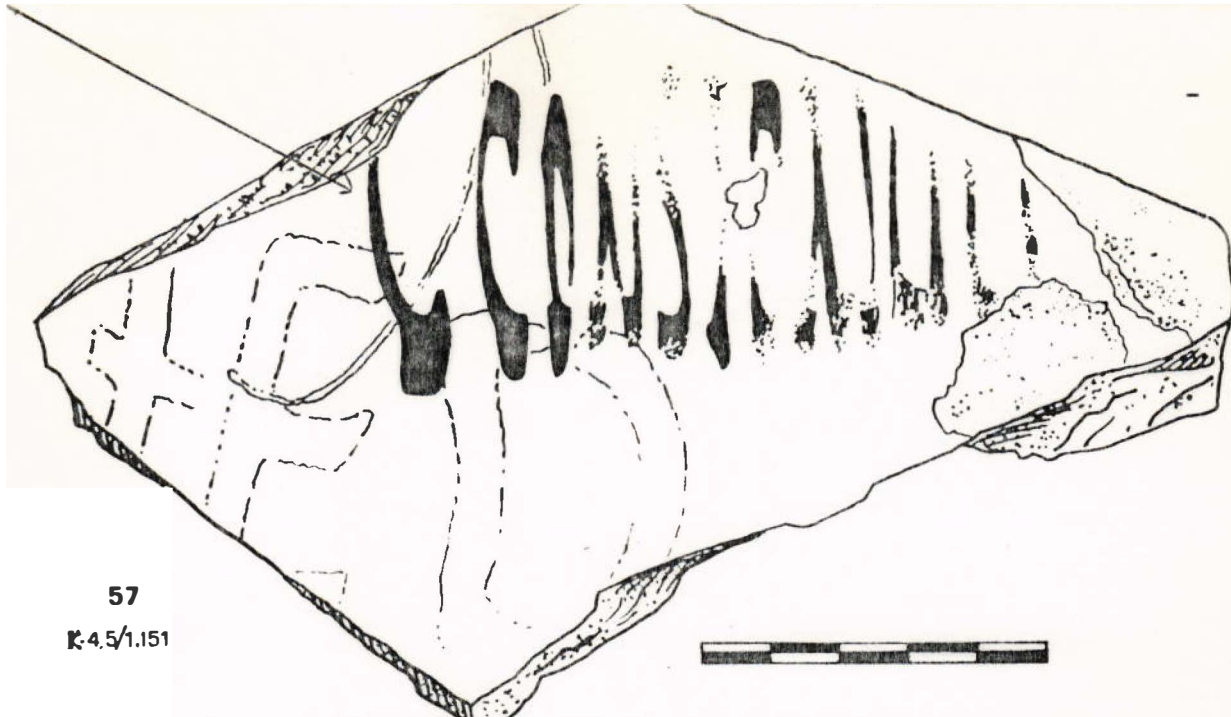
Com Severo, os mercatores privados desaparecem dos tituli β, sendo substituídos pelo imperador e seus filhos (p.ex. Dominorum nostrorum Severi et Antonini Augustorum) até 211 - 216



XC
 DOMINOR(VM) N SEVERI
 (ANTONINI ET GETAE AUGGG)

quando se introduz em β a Ratio Fisci (Fisci Rationis Provinciae Baeticae) retornando os mercatores privados apenas com Severo Alexandre (Rodríguez-Almeida, 1980:287).

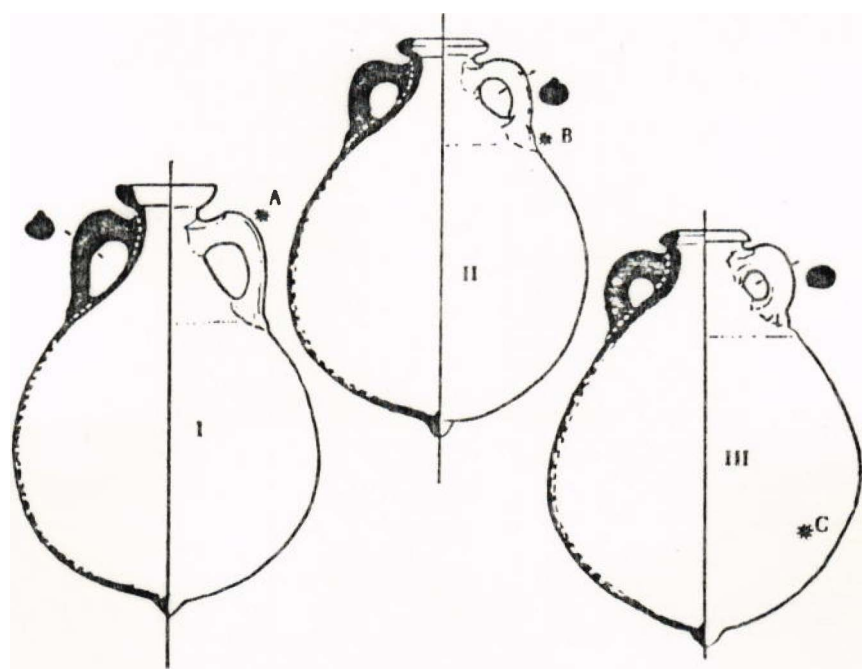
C. CONSI CARICI (vide reprodução abaixo)



57
K.4.5/1.151

A partir dos Severos, os controles (titulus ^δ) apresentam a palavra actus e tornam-se mais complexos (cf. CIL XV, 4111).

O estado atual do conhecimento sobre as transformações morfológicas do tipo Dressel 20 pode ser avaliado pela didascália, publicada originalmente por Rodríguez-Almeida (1978 -79:114), que rerepresentamos abaixo:



I- Primeiro Século
II- Segundo Século
III- Terceiro Século

e que podemos sistematizar em sete atributos:

Atributo		I d.C.	II d.C.	III d.C.
Lábio	exterior	équino	lenticular	équino invertido
	interior	reforço	reforço, obtuso	reforço
Colo		longo	curto	curto
Alças		remontantes	remontantes	remontantes
Seção alças		oval	circular	circular
Pança		alongada	circular	alargada
Selo		<u>in ansa</u>	<u>in radice ansae</u>	<u>in ventre</u>

Tais estudos possuem alguns pontos em comum — a alguns dos quais já nos referimos no primeiro capítulo, em particular a utilização de atributos sem explicitar os critérios de sua seleção e sem aplicá-los em todos os períodos estudados. Além disso, o emprego de um número limitado de exemplares, encarados como tipificadores de um período, indica uma preocupação com a descrição das transformações, o que explica, por exemplo, que as divisões cronológicas (de 3 a 5 períodos) dependem apenas do material datado disponível. A existência de sub-tipos contemporâneos recebe uma atenção apenas marginal, em decorrência da própria abordagem e do reduzido número de exemplares.

O conjunto de 250 ânforas de tipo Dressel 20 que recolhemos permite constatar que os esquemas até agora propostos, para um material limitado, não dão conta de grande número de exemplares de nosso corpus. Ainda mais significativo, como expusemos no primeiro capítulo, é o fato de deslocarmos o eixo da questão da descrição de exemplares para a explicação de processos de transformação (cf. Huot, 1982:106, ce que l'archéologie cherche ici à saisir est peut-être ce qu'il y a de plus insaisissable, c'est - à - dire les conditions d'un changement). Para tanto, devemos explicitar os

procedimentos analíticos a serem aplicados ao corpus compilado.

Procedimentos analíticos

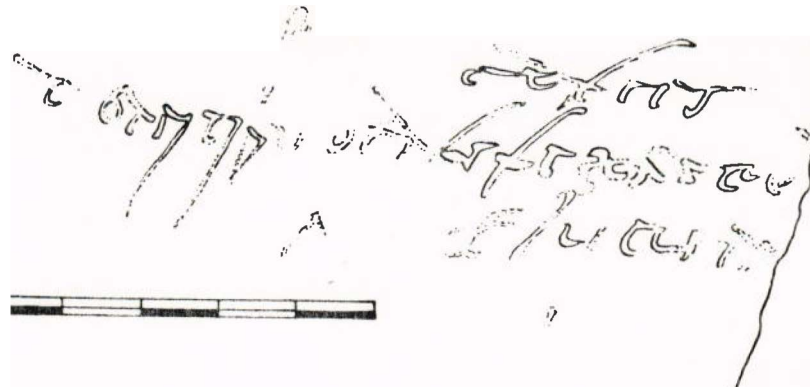
A realização da análise do corpus de ânforas Dressel 20, numa perspectiva semiológica, tal como proposta no primeiro capítulo, exige uma discussão prévia de algumas questões sobre a documentação e sua utilização.

a - Documentação epigráfica

As informações fornecidas pela epigrafia (Henkelkunde e tituli picti) para a análise tipológica do corpus recolhido são de três ordens: local de origem, datação do vaso e peso, tanto do recipiente como do conteúdo. O primeiro pode ser determinado a partir dos próprios timbres e dos tituli δ , em que aparecem registradas as figlinae de origem, graças aos achados de selos nas olarias e em outros sítios do vale do Guadalquivir. Os controles δ permitem, além disso, a obtenção de uma datação precisa através da menção aos cônsules anuais, atestada a partir de meados do segundo século e presente, talvez, desde a época flávia, segundo o testemunho de um unicum publicado por Rodríguez-Almeida (1980:287), com menção aos consules suffecti:

CCXIII

Domitia(n)o caes et p casco (cos) (= abril-junho de 71)



Os tituli anteriores a essa data não apresentam, segundo a documentação disponível, datação consular. Por outro lado, uma cronologia aproximada pode ser obtida dos selos e tituli β (= mercatores) associados a tituli δ , datados, assim como de timbres encontrados em escavações estratigráficas. Estas últimas começaram a produzir seus primeiros resultados apenas na década de 1980, com as escavações de Augst e Kaiseraugst (Martin-Kilcher, 1984).

Os tituli α e γ , referentes ao peso do vaso e de seu conteúdo em libras romanas, permitem estabelecer patamares padronizados, importantes para a determinação de sub-tipos. Dois problemas devem ser abordados com relação a essa documentação, em primeiro lugar a questão dos dados disponíveis. Além do CIL (Corpus Inscriptionum Latinarum) foram publicados tituli, provenientes do Testaccio, por Rodríguez-Almeida (1972; 1979; 1981; 1983) e de naufrágios por B. Liou e R. Marichal (Colls et alii, 1977), totalizando cerca de 600 inscrições com indicação de peso. Ocorre, contudo, uma concentração desses tituli em certos períodos, em particular por volta de 50 d.C., 150 d.C. e no início de terceiro século. Tal fato vem a ressaltar as lacunas documentais mas, ao mesmo tempo, permite transpor os dados dos períodos mais bem conhecidos para os menos representados, fornecendo critérios para avaliar seu grau de aproximação.

Uma segunda questão, referente aos aspectos paleográficos

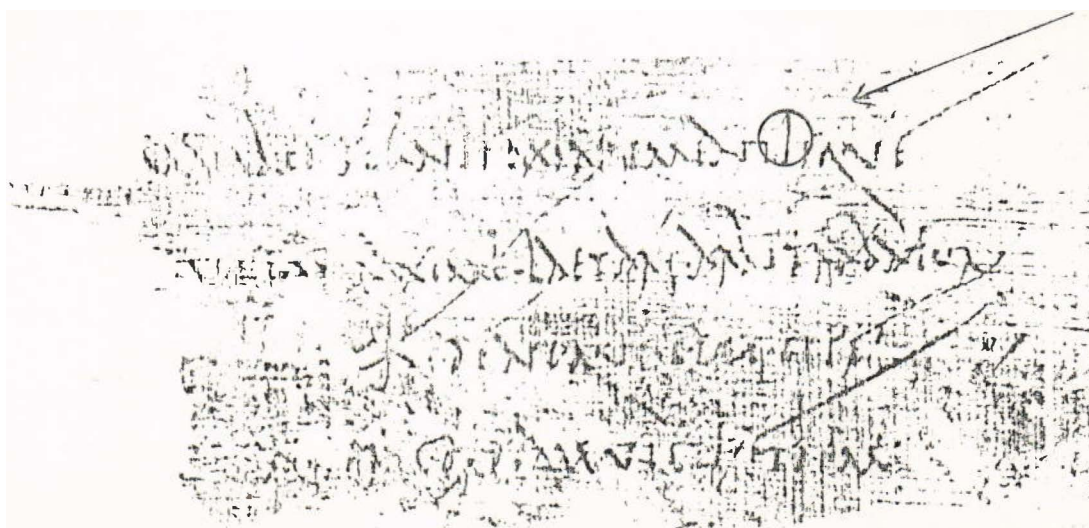
ficos dos tituli α e γ , deve ser discutida a fim de permitir sua utilização no estabelecimento estatístico de patamares-padrão (veja-se capítulo seguinte). Frequentemente, esses tituli, assim como a repetição de γ em δ terminam com uma letra interpretada por Dressel (1978:355 e no CIL XV) como um S (= semis, i.e., meia libra) devido à sua caudatura final. O próprio Dressel admitia referindo-se ao titulus α reproduzido abaixo (CIL XV 3637) que ultima nota utrum I sit an S dubitari potest.

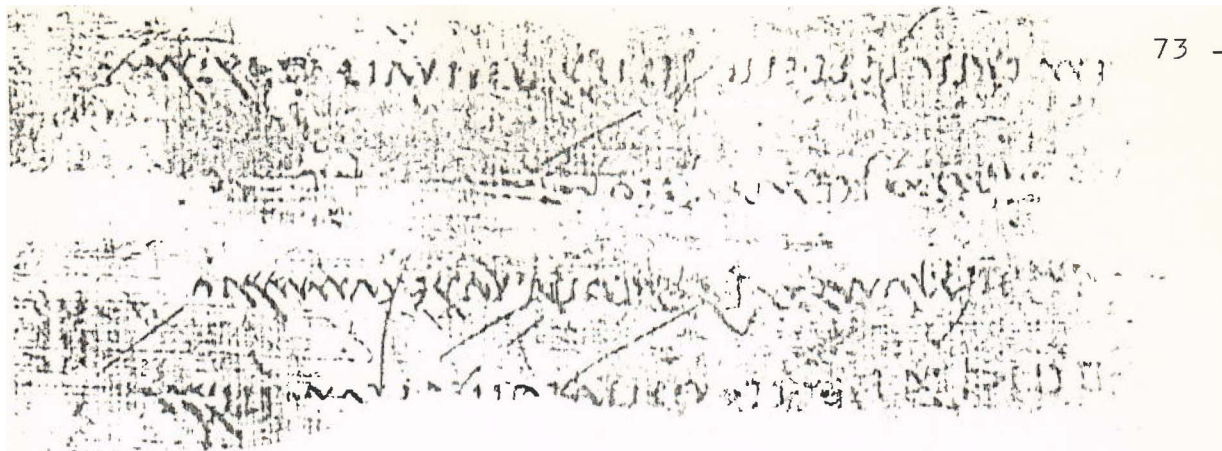
LXXIII
C ATILI SECVNDI
CLXXIII
maxsumi a(rca)

Já em 1972, Rodríguez-Almeida (1972:125) chamava a atenção para o fato de que a cifra final, escrita em capitais, apresenta sempre um fechamento em longa cauda para baixo e para direita, próprio do ductus desse tipo de inscrição:

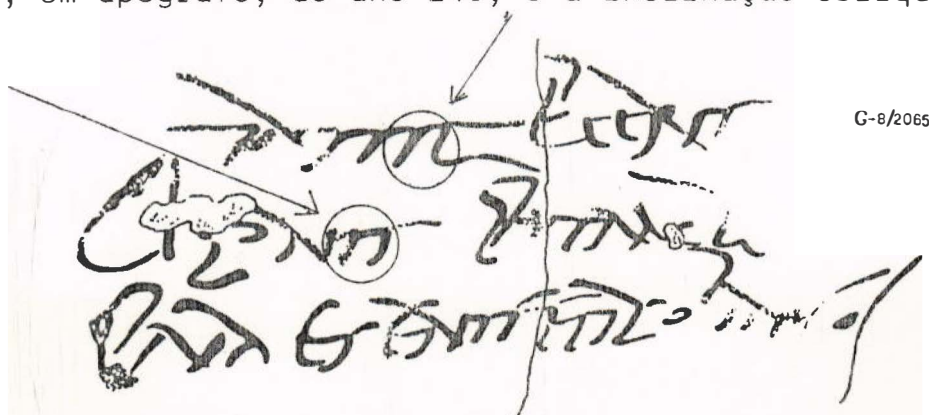


Os tituli ^δ correspondentes apresentam, por sua parte, uma cauda voltada para cima e para a direita, assemelhando a unidade final a um s cursivo; esta tendência do ductus explica-se, a nosso ver, pelo ângulo de inclinação oblíquo dessas inscrições, comum desde o primeiro século a.C. e durante o seguinte (Mallon, 1952:50). A resposta de Rodríguez-Almeida (1981:109-114) às objeções de R. Marichal (les s cursifs sont assurément des s, les s "spagnols" de la capitale sont une stylisation parfaitement reconnaissable des s de la capitale, Liou e Marichal, 1978:113) parece-nos bem fundada: as letras capitais I e S finais não poderiam ser confundidas pelo scriptor pois a caudatura das letras finais em ^δ confirma o reconhecimento do I de fechamento. Por nossa parte, acrescentamos apenas que a dificuldade de leitura desses I finais devia ser atenuada pelo costume da grafia de I não apenas com caudatura para baixo como supunha Rodríguez-Almeida (1981:107), ao se perguntar che raggio ne c'è di prolungarla (la I) in alto, un modo di scriverere che, sia nel corsivo, sia in capitale a pennello, si trova solo quando la lettera à chiaramente finale? — mas também para cima, mesmo no interior de palavras, encontra exemplos na documentação papiroológica egípcia. Tal fato apresenta-se particularmente claro em um papiro, originalmente, publicado em Papyri Iandanae V (1931) 90 e aqui reproduzido a partir do fac-simile de Mallon (1952, Pr. IV, 1), datado de fins do século I a.C. - início do I d.C.:





Em suas duas linhas superiores apresentam-se seis I, dos quais apenas um é representado com uma caudatura superior (grifado na transcrição abaixo: ... m. urbes. signis [...] monumentisque [...] etc. Parece-nos que este modus scribendi não se deva a um "hispanicismo" (Liou e Marichal, 1978:113) análogo aquele atestado nos tituli em capitais (α e γ) mas, simplesmente, seja uma consequência do ângulo oblíquo de inclinação usado pelo scriptor. Esse ângulo, predominante nos mais antigos documentos paleográficos conservados (Mallon, 1952:49), parece ter-se preservado nas inscrições de ânforas da Bética devido à manutenção de práticas de controle que datavam, como vimos, de uma época em que essa era a única inclinação utilizada (notar a grafia da I semi-final da inscrição, em apógrafo, do ano 246, e a inclinação oblíqua das letras).



(*) astig p ccxui (siue ccxii)
 cilonis p imb?
 praesente er albino cos (246)

A partir dessas observações consideraremos, na análise das inscrições, as letras I finais invariavelmente como significando 1, seja nos tituli α e γ como δ

b - Composição dos códigos anfóricos

A análise semiológica toma a ânfora como parte de um sistema anfórico e, portanto, o estudo de um tipo implica na análise do conjunto de tipos que compõem esse universo — o código anfórico. Quatro questões põem-se a respeito dos códigos anfóricos: duas metodológicas e outras duas referentes à documentação. Em primeiro lugar, é necessário discutir a questão da contemporaneidade das ânforas que constituem cada código sincrônico. Mesmo achados fechados, como depósitos anfóricos, apresentam exemplares desativados após um uso bastante prolongado. Um bom exemplo disso é o depósito do Castro Pretório que foi, certamente, constituído num único momento, pois, como já notara Dressel (1978:386): alcune anfore di data più recente furono trovate in uno strato sottoposto a quello, in cui stavano anfore di età più antica. A datação consular mais antiga registrada no Castro Pretório, encontrada em uma ânfora vinária italiana de tipo Dressel 1, refere-se ao ano 34 a.C. (i.e., L. SCRIBONIUS L. f. LIBO e L. SEMPRONIUS. L. f. L. n. ATRATINVS; Dressel, 1978:262) e a mais recente ao ano 45 d.C. (i.e., CORVINVS; Dressel, 1978:275), representando um intervalo de 79 anos. Isto se deve, em parte, ao costume de armazenar vinhos de alta qualidade por dezenas de anos, como demonstra a Ode XIV de Horácio, escrita para comemorar o retorno de Augusto após 3 anos de lutas contra os cântabros (3-4: Caesar Hispana repetit Penates/Victor ab ora) em 25-24 a.C., e na qual o poeta conta que o acontecimento foi festejado com vinho da época da Guerra Social (18: et cadum Marsi memorem duelli).

Também considerável é a variação cronológica no caso dos acampamentos militares do Limes ou da Ágora de Atenas. Isto não invalida, contudo, a constituição de códigos anfóricos como recurso heurístico, mas exige que tal variabilidade seja levada em conta. Esse procedimento justifica-se não apenas pelo conceito de

unidade arqueológica sincrônica (Chang, 1972:11) como, principalmente, porque procuramos determinar species cuja variação não se apresenta como um simples suceder-se de exemplares individuais. Uma segunda questão refere-se ao nível da abrangência espacial de cada código anfórico. Como dissemos, apenas os mercados romanos e ostiense podem ser considerados totalmente integrativos. Os mercados regionais apresentam um número variável de tipos de difusão local, o que deve ser levado em consideração na comparação desses diversos códigos.

A nível da documentação, impõem-se duas reflexões. A primeira refere-se à disparidade dos achados de depósitos anfóricos, que decrescem a partir do século I d.C. Alguns desses depósitos não foram publicados ou sequer estudados, como o conjunto de 1.350.000 ânforas encontradas entre a Piazza Delle Frutta e o Os-pizio Cottolengo em Turim numa extensão de cerca de meio quilômetro de comprimento por 250 metros de largura (Dressel, 1978 : 381). Dos publicados, os mais significativos são os depósitos do Castro Pretório (cerca de 50 d.C.) e de La Longarina em Óstia (passagem do século I a.C. - I d.C.). À exceção de Pompéia, contamos apenas com "reconstruções" de códigos, efetuadas a partir de ânforas tidas como contemporâneas, provenientes de um ou mais sítios. Isto nos conduz à questão da representatividade do material aqui reunido em relação ao já publicado. Tivemos acesso às publicações dos depósitos do primeiro século, enquanto para os períodos seguintes contamos com as tábuas tipológicas de diversos sítios. Assim, embora não tivéssemos acesso aos relatos de escavação de parte dos acompanhamentos do Limes renano, contamos com os dados referentes às ânforas de Rödgen, Oberaden, Haltern, Freidberg, Augsburgoberhausen, Lorenzberg, Aislingen, Burghöfe, Oberstimm, Rheingönheim, Okarben, Gross-Gerau, Bickenbach, Saalburg, Zugmantel, Hainstadt, Hesselbach, Öhringen, Holzhausen e Niederbiber (vide Pr. 10-19), graças à amabilidade do Prof. Fridolin Reitti de Rheinzaberg e,

principalmente, do Prof. Egon Schallmayer do Landesdenkmalamt Baden-Württemberg. A dificuldade de acesso deve-se, em parte, ao caráter regional dessas publicações, como nos informou Schallmayer em julho de 1984: Wir versuchen ja, die Amphoren in unserem Land zu sammeln und sie in kleineren Publicationen als geschlossene Fundkomplexe vorzulegen. As ânforas da Inglaterra tornaram-se disponíveis graças à gentileza do Prof. D.P.S. Peacock, do Departamento de Arqueologia da Universidade de Southampton, que nos enviou as publicações referentes a Hurst, Puckerbridge, Braughing e Exeter..

Além disso, contamos com as ânforas encontradas em Port-Vendres (Colls et alii, 1977), El Tejarillo (Remesal, 1984), La Catria (Remesal, 1982), Óstia (Panella, 1973; 1984), Augst e Kaiseraugst (Martin-Kilcher, 1984), Avenches (Schüpbach, 1984), Iugoslávia (Cambi, 1976; 1984), Catalunha (Keay, 1984) e Israel (Zemer, 1977). Este último autor forneceu-nos informações precisas sobre as ânforas espanholas encontradas em Israel, em particular no porto de Haifa. Contamos, por fim, com exemplares de diversas proveniências publicados em dezenas de artigos e relatos de escavação. Em termos geográficos e cronológicos, portanto, dispomos de uma documentação de base significativa, cujos limites podem ser avaliados e, em parte, superados pela própria análise efetuada.

Procedimentos metodológicos na descrição do material

A ordem de exposição do material anfórico segue uma disposição cronológica que permitirá compreender as transformações na forma do tipo. Como essa ordenação não corresponde à reflexão

analítica, certas considerações, em particular sobre a determinação de sub-tipos, apenas poderão ser compreendidas nos períodos mais bem documentados, aos quais remeteremos no decorrer da exposição. A compartimentação da análise por períodos históricos sucessivos possui um valor meramente operacional, de forma que as divisões cronológicas refletem, propriamente, a disponibilidade da documentação datada.

Em cada período apresentaremos a documentação disponível, sua representatividade e limitações. Em seguida, procuraremos delimitar os sub-tipos Dressel 20 a partir das análises epigráficas e morfológicas. De acordo com estas, estabeleceremos uma species Dressel 20 que analisaremos em oposição binária às outras species anfóricas, indicadoras de mensagens parcialmente compartilhadas quanto ao produto transportado (azeite, vinho, molhos) e sua origem. No início e no final de cada período procuraremos determinar as causas e características das transformações da species Dressel 20.

CAPÍTULO IV

TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS DAS ÂNFORAS OLEÁRIAS BÉTICAS
DE TIPO DRESSEL 20. II - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Principados de Augusto e Tibério (Pr. 29-31)

Os exemplares de ânforas de tipo Dressel 20 mais antigos datam das três últimas décadas do principado de Augusto (sobre o surgimento do tipo remetemos às considerações efetuadas no capítulo anterior). A documentação com cronologia precisa ou aproximada refere-se, principalmente, à passagem do século I a.C. ao I d.C. Dessa época possuímos o conjunto de tipos encontrados em acampamentos limitâneos, em particular, dez formas de Oberaden, sete formas em Rodgen e Haltern e duas em Friedberg (Schallmayer, 1984; Pr. 11:1). As tábuas tipológicas dos sítios citados, assim como de Zurique (Vogt, 1948) e, em menor medida de Novaesium (Vegas e Bruckner, 1975), preocupam-se com a apresentação de exemplares tipificadores, dificultando, portanto, sua utilização para determinar a existência de sub-tipos em uso, contemporaneamente, no centro consumidor.

Alguns exemplares de tipo Dressel 10 provêm de Trèves (Guénoche-Tchernia, 1977:256), de Pompéia (Manacorda, 1977:131), de Ampúrias (Brufan, 1977:168), de Holsterhausen (Guénoche-Tchernia, 1977:256), de Roquetas del Mar (Beltran Lloris, 1981:191-2),

de Augst e Kaiseraugst (Martin-Kilcher, 1984). O depósito ostiense de ânforas em La Longarina, escavado e publicado por A. Hesnard (1980), apresenta cerca de 17 tipos anfóricos em circulação nos primeiros doze anos do século I d.C. (Pr. 1). Desde o início da década de 1980 não foi publicado nenhum conjunto significativo de ânforas desse período, resultado, como nos informou em comunicação pessoal Clementina Panella, de não ter sido descoberto nenhum depósito anfórico nesses últimos cinco anos. Dois exemplares possuem um contexto menos preciso, referente aos Principados de Augusto e Tibério, provenientes de Lorenzberg (Schallmayer, 1984:292; Pr. 31:3) e Luni (Siena, 1977:213-4; Pr. 31:4).

A documentação disponível apresenta-se significativa, portanto, na passagem do primeiro século a.C. para o primeiro d.C. Analisaremos o material como uma unidade sincrônica, em particular na determinação dos sub-tipos, não apenas pelo que dissemos acima (capítulo anterior), como também porque os exemplares que hoje possuímos não representam senão parte ínfima da produção antiga. Isto significa que as diferenças entre os exemplares não indicam, por si só, momentos de produção diversos; ao contrário, como se torna claro para os períodos mais bem documentados — em especial no caso do material de meados do segundo século d.C. (cf. abaixo) — as características morfológicas distintas remetem à existência de alguns sub-tipos contemporâneos. Esses sub-tipos ao mesmo tempo que apresentam todos uma species comum, respondem a duas imposições principais, a começar pela existência de algumas capacidades-padrões a serem respeitadas, tanto para com os públicos consumidores como para com o controle da administração. Em seguida e paralelamente, as soluções de cada olaria para a confecção desses sub-tipos podem variar e criar tradições, quer seja ao nível propriamente artesanal — no instrumental e nos procedimentos técnicos — quer seja quanto às características morfológicas.

Podem-se distinguir ao menos dois grandes sub-tipos

morfológicos nas ânforas Dressel 20 do período augústeo, tubular (Pr. 29:6-8; 30:1-7, 9; 31:1-2) e ovóide (Pr. 30:8). No tocante às dimensões, diferenciam-se sete sub-tipos, a partir da relação entre a altura do vaso e a largura da pança:

- 105 x 57 cm (Pr. 29:6)
- 2 - 90 x 47 cm (Pr. 29:7)
- 3 - 80/82 x 46/47 cm (Pr. 29:8; 30:1)
- 4 - 75/79 x 41/42 cm (Pr. 30:2-6)
- 5 - 73 x 45 cm (Pr. 30:7)
- 6 - 66/69 x 37/40 cm (Pr. 30:8; 31:1)
- 7 - 63 x 31 cm (Pr. 30:9)

Embora os exemplares Dressel 20 dessa época não possuam inscrições referentes ao peso do vaso e do conteúdo, nem possuamos medições quanto às capacidades e peso dos exemplares estudados, podemos supor que representam respostas morfológicas específicas às diferentes exigências metrológicas, como no caso dos outros períodos (cf. considerações referentes ao ano 149 d.C. abaixo). Esses sub-tipos apresentam características morfológicas comuns que permitem delimitar a species augústea do tipo Dressel 20: pança larga, de altura maior que o diâmetro máximo, colo de altura mediana em relação à pança, alças arredondadas, lábio tórus de arestas quase retas e pé destacado. Torna-se necessária, para compreender como esta species foi adotada para o recipiente do azeite Bético, uma análise diacrônica do tipo Dressel 20 e dos tipos anfóricos que partilhavam parte de sua mensagem, transportando o mesmo produto e provindo da mesma região produtora.

Assim, panças largas e amplas caracterizavam as ânforas oleárias de fins da República, como os tipos Brindisi (Pr. 1:15) e Lamboglia II (Pr. 72:4-8), particularidade que ocorria, igualmente, com as mais antigas Dressel 20 (Pr. 29-31). Seu pé em

ponta, de forma cônica, era comum às ânforas Haltern 70 (Pr. 1:6; 71:6-9), destinadas ao vinho do Baixo Guadalquivir e as ânforas Dressel 10 (Pr. 1:12) empregadas para o transporte de salmouras da Bética, o que permite supor a existência de uma morfose indicativa da origem do conteúdo — vale e desembocadura do rio Guadalquivir — cuja origem talvez deva ser buscada nas ânforas oleárias neopúnicas da Espanha meridional de tipo Maña C 2 (Pr. 71:4).

As ânforas oleárias Béticas apresentam de início colo largo, não muito curto, alças paralelas ao eixo e lábio em formato Tórus, com a superfície externa vertical em relação ao eixo do vaso (Pr. 29:1-5). Tal forma é, provavelmente, a primeira do tipo Dressel 20, pois já não aparece em contextos do fim do Principado de Augusto, em particular está ausente em La Longarina (Pr. 1) e nos acampamentos militares romanos de Oberaden, Roedgen, Haltern e Friedberg (Pr. 11:1). Suas características relacionam-se, a nosso ver, com a necessidade imposta pelos próprios mercados consumidores e, provavelmente, pela administração, de assemelhar-se aos outros vasilhames oleários. Sua forma aproxima-se da ânfora ovóide itálica (Pr. 72:1-3) de fins do segundo século a.C., das ânforas de Brindisi (Pr. 1:15), da Tripolitana I (Pr. 1:16; 73:3-7) e da Dressel 26 (Pr. 3:26; 73:1). Este grupo se oporia ao conjunto das ânforas vinárias, que apresenta pança ogival, colo e alças alongadas — como os tipos Dressel 1, 2, 3, 4, 5 e Haltern 70 (Pr. 3:1-5; 1:6) — e ao conjunto de ânforas de salmouras, caracterizado pela pança ovalada ou piriforme e pelo colo e alças alongadas como os tipos Dressel 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 (Pr. 3:7-14). Dentro do grupo de ânforas oleárias, uma análise binária dos atributos permite constatar a diferença entre o lábio da Dressel 20 (com formato Tórus) e o lábio em almofada do modelo Brindisi, o lábio em sino e destacado da Tripolitana I e o lábio anguloso da Dressel 26.

As ânforas de tipo Dressel 20 passam, em seguida, a

apresentar alças em formato semi-circular, fenômeno possivelmente derivado de uma alteração na articulação colo/pança e à necessidade de aproximar sua species geral às outras oleárias (Pr. 1:15-17). A partir de 10 a.C. até inícios do primeiro século d.C., possuímos em nosso corpus quinze exemplares de cronologia bastante aproximada, que se articulam em duas tradições morfológicas, ovóide e tubular e em sete sub-tipos metrológicos (cf. acima). O campo de variação morfológica desses sub-tipos pode ser constatado pela comparação binária de atributos entre as ânforas augústeas que apresentam mensagens parcialmente comuns à Dressel 20, ou seja, entre as ânforas oleárias e as de origem Bética:

DRESSEL 20 (= AZEITE BÉTICO)	x	DRESSEL 26 (= AZEITE ITALIANO)
Lábio tórus		Lábio de arestas retas
Pé destacado		Base afunilada
(Pr. 1:20)		(Pr. 3:26; 73:1)
DRESSEL 20	x	BRINDISI (= AZEITE DE BRINDISI)
Lábio tórus		Lábio em almofada
Alças distantes do colo (*)		Alças próximas do colo (*)
Colo estreito		Colo largo (*)
Pança com paredes quase paralelas		Pança piriforme
Pé destacado		Pé pequeno
		(Pr. 1:15)
DRESSEL 20	x	TRIPOLITANA I (AZEITE DA TRIPOLITANIA)
Lábio tórus		Lábio de arestas retas
Alça engrossada		Alça fina
Pança larga		Pança alongada
Pé destacado		Ponta em linha contínua com a pança
		(Pr. 1:16)

(*) - Atributos possivelmente covariantes.

DRESSEL 20	x	HALTERN 70 (= VINHO DA BÉTICA)
Pé destacado (**)		Pé destacado (**)
Pança tubular (**)		Pança tubular (**)
Lábio tórus		Lábio em sino, estreito
Alças semi-circulares		Alças alongadas
Colo curto		Colo de altura mediana (Pr. 1:6)
DRESSEL 20	x	HALTERN 69 (SALMOURA DA BÉTICA)
Pé destacado (**)		Pé destacado (**)
Pança tubular (**)		Pança tubular (**)
Lábio tórus		Lábio em sino, largo
Alças semi-circulares		Alças alongadas (Pr. 1:12)

(**) - Morfofos

Todo nosso raciocínio baseia-se, segundo o que expusimos no capítulo primeiro sobre a identificação visual entre a species e o conteúdo, na existência de uma relação fixa entre atributo e mensagem. A presença de ânforas muito semelhantes, destinadas ao transporte de conteúdos diversos, tem sido considerado, como dissemos acima (capítulo primeiro), um obstáculo à uma análise tal como propomos. Marie Brigitte Carre apresentou-nos, em uma comunicação pessoal em setembro de 1985, algumas questões a respeito de uma abordagem de matriz semiológica aplicada às ânforas. Segundo Carre, les amphores à huile africaines, comme les Tripolitaines, ne ressemblent pas aux amphores à huile espagnoles, mais ont pas mal de points de ressemblance avec ces conteneurs (sc. amphores du venafre) italiques. Je suis convaincue que les Baldacci III - Dressel 6B contenaient de l'huile, et qu'il convient ainsi la différencier nettement des Dressel 6A, qui servaient au transport du vin: il me semble donc plus faciliment demonstrable que, si les mêmes zones produisent et du vin et de l'huile, les amphores qui contenaient ces liquides de vaient être différentes, plutôt que de chercher des caractères morphologiques communs à toutes les ampho-

res qui ont contenu de l'huile et à toutes celles qui ont contenu du vin. Estas considerações merecem particular atenção devido tanto às suas implicações imediatas — em relação ao material anfórico disponível — quanto metodológicas.

No primeiro nível cabe dizer que as ânforas Tripolitanas (Pr. 1:16; 73;3-7) apresentam diferenças sensíveis com relação às ânforas Dressel 20 esféricas do período Cláudio em diante (Pr. 32-58) — que parece ser o objeto de comparação de Marie Brigitte Carre — mas, de forma alguma pode-se deixar de notar as semelhanças estruturais entre os exemplares Dressel 20 (Pr. 1:14) e Tripolitana I (Pr. 1:16) encontrados em La Longarina (Pr. 1) (cf. acima). Em seguida, parece-nos válida sua afirmação que duas ânforas da mesma região, transportando produtos diversos, deveriam ser diferentes mas, se considerarmos como Carre que as ânforas de azeite ou de vinho não apresentavam características morfológicas comuns, então somos obrigados a supor que as diferenças entre esses tipos seriam fortuitas ou baseadas em critérios não especificados. Assim, não havendo relação necessária entre uma species e um conteúdo, como propõe Carre, então porque deveriam ser diferentes os recipientes da mesma região com produtos diversos?

As dificuldades levantadas parecem-nos derivar-se de uma concepção que, apesar de reconhecer a necessidade dos consumidores antigos diferenciarem tipos (cf. je suis d'accord lorsque vous parlez de la forme de ces amphores — sc. Dressel 20 — qui doit les faire differencer des amphores à vin, comme les Haltern 70), não admite, contudo, um código de leitura que não apenas distanciava como também aproximava certos tipos. O exemplo citado por Carre, referente aos tipos Dressel 20 e Haltern 70, demonstra, como vimos acima, como diversas características morfológicas não apenas as separam como estabelecem uma relação íntima entre elas. Tal fato torna-se ainda mais claro quando sabemos que a distinção entre tipos como a Dressel 10 (Pr. 1:12) e Haltern 70 (Pr. 1:6) a-

presenta, na bibliografia anforológica, por vezes grande dificuldade. De modo que a própria práxis anforológica, ainda que de forma empírica, estabelece relações associativas e não apenas dissociativas entre os tipos anfóricos.

A nosso ver, portanto, uma tentativa de diferenciação implica, necessariamente, um código de leitura que, ao mesmo tempo, estabelece os limites de agrupamento e dissociação entre os elementos analisados. A existência de tipos semelhantes destinados a produtos diversos, como as Dressel 6A e 6B (vinho e azeite, respectivamente), segundo ressaltamos no capítulo primeiro, remetem a uma hierarquização, na mensagem morfológica que podia considerar prioritário o local de origem do conteúdo (daí sua forma semelhante) sobre sua identificação com as outras ânforas oleárias e vinárias.

As considerações de Marie Brigitte Carre conduzem-nos à questão da transformação morfológica dos tipos anfóricos pois, ainda segundo suas palavras, j'avoue ne pas avoir idée des arguments que vous avez trouvé ou que vous trouverez pour expliquer la transformation (sc. d'un type à un autre). Parece-nos, ainda neste caso, que a ausência de uma concepção do conjunto das ânforas que se articulam em códigos impede a compreensão da mudança morfológica, que parece contatável — c'est de cela (sc. d'une transformation) qu'il s'agit — mas inexplicável.

Acenamos para a transformação do tipo Dressel 20 inicial, provavelmente anterior a Augusto, como resultado da necessidade de sua associação com os outros tipos anfóricos oleários. A escassez de documentação referente a esta produção inicial dificulta a proposição de hipóteses mais concretas. Bastante diversa é a questão da passagem das ânforas Dressel 20 tubulares para as esféricas, do período Cláudia, que discutimos, sob outro ponto de vista, no capítulo anterior, pois possuímos um bom número de exemplares de uma e de outra species e, principalmente, pela disponi-

bilidade de documentação referente às outras ânforas do código. Tentaremos, portanto, delinear os mecanismos de transformação e suas mediações.

A diminuição do tamanho das Dressel 20 e a circularidade de sua pança talvez possam relacionar-se com a criação, por parte da administração romana, de um certo modelo de pança alongada para os produtos provenientes das províncias do Norte da África. O tipo LIX de Óstia (Pr. 79:1-4) atestado desde meados do primeiro século d.C., apresenta uma estrutura semelhante à Tripolitana I (Pr. 73:3-7), diferenciando-se pelo lábio em forma de équino invertido. As ânforas oleárias italianas, tipo Dressel 26 (Pr. 3:26) e talvez Dressel 24 e 25 (Pr. 3:24-25) apresentam uma pança mais larga, em relação à altura, de que as africanas, constituindo, desse modo, outro "barulho" com relação às Dressel 20 tubulares do período augústeo. Pode-se, portanto, aventar algumas hipóteses sobre as causas da transformação do tipo Dressel 20 tubular em esférico que se relacionam com o aumento da produção oleícola em novos centros — certamente na África e talvez na Gália Meridional — ou, ao menos, com o início de sua exportação para Roma. A administração imperial teria interesse em regulamentar e diferenciar os diversos recipientes oleários, preocupação atestada nas inscrições desde a década de 40 d.C., mas que, provavelmente, remonta ao principado de Augusto pelos motivos que expusemos anteriormente.

Preservando a mensagem do azeite como conteúdo contida na pança larga, comum às oleárias instituiu-se um modelo tubular (africana), outro alongado e largo (Dressel 26) e um esférico (Dressel 20). As ânforas sul-gaulesas de tipo Dressel 30 (Pr. 74:1-4), embora atestadas apenas a partir do Principado de Nero (Genty, 1980), apresentam, igualmente, uma larga pança segundo um plastisches Prinzip, na terminologia de Schiering (1967: 20-21) — o que faz supor a possibilidade de transportarem azei-

te, provavelmente produzido na região (Amouretti e Comet, 1979; 1981) e que viria a ser a base para as também denominadas Dressel 30 africanas (Pr. 74:5-8) do II e III séculos.

Embora a escolha — quer seja por fatores de mercado quer seja, mais provavelmente, com o concurso da regulamentação estatal — dessas formas pareça arbitrária, elas apresentam uma relação peso do conteúdo transportado/peso do vaso proporcional ao valor qualitativo do azeite que não é fortuita. Essa relação era elevada nas africanas, cujo azeite era de menor qualidade, atingindo 4 x 1 e bastante menos satisfatória nas Dressel 20 esféricas (2,3 x 1). Respeitavam uma tendência geral das ânforas nesse sentido, pois as ânforas vinárias e de salmouras, devido ao alto preço do produto, possuem relações ainda menos satisfatórias (1 x 1 ou mesmo piores; Colls et alii, 1977:86).

A diminuição acentuada do pé em ponta, presente em quase todas as ânforas de transporte — as exceções são os tipos Dressel 28 e 34 (Pr. 3:28, 34), com fundo em base, e o tipo Ágora 197 (Pr. 22), que trataremos adiante — até sua quase desaparecimento nos exemplares Dressel 20 Claudios, deve relacionar-se ao modo de consumo do azeite. O tipo Dressel 20, por não ser usado senão para o transporte — sendo imediatamente desativado no centro consumidor — permitia que possuísse um pé, pouco funcional em ambiente urbano, mas que talvez facilitasse o próprio transporte.

A diminuição do recipiente e, portanto, da capacidade de transporte por unidade, o possível aumento da utilização de argila por litro de azeite transportado — além dos gastos na olaria na utilização dos fornos, de lenha, mão-de-obra etc. — e a acentuação de seu papel de vaso de transporte marítimo, em época imediatamente anterior a Cláudio (Martin-Kilcher, 1984; Pr. 28:3) podem relacionar-se com o aumento da inversão de capitais na Bética (Domergue, 1972; cf. segundo capítulo). Ainda nesse sentido, o crescimento acentuado dos mercados (Spurr, 1985), além da inclusão

da Britânia (Peacock, 1984) e do Egito (Will), também favorecia a produção de um azeite de melhor qualidade e, portanto, mais caro, que compensasse o custo mais elevado do novo modelo esférico e sua relação peso/conteúdo menos satisfatória em relação aos modelos tubulares.

Embora possuamos poucos exemplares do Principado de Tibério (Pr. 31:3-4), essa nítida transformação da species tubular para esférica não se apresenta, portanto, como um mero fato constatável, pois um contexto sócio-econômico e, conseqüentemente, anfórico, permite-nos delimitar as causas — introdução no mercado de outros recipientes para azeite e necessidade de evitar-se "barulhos" — as condições de transformação — inversão na oleicultura e qualidade do azeite Bético — e o campo de variação morfológica possível — necessidade de preservação da mensagem oleária pela pança larga — do tipo Dressel 20. Esta transformação relaciona-se, diretamente, com dois fatores interligados e, em primeiro lugar, com o aumento e unificação dos mercados, como dissemos anteriormente, fato derivado de uma situação política e econômica de prosperidade que os contemporâneos não deixaram de reconhecer (cf. Plínio, N.H., 3, 6: sparsa congregarent imperia ritusque molliret et tot populorum discordes ferasque linguas sermones commercio contraheret: colloquia, et humanitatem homini daret, breviterque, una cunctarum gentium in toto orbe patria fieret).

Em seguida, o interesse recíproco das elites provinciais Béticas e da administração durante o Principado de Tibério acentuou-se de maneira significativa, como ressalta Tácito (Ann. 4 37, 1) per idem tempus (sc. 25 d.C.) Hispania ulterior missio ad senatum legatis ut exemplo Asiae delubrum Tiberio matrique eius exstrueret. A intervenção de Tibério nas minas da Sierra Morena (33 d.C.) atestada na tradição textual (Tácito, Ann. 6, 19, 1) devido à sua importância econômica, tende a favorecer a hipótese de uma intervenção, nessa época, na regulamentação das ânforas Béticas.

cas, como parte de um programa de aliança com as elites da província. Os negotiatores hispanienses, atestados já em época de Augusto, segundo o testemunho de Flaco (... romanenses et hispanienses et sicilienses negotiatores dicimus, qui in alienis civitatibus negotiantur...) teriam, certamente, interesse numa regulamentação anfórica que facilitasse sua atividade. Assim, o fato de não possuímos um testemunho da tradição textual que comprove a intervenção estatal no sentido de uma acomodação dos diversos recipientes oleários durante o Principado de Tibério pode ser creditado ao interesse dos autores antigos, pouco preocupados com esse tipo de decisão burocrática. Embora possamos supor uma regulamentação de mercado, a importância da transformação formal, bem como a presença dos tituli picti "hispânicos" já no início do Principado de Cláudio indicam na direção de uma intervenção administrativa.

As considerações que efetuamos nos permite concluir que, ainda que os dados sejam escassos — em particular em certos períodos analisados adiante — as transformações morfológicas apenas podem ser compreendidas como parte de um processo complexo, econômico, social e político. Constatar tão somente estas transformações, sem procurar compreendê-las, empobrece qualquer análise tipológica diacrônica.

Principado de Cláudio (Pr. 32-33)

Em 1878, Heinrich Dressel (1978:258:387) publicava um relato circunstanciado sobre o grande depósito de ânforas encontrado junto à fossa aggeris (serviana) de Roma. O conjunto de 19 formas elencados por Dressel (Pr. 2) apresenta-se como um "código"

anfórico datado de meados do primeiro século d.C. e representa, juntamente com as ânforas da Ágora de Atenas (Pr. 21:M13, M14, F64, M53, M54, G108), Hofheim, Rheingonheim, Oberstimm, Aislingen, Augst e Kaiseraugst (Pr. 11:2; 12-14), a principal fonte documental disponível. Exemplares do tipo Dressel 20 provêm, igualmente, do naufrágio de Port-Vendres II, Nyon, Anse Saint-Gervais, Vindonissa, Basiléia e Windisch. Além disso, as mais antigas inscrições "hispanicas" são documentadas a partir dessa época, sendo particularmente significativas para a análise tipológica, as 28 inscrições que preservam os valores de α (peso do vaso) e/ou de γ (peso do conteúdo), 12 delas publicadas por Dressel em 1878 e 1899 (CIL XV 3638; 3642; 3644; 3645; 3648; 3650; 3659; 3666; 3679; 3656; 3663; 3637) e as restantes 16 por Bernard Liou e Robert Marichal como parte da escavação do naufrágio de Port-Vendres II (Colls et alii, 1977, números 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30). Contamos ainda com cinco epígrafes publicados por Dressel sob o número 4491 no CIL XV, que são, contudo, fragmentários.

Esta documentação, embora limitada ao número de doze exemplares do tipo Dressel 20, conta com um material epigráfico que permite formular algumas hipóteses utilizando-se desses dois tipos de informação de maneira conjunta.

Os dados epigráficos mais antigos referem-se ao naufrágio de Port-Vendres II, datado de 41-42 d.C., que preservam os seguintes tituli α e γ

<u>Titulus</u>	α	γ	δ
1.	97	-	
4.	87	210	
6.	92	-	
8.	-	200	
9.	-	176-179	
10.	-	140-149 (190-199)	
11.	-	180	
15.	104	-	
17.	-	190	
24.	70	-	
25.	90	-	
26.	70? 30?	-	
27.	-	187-189	
28.	-	190	
29.	-	198	
30.	-	-	161
Pr. 32:1, 5	(87)	(190)	
Pr. 32:3	(70)	(123)	

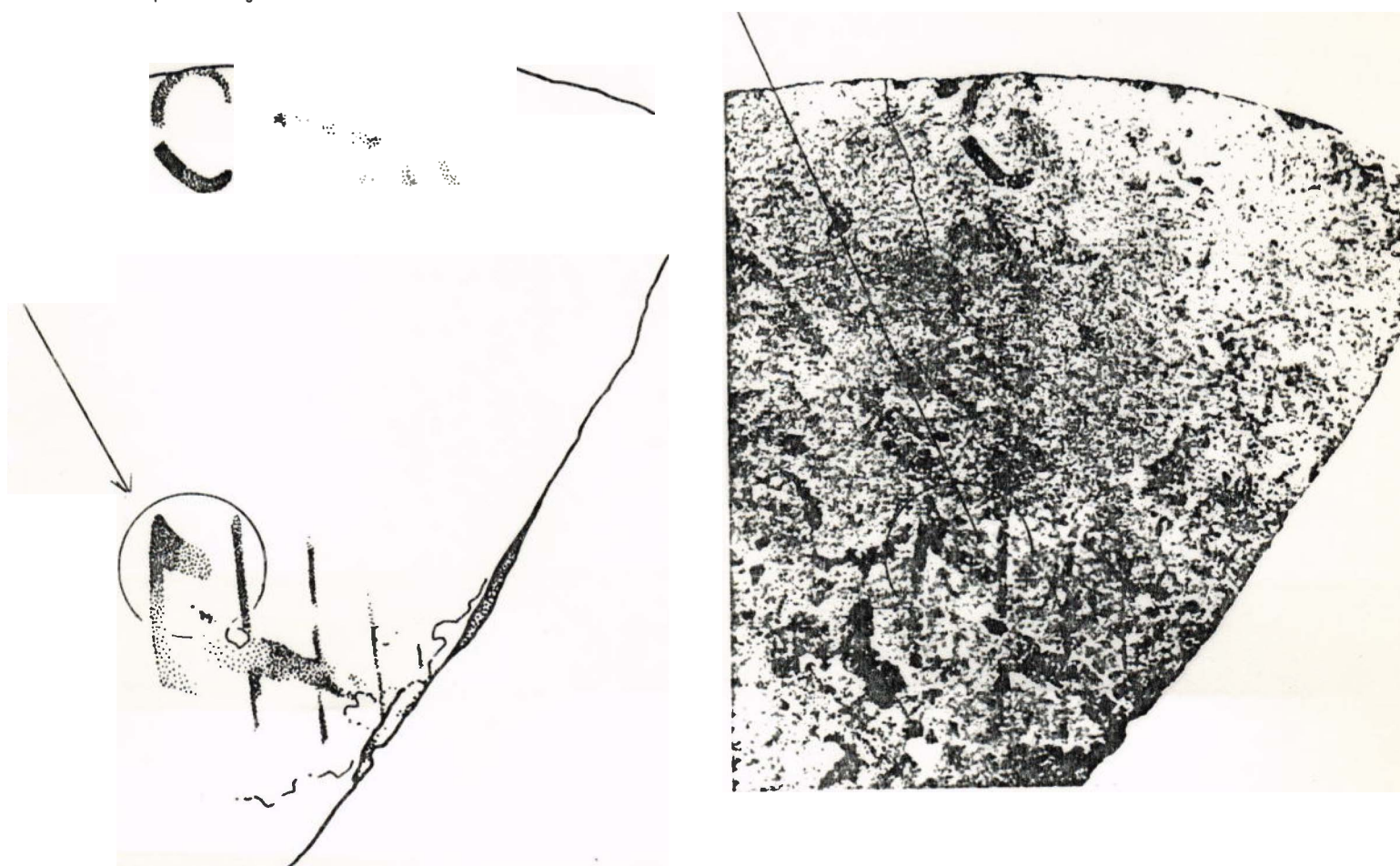
Médias:

1 - Peso α acima de 75: $\alpha = 92,8$ (em 6 exemplares)
 $\gamma = 191$ (em 9 exemplares)
 $\gamma = 184$ (em 11 exemplares) (*)
 $\gamma/\alpha = 12 = 2,0$

2 - Peso α abaixo de 75: $\alpha = 70$ (em 3 exemplares)
 $\gamma = 123$ (em 1 exemplar)
 $\gamma/\alpha = 12 = 1,7$

(*) - Com a inclusão dos números 10 e 30.

É necessário ressaltar algumas questões referentes a esse quadro. Os dois últimos dados referem-se à medições efetuadas em vasos integrais (Colls et alii, 1977:85; Pr. 1, 3, 5, 6) e, portanto, foram colocados entre parênteses. Quanto ao aspecto epigráfico, além das observações sobre a leitura dos I finais, que discutimos acima, cabe dizer que nossa leitura do titulus do número 10 difere daquela proposta pelos editores (190-195) pois, embora o apógrafo permita a leitura C.L X X X X ? efetuada, a reprodução fotográfica permite observar uma continuação do ductus à direita do C inicial que não apresenta vestígios de um corte vertical — como suporia a leitura CLXXXX — dificultando esta interpretação:



Optamos, portanto, pela leitura 140-149 indicada acima. A partir dos dados disponíveis parece-nos conveniente distinguir ao menos nossos dois patamares, correspondentes a um modelo pequeno (α :70; γ :123; γ/α :1,7; cf. Pr. 32:3-4) e outro grande (α :92,8; γ :191; γ/α :2,0; cf. Pr. 32:1, 5, 6).

Esses elementos epigráficos podem ser complementados com as inscrições publicadas no CIL XV referentes ao depósito do Castro Pretório:

<u>Titulus</u>	α	γ	γ/α
<u>CIL</u> XV 3638	43 ?	171	3,9 ?
3642	72	172	2,3
3644	60-69	175	2,9
3645	71	173	2,4
3648	53	121	2,2
3650	63 ou 73	178	2,8 ou 2,4
3659	80	185	2,3
3666	80	196	2,4
3679	80	188	2,3
3656	80	161	2,0
3663	73 ou 93	166	2,2 ou 1,7
3637	73	173	1,7
3680	ca. 73	171	2,3
3681	83	175	2,1

Médias:

1 - Peso γ acima de 170: $\alpha = 76,2$
 $\gamma = 175,9$
 $\gamma/\alpha = 2,3$ (em 12 exemplares)

2 - Peso γ abaixo de 170 $\alpha = 53$
 $\gamma = 121$
 $\gamma/\alpha = 2,2$ (em 1 exemplar)

Esses números indicam a existência de recipientes, utilizados praticamente na época dos exemplares de Port-Vendres II,

com uma relação peso/capacidade mais eficiente o que talvez possa ser relacionado com um desenvolvimento da técnica de fabricação desses vasos.

Em termos morfológicos podemos delimitar três sub-tipos caracterizados por variações na forma da pança e na relação entre a altura total do vaso e sua largura máxima. Um primeiro sub-tipo apresenta pança esférica, um pouco mais alta que larga, alças remontantes e lábio tórus (altura da pança = A.P./largura da pança = L.P. 0,92; Pr. 32:1). Um segundo sub-tipo (A.P./2.P.:1) divide-se em dois volumes (Pequeno: Pr. 32:3-4; grande: Pr. 32:5-6) que, embora muito semelhante em termos estruturais ao primeiro grupo, apresenta um alto da pança mais larga, acarretando uma colocação das alças de forma mais semi-circular. Estes dois sub-tipos são atestados contemporaneamente no naufrágio de Port-Vendres II, ao contrário do terceiro sub-tipo (Pr. 33:1-3, 5) cujos exemplares possuem uma datação bastante fluida (30-100 d.C.; Pr. 33:5 em extrato de Hofheim anterior a 50 d.C.). Estes últimos caracterizam-se por uma pança mais alta que larga (A.P./L.P.:1,20), assim como por um colo mais estreito e curto.

Pode-se aventar a hipótese que este terceiro sub-tipo seja posterior aos dois primeiros, sendo o resultado de um aumento da capacidade do recipiente, conseguido pelo aumento da altura total do vaso (de 72 cm para 81-82 cm). Nesse sentido deve-se notar que a relação altura/largura do vaso é crescente de Port-Vendres (média: 1,3), passando pelo exemplar-tipo do Castro Pretório (1,4) até os exemplares do terceiro sub-tipo (média: 1,5), o que talvez indique uma linha tendencial no sentido da ampliação do conteúdo pelo aumento da altura do vaso.

Os três sub-tipos apresentam uma species comum: pança esférica, pé curto, colo estreito, alças semi-circulares e lábio em almofada. As transformações do tipo Dressel 20 a partir dessa species esférica apresentam particularidades que trataremos no

próximo período.

Facies Pompeiana (Pr. 34-36)

O estabelecimento de uma facies pompeiana apresenta alguns problemas, em particular quanto à contemporaneidade dos exemplares e quanto à qualidade das pranchas tipológicas de Schöne e Mau (CIL IV; Pr. 7-9). Os estudos de Clementina Panella (1977) e Danielle Manacorda (1977), assim como a documentação de sítios como Colchester, Tróia de Setúbal, Cueva del Jarro, Mainz, Villa Ludovisi e Jardins dos Torlonia em Roma, Lorenzberg, Óstia, Ágora de Atenas, Augst, Kaiseraugst, Okarben, Grossgerau e Bickenbach, permitem estabelecer os critérios de comparação dos exemplares Dressel 20 com os tipos que compartilham, parcialmente, sua mensagem. A documentação epigráfica é muito escassa (CIL XV 3664, γ :183 e CIL XV 3669, α :79; γ :178; γ/α :2,25), sendo possível constatar apenas um valor médio do titulus γ (178-183) e uma relação peso/conteúdo (2,25) próximos do período anterior. Incluímos na análise deste período não somente as ânforas provenientes de Pompéia como exemplares que, por seu contexto de achado e semelhança morfológica, podem ser estudados juntamente com o material pompeiano.

Podemos delimitar três sub-tipos formais e seis capacidades volumétricas prováveis. Estas últimas foram calculadas de maneira apenas comparativa pois não possuímos seus tituli nem podemos efetuar as medições dos exemplares estudados. De qualquer forma, através da multiplicação da largura da pança por sua altura é possível avaliar, aproximadamente, a capacidade relativa do re-

cipiente:

Sub-tipos formais:	1	2	3
Capacidades volumétricas (Altura x largura da pança)	1	3080 (Pr. 34:4)	
	2		2940 (Pr. 34:2)
	3	2784 (Pr. 35:3)	
	4		2475 (Pr. 34:3)
	5		2050 (Pr. 34:1)
	6	1848 (Pr. 35:1)	
A.P./L.P.	1,20	0,95	0,81

Os sub-tipos morfológicos apresentam como característica diferenciada a forma da pança, à qual se articulam o colo e as alças. Assim, uma mesma estrutura de pança distingue o terceiro sub-tipo, embora o colo do exemplar da prancha 34:1 seja bastante alongada e as alças paralelas ao colo, enquanto os outros dois exemplares (Pr. 34:2-3) apresentam colo curto. Além disso, possuímos alguns exemplares fragmentados (Pr. 36:1-3) de pequenas dimensões, cuja relação com os sub-tipos propostos não se apresenta clara justamente pelo estado do material.

Todos os exemplares possuem uma species semelhante ao período Cláudio com apenas uma variação possível na forma do lábio, em almofada ou biselado. O exemplar mais antigo em que encontramos um lábio biselado remonta do período Cláudio do acampamento romano de Aislingen (Pr. 33:4).

Para que possamos entender a articulação da species Dressel 20 no quadro das ânforas romanas desse período é preciso delimitar os tipos anfóricos que, provavelmente, transportavam azeite nesse período; dois africanos (Tripolitana, Pr. 73:3-4 e Óstia LIX, Pr. 79) um italiano (Dressel 26, Pr. 73:1), um grego (Óstia III 373 = Ágora g 197 e M102, Pr. 71:7; 22:24), dois gauleses

(Pelichet 47, Pr. 74:1-4 e Gaulesa 4) e três de origem desconhecida, talvez africanas (Óstia LIX, Pr. 79 e Schöne XI 1 e 2, Pr. 75:5-6). A species Dressel 20 possui uma pança esférica, característica que a diferencia de todas as outras, com alguma semelhança apenas com o tipo Ágora G197 (Pr. 22) que se explica pela ausência de solução de continuidade entre a parte superior da pança e o colo curto. A inexistência de um pé em ponta neste tipo grego também aproxima as duas species. Contudo, a pança é esférica no caso Bético e tubular na Ágora G197. Pode-se aventar a hipótese que o biselamento do lábio do tipo Dressel 20 se relacione com uma diferenciação frente aos lábios em almofada do tipo Ágora G197, em sino de Schöne XI e tórus da Pelichet 47. Com relação às outras species a oposição dá-se também na forma geral do vaso. Deve-se notar que a tripolitana de Pompéia (Pr. 73:4) apresenta um pé em ponta cônica diverso do período augústeo, que era em linha contínua (Pr. 1:16). Assemelha-se, de certa maneira, ao modelo tubular Dressel 20 e pode-se supor que seja uma solução visando diferenciá-la das Dressel 26 e Schöne XI e mesmo do tipo Óstia LIX.

Esta transformação em direção a um pé cônico, de qualquer forma, apenas se tornou possível com a substituição do modelo tubular Dressel 20, possivelmente sob Tibério.

A generalização do lábio biselado, atestado já em meados do século em Aislingen (Pr. 33:4) e no Castro Pretório (Pr. 2:11) deve ter ocorrido a partir da década de 50 d.C., segundo podemos deduzir do exemplar número 14 de Augst/Kaiseraugst (Pr. 28), possivelmente convivendo com o lábio em almofada por cerca de 15 anos, pois em 65 d.C., desaparece esse último tipo em Augst/Kaiseraugst. A existência de dois tipos de colo, um estreito e longo e outro mais largo, é confirmada ainda pelos dados da escavação estratigráfica de Augst e Kaiseraugst, indicando talvez um aumento de capacidade que mantém a forma da pança e aumenta apenas sua parte superior (cf. quadro abaixo):

DIÂMETRO DO COLO E DO LÁBIO DOS EXEMPLARES
DATADOS DE AUGST E KAISERAUGST (Pr. 28)

		COLO	LÁBIO
ESTREITO	Pr. 28:15	7,2 cm	12 cm
	Pr. 28:14	6 cm	9,6 cm
LONGO	Pr. 28:16	7,2 cm	10,8 cm
	Pr. 28:17	8,4 cm	12 cm (cf. Pr. 28:27-28)
LARGO	Pr. 28:18	9,6 cm	13,8 cm (cf. Pr. 28:29-30)

As tábuas tipológicas de Pompéia (Pr. 7-9), publicadas por Schöne e Mau demonstram uma total incompreensão das formas anfóricas, como já ressaltava Tchernia em 1964 ao tentar identificar o tipo Dressel 20 nessas classificações — representado pelos tipos Mau-Schone X e XXIX (Pr. 7-8). Permitem, contudo, constatar como a species Dressel 20 podia ser aproximada, por Schöne e Mau, com as outras species. Assim, o tipo XXIX apresenta inscrições em língua grega e deve tratar-se de uma confusão do tipo Dressel 20 com o tipo Ágora G197, enquanto o tipo X pode referir-se à Dressel 20 de colo curto e pança circular, como o exemplar à prancha 34:2, confundido talvez com o tipo M53 da Ágora (Pr. 21). Justamente os tipos M53 e G197, talvez destinados ao vinho, apresentam características como um pé quase inexistente que os tornem os modelos mais semelhantes ao tipo Dressel 20. Sua área de proveniência (Egeu) e sua distribuição oriental permitem supor uma separação espacial, ao menos parcial, entre os códigos anfóricos de um e outro lado do Mediterrâneo. Pode-se concluir que a variação morfológica dos sub-tipos Dressel 20 dá-se dentro de certos parâmetros que permitem a manutenção de uma species Dressel 20 que se diferencia nitidamente das outras species. Tal fato pode ser comprovado pela

comparação das relações entre as partes do vaso de maior impacto visual — os segmentos básicos — que apresentamos na tabela 2.

A facies pompeiana, apesar das lacunas documentais, permite constatar a presença de duas variáveis inter-relacionadas patamares metrológicos e sub-tipos formais — que se articulam numa species permitindo a diferenciação dos tipos e determinando suas transformações. O grau de complexidade desse relacionamento se tornará mais claro na análise, efetuada abaixo, dos períodos cuja documentação se apresenta mais significativa.

Final do primeiro e primeira metade do segundo século d.C. (Pr. 38-40)

Este período, muito amplo, apresenta uma documentação bastante lacunar. Isto se deve a uma série de motivos, em particular à ausência de escavações estratigráficas ou depósitos que forneçam exemplares Dressel 20 com datação precisa. Possuímos apenas um exemplar quase integral de cronologia aproximada (Pr. 38:1, Flávio-Trajano) e vinte fragmentos. A documentação disponível provém de escavações e cujos dados contextuais são muito variáveis, especialmente Albintimilium, Heildelberg-Neunheim, La Catria, Óstia, Oberstimm, Haistadt, Grossgerau, Bickenbach, Hesselbach, Amiens, Split e Civitavecchia.

Além dessa deficiência quanto ao material anfórico, deve-se acrescentar a total ausência de tituli picti desse período. Este fato relaciona-se com o crescimento do Monte Testaccio que, certamente, recobriu os fragmentos anteriores à década de 140 d.C., data mais antiga atestada nesse depósito. A ausência de inscrições pintadas em outros sítios deve ser debitada ao acaso, se

TABELA II

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPORÇÕES ENTRE AS DRESSEL 20 E
ÂNFORAS CONTEMPORÂNEAS

relação	Tripolitana (Pompeia)	Agora GI97	Ostia LIX (africana)	Agora M50	Dr. 20
altura/ pança	2,8	1,9	2,6	1,55	1,28 a 1,43
altura pança/ largura	2,56	1,84	2,39	1,17	0,98 a 1,10
largura pança/ alças	1,5	1,43	1,43	1,77	1,48 a 1,84
pança/ colo	2,8	5,25	2,53	4,7	4,0 a 6,0
larg.su- per.pan- ça/colo	1,8	3,66	1,76	2,6	2,7 a 3,4
α :	55	-	-	-	80 a 99
γ :	154	-	-	-	168? 196 a 210
γ/α :	2,8	-	-	-	2,02 a 2,44

levamos em conta que, após a escavação de Dressel em 1878 no Castro Pretório, apenas em 1977 (Colls et alii) descobriram-se novos tituli picti "hispânicos" datados do primeiro século, e que possuímos uma única epígrafe posterior ao período Cláudio e anterior aos dados do Monte Testaccio (Rodríguez-Almeida, 1980:279; cf. capítulo anterior).

Em termos morfológicos, pode-se distinguir ao menos três sub-tipos — cuja contemporaneidade e inter-relacionamento não se apresenta clara —, a partir de apenas dois atributos: colo e alças. Um primeiro sub-tipo caracteriza-se pelo colo estreito e alças remontantes que talvez indiquem uma pança larga (Pr. 38:2-3). Ainda com colo estreito, mas com alças não remontantes, possuímos um segundo sub-tipo (Pr. 38:4-7; 35:1-4), o que poderia indicar um vaso de menor capacidade com pança menos larga. Com alças remontantes, mas com colo largo e pança esférica, um terceiro sub-tipo (Pr. 38:1) poderia ser destinado a transportar uma maior quantidade de azeite. Além desses três sub-tipos, talvez correspondentes a três capacidades-padrão, possuímos fragmentos que apresentam uma grande variação morfológica do lábio e do colo, demonstrando a dificuldade de uma classificação que dê conta do material fragmentário.

Em relação à facies Pompeiana, duas características são notáveis, a constância do grande diâmetro do lábio e seu biselamento: ambas particularidades apenas esporádicas anteriormente. Isto talvez possa ser relacionado com a necessidade de diferenciar o lábio Dressel 20 do modelo campânico da Tripolitana I e, principalmente, do lábio em forma de équino das Dressel 30 / Pelichet 47 (Pr. 74:2-4). Este biselamento serviria, igualmente, para distinguir o lábio Dressel 20 do da Ágora M50 (Pr. 22), cuja principal diferença formal está no pequeno tamanho deste vaso (cerca de 30 cm) e no seu fundo em base. Atuaria ainda o lábio biselado na diferenciação do tipo Dressel 20 da forma G197 (Pr. 22), embora a

pança desta última seja alongada. A importância do lábio, colo e alças no discernimento de species anfóricas diversas pode ser avaliada no caso de um exemplar publicado por Benoit em 1952 (RSL, 1952:288) como tipo Dressel 20 (Pr. 80:1). A peça mereceu um comentário recente de Liou e Marichal (1978:169), que consideram a assimilação feita por Benoit com a forma 20 de Dressel superficiel. l'inscription est grecque, le contenu n'est assurément pas de l'huile, étant donné la poix épaisse qui l'enduit à l'intérieur. Parece-nos, entretanto, que a própria aparência do lábio, quase inexistente, o colo em sino e as alças em ângulo reto excluiriam a identificação dos dois tipos. Assim, as diferenças apontadas no capítulo anterior, e aquelas em relação a G199, parecem indicar que essas distinções não são fortuítas, mas que envolvem gestos técnicos específicos — em particular na confecção e colocação das alças — destinado, justamente, à diferenciação da species de vasos que poderiam ser eventualmente confundidos.

Embora não possamos precisar as hipóteses levantadas, pelos motivos aludidos acima, parece que se mantêm alguns princípios gerais já presentes anteriormente. A species Dressel 20 permanece estável e o biselamento do lábio, embora provavelmente não controlado pela administração, impõe-se por causa das restrições do código. Além disso, a convivência de diversos patamares metro-lógicos, embora não possa ser comprovada pela ausência de inscrições, deixa-se entrever nas variações morfológicas detectadas.

Ano 149 d.C.

características que a tornam especialmente fecunda. Em primeiro lugar, a profusão de dados epigráficos e materiais permite discutir a questão da variabilidade morfológica sincrônica, pondo em xeque a noção de transformações unilineares. Possibilita, além disso, comprovar e delimitar com maior precisão a species subjacente aos diversos sub-tipos e as particularidades de sua oposição às outras species anfóricas.

A documentação anfórica, bastante representativa, provem do Monte Testaccio, Óstia, Spinut, Saint-Gervais (Fos-sur-mer), Sirmium, Split, La Catria, Augst e Kaiseraugst. Além desses 42 exemplares de tipo Dressel 20 datados por tituli picti e selos associados a esses — do ano 149 d.C. ou de meados do século, possuímos dados referentes aos outros tipos provenientes de Óstia e da Ágora de Atenas. A falta de sítios escavados estratigraficamente e o fato de os acampamentos limitâneos fundados nessa época continuarem em ocupação até 260 (Schallmayer, 1984:322-330), dificultam a utilização de dados de escavação. O acampamento de Öhringen, por exemplo, escavado em 1972, embora fundado em 148 d.C., teve longa duração e ainda que bei dem Amphorenmaterial dieser Kastells, das sich bisher leider nur aus wenigen Bruchstrucken zusammensetzt, überwiegen Stücke der Form Dressel 20, apenas Material aus der 1 hafte des 3 jhs v. chr., zum Vorschein kam

A documentação epigráfica referente a meados do segundo século encontra-se publicada no CIL XV (3702a; 3705; 3706; 3715a; 3715b; 3718; 3724; 3725; 3729; 3732; 3734-5; 3744a, b, c; 3797; 3806; 3810; 3836a, b, c; 3861a, b; 3934; 3938a, b, c; 3960; 3967; 3974; 3981; 3986; 3990; 4020a, b, c, g, h; 4034b; 4035a, b, c; 4037; 4039a; 4071; 4021; 4207; 4109; 4219; 4157; 4429) ao que se deve acrescentar os 10 tituli picti provenientes do naufrágio Saint-Gervais (Lequement-Liou, 1978). Alguns exemplares provenientes de Spinut, Saint-Gervais e do Monte Testaccio apresentam particularidades morfológicas nítidas e, ao mesmo tempo, tituli α e γ ,

permitindo o estabelecimento de relações entre os patamares metro-
lógicos e os sub-tipos formais.

Para analisarmos o material disponível recorreremos num primeiro momento, ao recurso heurístico da dissociação entre dados epigráficos e morfológicos. Embora esse procedimento se justifique pelo grande número de exemplares e epígrafes em questão e pelas técnicas de análise específicas a cada categoria documental, cumpre em seguida unificar ambos os momentos numa abordagem integrativa.

Análise epigráfica

Embora a identificação dos tituli α e γ assim como sua confirmação em δ — com o peso, respectivamente, do vaso e do conteúdo, tivesse sido proposta por Dressel já em 1878 (Dressel, 1978; 149-152) e aceita pela bibliografia posterior, apenas em 1982, Rodríguez-Almeida empreendeu a análise de um conjunto significativo desses epígrafes, tendo agrupado os 575 tituli do CIL XV em 10 patamares metro-lógicos (170-190; 191-200; 201-210; 211-213; 214; 215; 216; 210-220; mais de 230 libras). Pôde, assim, propor a existência de um padrão de 216 libras de peso durante o período antonino que, a partir de Cômodo, teria convivido com um padrão de 240 libras (Rodríguez-Almeida, 1981:150-151). Esses números não são fortuitos, pois a libra-peso do azeite anotada nas **Anforas de tipo Dressel 20**, poderia ser facilmente convertida, pelos funcionários controladores, em medidas de volume, como podemos observar na tabela abaixo, que elaboramos, das medidas de peso com divisores inteiros nas medidas de volume:

LIBRAE	SEXTARIA	HEMINAE	CONGII	MODII	QUADRANTALIA
327 g (*)	540 ml	270 ml	3,281	8,751	26,261
72	48	96	8	3	1
144	96	192	16	6	2
168	112	224	18,6	7	2,3
192	128	256	21,3	8	2,6
216 (**)	144	288	24	9	3
240 (**)	160	324	26,6	10	3,3
288	192	384	32	12	4

(*) - Segundo o cálculo dos escritores metrológicos antigos 1 sextário de azeite equivalia a 1,5 libra.

(**) - Valores-padrão propostos por Rodríguez-Almeida.

Por nossa parte, utilizamos os tituli α e γ referentes ao ano 149 publicados no CIL XV e procuramos agrupá-los, não em 10 patamares previamente fixados, mas através de procedimentos estatísticos em grupos de concentração. Apresentamos nossa leitura desses tituli:

	α	γ	γ/α
3702	87	205	2,3
3705	86	191	2,2
3706	82	216	2,6
3715a	82	201	2,4
3715b	84	216	2,5
3718	80	194	2,7
3724	77	214	2,7
3725	87	216	2,4
3729	88	216	2,4
3732	92	192	2,0
3734	-	-	-
3735	81	203	2,5
3744	81	200-209	2,4

	α	γ	γ/α
3744b	91	216	2,3
3744c	94	-	-
3797	97	216	2,2
3806	87	216	2,4
3810	96	216	2,2
3836a	93	-	-
3836b	84	216	2,5
3836c	81/4	-	-
3861a	83	195/99	2,3
3861b	82/4	-	-
3934	77	212	2,7
3938a	84	-	-
3938b	87	209	2,4
3938c	88	-	-
3960	78	216	2,7
3967	86	-	-
3974	81	216	2,6
3981	81	199	2,4
3986	88	183	2,0
3990	93	211/16	2,2/2,3
4020a	85	-	-
4020b	85	-	-
4020c	88	-	-
4020g	93	-	-
4040h	95/99	216	2,2
4034b	87	-	-
4035a	81	-	-
4035b	87/89	-	-
4035c	85/89	-	-
4037	89	216	2,4
4039a	83	-	-
4071	79	205	2,5
4201	86	199	2,3
4207	88	196	2,2
4209	97	216	2,2
4219	97	214	2,2
4257	88	199	2,2
4427	75	200-211	2,6/2,8

Os 51 tituli apresentam uma média em α de 84,43 distribuídos em 20 inscrições do ano 149 (média: 86,15) e 31 de cerca de 149 (média: 83,32), e os 18 tituli γ uma média de 208,3 libras. Esses números, entretanto, apresentam ao menos cinco concentrações em torno de medidas-padrão, como vemos no quadro abaixo:

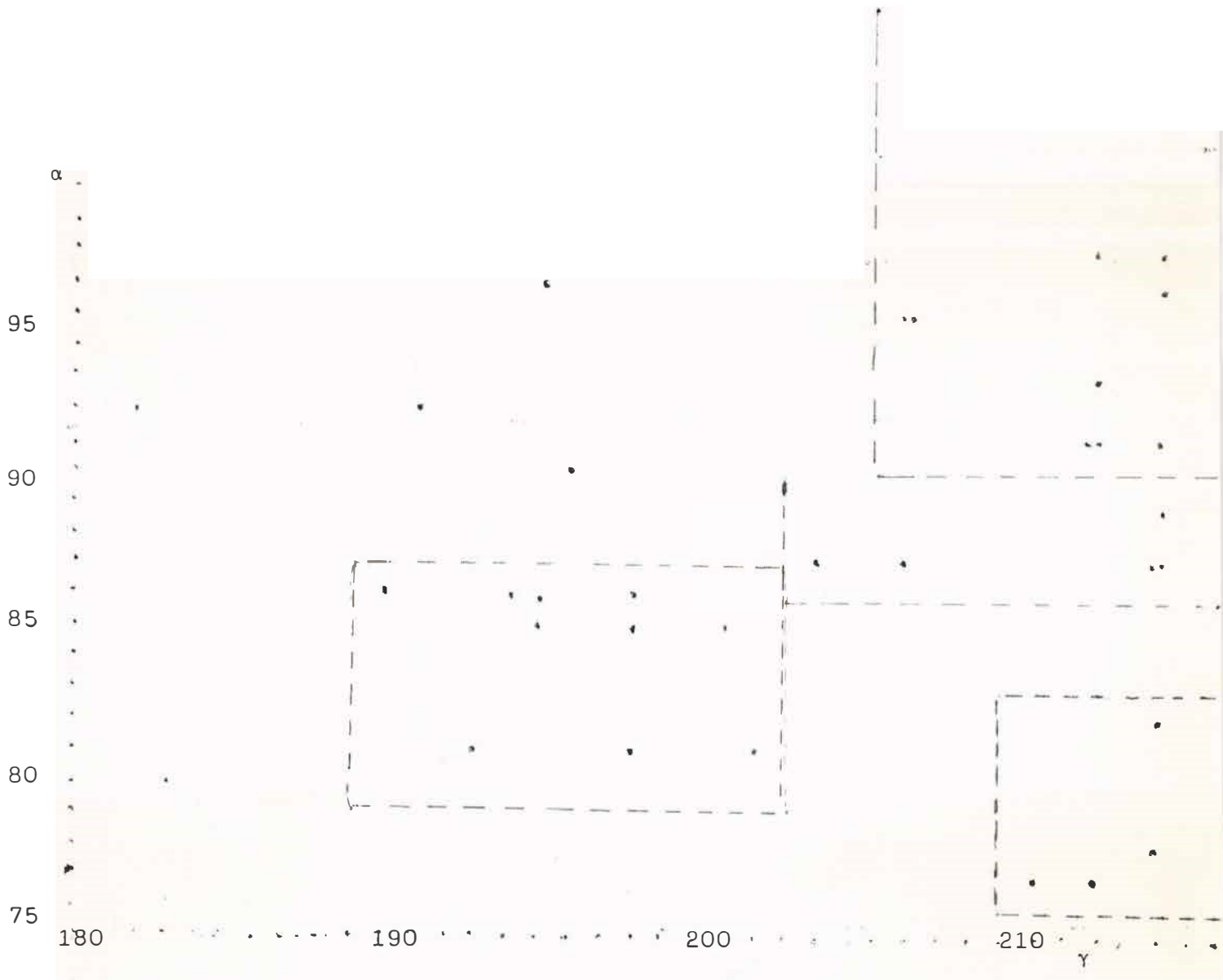
Tituli γ acima de 204 (12 inscrições)			
A		α	acima de 90 (4 inscrições)
	Médias:	α	= 95,7
		γ	= 215
		γ/α	= 2,25
			= 310,7
B	v1	α	entre 83 e 89 (5 inscrições)
	Médias:	α	= 86,8
		γ	= 213,8
		γ/α	= 2,46
		$\gamma+\alpha$	= 300,6
B	v2	α	até 82 (4 inscrições)
	Médias:	α	= 78,5
		γ	= 214,5
		γ/α	= 2,73
		$\gamma+\alpha$	= 293

Tituli γ abaixo de 204 (6 inscrições)	
C	α acima de 90 (1 inscrição) $\alpha = 92$ $\gamma = 192$ $\gamma/\alpha = 2,0$ $\gamma + \alpha = 284$
D	α abaixo de 90 (5 inscrições) Médias: $\alpha = 83,2$ $\gamma = 197,2$ $\gamma/\alpha = 2,3$ $\gamma + \alpha = 280,4$
Médias de α Abaixo de 90 (13 inscrições) = 83,07 Acima de 90 (5 inscrições) = 95	

Estas concentrações (cf. gráfico) indicam, portanto, a existência de patamares não apenas para o peso do conteúdo (γ) como para o peso do próprio vaso (α). Este último fato, constatado pela primeira vez, explica a presença dos tituli cuja anotação apenas se justificaria caso houvesse algum tipo de controle sobre ele. Podemos supor que o registro do peso do recipiente fosse, antes de mais nada, um procedimento relacionado à fabricação nas olarias e ao embarque nos navios. Poderia servir como controle do preço do vaso por libra-peso e permitiria, ao mesmo tempo, o controle do peso dos carregamentos em barcos cargueiros. De qualquer forma, esse controle não precisaria, necessariamente, resultar de uma intervenção estatal, pois os próprios comerciantes, donos de olaria e proprietários rurais, teriam interesse nesse

GRÁFICO

CONCENTRAÇÕES NA RELAÇÃO α/γ DOS TITULI PICTI DO A-
NO 149 d.C.



tipo de organização. No entanto, a posição de Bernard Liou e Robert Marichal (Colls et alii, 1977:93-103) a favor de uma interpretação "liberal" dos tituli picti "hispânicos" de época Cláudia — considerados como resultado da livre iniciativa e sua organização do comércio parece-nos pouco condizente com a rigidez das inscrições e, principalmente, com sua permanência, sem alterações substanciais nos períodos sucessivos.

Antes de tentarmos explicar esses padrões, ainda mais precisos que os patamares metrológicos do quadro apresentado no início desta análise epigráfica, seria interessante compará-los com os dados provenientes do naufrágio Saint-Gervais 3, que apresentamos abaixo:

NAUFRÁGIO SAINT-GERVAIS 3			
(ca. 149 d.C.)			
	α	γ	γ/α
1	85	196	2,30
2	90	198	2,2
3	86	195	2,26
4	91	216	2,37
5	85	203	2,38
6	-	193	-
7	96	196	2,04
8	91	214	2,35
9	92	183	1,98
10	95	208	2,18

O pequeno número de inscrições impossibilita uma análise estatística de concentração; contudo, podemos aplicar a esse material os patamares derivados do CIL, obtendo os seguintes resultados:

A	α acima de 90 (3 inscrições) Médias $\alpha = 92,3$ $\gamma = 212,6$ $\gamma/\alpha = 2,3$ $\gamma + \alpha = 304,9$
C	α acima de 90 (2 inscrições) Médias $\alpha = 94$ $\gamma = 189,5$ $\gamma/\alpha = 2,01$ $\gamma + \alpha = 283,5$
D	α abaixo de 90 (4 inscrições) Médias $\alpha = 86,5$ $\gamma = 198$ $\gamma/\alpha = 2,28$ $\gamma + \alpha = 284,5$
Médias de α Abaixo de 90 (4 inscrições) = 86,5 Acima de 90 (5 inscrições) = 93	

Apesar de se tratar de um material com datação apenas aproximada (cerca de 149 d.C.), a variação apresenta-se bastante reduzida, não atingindo 3% nos tituli α e γ e sendo quase nula na relação γ/α . A compreensão desses patamares, contudo, depende, a nosso ver, de uma análise dos sub-tipos Dressel 20 que, se deviam respeitar certos padrões metrológicos, admitiam a coexistência de variantes formais para um mesmo patamar. É necessário, portanto, um estudo tipológico que permita esclarecer a ar-

ticulação desses tituli em padrões não apenas metrológicos como morfológicos.

Análise morfológica e sua relação com os patamares metrológicos

Os 42 exemplares disponíveis tiveram sua cronologia precisada por contexto de achado, por associação tipológica e, principalmente, pelos tituli β e pelos selos associados a tituli δ do ano 149 d.C.: C. Antoni Balbi (titulus β ; Pr. 41:2), Vinisi Sereni (titulus β ; Pr. 49:1), Selos Mim (Pr. 41:1), Saxo Ferreo (in ansa; Pr. 41:5; 42:2-3; 44:2; 45:1) e QIAL (in ansa; Pr. 48:3).

Os critérios utilizados para o agrupamento morfológico dos exemplares em sub-tipos são de duas categorias. Em primeiro lugar as dimensões absolutas do vaso (altura e largura) e, em seguida, os elementos morfológicos que dependem de gestos técnicos e instrumentos específicos do oleiro: forma da pança, do colo e sua articulação com a pança e, como derivação destes elementos, a colocação e forma das alças. A partir desses parâmetros distinguimos oito sub-tipos:

- 1º - Pança esférica e colo curto (Pr. 41)
- 2º - Pança esférica e colo longo (Pr. 42-45)
- 3º - Pança menos regular e colo longo (Pr. 46-47)
- 4º - Pança esférica e colo longo, sendo uma versão menor do segundo sub-tipo (Pr. 48:1)
- 5º - Pança esférica semelhante ao terceiro sub-tipo, mas colo curto e alças semi-circulares remontantes (Pr. 48:2-4; 49:1-2)

- 6º - Semelhante ao quinto sub-tipo, mas o colo é mais longo e as alças não são remontantes (Pr. 49:3-4)
- 7º - Semelhante ao anterior, porém bem menor (Pr. 50:1-2)
- 8º - Colo curto, dimensões pequenas (Pr. 51)

Unindo as considerações metrológicas e morfológicas, notamos a existência de dados sobre os pesos α e γ de cinco sub-tipos (1, 2, 5, 6 e 7). Podemos perceber que os sub-tipos 2 e 5 representam, num mesmo patamar A, atestado epigraficamente, duas soluções formais diversas para uma mesma exigência metrológica. O sub-tipo 2 liga-se a uma tradição artesanal bastante fecunda (sub-tipos 3, 4 e talvez, 7 e 8) cuja característica essencial é a forma esférica da pança articulada com um colo longo e alças paralelas ao eixo. A partir destes princípios desdobram-se, provavelmente, três patamares metrológicos, como se pode ver no quadro abaixo, segundo outra tradição, a solução encontrada no sub-tipo 5, relacionado com os sub-tipos 1 e 6, baseia-se numa pança esférica articulada a um colo curto e alças semi-circulares. Podemos, portanto, estruturar os patamares metrológicos em torno de duas tradições, cujas características e relações recíprocas apresentamos na tabela 3.

Retornando aos dados metrológicos, podemos supor, a partir de inscrições e sub-tipos, os seguintes patamares:

γ		α		
Ca	216	Ca	95	A
		Ca	86	B v 1
		Ca	78	B v 2

γ		α	
Ca 192	→	Ca 92	C
	↘	Ca 83	D
Ca 168	→	Ca 83	E

Todos esses sub-tipos apresentam uma species Dressel 20 que se distingue claramente das outras ânforas. Assim, sua pança esférica opõe-se à piriforme da Ágora J50 (Pr. 24), à alongada da G197 (Pr. 22), enquanto seu lábio biselado permite diferenciá-la destas e ainda da Óstia LIX (lábio em almofada, Pr. 78:1-5; 79:4), tripolitana I (Pr. 73:5; 75:4), Africana tipo XXIII de Óstia (Pr. 78:3-9), da tripolitana II (Pr. 75:2-3), Africana A (Pr. 76:1-5) e Ágora M102 (Pr. 24). As panças alongadas ou piriformes destes tipos, assim como seu colo, alças e lábios, serviam como contrapontos a serem levados em consideração pelos oleiros Béticos.

A análise dos dados referentes ao ano 149 d.C. permite tecer algumas considerações em dois níveis. A nível geral, comprova-se a existência de diversos sub-tipos Dressel 20 contemporâneos e, portanto, a insuficiência dos esquemas de transformações morfológicas em sentido unilinear, baseados apenas na comparação de semelhanças e diferenças de exemplares. Em um segundo nível, podemos constatar que os sub-tipos Dressel 20 obedecem a dois critérios independentes mas inter-relacionados, na composição do vaso, um metrológico e outro morfológico, este último ligado a tradições artesanais diferenciadas. Por fim, a complexidade das relações entre os sub-tipos contemporâneos permite relativizar as informações referentes aos outros períodos, acentuando a significação das lacunas documentais como ressaltaremos adiante — mas fornecendo, por outro lado, critérios seguros de análise e compa-

TABELA III

SUB-TIPOS DRESSEL 20 DO ANO 149 D.C.

relação	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
α :	85	99	-	-	93	86	80/89	-
γ :	206/ 210	200/ 209	-	-	211,5	196	-	-
altura	73,5	80	74,3	64	78	-	-	-
diâm.pança	57	57,5	55,1	44,5	55	-	-	-
diâm.colo	13,5	11,5	10,6	11	9,1	-	7,8	9,8
alt.pança	41,7	31,9	32,9	30	31,7	-	24,4	24,3
larg.sup. pança	14	17,2	18,7	20	17,4	-	9,5	14
γ/α :	2,44	2,02	-	-	2,27	2,27	-	-
altura/pança	1,28	1,4	1,34	1,43	1,41	-	-	-
alt.pança/ largura	1,09	1,02	0,98	1,03	1,10	-	-	-
larg.pança/ alças	1,49	1,84	1,67	1,48	1,73	-	-	-
larg.pança/ colo	4,6	5,1	5,1	4,0	6,0	-	-	-
larg.sup. pança/colo	3,0	2,7	3,1	2,7	3,1	-	-	-
sub-tipos metrologí- cos	Bv1	Af1	C?	F	Af2	D	Ef1	Ef2

○ Pança esférica e colo curto

□ Pança esférica, colo longo e alças paralelas ao eixo

ração.

Cerca de 160 d.C. (Pr. 52-53)

A partir de meados do segundo século a datação dos exemplares Dressel 20 torna-se menos precisa. Isto se deve ao fato de que os exemplares relativamente integrais disponíveis não apresentam tituli picti, enquanto a cronologia dos selos apresenta-se também menos delimitada que anteriormente. Além disso, os acampamentos limitâneos passam a ter uma ocupação prolongada como Niederbieber e Holzhausen (Schallmayer, 1984:330-336; Pr. 18-19) desde o período antonino até a queda do Limes em 260, dificultando a utilização de relatos de escavação não-estratigráficos. Esta última característica predomina nas publicações dos sítios escavados desse período, sendo a única exceção notável as escavações estratigráficas de Óstia (Pr. 5-6).

Possuímos sete exemplares Dressel 20 encontrados por A. Pollino (1976) nas Iles de Lerins (Cannes) que, tratando-se de um achado-fechado, permitem observar o início de certas transformações morfológicas do tipo Dressel 20. Embora a datação das peças seja imprecisa, a partir do selo ... AEP (Pr. 54:1) associado a tituli picti de 161 a 192 d.C., a semelhança desses exemplares com um fragmento proveniente do Monte Testaccio (Rodríguez Almeida, 1980:86) datado do ano 160 d.C. (Pr. 53:1), permite-nos considerá-los como um conjunto de ânforas do início da década de 160 d.C. Além disso, possuímos cinco epígrafes α e γ do ano 160 (CIL XV 4339, 4342, 4344, 4346, 4348) e 13 do ano 161 (CIL XV 3943, 3944, 3945, 3946, 3947, 3951, 4352, 4353, 4354, 4355, 4357, 4358, 4359b)

que permitem o estabelecimento de parâmetros epigráficos para a análise morfológica. O estudo dos anos 160-161 apresenta ainda duas características positivas: em primeiro lugar, a pequena diferença temporal com o período anterior (11-12 anos), permitindo observar as modificações que se iniciaram justamente nesta época. Em seguida, como dissemos anteriormente, a documentação epigráfica proveniente do Monte Testaccio apresenta uma lacuna entre os anos 162 e 178 d.C., ressaltando a importância do estudo dos anos imediatamente anteriores à interrupção documental.

O número limitado de epígrafes disponíveis impossibilita uma análise de concentração estatística, obrigando-nos a utilizar os patamares válidos para o ano 149. Apresentamos no quadro abaixo os tituli α e γ disponíveis e seus possíveis agrupamentos:

ANO 160		
<u>CIL</u> XV	α	γ
4339	-	212
4342	85	-
4344	-	223
4346	90-90	216
4348	-	237
ANO 161		
<u>CIL</u> XV	α	γ
3943	99	216
3944	98	-

ANO 161		
CIL XV	α	γ
3945	92	212
3946	87	212
3947	-	198
4351	-	207
4352	-	204
4353	-	203
4354	97-99	-
4355	89	218
4357	-	206
4358	-	211-214
4359b	-	238

A	α acima de 90 (3 inscrições)
	Médias: $\alpha = 93,6$
	$\gamma = 214,6$
	$\gamma/\alpha = 2,29$
	$\gamma + \alpha = 308,2$
B	α entre 83 e 89 (2 inscrições)
	Médias: $\alpha = 88$
	$\gamma = 215$
	$\gamma/\alpha = 2,44$
	$\gamma + \alpha = 303$
	γ acima de 228 (2 inscrições)
	Média: $\gamma = 237,5$

Constatamos a constância dos patamares A e B e o aparecimento de dois tituli γ com média de 237,5 libras, acima, portanto, dos padrões atestados anteriormente. Isto indica o surgimento de um sub-tipo destinado, provavelmente, ao transporte de 240 libras, segundo o quadro metrológico apresentado anteriormente.

Em termos morfológicos, podemos delimitar três sub-tipos, sem que seja possível, entretanto, um estudo das dimensões dos exemplares, já que os vasos foram publicados sem escala (Pr. 52-54; 55:3) o critério utilizado para o agrupamento refere-se à species da ligação colo/pança que indica, por sua parte, gestos técnicos diferenciados; consideramos que os exemplares publicados por Pollino (Pr. 52; 53:2; 54; 55:3) teriam sido reproduzidos na mesma escala:

- 1º - Colo/pança em linha contínua, pequeno (?) (Pr. 52:1)
- 2º - Colo reto, separação pança/colo marcada, talvez apresentando dois volumes: grande (Pr. 52:3) e pequeno (Pr. 52:2, 4)
- 3º - Colo em sino, alto da pança marcado, talvez com dois volumes, grande (Pr. 54:2) e pequeno (Pr. 54:1)

A ausência de escala impossibilita relacionar estes sub-tipos com os patamares epigráficos. Com relação ao período anterior, uma diferença na species pode ser constatada no terceiro sub-tipo, cuja separação colo/pança talvez se relacione com a existência de um padrão mais alto (237,5 libras) ou, como já sugeriam Pelichet (1946) e Pollino (1976), com uma modificação na técnica de fabricação da pança. Além disso, as ânforas introduzidas nesta época (tripolitana III, Pr. 75:4; africana IA, Pr. 76:1-5 e Óstia I 445), bem como as já existentes anteriormente, não apresentam semelhança com o tipo Dressel 20 que exigissem tal modifi-

cação na articulação pança/colo. A coexistência dessas duas formas de pança, portanto, deve remeter ao universo técnico, provavelmente como resposta a um acréscimo no volume-padrão.

A species Dressel 20 apresenta pequenas alterações em relação à década anterior. O exemplar da prancha 55:1 com alças remontantes, quase ligadas ao lábio, sugere o surgimento de uma tendência diversa de colocação das alças derivada, por um lado, de exigências técnicas devidas ao aumento da pança e diminuição do colo. Por outro lado, a introdução de alças semi-circulares nas oleárias de tipo Africana IA, embora atestada em Óstia apenas na década de 180 d.C., pode ter contribuído para a escolha da remontância das alças como solução para a necessidade de aumento da capacidade do vaso. Esta solução, de qualquer maneira, não era obrigatória, se levarmos em conta a convivência de colos longos e curtos nos exemplares de meados do século, reforçando a hipótese levantada de uma oposição ao colo longo das oleárias africanas e à circularidade das alças do tipo Africana IA.

Pós 190 d.C. (Pr. 55-58)

As deficiências da documentação deste período serão explicitadas e superadas, ainda que de maneira parcial, a partir da utilização de certos recursos heurísticos. Em seguida, discutiremos as estratégias de análise e as problemáticas em questão, concretizando a classificação de sub-tipos e concluindo com a discussão das vias de transformação morfológica e sua relação com os mercados consumidores.

Estado da documentação e suas implicações

Os exemplares de tipo Dressel 20 posteriores à década de 180, apresentam datação imprecisa, em geral envolvendo um período de 70 anos, até a queda do Limes e o fim da desativação no Monte Testaccio (257-260 d.C.). Isto se deve, como vimos acima, às escavações não estratigráficas dos acampamentos limitâneos, mas também ao pouco conhecimento que se possui das cerâmicas locais (Fevrier 1980), tanto no Limes como no Vale do Guadalquivir. Além disso, a datação dos selos por tituli picti encontra-se menos desenvolvida, o que se deve, justamente, à inexistência de exemplares integrais com estas inscrições pintadas, cujo conhecimento se limita ao material fragmentário proveniente do Monte Testaccio.

Isto nos obriga a tomar como contemporâneos todos os exemplares posteriores a 190 (Pr. 55-58), que provêm de Zugmantel, Óstia, Roma, Fazana, Basiléia, Niederbieber, Baden, Vinkovci, La Catria, Guardias Viejas e Osterburken. Para a determinação dos sub-tipos recorreremos aos princípios gerais estabelecidos para os outros períodos, levando-se em conta, contudo, que alguns exemplares não possuem escala (Pr. 56:3-4) e que outros são formas estereotipadas em tábuas tipológicas (57:1-2).

Tipos e Sub-tipos

Podemos delimitar morfológicamente quatro sub-tipos e identificar variações de capacidade dos vasos dentro de cada classe:

- 1º - Caracteriza-se pela pança expandida, colo curto e alças semi-circulares. Duas dimensões: grande (Pr. 56:1-2) e pequena (?) (Pr. 56:3-4).

- 2º - Pança circular, colo médio, três tamanhos, grande (Pr. 57:1), médio (Pr. 57:2), pequeno (Pr. 57:4-5; 57:3).
- 3º - Pança mais alta que larga, colo alto, alças quase em ângulo reto. Dois tamanhos, grande (Pr. 58:1-2), pequeno (Pr. 58:3).
- 4º - As alças possuem ligações superiores e inferiores no próprio colo (Pr. 58:5-6).

Além desses sub-tipos, sabemos desde 1984 (Remesal) que olarias Béticas produziam no século III, contemporaneamente, outros tipos anfóricos, em particular, Dressel 23A (Almagro 55; Pr. 80:4-6; 81:1-2), Dressel 23B (Pr. 81:3-11), El Tejarillo 1, 2 e 3. As duas primeiras apresentam pança piriforme, pé quase inexistente e alças semi-circulares ligadas ao lábio (Dressel 23A) ou um pé em ponta e alças semi-circulares ligadas abaixo do lábio (Dressel 23B). Esta última possui uma área de difusão relativamente ampla, incluindo Roma, Augst, Agde, Tarragona, Cáceres e Cádiz, enquanto a Dressel 23A restringe-se a Ampurias, Agde e ao Vale do Guadalquivir. Já os tipos El Tejarillo 1, 2 e 3 apenas nesta última região foram encontrados, o que talvez se deva à identificação apenas recente (1984) dessas formas. Contudo, suas pequenas dimensões talvez indiquem recipientes destinados ao mercado local.

De qualquer maneira, esta multiplicação de tipos anfóricos produzidos nas mesmas olarias, destinados, provavelmente, ao azeite transmitindo a mesma mensagem, põe em questão a unidade morfológica predominante nos dois séculos anteriores. Parece-nos que os sub-tipos Dressel 20 e essas outras formas representam ao menos quatro estruturas morfológicas a nível da species do vaso:

- 1º - Recipiente com pança circular (sub-tipos Dressel 20:1 e 2).

- 2º - Pança mais alta que larga (sub-tipo Dressel 20: 3).
- 3º - Pança piriforme, pé em ponta e alças ligadas ao lábio (Dressel 23A).
- 4º - Pança piriforme, pé destacado, alças ligadas ao colo (Dressel 23B).

As implicações dessa coexistência de species, em especial de duas species Dressel 20, serão analisadas adiante.

Talvez se possa propor uma relação diacrônica entre as species 2 e 3, a partir da hipótese de áreas de difusão complementares e, conseqüentemente, da existência de códigos regionais diversos. Esta probabilidade encontra respaldo em algumas características do material anfórico, a começar pela multiplicação de ânforas de difusão local e pelo fechamento de alguns mercados para certos produtos e seus recipientes. Um bom exemplo do primeiro fenômeno, além das ânforas El Tejarillo 1, 2 e 3 citadas, é o tipo Niederbieber 74 (Pr. 80:2-3) cuja difusão devia restringir-se à região produtora ("einheimisch", Schallmayer, 1984:330) renana contígua ao médio vale do Mosela. A presença desses recipientes locais aumenta a particularização dos códigos, exigindo que os centros exportadores diferenciasssem seus vasos conforme a região importadora.

O mercado romano passa a ser dominado pelas oleárias africanas e o controle sobre as Dressel 20, registrado no Monte Testaccio até 255-257 d.C., não deixa de ser afetado pela instabilidade política a partir dos Severos. A criação de uma frota estatal destinada ao transporte do azeite na época de Severo (Rodríguez Almeida, 1980:282-3), e ao controle direto da administração, estendeu-se até Severo Alexandre, segundo a leitura do Codex Palatinus 899 da Vita Alexandri Severi proposta por Rodríguez - Almeida e que nos parece convincente (22, 3: ius conferendirectiones quod

impurus ille (sc. *Heliogaballus*) *sustulerat hic omnibus* (sc. *negotiatoribus*) *reedit*). A crise política do terceiro século viria a aprofundar a descentralização, enquanto o aumento dos mercados urbanos — hipótese levantada por Keay (1954) — a partir de fins do terceiro século não seria acompanhado de uma unificação dos códigos como no período do Principado. A subordinação das *Hispaniae* à Prefeitura da Gálias e a ligação da África à Itália, acompanhava, juntamente com a divisão do Império, uma crescente fragmentação dos mercados. Nesse contexto, as *species* anfóricas teriam uma tendência à multiplicação, voltando-se determinadas *species* para mercados específicos.

A partir destas hipóteses de trabalho podemos comparar as *species* anfóricas Béticas com algumas ânforas presentes apenas em mercados consumidores determinados. A *species* Dressel 20:1, em seus exemplares menores, apresenta certas semelhanças formais com o tipo Niederbieber 75, embora este último possua fundo em base. Em que medida isto teria favorecido soluções relacionadas com o afinamento da pança do vaso, como na *species* Dressel 20:2 ou mesmo nas Dressel 23A e B? O tipo Africana Grande II (Pr. 76: 6-8; 77:1-2), com alças ligadas ao colo, poderia dificultar a penetração do sub-tipo Dressel 20:4 no mercado romano — daí ser este último atestado apenas no *limes* — enquanto alguns tipos predominantes na Ágora de Atenas (Pr. 25:M175; 26:M234, M235, M236) poderiam dificultar a penetração do tipo Dressel 23B (Pr. 81:3-11) ou da segunda *species* Dressel 20 (Pr. 58:1-3).

Podem-se aventar algumas hipóteses para as transformações observadas, como um afinamento da pança devido ao tipo Niederbieber 75. Contudo, a documentação apresenta-se por demais fragmentária para a formulação de conclusões, ainda que preliminares. Pode-se apenas sugerir algumas hipóteses referentes em primeiro lugar, à existência de mercados, relativamente isolados, com códigos anfóricos específicos, no qual se incluem tipos de difusão

local e que se tornam "barulhos" em outros sítios. Este processo seria resultado, como dissemos acima, das transformações econômicas — autarquia dos campos, separação dos mercados urbanos — e políticas de caráter estrutural.

Observação sobre os exemplares de cronologia imprecisa

Os mais de noventa exemplares de tipo Dressel 20 que não possuem qualquer indício de sua cronologia não podem ser datados por simples semelhança tipológica por dois motivos. Em primeiro lugar, as lacunas existentes no conhecimento contemporâneo do tipo, como ressaltamos no decorrer deste capítulo, impossibilitam o estabelecimento de todas as grandes transformações do tipo nos seus três séculos de existência. Em termos epistemológicos, além disso, uma tentativa de datação por seriação cronológica implica no reconhecimento de um esquema unilinear de transformação que contradiz os postulados metodológicos enunciados no primeiro capítulo e, principalmente, o complexo quadro de transformações do tipo Dressel 20 e sua articulação em sub-tipos sincrônicos.

A significação dessa documentação reside, a nosso ver, na sua capacidade de delimitação do conhecimento adquirido no decorrer da análise afetuada. A profusão de exemplares que não se enquadram em nenhum dos momentos e sub-tipos conhecidos da produção do tipo Dressel 20 confirma a impossibilidade de uma classificação por seriação e demonstra que as transformações morfológicas do tipo Dressel 20 apenas começam a ser delineadas. Exemplos muito claros dessa terra incognita são os exemplares Pr. 64:1, 3, 5; 65:1, 2, 3; 69:1-5; 70:1, 3-6, 8-9.

Assim, embora o tipo Dressel 20 se constitua no mais estudado e conhecido tipo anfórico, contando com uma documentação material e epigráfica singular, pode-se concluir que o esforço científico aqui efetuado representa um ponto de partida cujo prosseguimento se torna imperativo.

CONCLUSÃO

O estudo que efetuamos das ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20 permite-nos tecer algumas conclusões tanto a nível do material anfórico como em termos metodológicos. As transformações morfológicas que analisamos inserem-se e derivam de mudanças econômicas, sociais e políticas. A partir da documentação disponível é possível estabelecer as grandes linhas desse processo, a começar pelo surgimento do próprio tipo em época augústea, como resultado de uma unificação — talvez imposta pela administração estatal — da produção nas olarias no vale do Guadalquivir. O funcionamento desta últimas relaciona-se, como vimos no capítulo segundo, com as estratégias de exploração de recursos e de implantação romana na região, em particular, como decorrência do sistema de villae oleicultoras. Essa estrutura agrária exportadora dependia, por sua parte, da mercantilização da economia imperial e de expansão dos mercados importadores.

Essa situação sócio-econômica dependia da existência de um Estado central unificado que mantivesse a Pax e o esquema de concentração imperialista a nível provincial e imperial. Fechando o círculo, era justamente este Estado que possibilitava e, provavelmente, impunha a unificação morfológica do tipo Dressel 20. A manifestação crescente de sub-tipos reflete a interação entre as tradições artesanais locais, as imposições metrológicas e de mercado, derivadas, estas últimas, da coexistência do tipo Dressel 20 com vasos de difusão local nos centros consumidores e da constante introdução no mercado de novos produtos e seus recipientes. A multiplicação de species anfóricas destinadas ao azeite bético a partir do século III relaciona-se, diretamente, com a crise do Es-

tado e com a regionalização e desconexão dos mercados consumidores. Por outro lado, a continuidade dos tituli picti hispânicos demonstra que a região produtora e o poder central continuaram a atuar, ainda que num contexto de atomização de mercados, até meados do século. O desaparecimento desse controle sobre o tipo Dressel 20, concomitante ou pouco posterior ao abandono do Monte Testaccio, representa na esfera documental a manifestação de mudanças sociais e econômicas profundas que determinaram o rompimento de uma tradição morfológica multiseccular.

A constatação da presença de diversos sub-tipos sincrônicos infirma as interpretações e classificações tipológicas unilineares e ontogenéticas. O móvel das transformações morfológicas foi deslocado, portanto, do próprio objeto para a sociedade que lhe dá sentido através da mediação do código anfórico. Isto significa que o estudo do tipo apenas adquire sentido se observado como parte de um conjunto articulado de artefatos, restabelecendo dessa forma a coerência dos elementos da cultura material. O método semiológico, utilizado como recurso heurístico para o restabelecimento da relação produtor/artefato/consumidor mostrou-se fértil como ferramenta para o estudo do artefato enquanto índice e vetor de relações sociais, ainda que se trate de uma experimentação metodológica. Assim, a contribuição desta investigação para o conhecimento das transformações morfológicas do tipo Dressel 20 e, a nível de anforologia, dos mecanismos de mudança formal, constituiu-se na problematização e proposição de vias de pesquisa a serem postas à prova em ulteriores estudos e debates.

BIBLIOGRAFIA

ABREVIATURAS

ArchClass	-	<u>Archeologia Classica</u>
BCAR	-	<u>Bulletino della Commissione Archeologica Comunale in Roma</u>
BCH	-	<u>Bulletin de Correpondance Hellénique</u>
BMC	-	<u>Boletín del Museo de Cadiz</u>
I CAA	-	<u>Primer Congreso, Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad. Madri, Universidad Complutense, 1982.</u>
II CAA	-	<u>Segun Congreso, Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad. Madri, Universidad Complutense, 1984.</u>
MAAR	-	<u>Memoirs of the American Academy in Rome</u>
MCV	-	<u>Mélanges de la Casa de Vélazquez</u>
REA	-	Révue des Études Anciennes
RSL	-	<u>Rivista di Studi Liguri</u>
VDI	-	<u>Vestnik Drevnei Istorii</u>

ACHARD, P. (1977), Discussion finale, Méthodes Classiques et Méthodes Formelles Dans L'étude des Amphores. Rome, EFR, 282-283.

AMOURETTI, M.C.; G. Comet (1979), L'Olivier en Provence. Aix, Edisud.

AMOURETTI, M.C.; G. Comet (1981), L'Olivier et son Histoire, L'histoire, 35, 1981, p. 48-56.

ANNEQUIN, J. (1983), Capital Marchand et Esclavage Dans le Procès de Transformation des Sociétés antiques, Modes de Contact et Processus de Transformation, Pisa, 637-658.

BARTEL, B. (1980), Colonialism and Cultural responses: problems related to Roman Provincial analysis, World Archaeology, 12, 1, 11, 26.

BARTHES, R. (1972), Elementos de Semiologia, SP, Cultrix.

BECATTI, G. (1958), Scavi di Ostia IV: i mosaici. Roma.

BELTRAN LLORIS, M. (1970), Las Anforas Romanas de España. Zaragoza.

(1977), Problemas de la morfología y del concepto historico-geografico que recibe la noción tipo. Aportaciones a la tipología de las anforas béticas, Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'étude des Amphores. Roma, École Française de Rome, 97-132.

(1977), Discussion finale, Méthodes Classiques Formelles dans L'étude des Amphores. Paris, EFR, 294-296.

(1981), El comercio del aceite en el valle del Ebro e finales de la Republica y comienzos del Imperio Romano, Primer Congreso, Producción y comercio del aceite en La Antigüedad (I CAA), Madri, Universidad Complutense, 101-113.

(1984), El aceite en Hispania a través de las Ánforas: La concurrencia del aceite Itálico y Africano, II CAA, 515-551.

BLAZQUEZ, J.M. (1974), La Romanización. I, Madri, Istmo.

(1975), Historia Social y Economica de La España Romana.

(1978), Economía de La España Romana. Bilbao, Najera..

(1984), Ultimas Aportaciones a los Problemas de la Producción y Comercio del aceite en la Antigüedad. II CAA, Madri, 19-99.

BENOIT, F. (1961), Relations Commerciales entre le monde iberopunique et le midi de la Gaule, de l'époque archaïque à l'époque romaine, REA, 68, 3-4, 322-331.

BERARD, C. (1983), Iconographie, Iconologie, Iconologique, Études de Lettres, 4, 5, 37.

BINFORD, An Archaeological perspective. New York and London, Seminar Press, 1972.

BLOCH, M. (1968), La Société Féodale. Paris, A. Michel.

- BORODAI, P. (1983), A figura do Artesão e o Sentido da Palavra Demiurgos nos Diálogos de Platão (em russo), VDI, 4, 119-131.
- BONSOR, G. (1901), Los pueblos antiguos del Guadalquivir y las anfarerías romanas, Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 12, 837-857.
- BOUBÉ, J. (1976), Marques d'amphores decouvertes, Bulletin d'Archéologie Marocaine, 9, 179.
- BRENTCHALOFF, D.; Lequement, R. (1979), Timbres Amphoriques de Fréjus, Archaeonautica, 2, 221-233.
- BROMBERGER, C. (1979), Technologie et Analyse Sémantique des Objets: pour une semio-technologie, L'Homme, 19, 1, 105-140.
- BRUFAU, J.M.N. (1974), Las ánforas Romanas de Ampurias, Ampurias, 147-197.
- BRUNNEAU, Ph. (1974), Sources Textuelles et vestiges matériels. Réflexions sur l'interprétation archéologiques, melanges helléniques offersts à G. Daux, 1974, p. 33-42.
- (1976), Quatre propos sur l'archeologie nouvelle, BCH, 1, 103-135.
- CALLENDER, M.H. (1964), Roman Amphoras with Index of Stamps. Londres, University of Durham Publications.
- CAMBI, N. (1976), Spanish Amphorae Found Near Split, Rei Cretaria Romanae Fautorum Acta, 16.
- (1984), Le anfore Dressel 20 nella Jugoslavia, Segun Congreso, Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad (II CAA), Ma-

dri, Universidad Complutense, 47-56.

CARANDINI, A. (1973), Dibattito sull'edizione italiana della storia economica del Mondo Antico di F. Heilchelheim, Dialoghi di Archeologia, 312, 329.

(1979), Archeologia e Cultura Materiale. Bari, De Donato.

(1980), Roma Imperialista: caso di sviluppo precapitalistico, Memoirs of the American Academy at Rome, 36, 11-19.

(1980), Quando la dimora dello strumento è l'uomo, in J. Kolendo, L'Agricoltura nell'Italia Romana, Roma, Riunti, IX-LX.

(1981), Sviluppo e Crisi Delle Manifatture Rurali e Urbane, Società Romana e Produzione Schiavistica, Bari, Laterza, 249-260.

CARRAZÉ, F. (1975), L'Épave Grand Ribaud A, Cahiers d'Archéologie Subcquatique, 4.

CERTEAU, M. (1976), A Operação Histórica, História: Novos Problemas, RJ, Francisco Alves.

CHANG, K.C. (s.d.), Rethinking Archaeology, N.Y., Random House.

CHANG, K.C. (1972), Settlement Patterns in Archaeology, An Addison-Wesley Module, 24.

CHIC-GARCÍA, G. (1978), Acerca de una ánfora de uvas encontrada en la Punta de la Nao (Cadiz), Boletín del Museo de Cadiz (BMC), 1, 37, 41.

(1978), Consideraciones sobre la navegabilidad del Guadalquivir en

epoca romana, Gades, 7-20.

(1979-80), Lacca, Habis, 10-11, 255, 276.

(1984), El trafico en el Guadalquivir y el transporte de las ánforas, Anales de la Universidad de Cadiz, 1, 33-44.

(1984), El Estado y el comercio aceitero durante el Alto Imperio, II CAA, Madrid, Universidad Complutense, 163-182.

CHIC-GARCÍA, G. (1984) & Saez F., P., La epigrafia de las ánforas oleárias béticas como posible fuente para el estudio del colonato en la Bética, II CAA, Madrid, Universidad Complutense, 193-210.

CHIC-GARCÍA, G. (1978), Giles; F. & Saez, A., Horno ceramico romano del Rancho Perea (San Isidro del Guadalete), BMC, 1, 43-49.

CHOMSKY, N. (1975), Aspectos da Teoria da Sintaxe. SP, Abril.

CLARKE, D. (1966), Analytical Archaeology. Londres, Methuen.

CLAVEL-LÉVÈQUE, M. (1974), Les gualois et les gaulois: pour une analyse du fonctionnement de la geographie de Strabon, Dialogues d'Historie Ancienne, 76-93.

(1976), Urbanisation et cités dans l'Occidente antique: vois previlégiées, imperialismes et transitions, Cahiers d'Historie de l'Institute Maurice Thorez, 19, 239-246.

(1977), Pratique scientifique et théories des sociétés de l'antiquité, La Pensée, 192, 95-116.

(1980), Lettura di Analisi Marxista e Società Antiche, Labeo, 26, 390-401.

CLINKENBEARD, B. (1984), Lesbian and Thasian Amphoras: Questions Concerning Collaboration, (inédito).

COLLS, D.; Étienne, R.; Lequément, R.; Liou, R. & Mayet, F. (1977), L'epave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude, Archaeonautica, 1, Paris.

COURBIN, P. (1982), Qu'est-ce que l'archéologie, essai sur la nature de la recherche archéologique. Paris, Payot.

DAUBIGNEY, A. (1983), Relations marchandes méditerranéennes et procès des rapports de dépendance (magui et ambactes) en Gaule Protohistorique. Modes de Contact et Processus de Transformation. Pisa, 659-683.

DOMERGUE, C. (1972), Rapport entre la zone minière de la Sierra Morena et la plaine agricole du Guadalquivir à l'époque romaine, Mélanges de la Casa de Velazquez (MCV), 8, 614-622.

DRESSEL, H. (1978), Di un grande deposito di anfore rinvenuto nel nuovo quartiere del Castro Pretorio, Bulletino Comunale, 7, 1879, pp. 36-112; 143-196, in H. Dressel, Saggi sull'Instrumentum Romano, Roma, E.U. Coop., 258-387.

DYSON, L.S. (1979), New methods and models in the study of Roman town-country systems, The Ancient World, 2, 3, 91-95.

- ECO, U. (1971), A Estrutura Ausente. São Paulo, Perspectiva.
- EKHOLM, K.; Friedman, J. (1982), Capital Imperialism and Exploitation in Ancient World Systems, Review, 4, 1, 87-127.
- EMPEREUR, J.Y. (1984), Un atelier de Dressel 2-4 en Egypte au III^e de notre ere. (inérito).
- EMPEREUR, J;Y.; Picon, M. (1984), A la recherche de fours d'amphores. (inérito).
- ETIENNE, R. (1949), Les amphores du Testaccio, MEFR, 61, 151-181.
- ETTLINGER, E.; Simonetti, C. (1952), Römische Keramik aus dem Schutthügel von Vindonissa. Basiléia.
- FEVRIER, A. (1980), A propos de la céramique de la Méditerranée Occidentale (I-VII siècles après J.C.), Céramique hellénistique et romaine. Paris, Belles Lettres, 159-199.
- FINLEY, M.I. (1978), Empire in the greco-roman world, Review, 2, 9, 55-68.
- (1983), Ancient Slavery and Modern Ideology. Harmonow Worth, Penguin.
- FONQUERLE, D. (1973), Liste illustré des épaves antiques et de quelques autres sites subacquatiques découverts aularge des côtes de France, L'Archeologie Sub-Acquatique. Paris, UNESCO, 51-60.
- FUNARI, P.P.A. (1984), En torno da ânfora: a terminologia latina dos vasos recipientes, I Congresso Nacional de Estudos Clás-

sicos. (no prelo).

(1985), As evidências da epigrafia anfórica: especificidades e características, Semana de Estudos Clássicos, BH, (inédito).

(inédito), A Anforologia: uma nova disciplina arqueológica. (a ser publicado na Revista de História).

GALTUNG, J.; Heistad, T e Rudeny, E. (1980), On the decline and fall of Empires, the Roman and Western Imperialism compared, Review, 4, 1, 91-153.

GARCIA Y BELLIDO, A. (1965), La Italica de Hadriano, Les Empereurs Romains d'Espagne, Paris, CNRS, 7-26.

GARCIA MORENO, L.A. (1981), Continuidad o discontinuidad de la producción oleícola hispana durante la antigüedad tardia (séc. V-VIII), I CAA, 301-309.

GARLAN, Y. (1982), Le commerce des amphores grecques. Eighth international Economic History Congress, Budapest, Akadémiai Kiadó, 52-60.

GENTY, P.Y. (1980), La Production d'Amphores Gauloises, Archeologia, 146, 52-63.

GONZÁLES, F.J. (1984), Nueva Inscripción de un Diffusor Olearius en la Bética, II CAA, Madrid, Universidad Complutense, 183-191.

GOSE, E. (1950), Gefässtypen der Römischen Keramik im Rheinland, Beiheft 1.

- GRAN AYMERICH, J.M.J. (1983), Traitement de données qualitatives et quantitatives: deux expériences complémentaires sur des amphoras Serviceo Etrusco-Italiques, Inf. Sci Hum., 14, 59-60; 125-145.
- GRANT, M. (1979), Cities of Vesuvius. Harmondsworth, Penguin.
- GRENIER, A. (1934), Manuel d'Archeologie Gallo-Romaine, 6, 2. Paris.
- GRENIER, J. (1965), Littoral Gardois, RSL, XXI, 268.
- GUASH, R. P. (1971-72), Arqueologia submarina en Andalucía (Almería y Granada), Ampurias, pp. 321-334.
- GUÉNOCHE, A; Tchernia, A. (1977), Essai de construction d'un modèle descriptif des amphores, Dr. 20, Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores, Rome, EFR.
- HASSAL, M.W.L. (1972), Roman Urbanization in Western Europe, in P. Ucko et alii, Man Settlement and Urbanism, Londres, Duckworth, 855-861.
- HESNARD, A. (1977), Discussion Finale, Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores, Rome, EFR, 285-287 e 293-4.
- HESNARD, A. (1980), Un depot augustéen, MAAR, 1980, 36, 141-156.
- HOMO, L. (1971), Rome Imperiale et l'Urbanisme dans l'Antiquité. Paris, Albin Michel, 1971.
- HUOT, J.L. (1972), La naissance de l'État, Archéologie au Levant,

95-106.

JONCHERAY, J.P. (1975), L'épave Dramon F, Cahiers D'Archéologie Subaquatique, 4, 128.

KAPITÄN, G. (1974), Le anfore del relitto romano di capo ogina, Recherches sur les amphóres romaines, Paris, EFR.

KEAY, S.J. (1984), The import of olive oil in to Catalunya during the 3rd c. A.D., II CAA, 551-568.

KLEIN, L.S. (1970), Archeology in Britain: a marxist view, Antiquity, 44, 296-303.

KOEHLLER, C. (1984), The use and handling of Greek container amphoras. (inérito).

KRAMINOVA, N. (1984), Chemakha e sua Região, Moskovski Novosti, 14, 8-9. (em russo).

KRIEGER, A.D. (1956), Archaeological Typology in Theory and Practice. Men and Culture, Philadelphia, UPP, 141-151.

LAMBOGLIA, N. (1955), Sulla Cronologia delle Anfore Romane, 21, 3-4.

LE GALL, J. (1972), Discussion, MCV, 8, 645.

LEQUEMENT, R. & Liou, B. (1978), Un nouveau document sur le vin de Bétique, Archaeonautica, 2, 183-184.

LIU, B. (1977), Discussion Finale, Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores, Paris, EFR.

(1981), Les amphores à huile de l'épave Saint-

- Gervais 3 à Fos-sur-Mer: Premières observations sur les inscriptions peintes, I CAA, Madrid, 161-176.
- LIYOU, B.; Marichal, R. (1978), Les inscriptions peintes sur amphores de l'anse Saint-Gervais à Fos-sur-Mer, Archaeonautica, 2, 109-181.
- LYAPUSTINA, Y.V. (1985), "Villas" nas Províncias Ocidentais do Império Romano, VDI, 161-185, (em russo).
- MAIA, M. (1974-77), Marcas em ânforas de forma Dressel 20, de Tróia de Setúbal, O Arqueólogo Português, 8-9, 355-358.
- MALLON, J. (1952), Paléographie Romaine, Madrid, Nebuja.
- MANACORDA, D. (1977), Anfore Spanogle C. Pompei, L'Instrumentum di Ercolano e Pompei nella prima età Imperale, Roma, L'Erman, 121-134.
- MARBACH, W.; Koch, R. (1980), Römische Zeit, Fundes Berichte aus Badenden, Württemberg, 5.
- MARFOE, L. (1982), Empire and Ethnicity in Syrian Society: "from Archeology to Historical Sociology" revisited, Archéologie au Levant, 463-479.
- MARTIN G. y SERRES, M.D. (1970), La Factoria Pesquera de Punta de l'Arenal y otros restos Romanos de Javea (Alicante). Valencia.
- MARTIN-KILCHER, S. (1984), Les amphores roamines à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d'Augst et Kaiseraugst: un rapport préliminaire, 377-347.

MARX, K. (s.d.), O Capital I, RJ. Civilização Brasileira.

(1977), Formações Econômicas pré-capitalistas.

RJ, Paz e Terra.

MAZZA, M. (1978), Marx sulla Schiavitù Antica. Note di Lettura.

Analisi Marxista e Società Antiche, Roma, Riuniti.

MARTIN, G. (1970), Las Pesquerias Romanas de la Costa de Alicante,

Papeles del Laboratorio de Arqueologia de Valencia, 10, 139-

205.

MENESES, U.T.B. (1984), A cultura material no estudo das socieda-

des antigas, I Simpósio Nacional de História Antiga, João

Pessoa, I vp. Univ., 34-42.

MOREL, J.P. (1977), Discussion Finale, Méthodes Classiques et Mé-

thodes Formelles dans l'Étude des Amphores, Paris, EFR, 309.

(1982), La céramique comme indice du commerce

antique (réalités et interprétations), 8th International His-

tory Congress, Budapest, Akademiai Kiado, 71-79.

MUSTI, D. (1981), L'Economia in Grecia. Bari, Laterza.

NUBER, H.V. (1981), Waage Mit Kaiserportrats aus Heidelberg-Neun-

heim, FAB, 6, 501-528.

PADGUY, R. (1976), Problems in the theory of slavery and slave so-

ciety, Science and Society, 40-3, 27.

PANCIERA, S. (1980), Oleari, Memoirs of the American Academy at

Rome, (MAAR), 36, 235-259.

PANELLA, C. (1972), Annotazioni in Margine alle Stratigrafie delle terme ostiensi del Nuotatore, Recherches sur les Amphores Romaines, Paris, EFR, 68-106.

(1973), Appunti su un gruppo di anfore della prima, media e tarda età imperiale (Secoli I-V d.C.), Studi Miscellanei, 21, Ostia, 3.

(1981), Il vino II - La distribuzione e i mercati, Società Romana e Produzione Schiavista, Bari, Laterza, 55-80.

(1984), I Contenitori oleari presenti ad Ostia in età antonina: analisi tipologica, epigrafica, quantitativa, II CAA, Madrid, Universidad Complutense, 225-261.

PEACOCK, O.P.S.; Williams, D.F. (1984), The importation of olive oil into Iron age and Roman Britain, II CAA, Madrid, Universidad Complutense, 263-280.

PELICHET, E. (1946), A propos des amphores romaines trouvées à Nyon, Zeitschrift fur schweizerische Archäologie un Kunstgeschichte. 8, p. 192-193.

POHL, I.; Zevi, F. (1970), Casa Delle Pareti Gialle, Notizie Degli Scavi Supp. I, 95-234.

POLLINO, A. (1976), Amphores à Huile des Iles de Lerins, Cahiers d'Archéologie Subacquatique.

PONSICH, M. (1974), Implantation Rurale Antique sur le Bas Guadalquivir. Paris, Bocfard.

PONSICH, M. (1979), Implantation Rurale Antique sur le Bas Guadalquivir. Paris, Boccard.

(1981), Nouvelles perspectives sur l'olivier du Bas Guadalquivir dans l'antiquité, I CAA, Madrid, Universidad Complutense, 47-56.

RANDS, R.L. (1961), Elaboration and Invention in Ceramic Tradition, American Anthropology, 26, 3, 1, 331-304.

REMESAL, J. (1977-78), La economia oleicola betica: nuevas formas de analisis, AEA, 50-51, 87-142.

(1982), Die Ölwirtschaft in der Provinz Baetica: neue Formen der Analyse, Saalburg Jahrbuch, 38, 30-71.

(1984), Transformaciones en la exportación del aceite bético a mediados del siglo III d.C., II CAA, Madrid, Universidad Complutense, 115-129.

REUTTI, F. (1980), Amphoren, Römische Zeit, Fundes Bericht aus Baden Württemberg, 5, 223.

RODRÍGUEZ-ALMEIDA, E. (1972), Novedades de Epigrafía Anforaria del Monte Testaccio, Recherches sur les amphores romaines, Rome, École Française de Rome, 107-233.

(1977), Cohortes III Horreorum Galbianorum, Rendiconti della Pontificia Accademia D'Archeologia, 49.

(1978-1979), Bolli Anforari di Monte Testaccio, 86, 109-135.

(1979), Monte Testaccio: I mercatores dell'olio

della Betica, MEFR, 91, 873-975.

(1980), Vicissitudine nella gestione del commercio dell'olio betico, MAAR, 36, 277-290.

(1981), El Monte Testaccio, CTEEHAR, 15, 105-165.

(1983), I mercatores dell'olio betico, Dialoghi di Archeologia.

(1984), El emporio fluvial y el Testaccio: onomástica extra-anfórica y otros problemas, II CAA, Madrid, Universidad Complutense, 133-161.

ROGATCHEV, A.N. (1983), Tecnologia da Produção no Paleolítico. Leningrado, Nauka, (em russo).

ROLDAN HERVAS, J.M. (1978), La crisis republicana en la Hispania Ulterior, Actas del primer Congreso de Historia de Andalucía, Córdoba, Casa de Ahorros, 109-130.

SARACINO, L.M. (1977), Russi, Campagna di Scavo di 1971, Notizie degli Scavi, 31.

SARIAN, H. (1984), A cerâmica como documento arqueológico, Revista de Pré-História, 6, 195-204.

SCHALLMAYER, E. (1982), Wegmarken des antiken Welthandels, Denkmalpflege in Baden-Württemberg, 11, 116-123.

(1984), Römische Okkupationslinien in Obergermanien und Raetien: Zur chronologischen Typologie der Ampho-

- ren, II CAA, Madrid, Universidad Complutense, 281-336.
- SCHIERING, W. (1967), Griechische Tongefässe. Berlin, Mann.
- SCHIEFFER, M.B. (1976), General considerations of artifact classification, Behavioural Archaeology, NY, Academic Press, 92-99.
- SCHNAPP, A. (1980), Introduction, L'Archéologie aujourd'hui, Paris, Hachette, 13-21.
- SCHTAERMAN, E.M. (1964), Die Krise der Sklavenhalterordnung im West des römischen Reiches, Berlin, Akademie Verlag.
- SCHÜPBACH, S. (1984), Avenches: contribution à la connaissance de la chronologie des estampilles sur les amphores à huile de Bétique, II CAA. Madrid, Universidad Complutense, 345-363.
- SIENA, S.L. (1977), Appunti su alcuni tipi di anfore lunesi, Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores, Roma, École Française de Rome.
- SOLIER, Y.; Colls, D. (1981), Archaeonautica, 3.
- STÜMPEL, B. (1970), Mainzer Zeitschrift, 65.
- (1981), Mainzer Zeitschrift, 76.
- TCHERNIA, A. (1964), Amphores et marques d'amphores de Bétique à Pompei et Stabies, MEFR, 419-445.
- (1967), Les amphores romaines et l'histoire économique, Journal des Savants, 216-234.
- (1977), Essai de construction d'un modèle descriptif des amphores Dressel 20, Méthodes Classiques et Mé-

thodes Formelles dans l'Étude des Amphores, Roma, École Française de Rome, 241-259.

(1981), D. CAECILIUS HOSPITALIS et M. IULIUS HERMESIANUS, II CAA, 155-161.

TOUVENOT, R. (1973), Essai sur la Province Romaine de Bétique. Paris, De Boccard.

ULBERT, G. (1969), Das frühromische Kastell Rheingönheim, Limesforschung, 9, Taf. 17, 1.

VAN DER MERCH, C. (1984), Un groupe d'amphores commerciales magno-grecques et siciliotes du IV^e siècle avant J.C. (inédito).

VEGAS, M.; Bruckner, A. (1975), Die augustische Gebrauchskeramik von zwei augustischen Töpferei von Neuss, Novaesium, VI, Limesforschung, 14, Berlin.

VOGT, E. (1948), Der Lindenhof in Zürich. Zurich.

WILL, E.L. (1984), Exportation of olive oil from Baetica to the Eastern Mediterranean, II CAA, Madrid, Universidad Complutense, 391-440.

ZEMER, A. (1977), Storage jars in ancient wine trade. Haifa, NATIONAL Maritime Museum Foundation.

ZEVI, F. (1972), Ostia, Notizie degli Scavi, 26, 404-432.

P R A N C H A S*

* As peças integrais apresentam-se na escala 1:10 e os fragmentos em 1:3; as exceções apresentam escala assinalada.



1



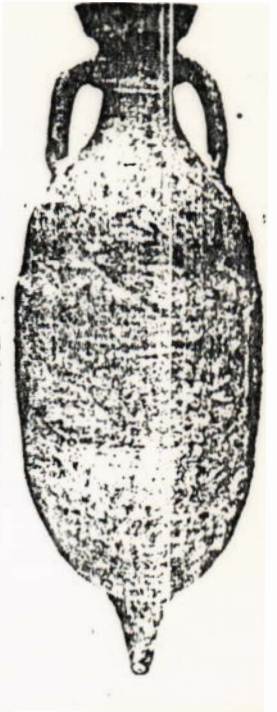
2



4



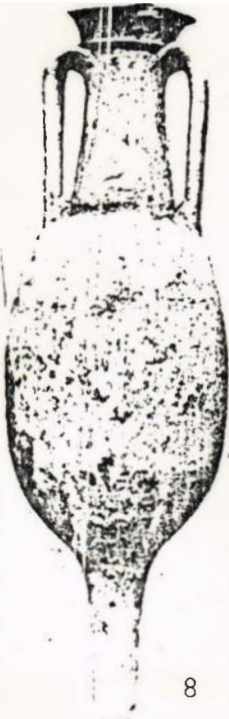
5



6



7



8



9



10



11



12



13



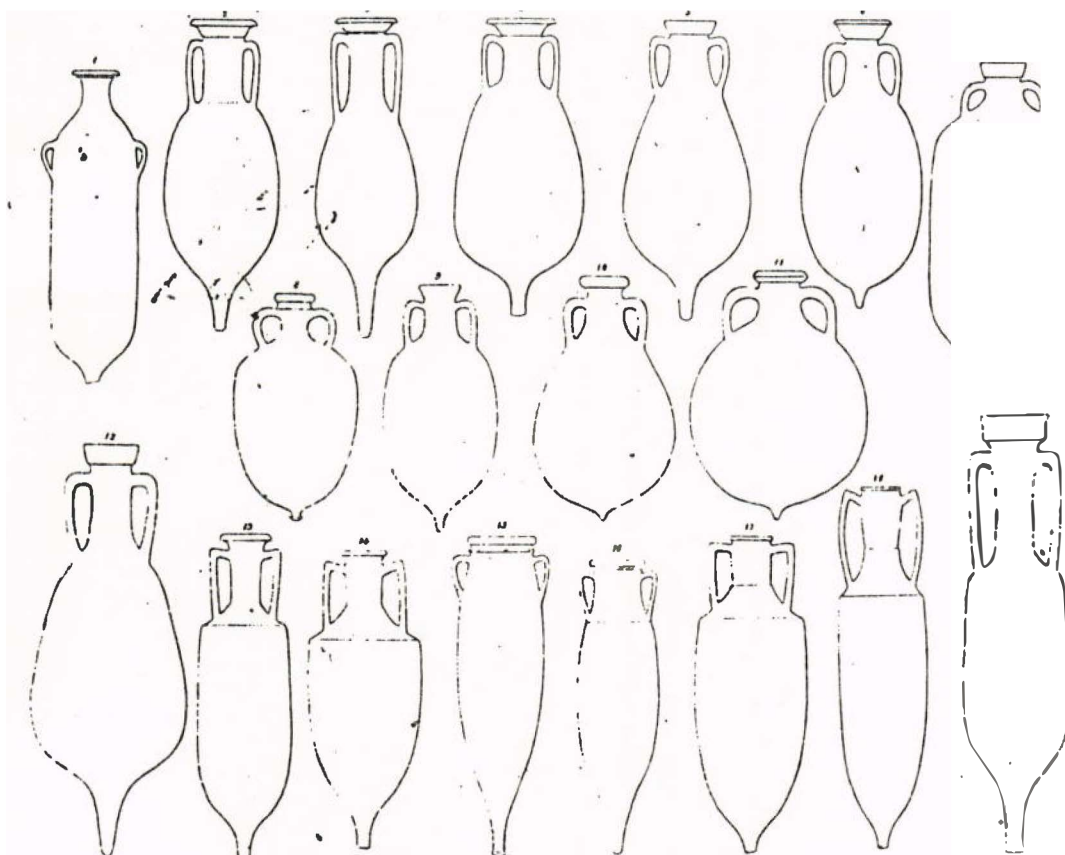
15



16

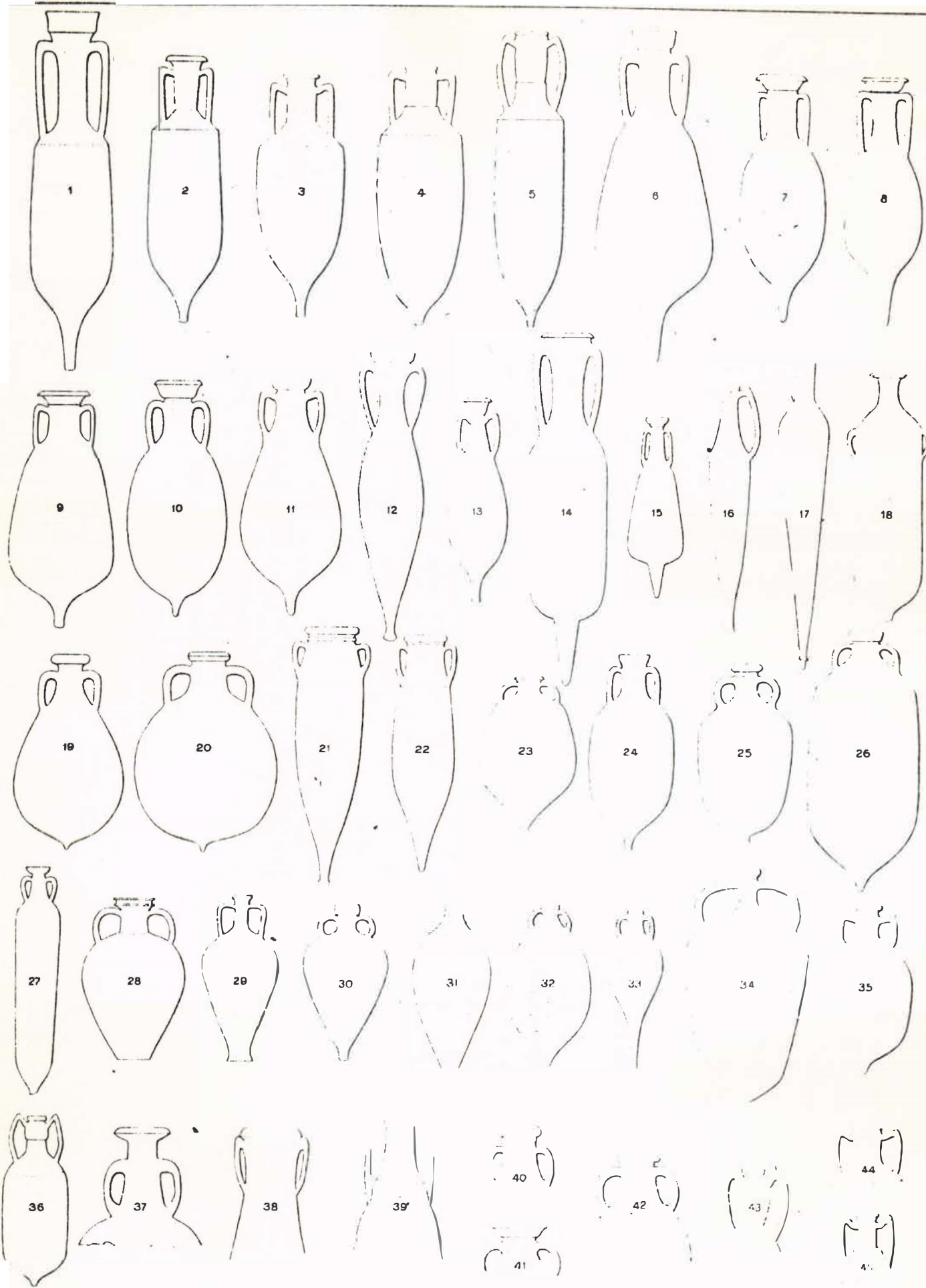


17



DEPÓSITO DO CASTRO PRETÓRIO (ca. 50 d.C.)

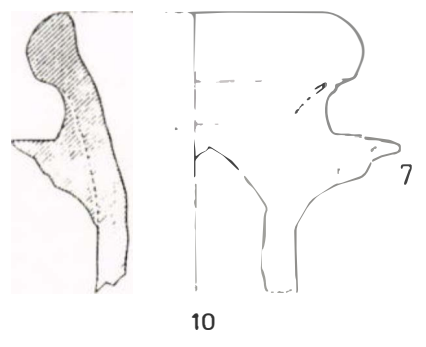
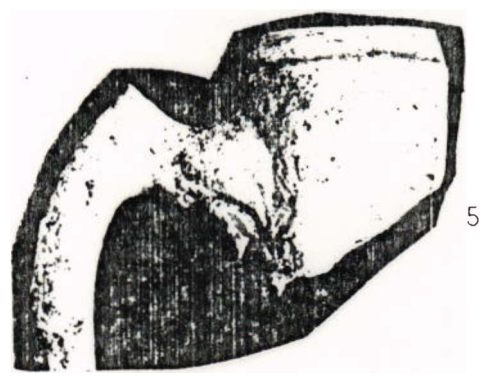
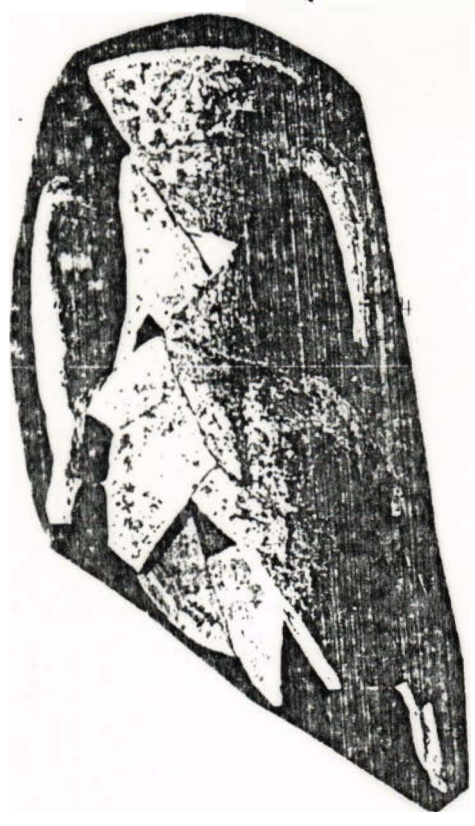
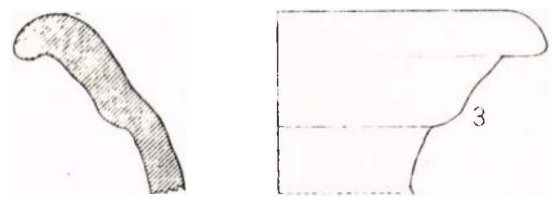
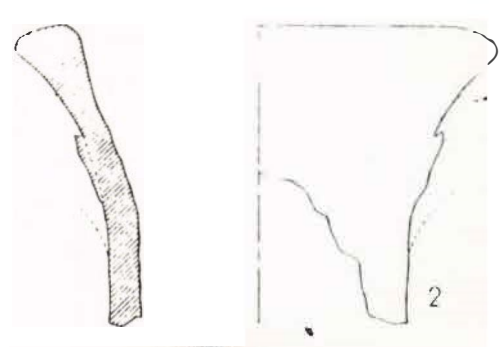
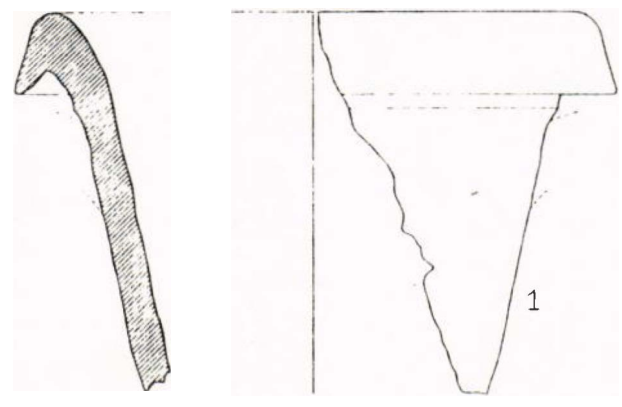
S/E



TÁBUA TIPOLOGICA DE DRESSEL

S/E

OSTIA (PERÍODO FLAVIO)



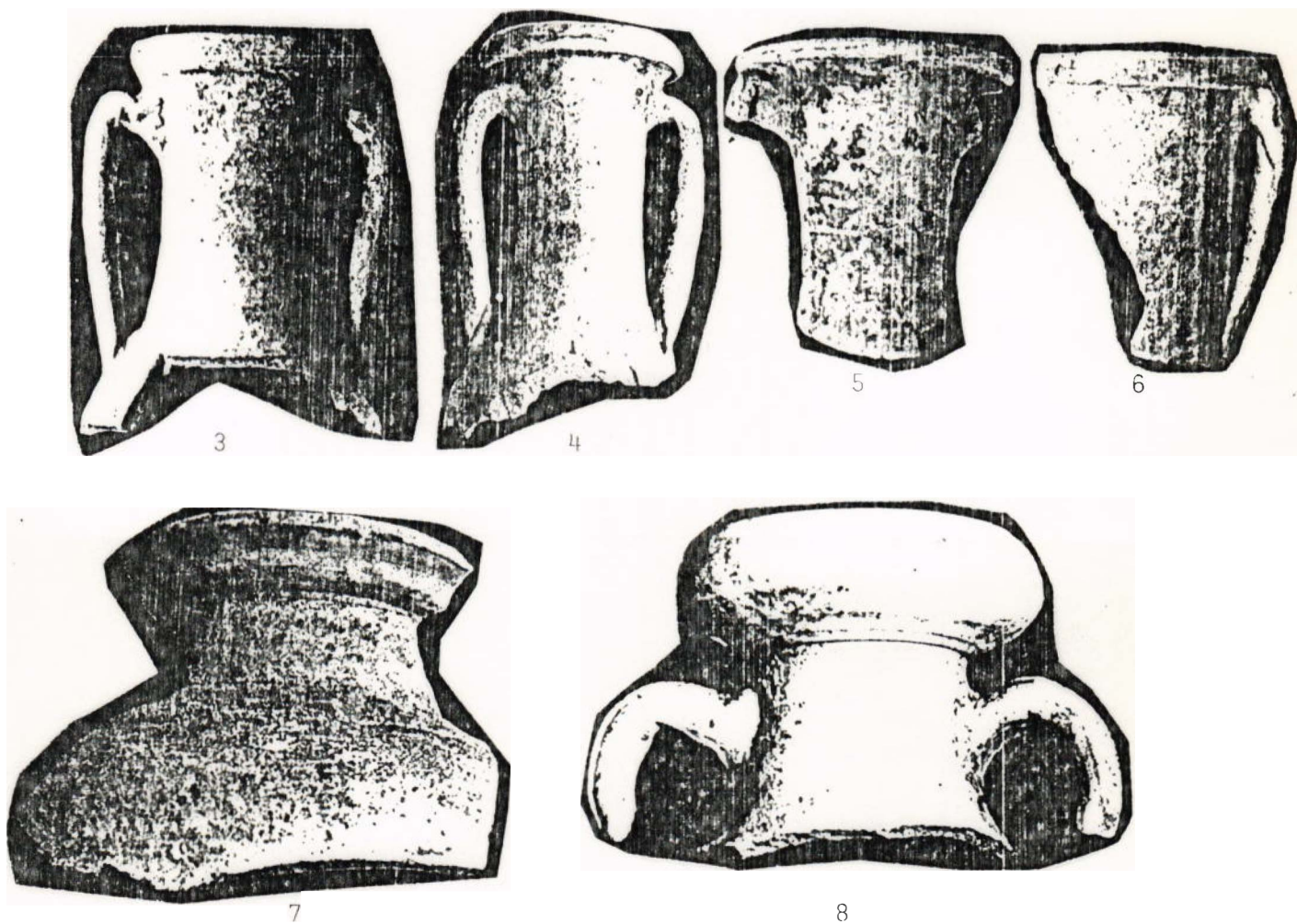
6

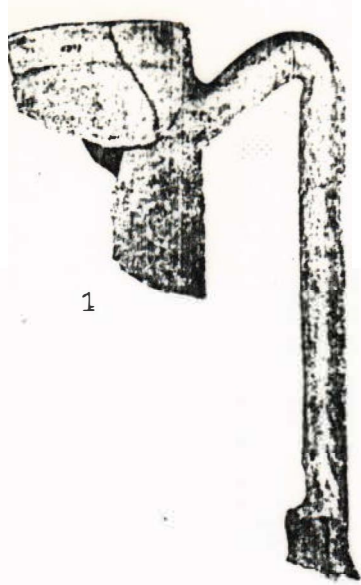
10

ÓSTIA (TRAJANO-ADRIANO)

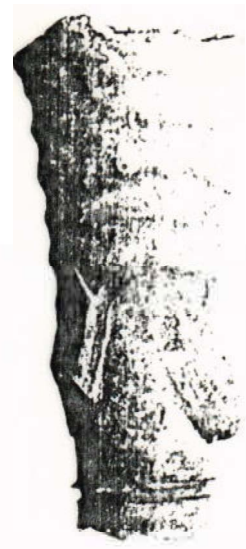


ÓSTIA (ANTONINO TARDIO)





1



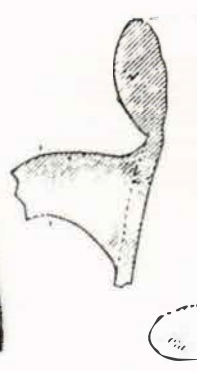
2



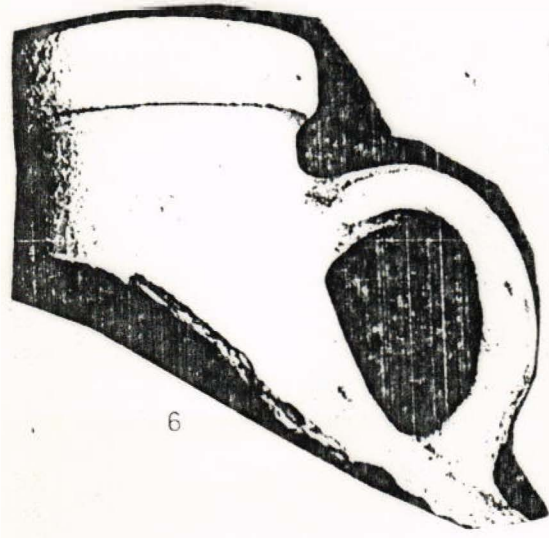
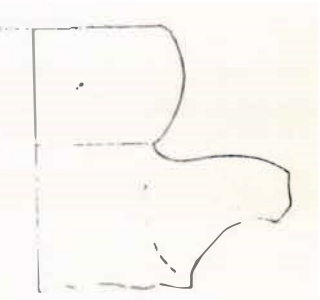
3



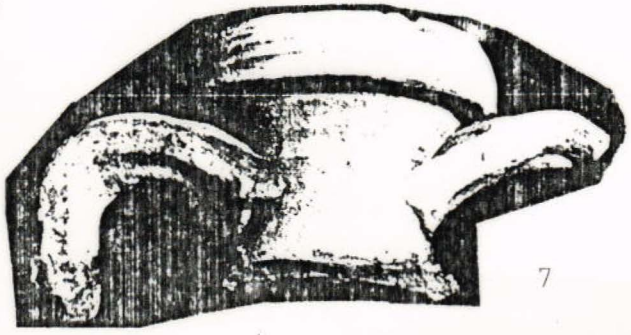
4



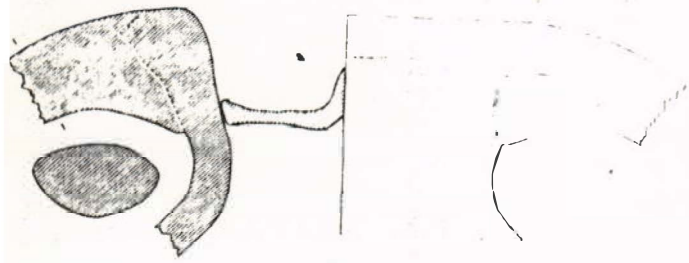
5



6



7



8

(ca. 250-300 d.C.)

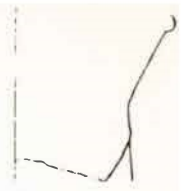


9

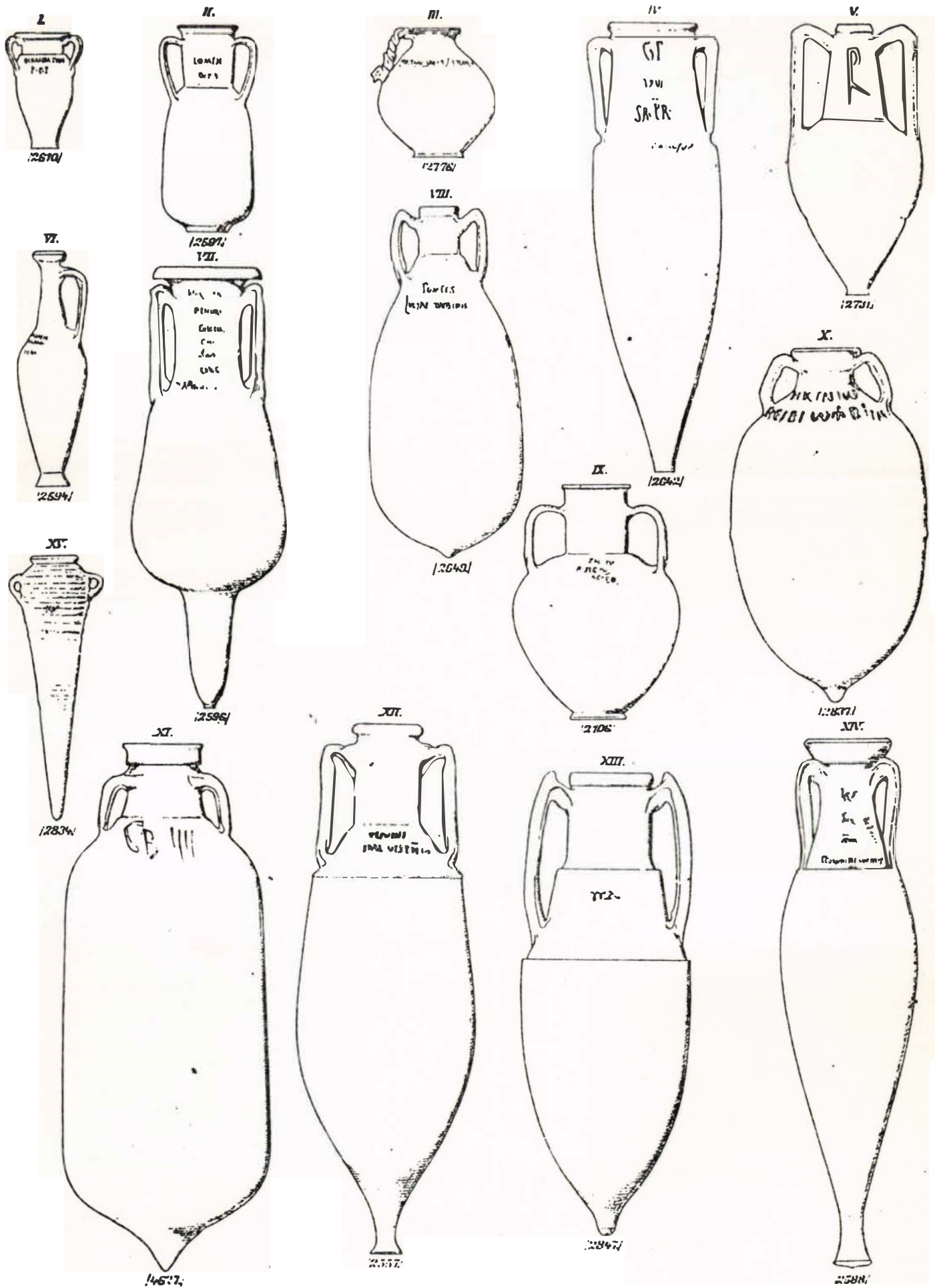
(séc. IV)



10

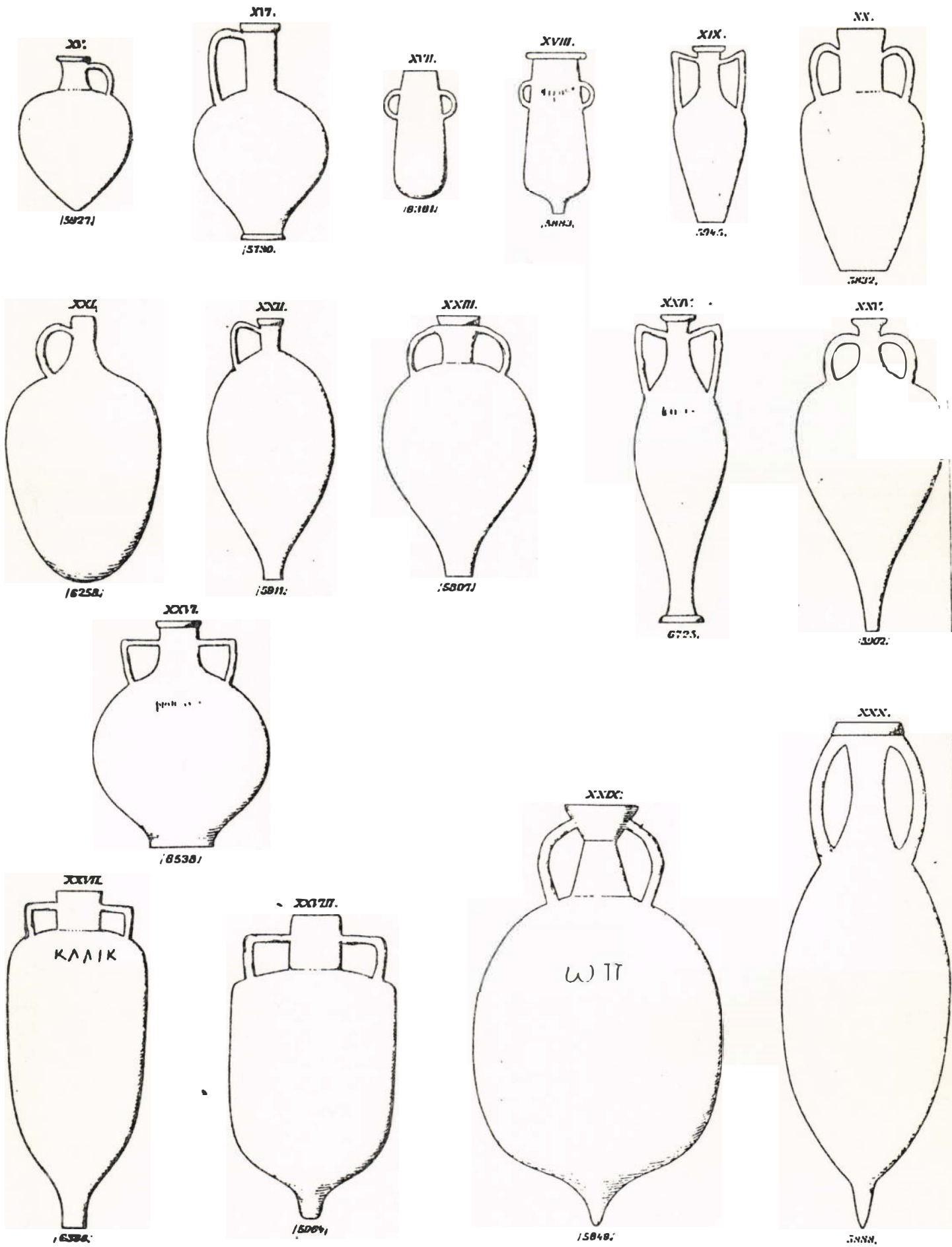


11



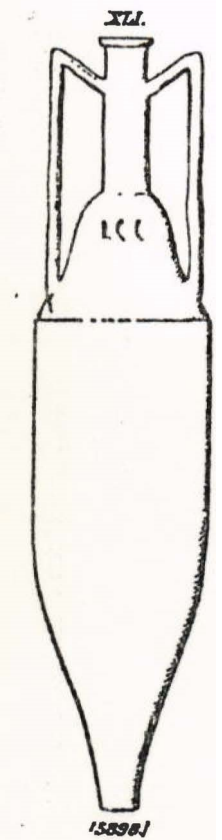
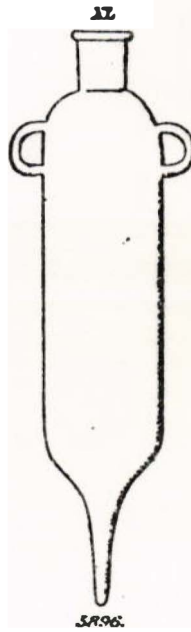
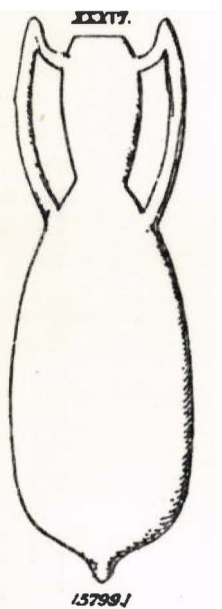
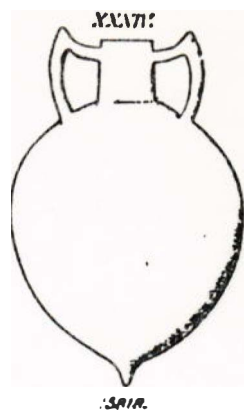
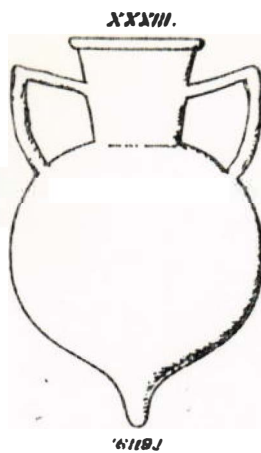
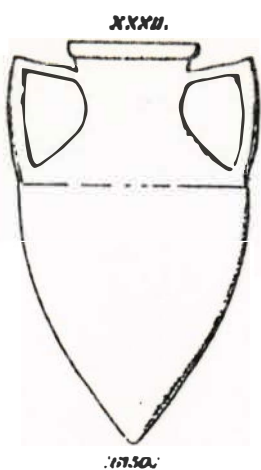
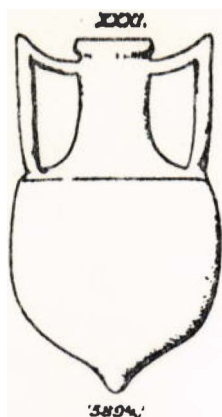
POMPÉIA (TÁBUA TIPOLÓGICA DE SCHOENE)

S/E



POMPEIA (TÁBUA TIPOLOGICA DE MAU)

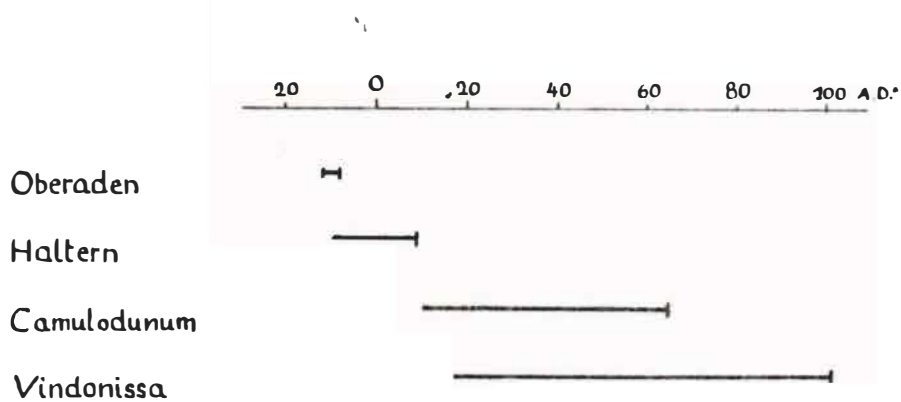
S/E



POMPÉIA (TÁBUA TIPOLÓGICA DE MAU)

S/E

Oberaden	●	●	●	●	●	✳			●
Haltern	●	●	●	✳	●	★			✳
Camulodunum		●	●	✳	●	✳		●	★
Vindonissa	●	●	●	●	●	✳	✳	★	★
	?	vinum			garum, muria, etc.			?	oleum



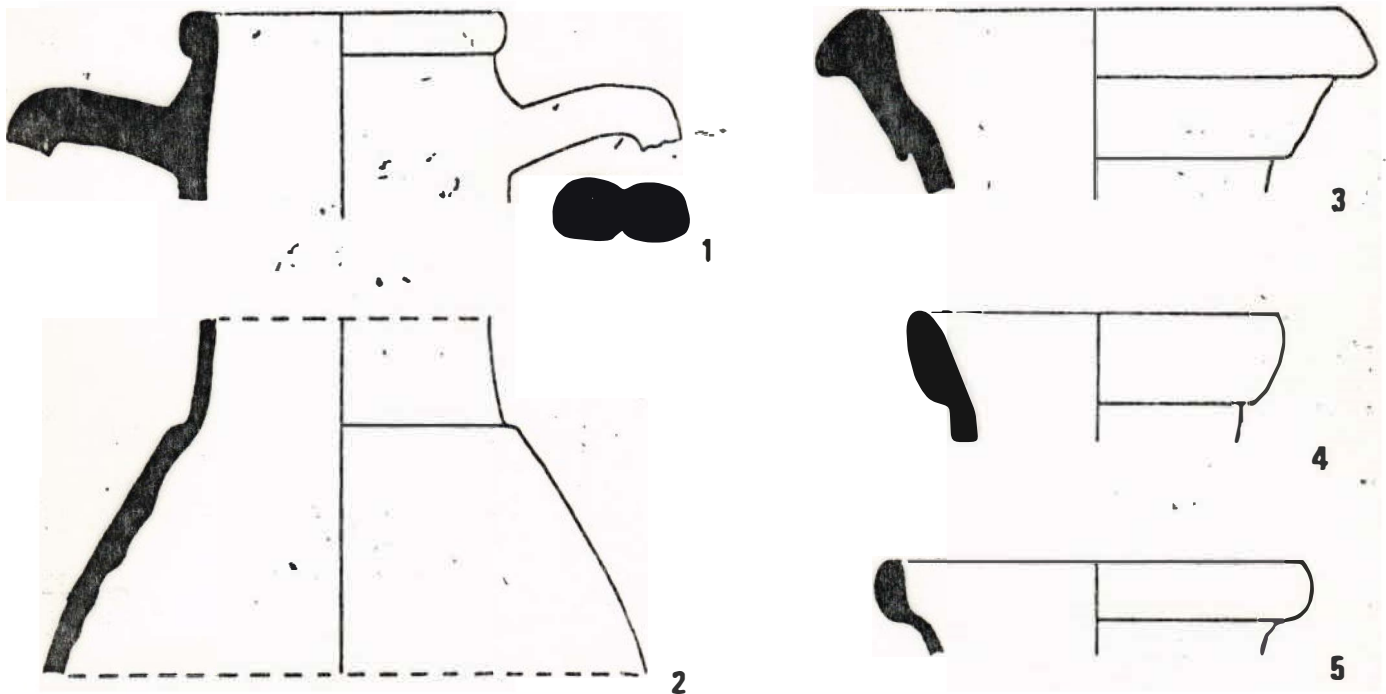
Experimental table for the use of comparative statistics

- single, ca. 1 - 5
- rare, ca. 5 - 20
- not rare, ca. 20 - 50
- ✳ many, ca. 50 - 200
- ★ "innumerable"

S/E

Charada													
64			77	79	79A	80	81	82	83	84		112, 113, 114	
Milano													
64			77	79	80	81	82	83	84				72
Milano													
64			77	79	80	81	82	83	84				
Form.	Form. vorhanden		Form. vorhanden				Form. vorhanden					Form. vorhanden	
64			77	79	80	81	82	83	84			112, 113, 114	
			77	79	80	81	82	83	84			112, 113, 114	

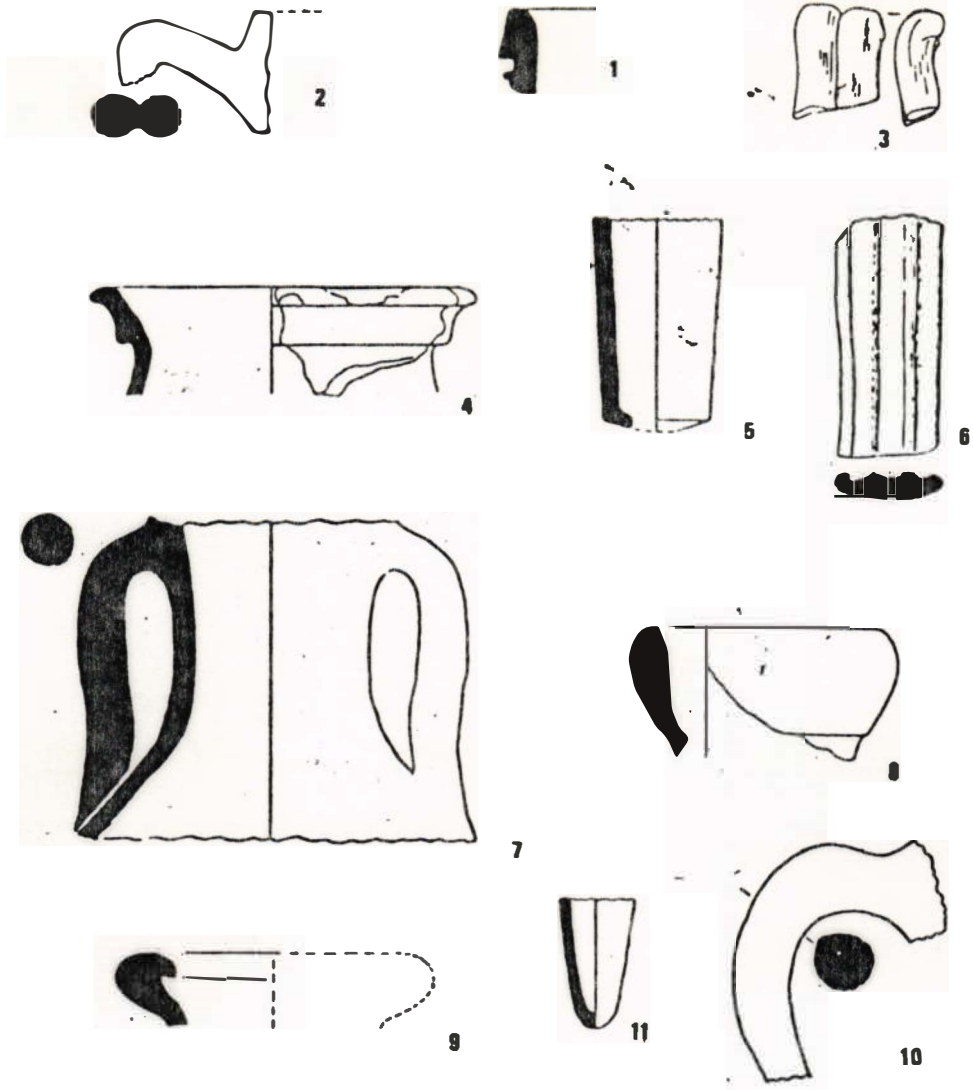
S/E



ÂNFORAS DE AUGSBURG-OBERHAUSEN



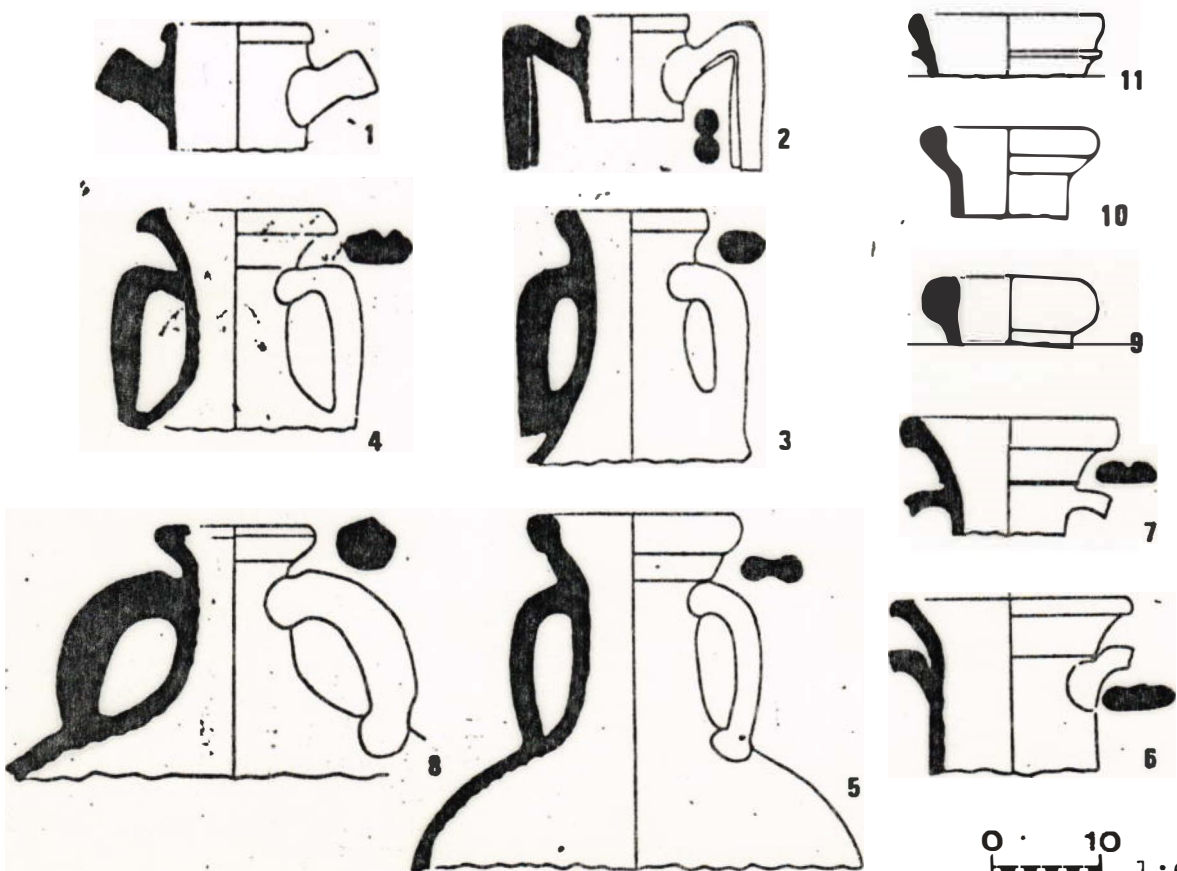
A



ÂNFORAS DE LORENZBERG

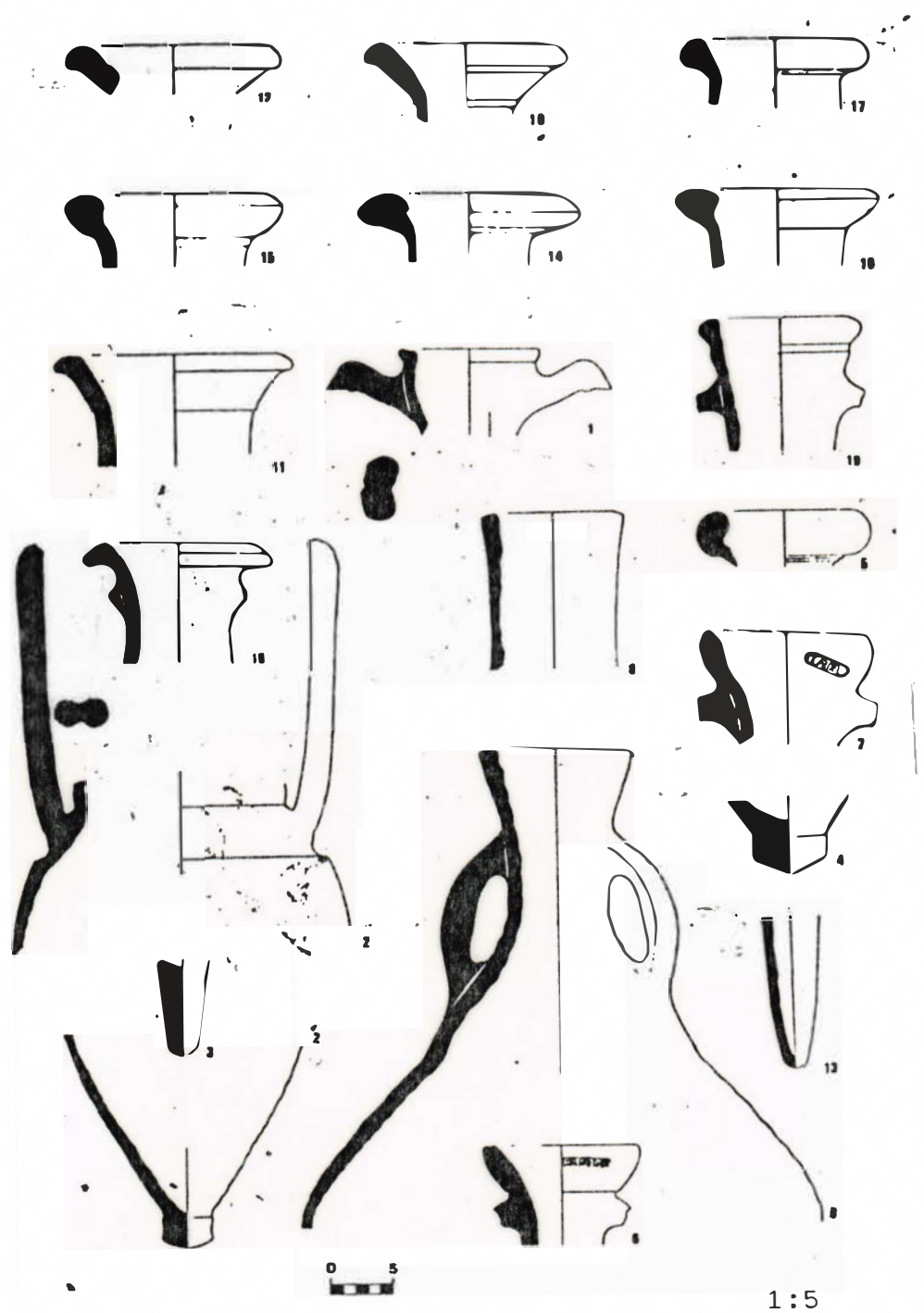
1:3,8

B

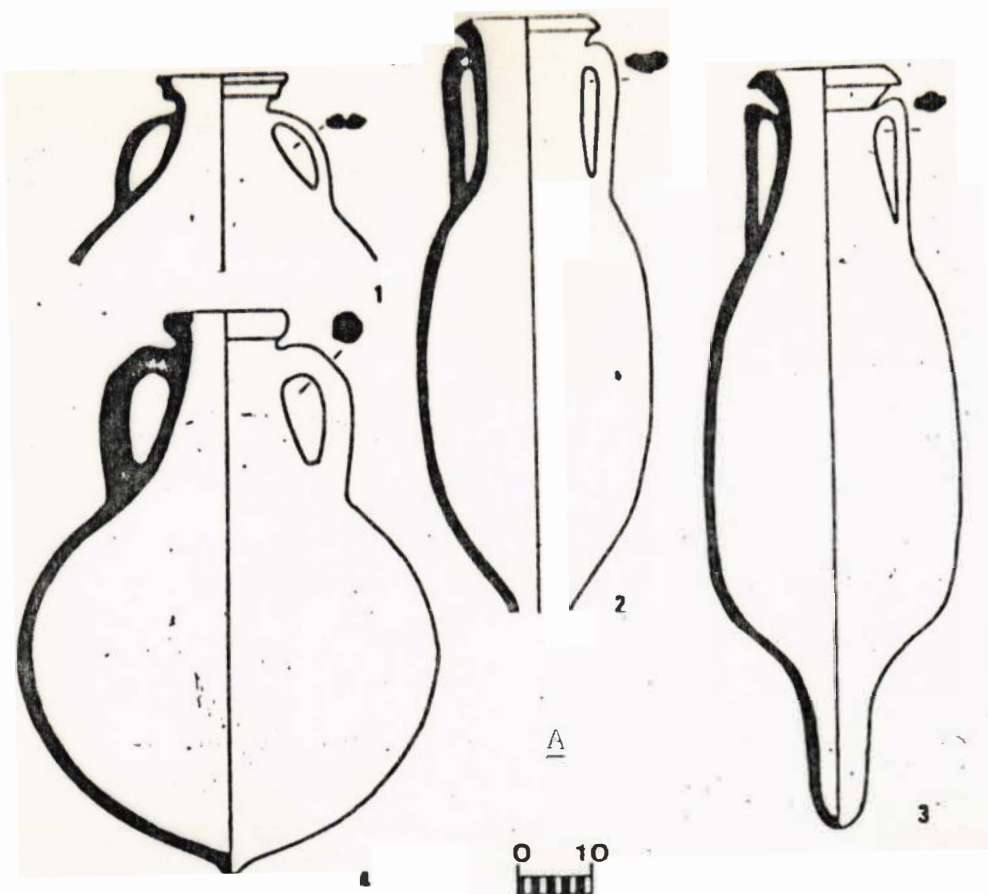


ÂNFORAS DE AISLINGEN E BURGHOFE

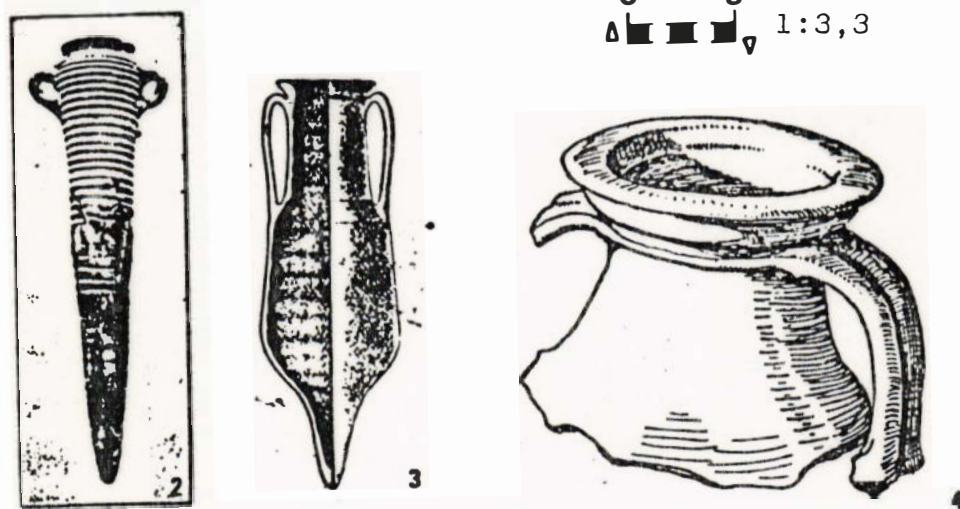
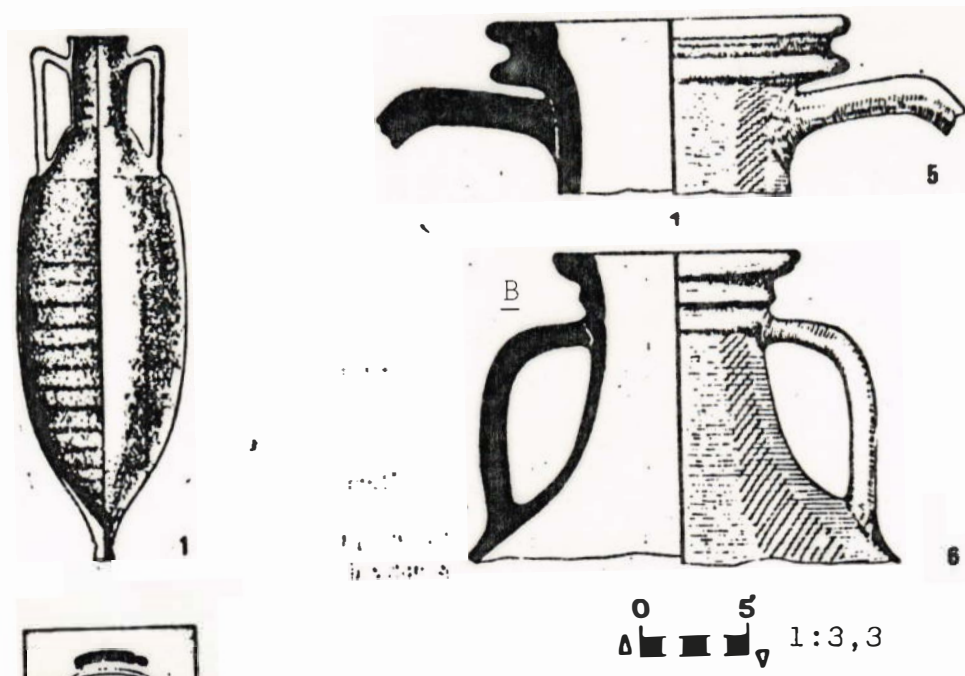
1:6,6



ÂNFORAS DE OBERSTIMM

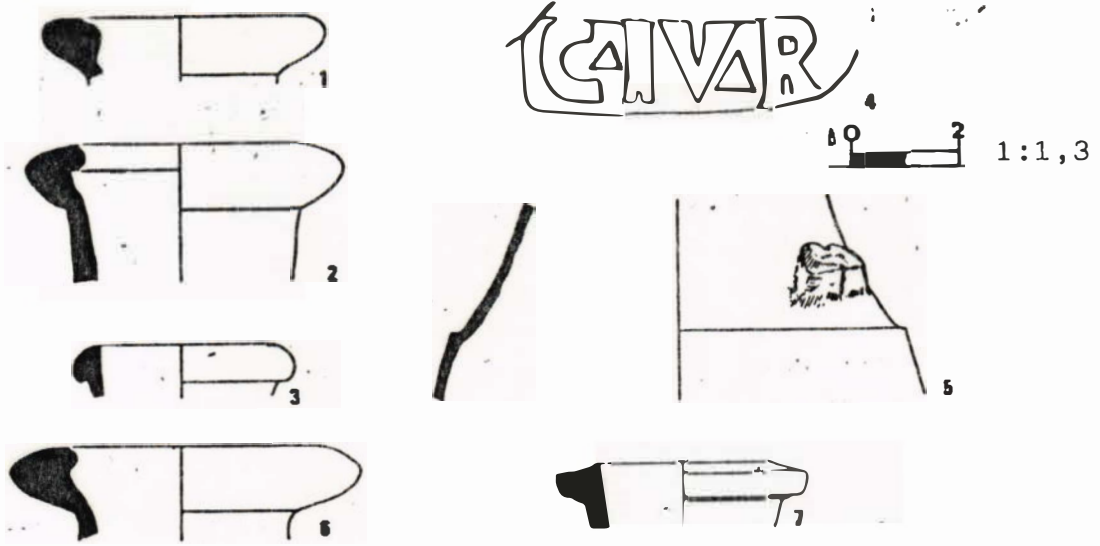


ÂNFORAS DE RHEINGOENHEIM



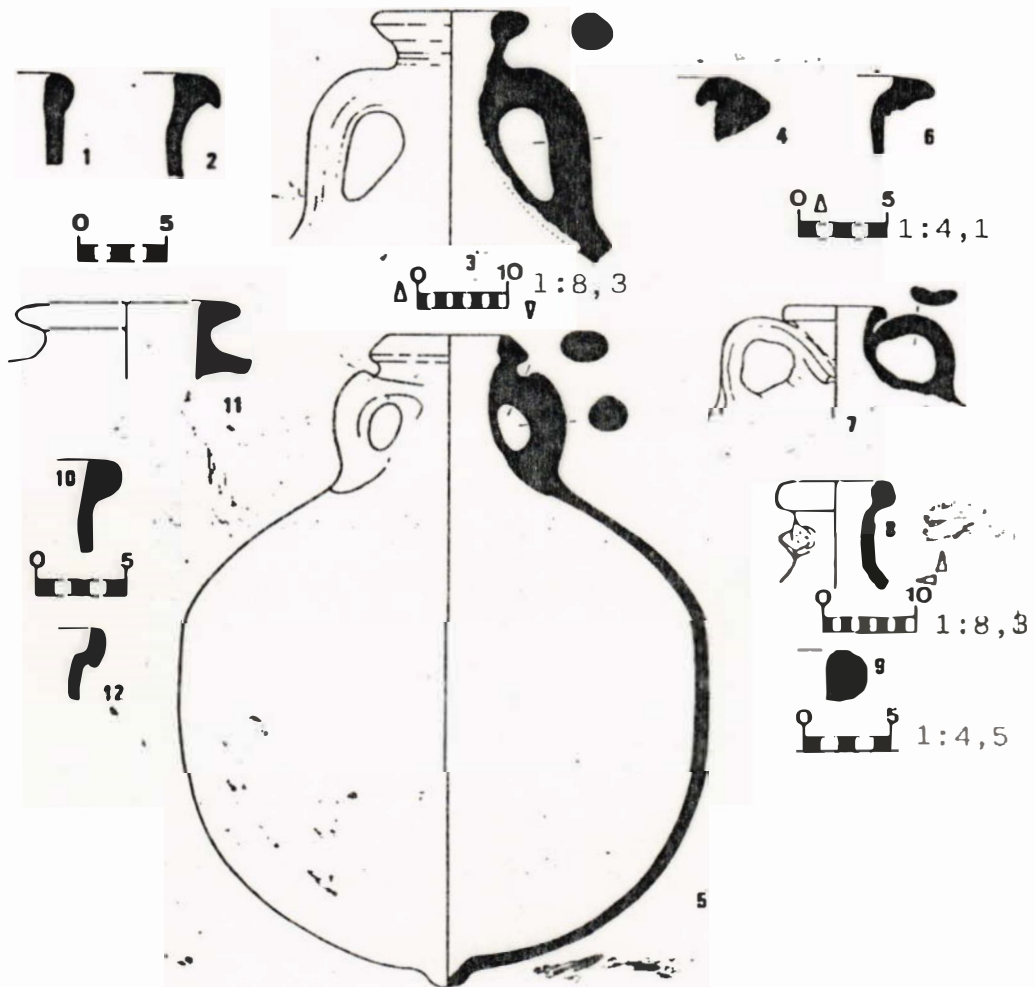
ÂNFORAS DE HOFHEIM
1:14

A

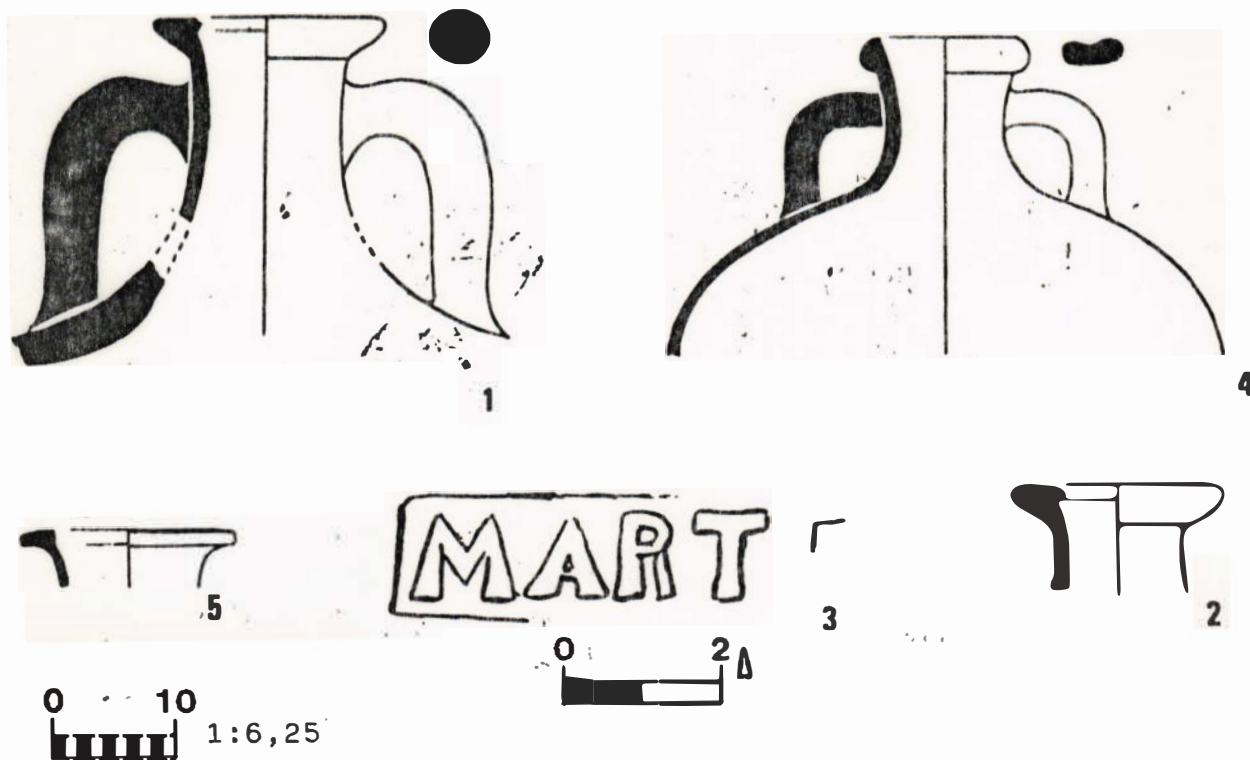


1:4,1  ÂNFORAS DE OKARBEN

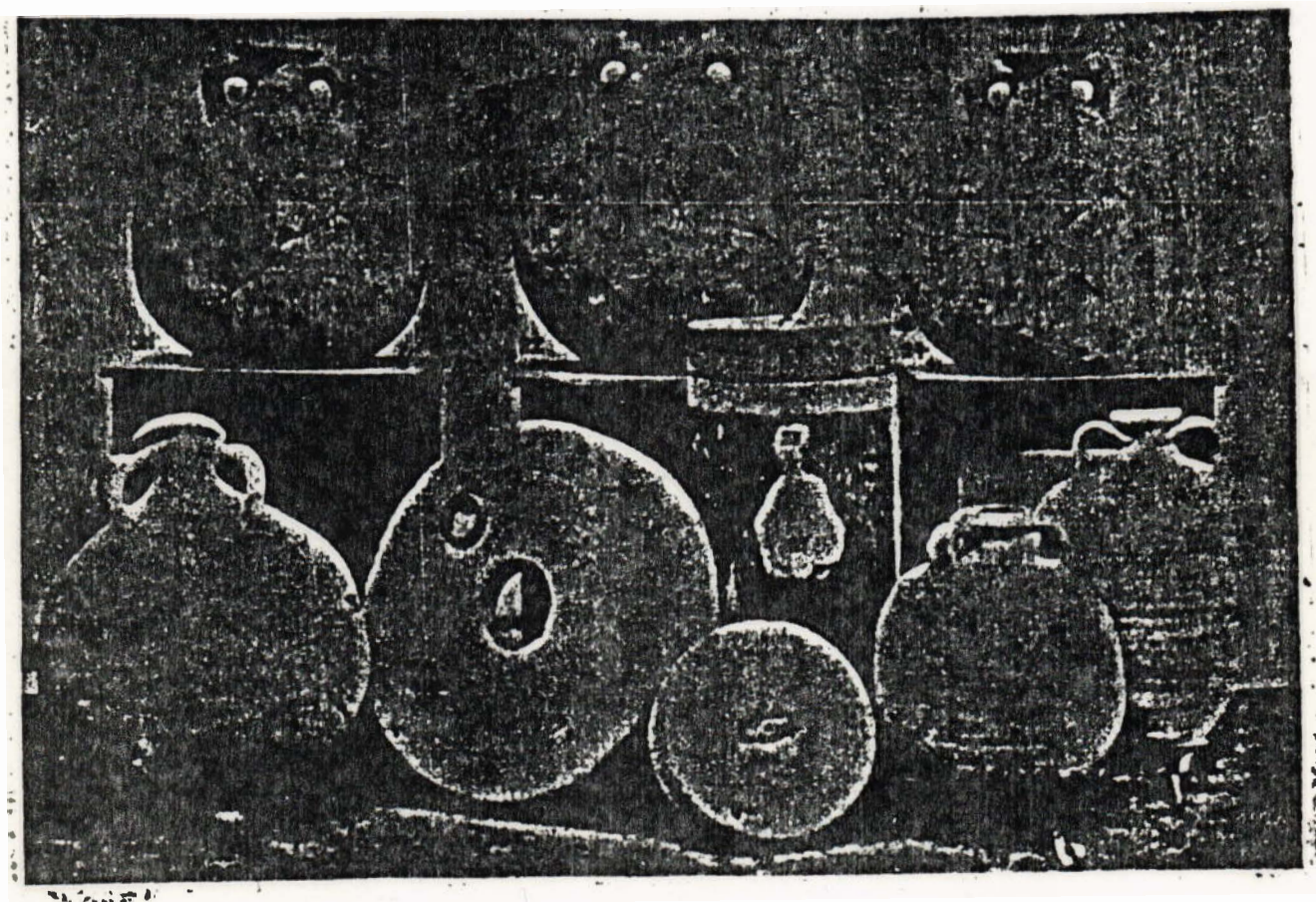
B



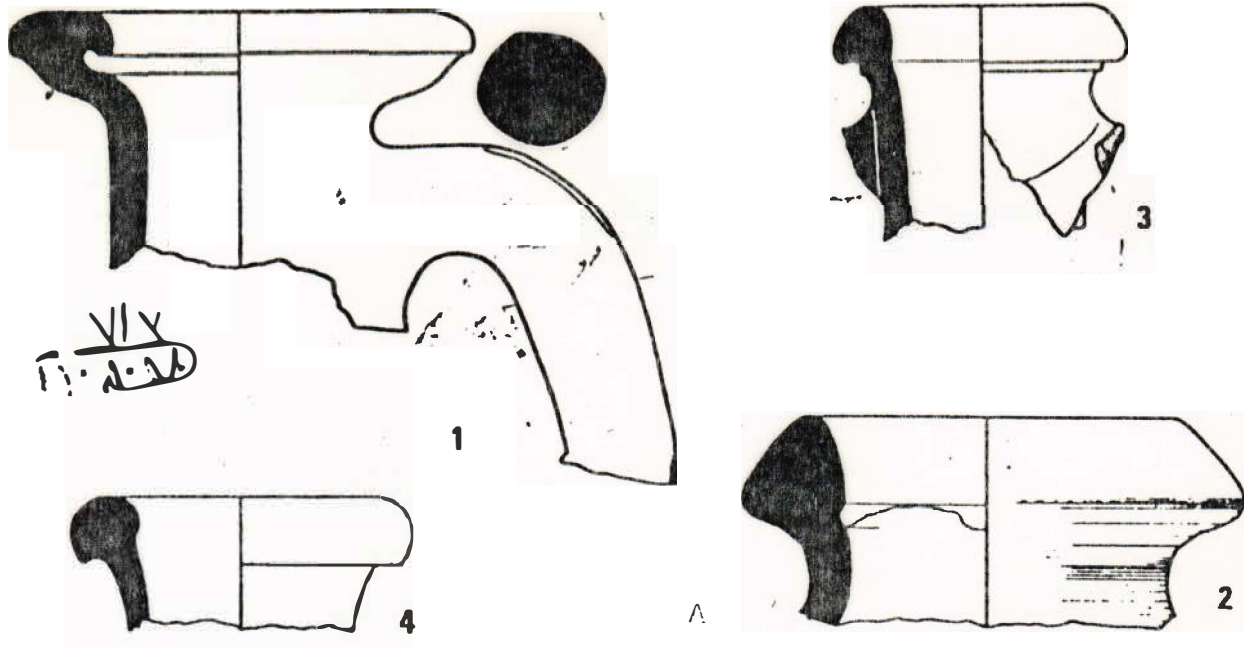
ÂNFORAS DE GROSS-GERAU



ÂNFORAS DE BICKENBACH



ÂNFORAS DE ZUGMANTEL

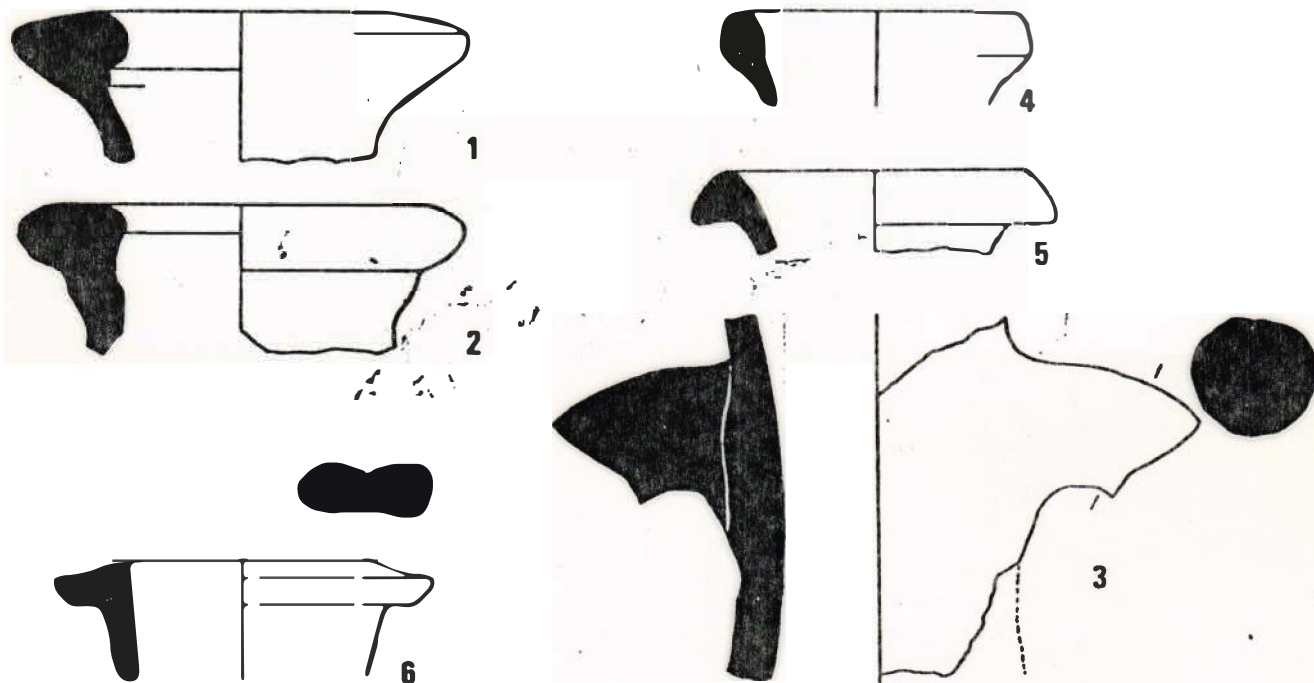


ANFORAS DE HAINSTADT

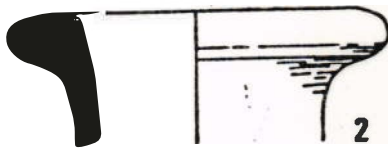
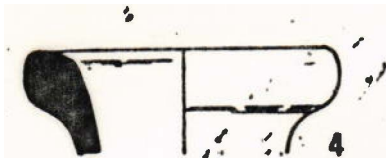


1:2,77

B



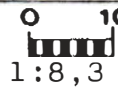
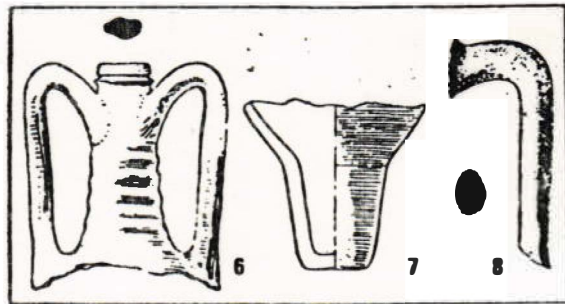
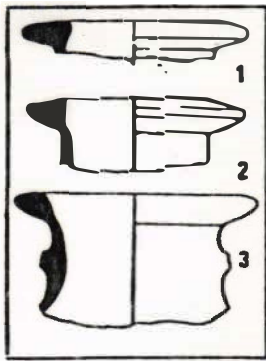
ÂNFORAS DE HESSELBACH



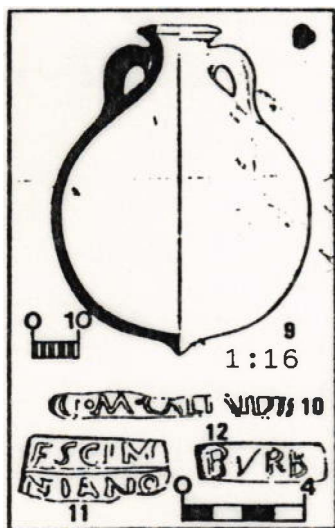
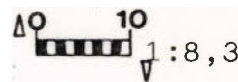
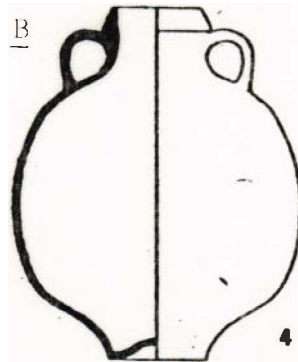
A



ÂNFORAS DE OHRINGEN



B

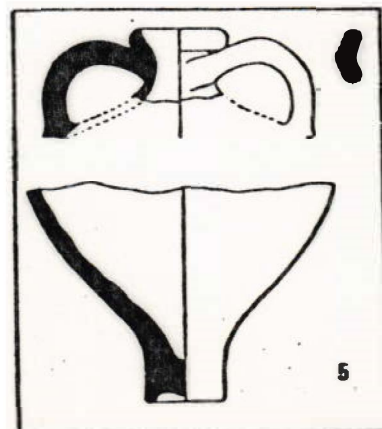


1:16

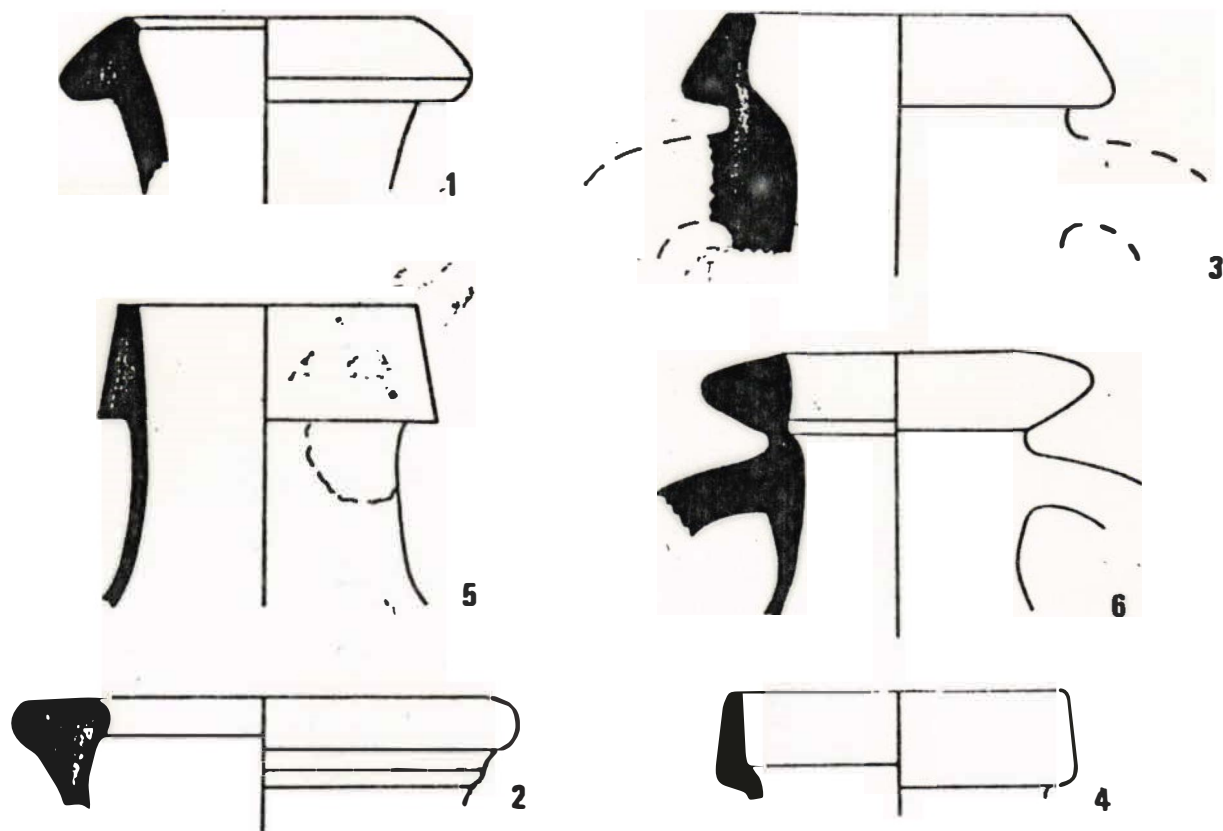
(FSCIM) NDANO 10

FSCIM NDANO 11 BVRB 12

1:2,5



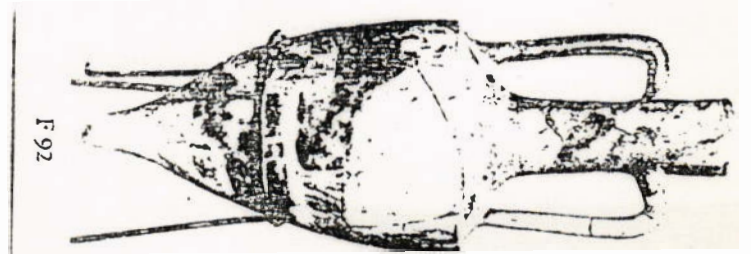
ÂNFORAS DE NIEDERBIEBER



ÂNFORAS DE HOLZHAUSEN



ÂNFORAS DA ÁGORA DE ATENAS (I a.C.)

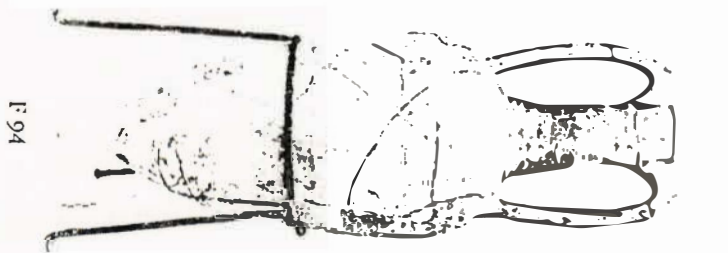


F 92



F 93

(1:10)

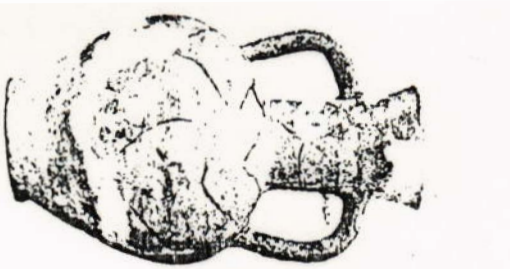


F 94

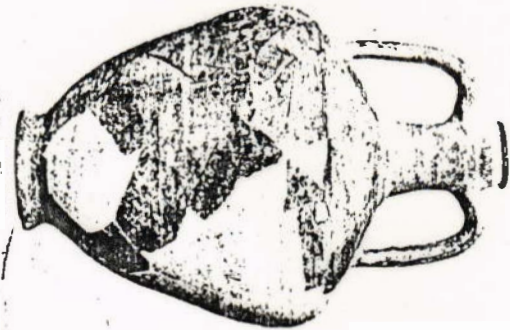
F 95



F 69

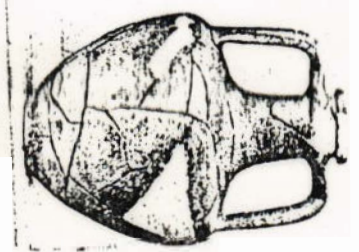


F 71



F 72

(1:7)



F 73

ÂNFORAS DA ÁGORA DE ATENAS



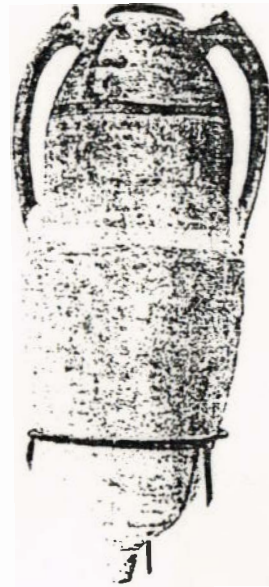
[M 13] (1:10)



[M 14] and F 64
(1:0)



[M 53] (1:10)



71



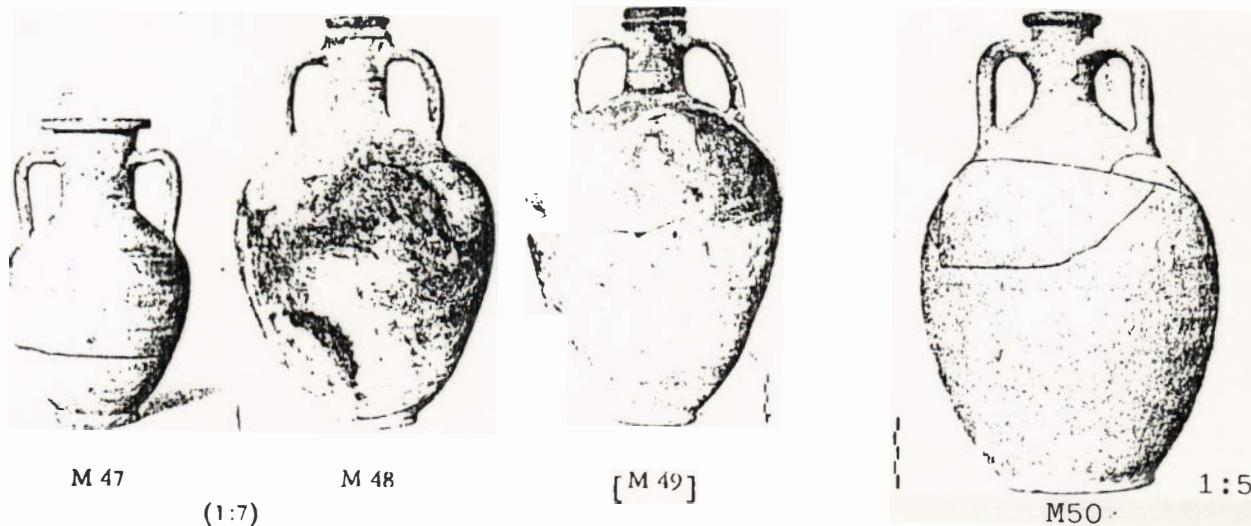
[G 108]

1:7

Middle of 1st to Early 2nd Century.

1st and Early 2nd Centuries.

ÂNFORAS DA ÁGORA DE ATENAS



M 47

(1:7)

M 48

[M 49]

M 50

1:5

Late 1st to Early 2nd Century.



G 198

Group G.

G 197

Late 1st and Early 2nd Centuries.

Scale 1:7

G 199

ÂNFORAS DA ÁGORA DE ATENAS



M 90

M 91

M 92

M 93



M 95

M 96

M 97

M 98



M 103

M 104

Late 2nd Century.
Scale 1:7



J5



J51



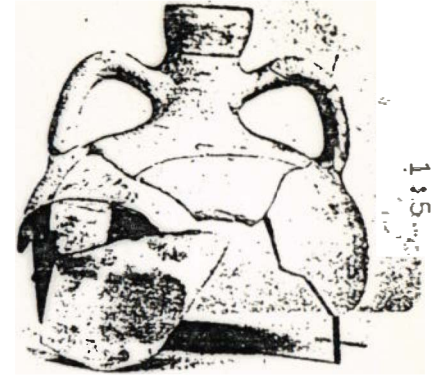
J46



J50



J 47



M102

1:5



M 123

[M 124]



M 125

(1-7)



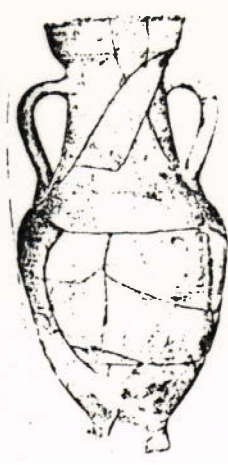
M 126



Late 2nd to Early 3rd Century.

2nd to Early 3rd Century.
Scale 1:5

1:5



Séc. III

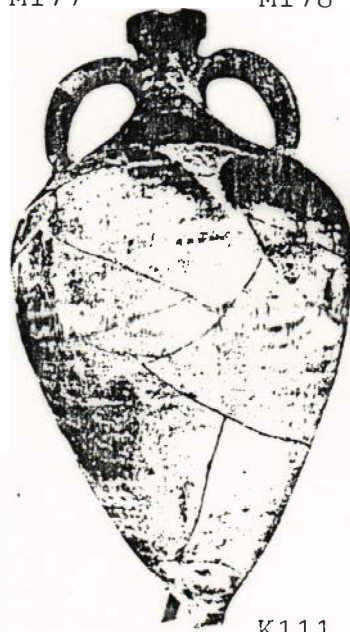
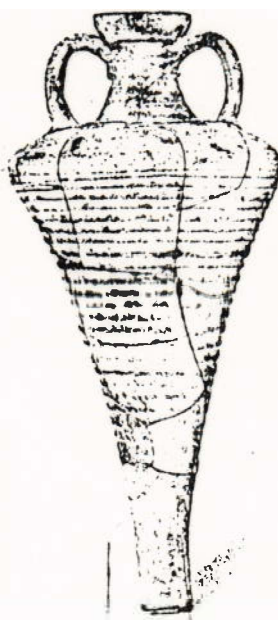
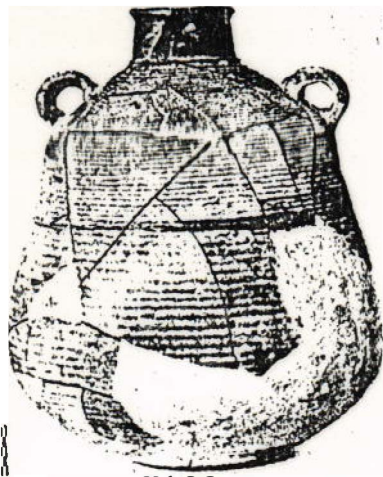
M175

M176

M177

M178

1:7



Séc. III

K108

K109

K111

1:7



Séc. IV

K112

Séc. III

K113

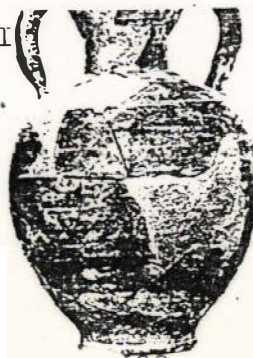
1:5

Séc. III

K114



Séc. III

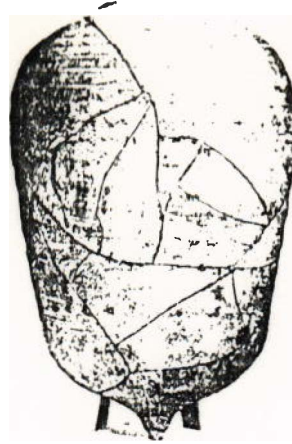




M 230



M 234



M 235

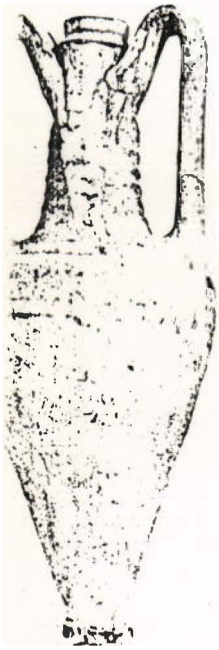


M 236

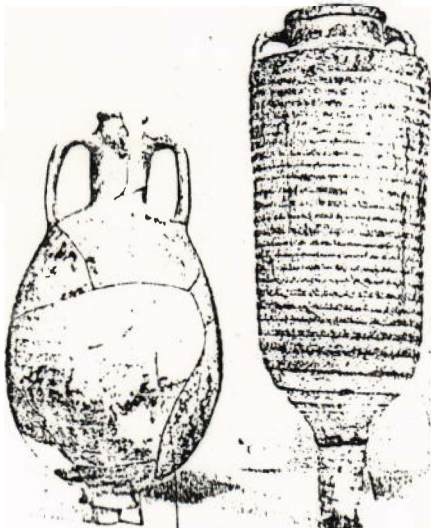


L 53
1:7

ÂNFORAS DA ÁGORA DE ATENAS



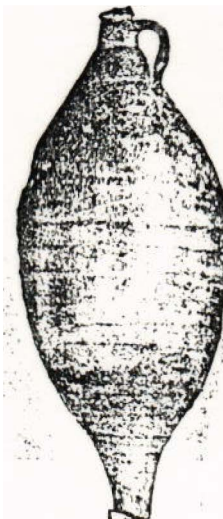
M 237



M 238



M 239



M 240

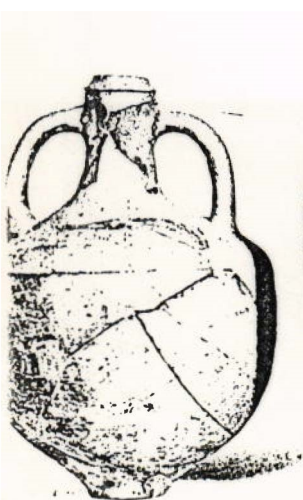


L 54

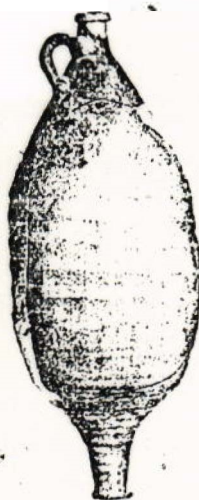


L 55

1:7



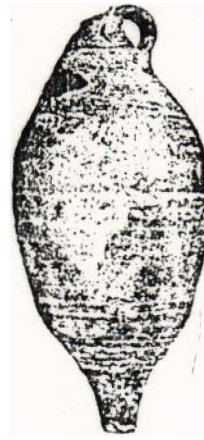
M 254



M 255



M 256



M 257

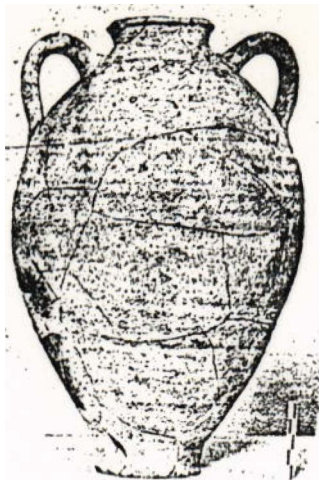


L 50



L 51

Group M. 4th Century.
Scale 1:7



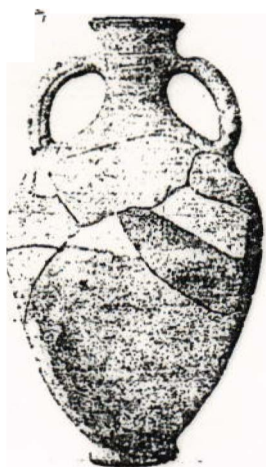
1:5

M199

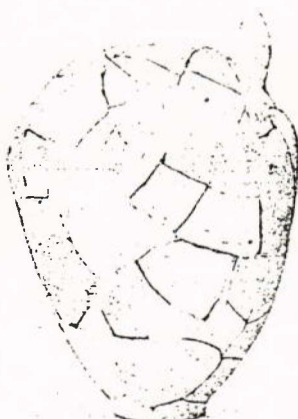


L 30

Séc. III-IV



L 31



L 32

(1:7)



L 33

Séc. IV



L 28

2:5



M 216

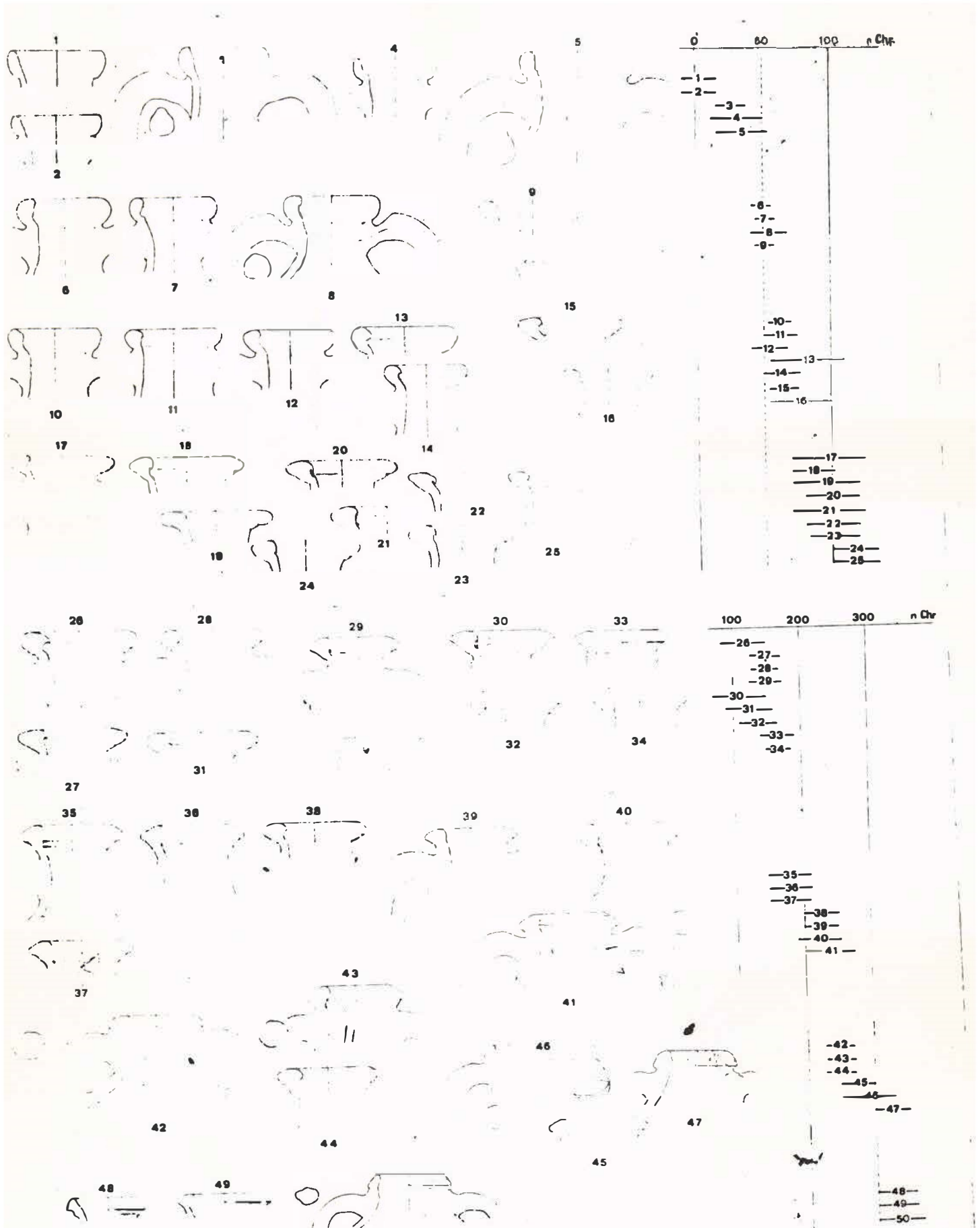


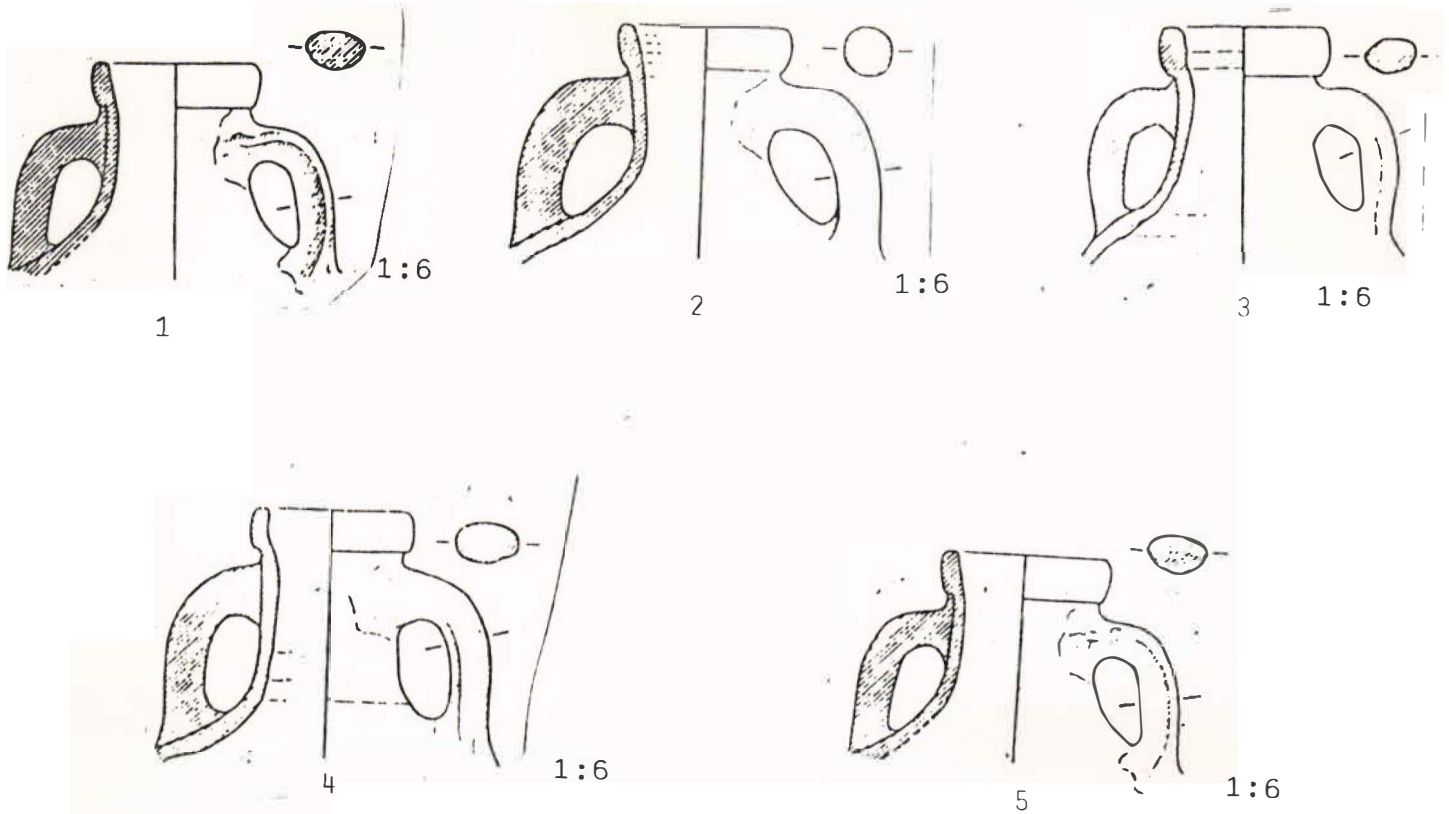
M 229

1:5

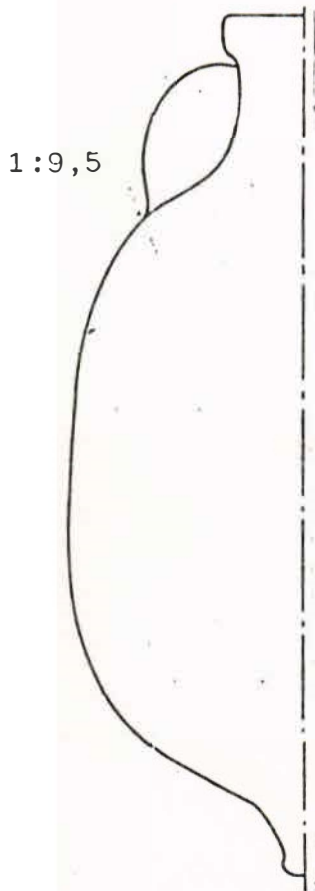
DRESSEL 20 DE AUGST E KAISERAUGST
(DATADAS POR CONTEXTO)

1:6

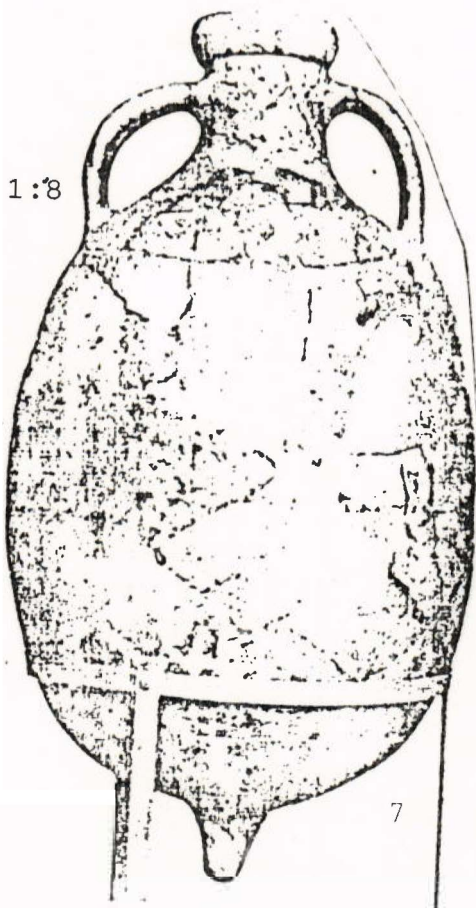




ANTERIORES A 10 a.C.



SUB-TIPO 1

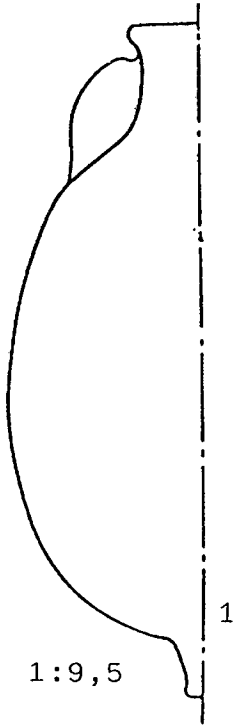


SUB-TIPO 2

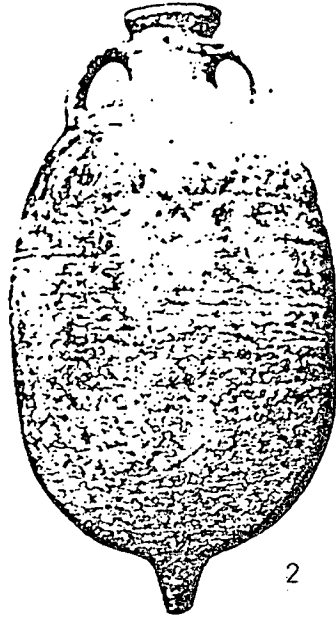


SUB-TIPO 3

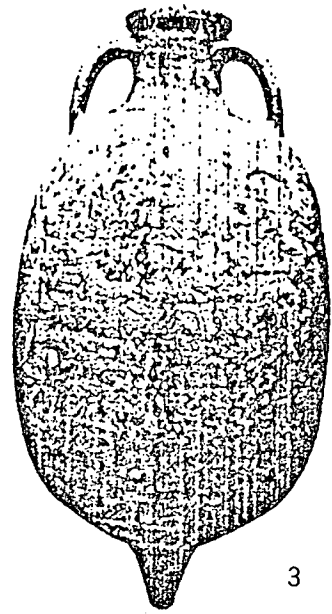
(10 a.C.-10 d.C.)



SUB-TIPO 3

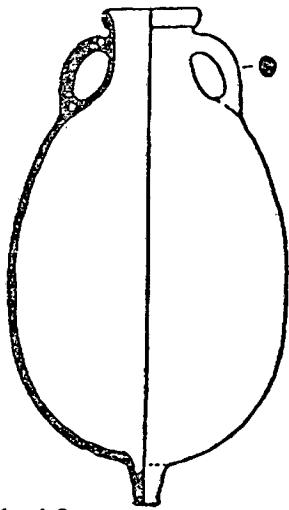


2



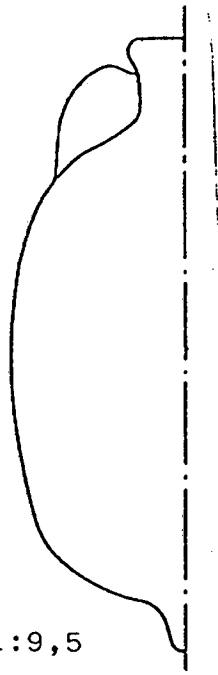
3

SUB-TIPO 4



1:12

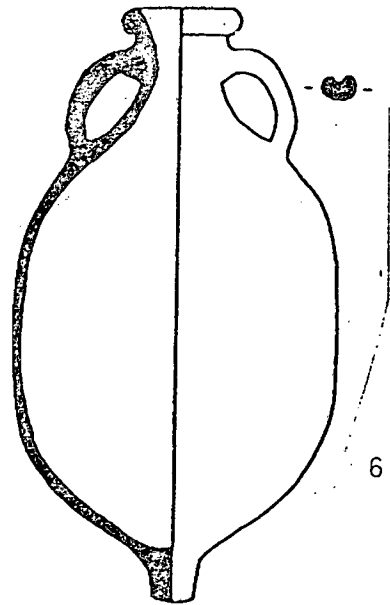
4



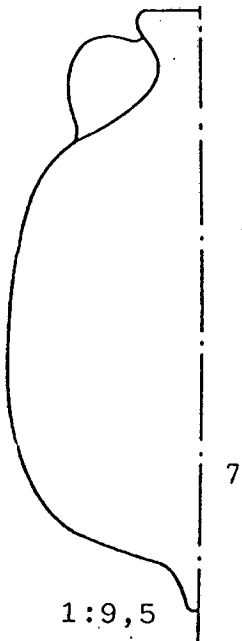
1:9,5

5

SUB-TIPO 4



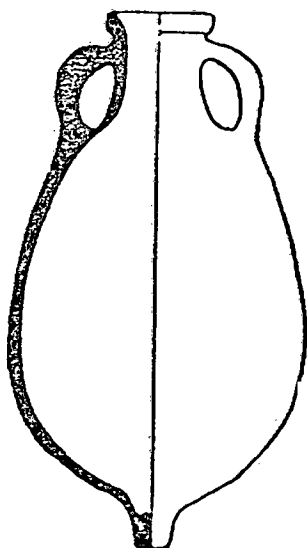
6



1:9,5

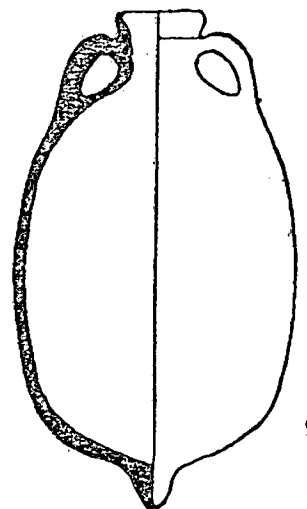
7

SUB-TIPO 5



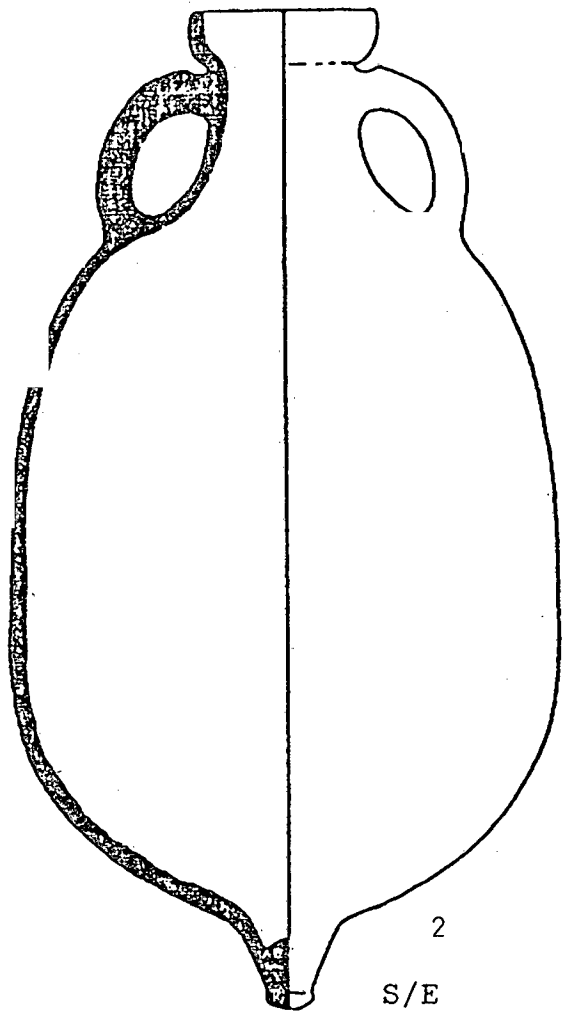
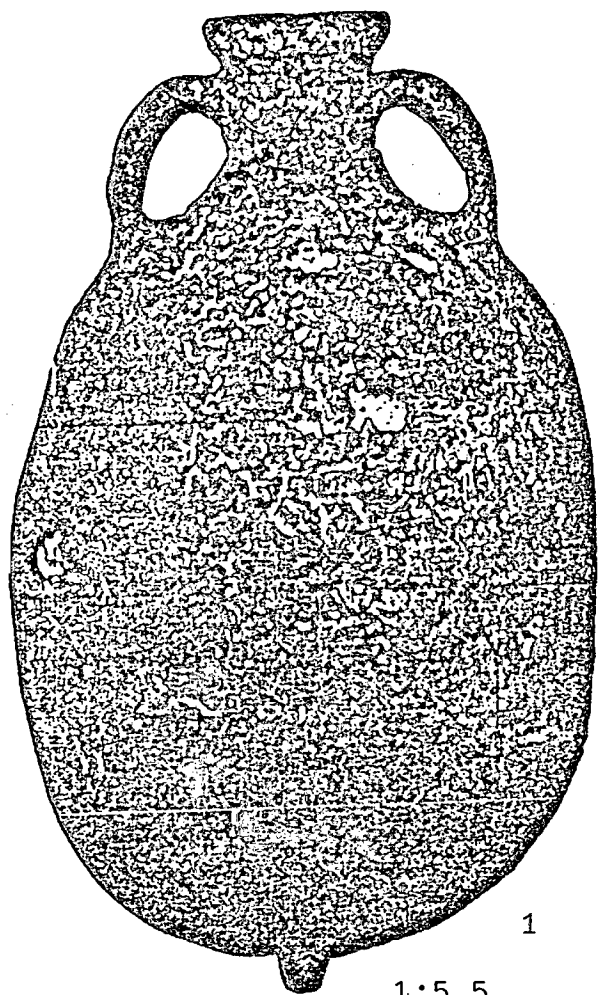
8

SUB-TIPO 6



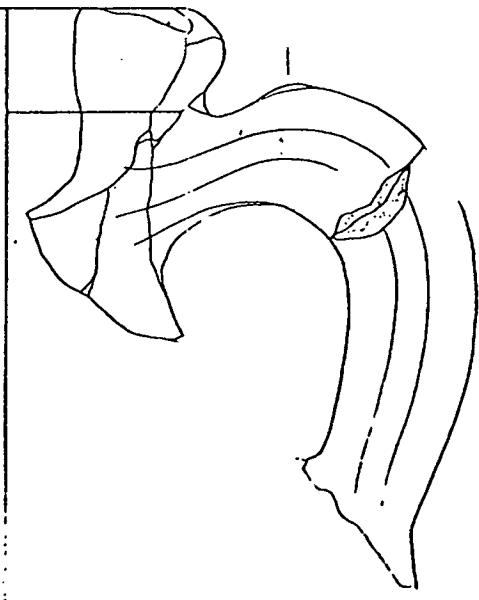
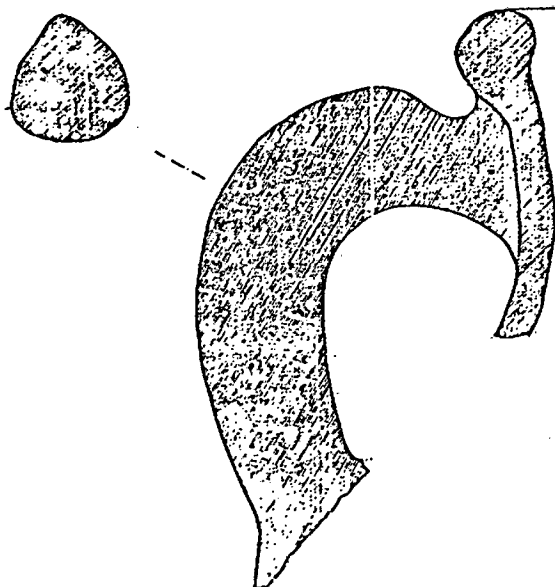
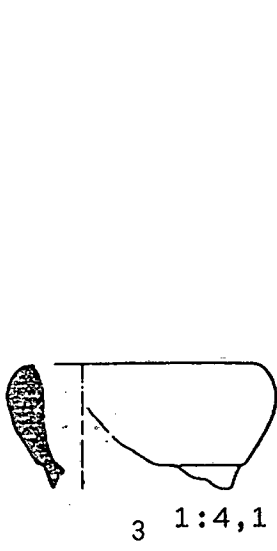
9

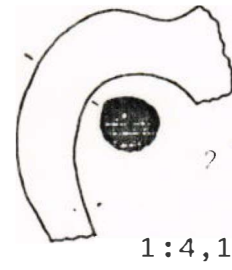
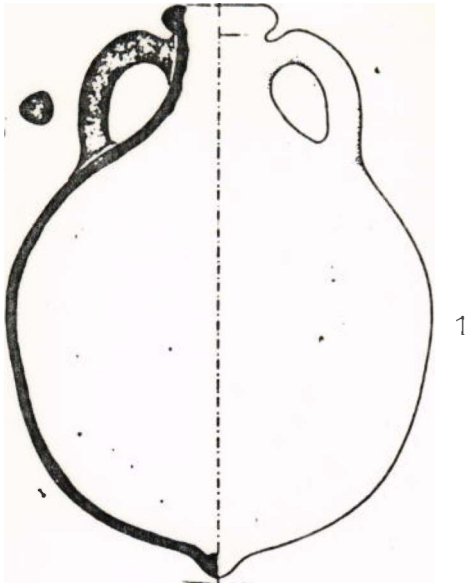
SUB-TIPO 7



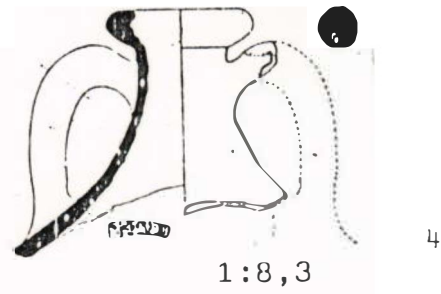
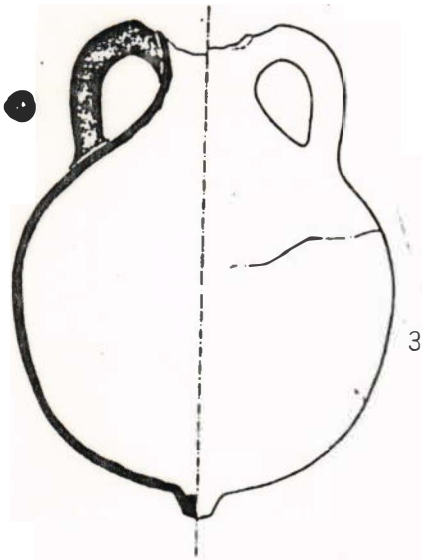
SUB-TIPO 6

PERÍODO AUGÚSTEO E TIBÉRIO

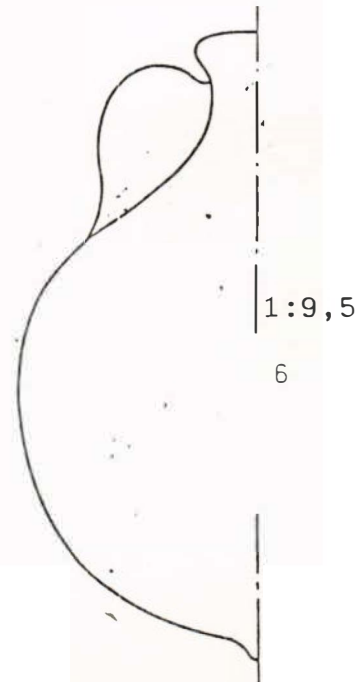
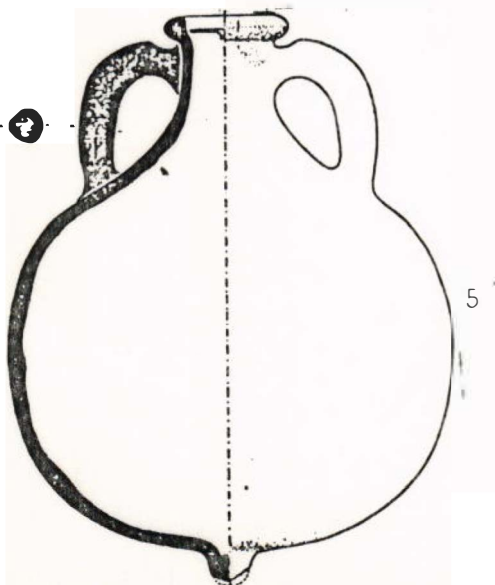




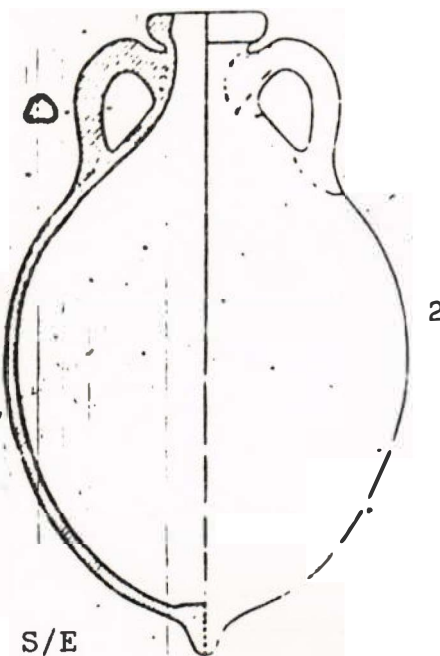
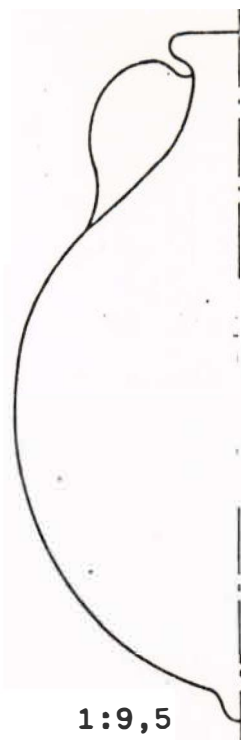
SUB-TIPO 1



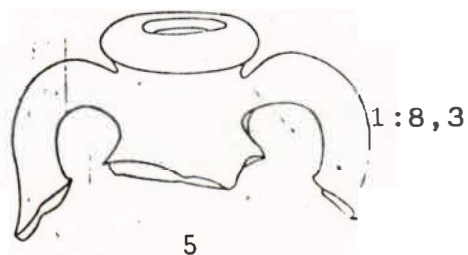
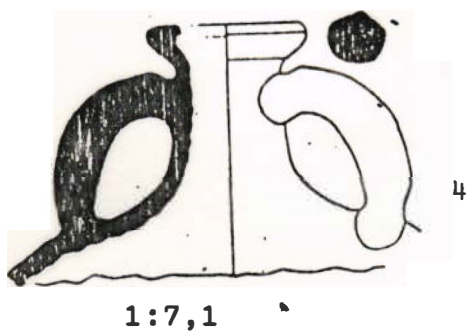
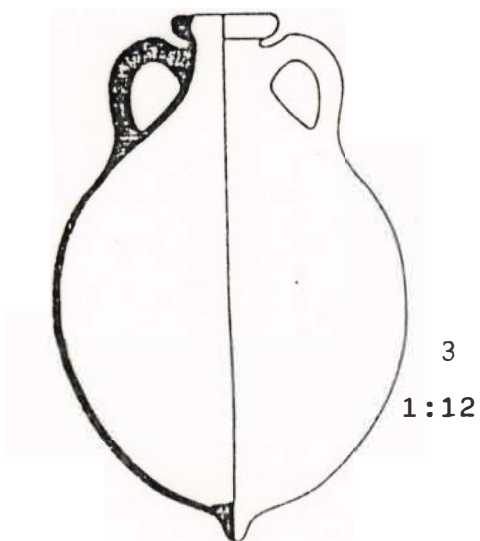
SUB-TIPO 2 PEQUENO



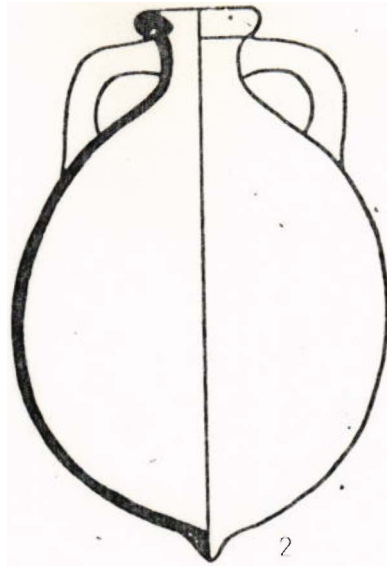
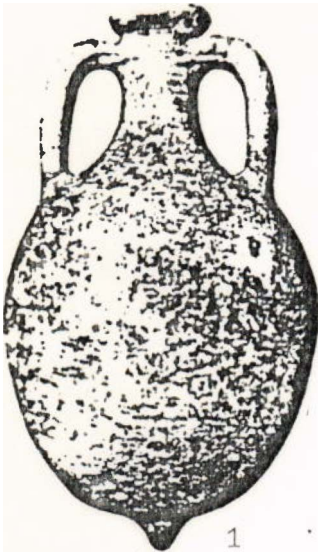
SUB-TIPO 2 GRANDE



SUB-TIPO 3

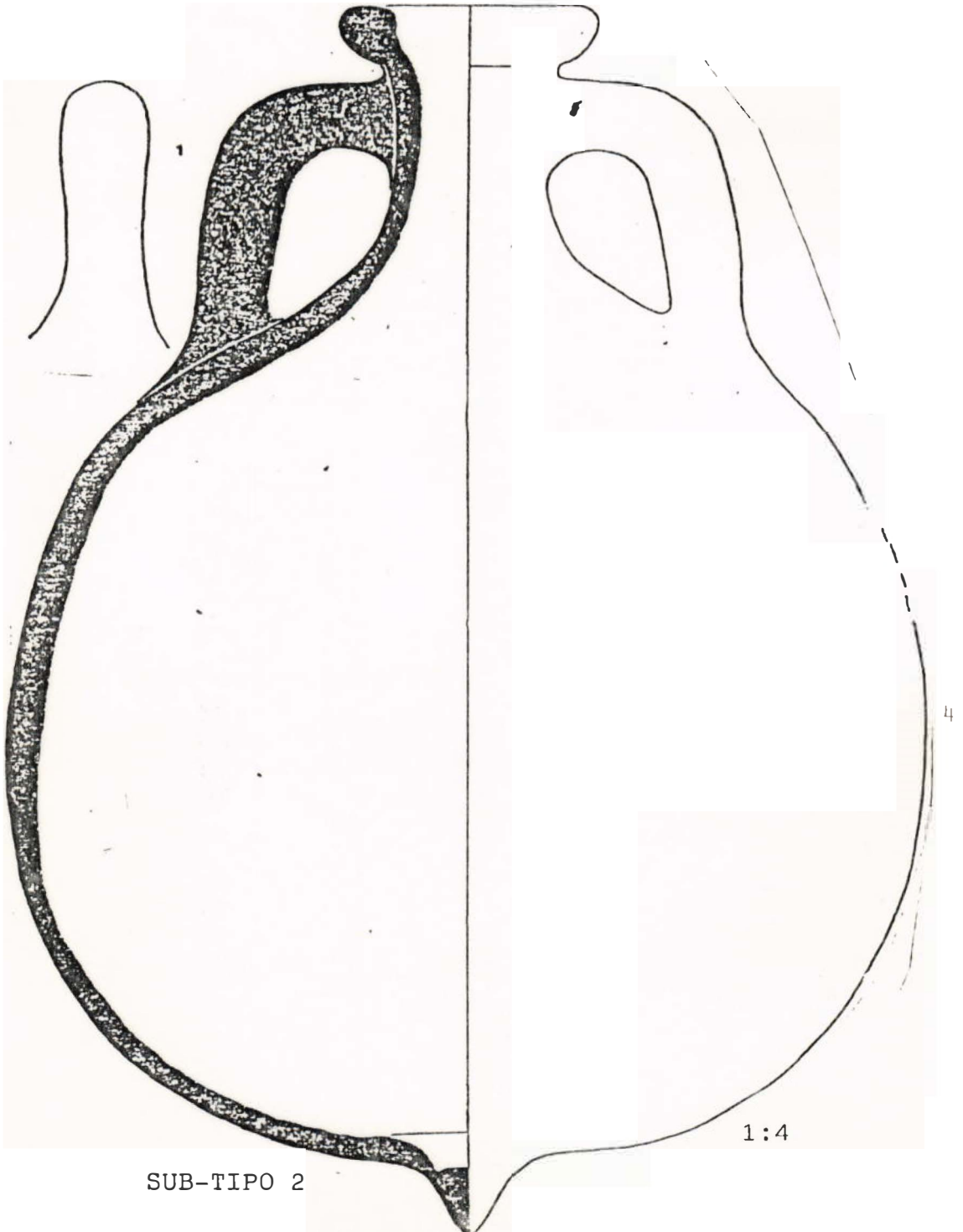


FACIES POMPEIANA

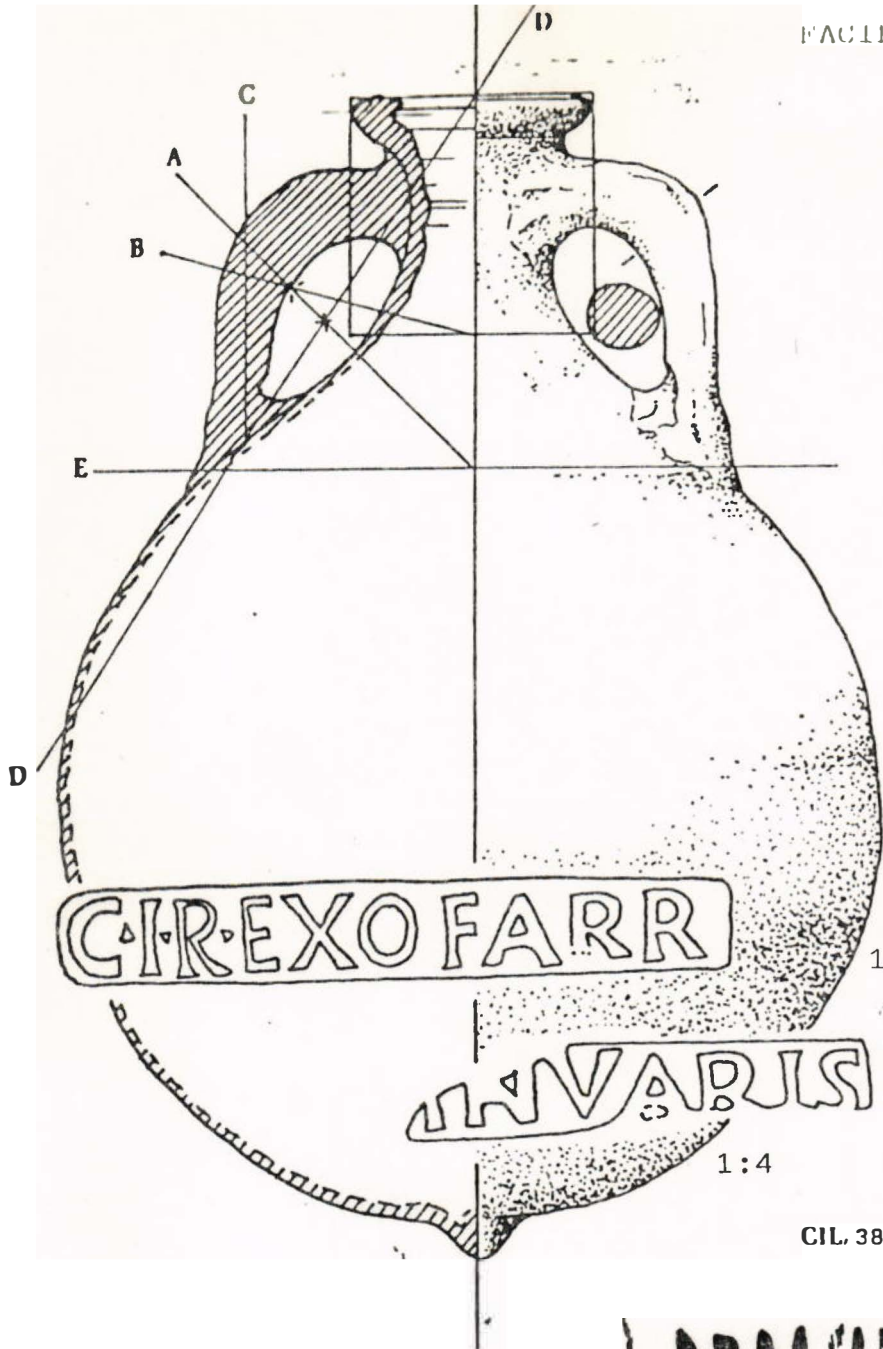


34

SUB-TIPO 3



SUB-TIPO 2

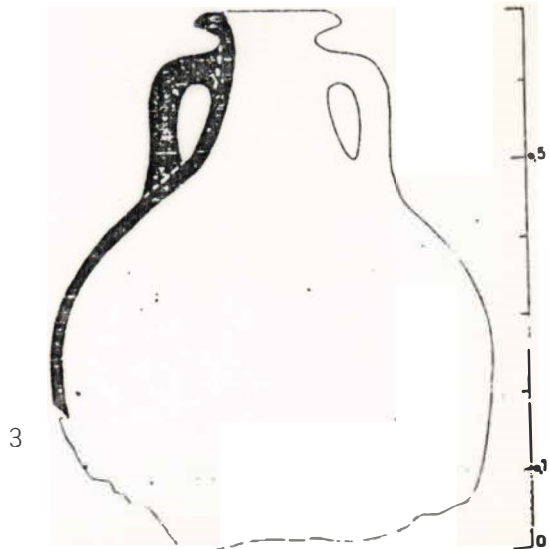
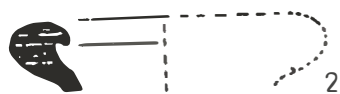


CIL. 3844

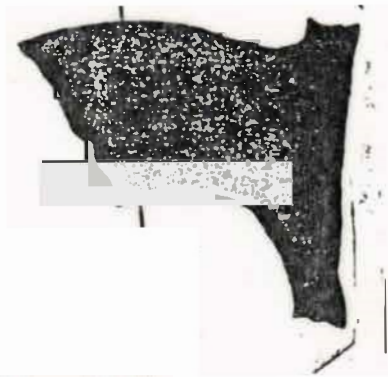
β:



SUB-TIPO 2



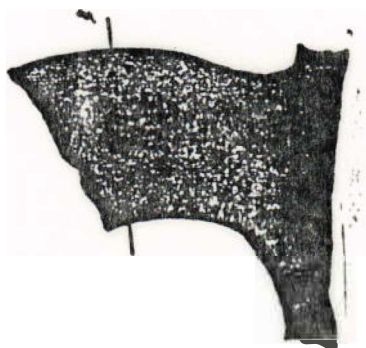
SUB-TIPO 1



Ε. Ο. Ο. Δ. V

1:2

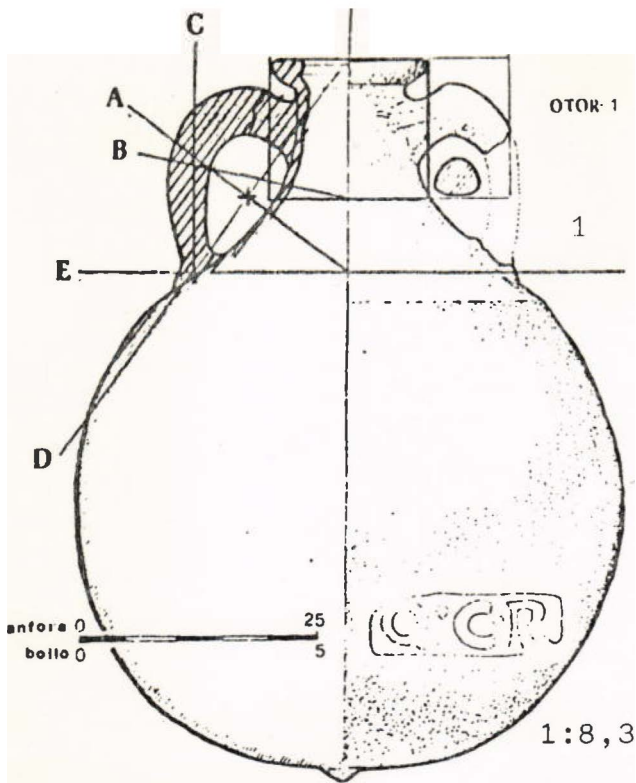
FACIES POMPEIANA



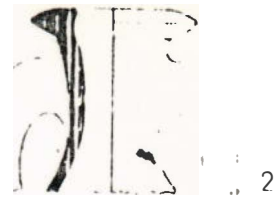
Ε. Α. Ο. Π. V

1:2

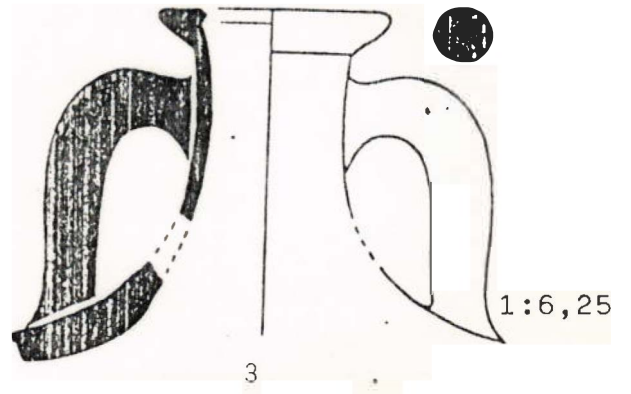
3



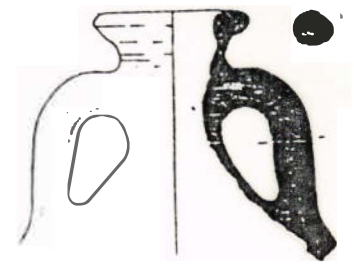
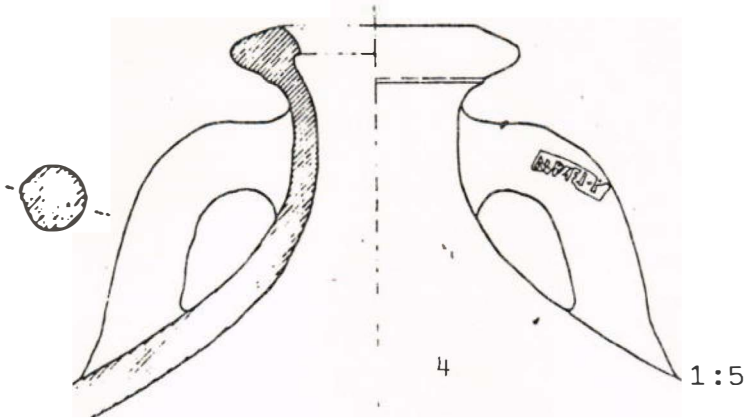
SUB-TIPO 3



1:8,3

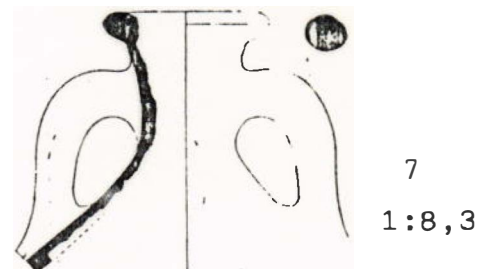
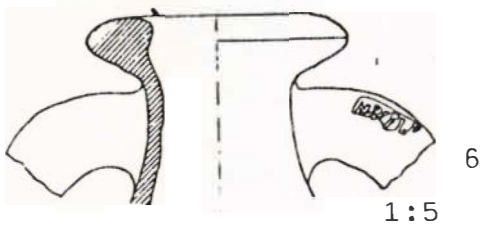


SUB-TIPO 1

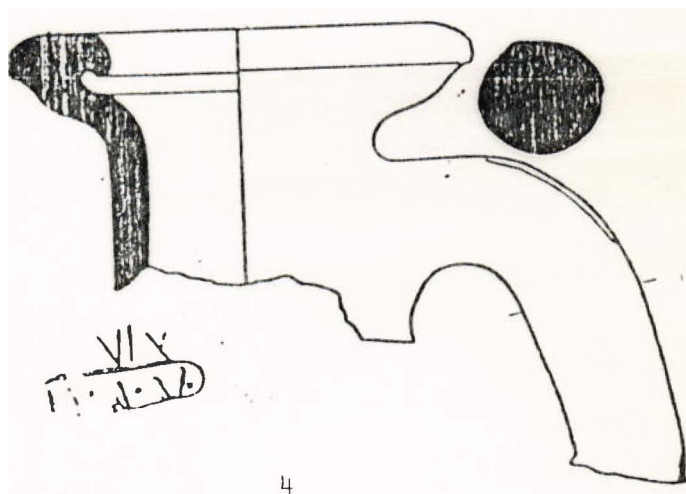
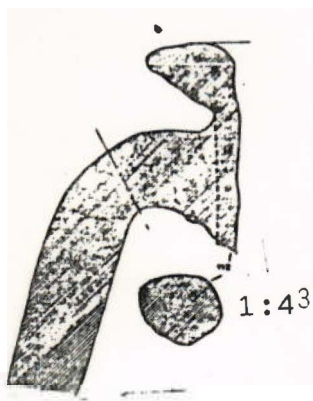
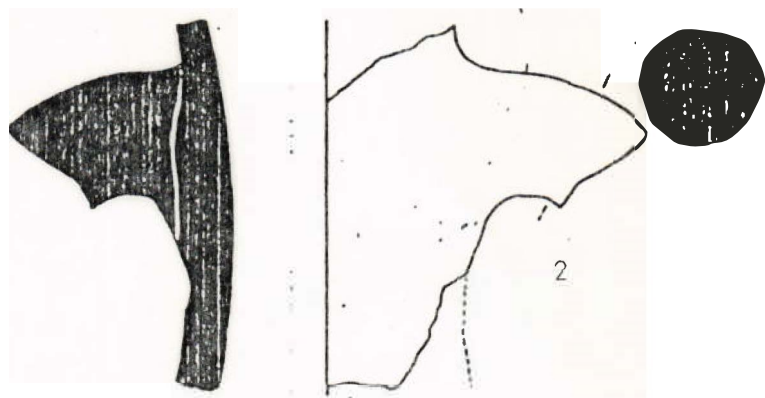
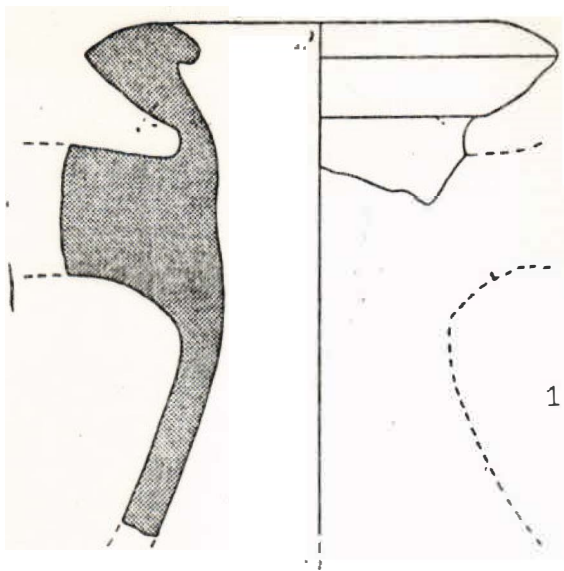


5 1:8,3

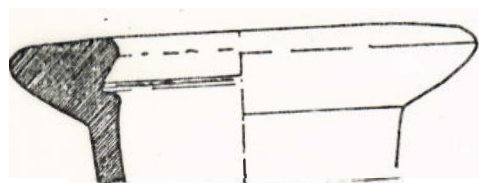
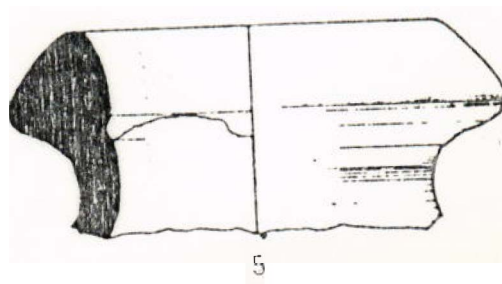
SUB-TIPO 2



7 1:8,3



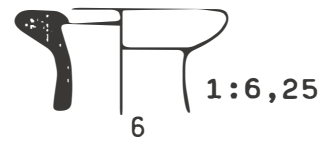
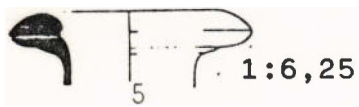
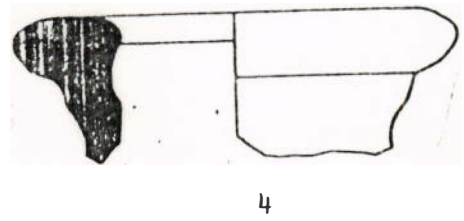
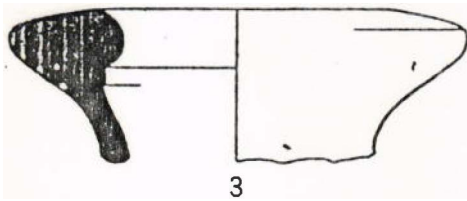
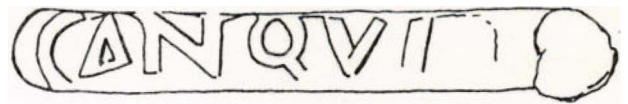
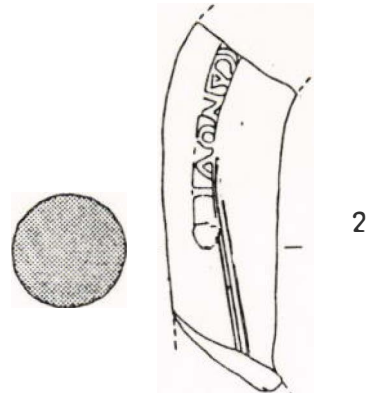
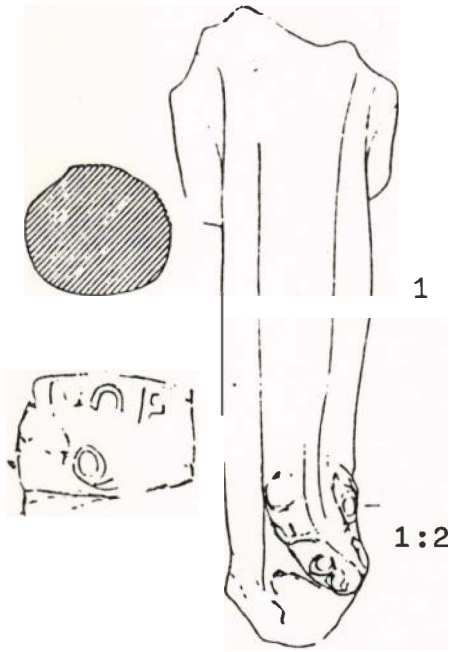
SUB-TIPO 2

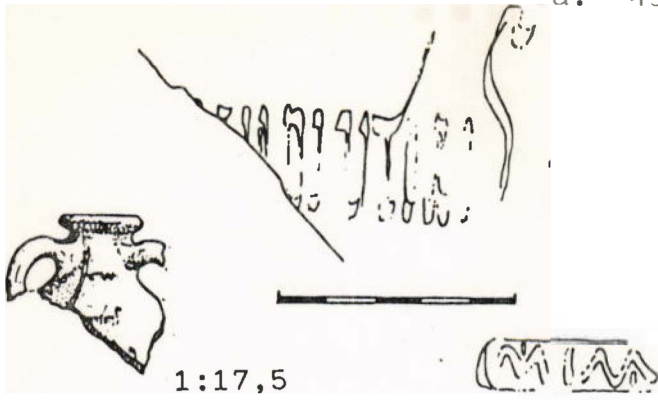


6

7
1:6,25

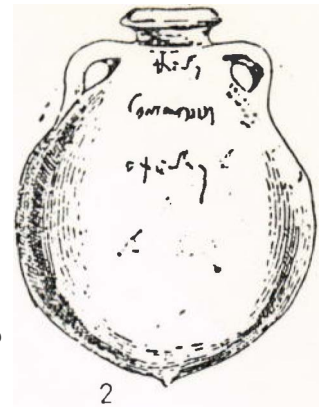
8
1:6,25





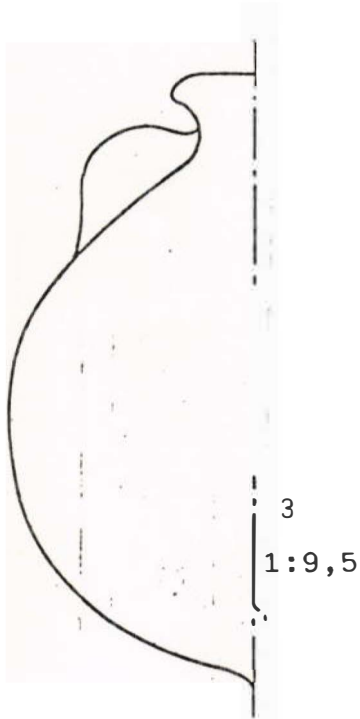
1:17,5

1



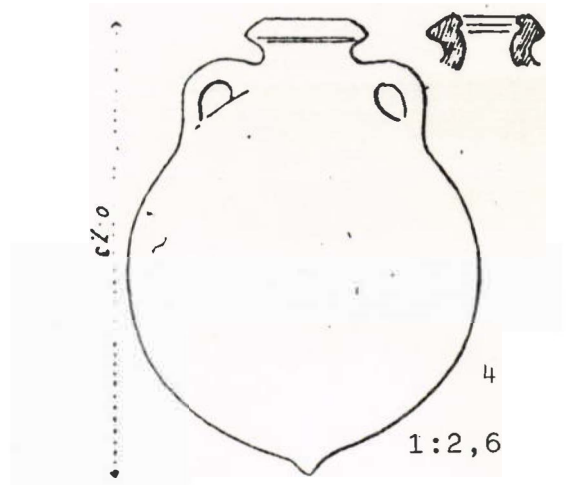
1:15

2



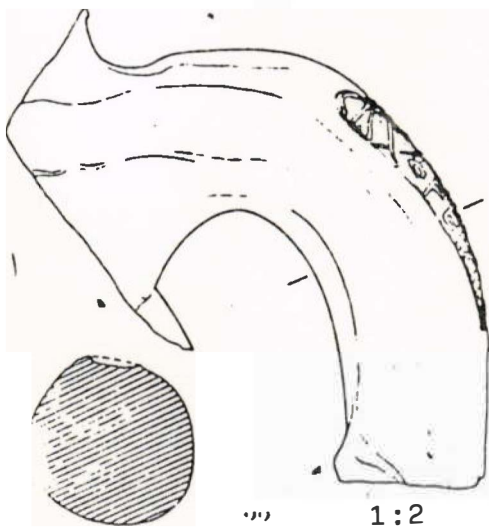
3

1:9,5



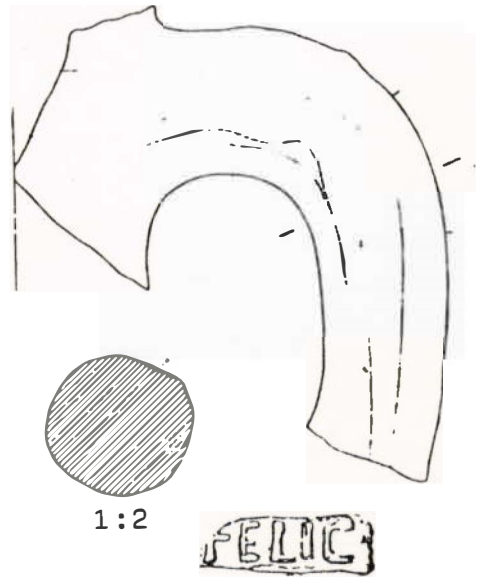
4

1:2,6



5

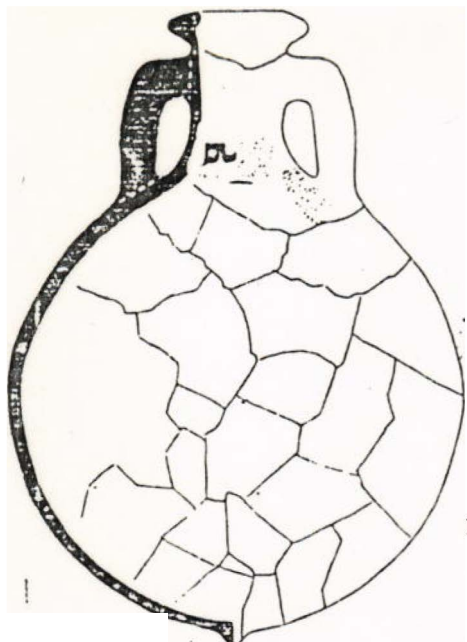
1:2



6

1:2





5

1

0



4

3

0

2



3

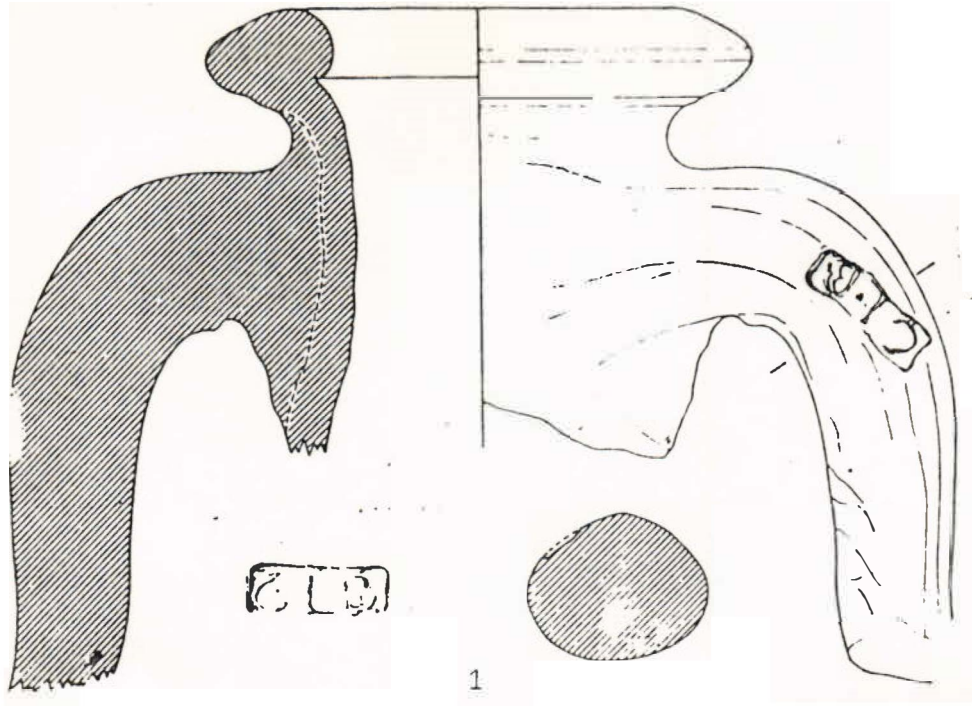


1:4

2



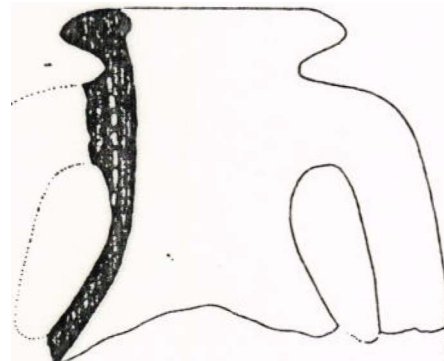
1



1

1:2

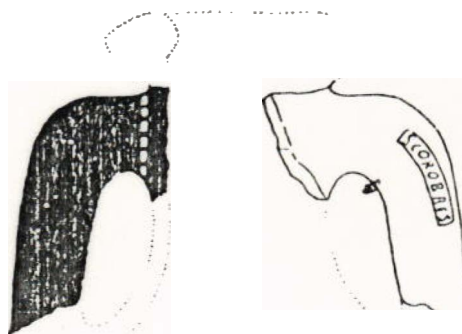
SCOROBRES



2

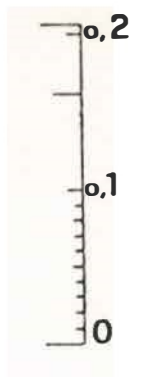
1:5

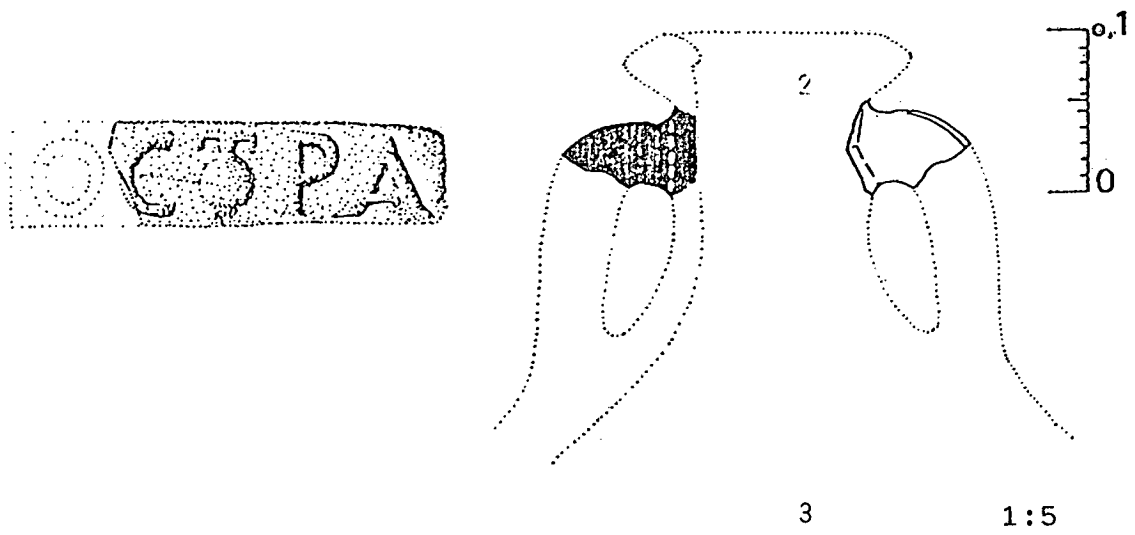
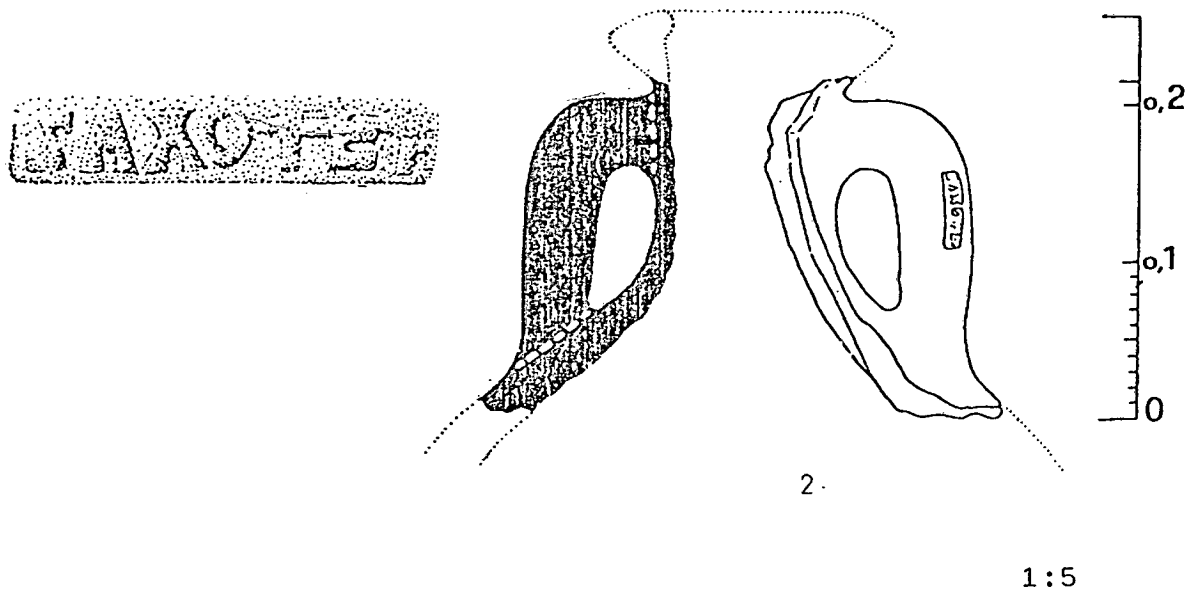
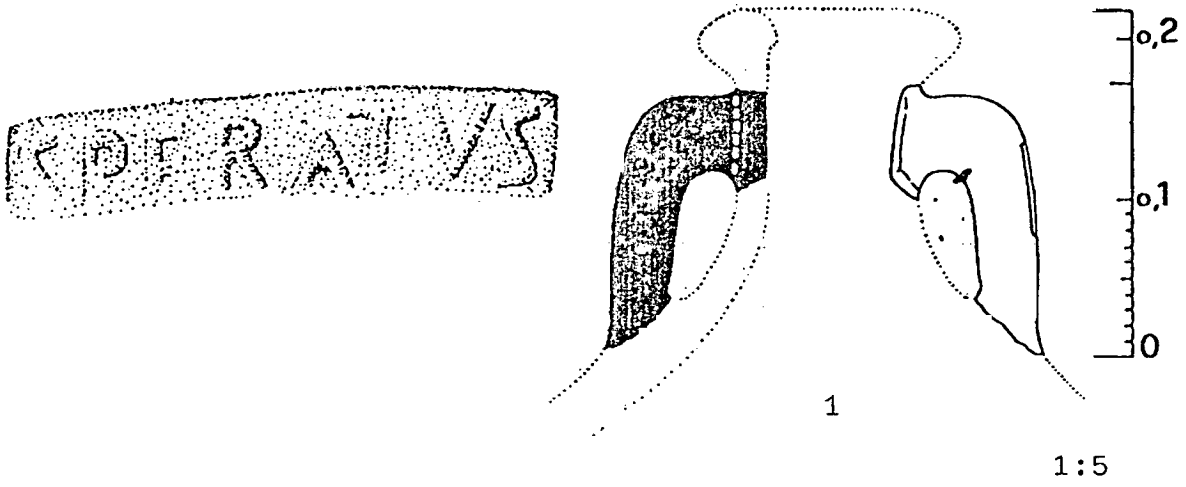
SCOROBRES



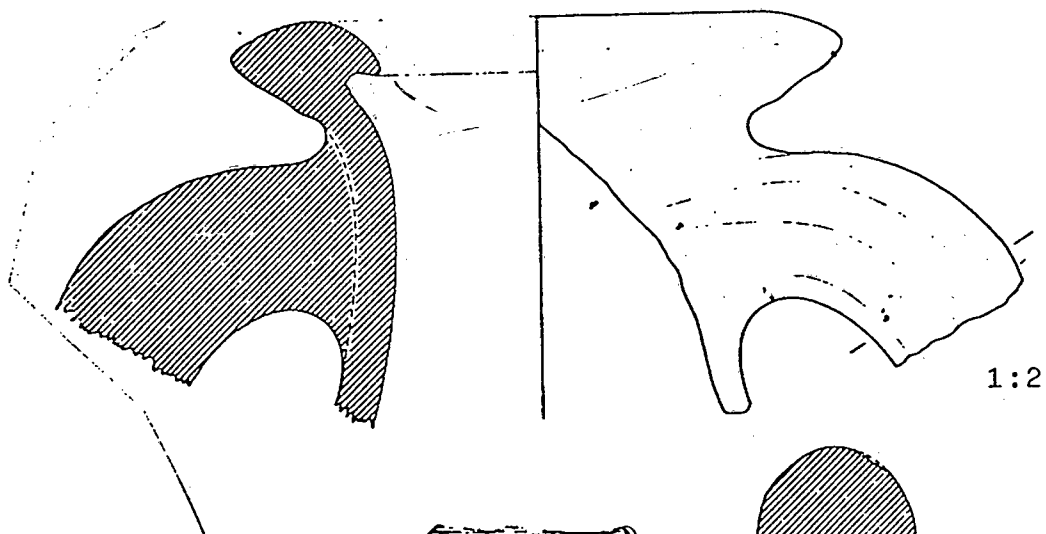
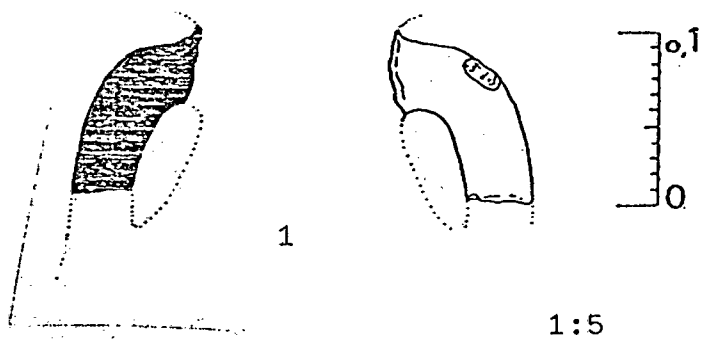
3

1:5



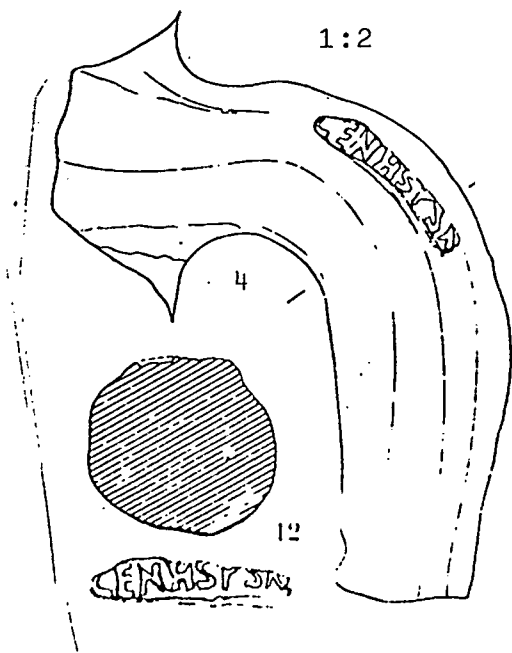
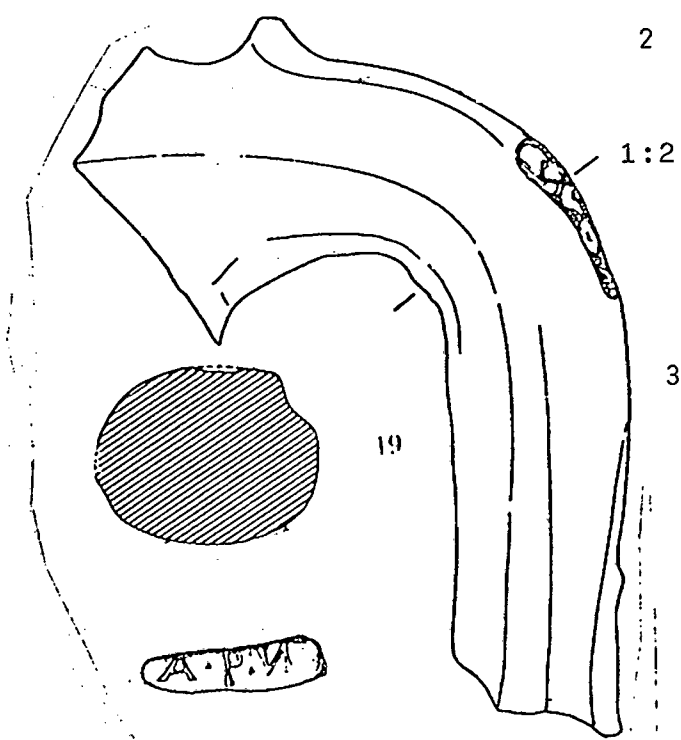


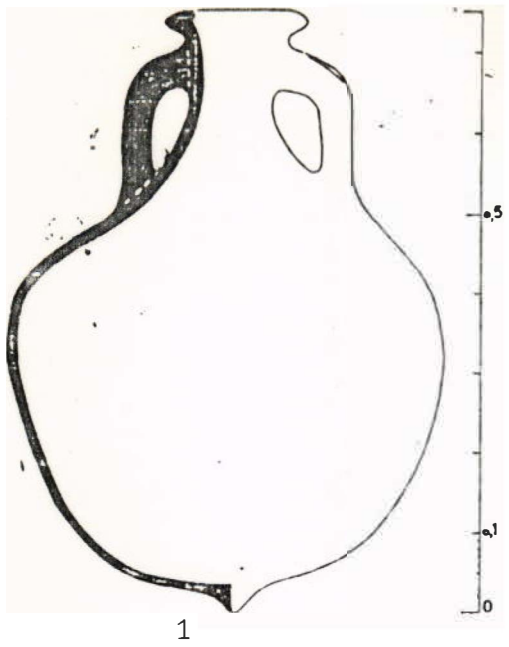
ca. 149 d.C. (SUB-TIPO 2)



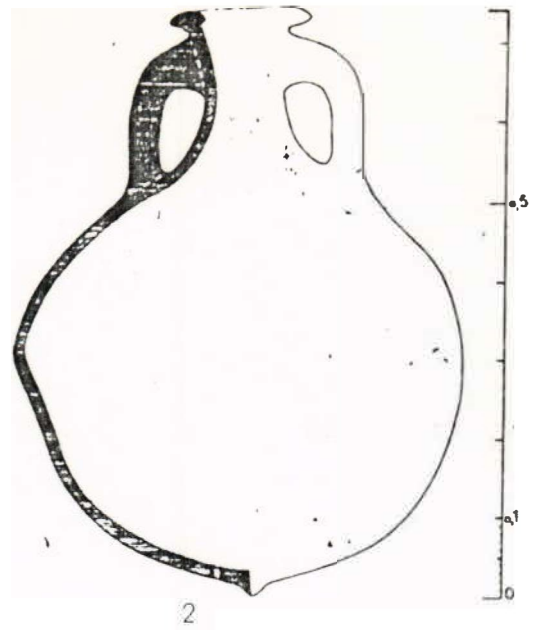
SCOROBRESI

2

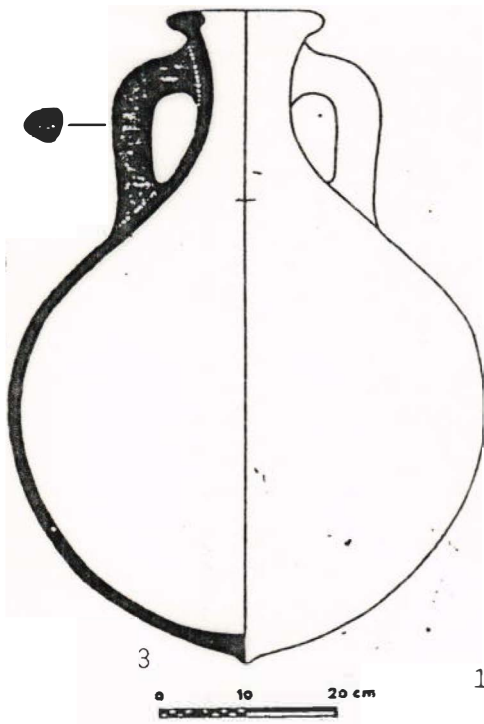




1



2



3

1 : 8,8

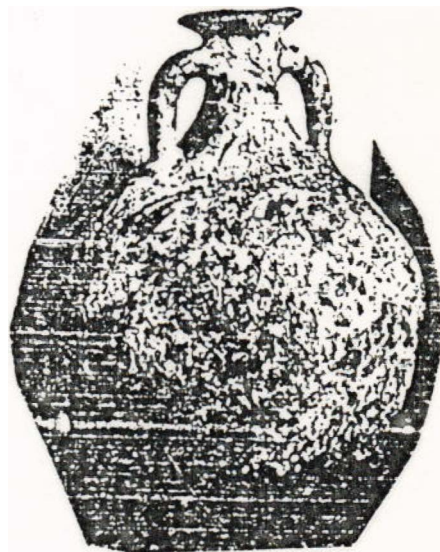


4



S/E

5

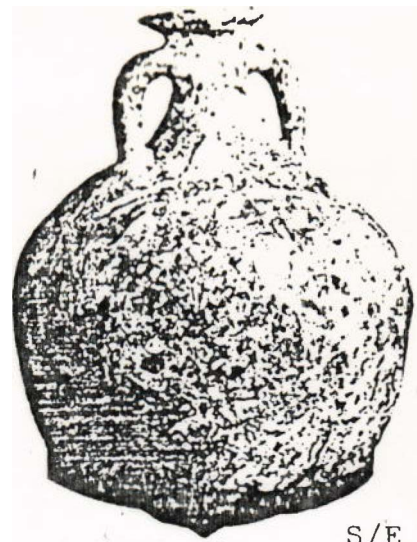


S/E

6



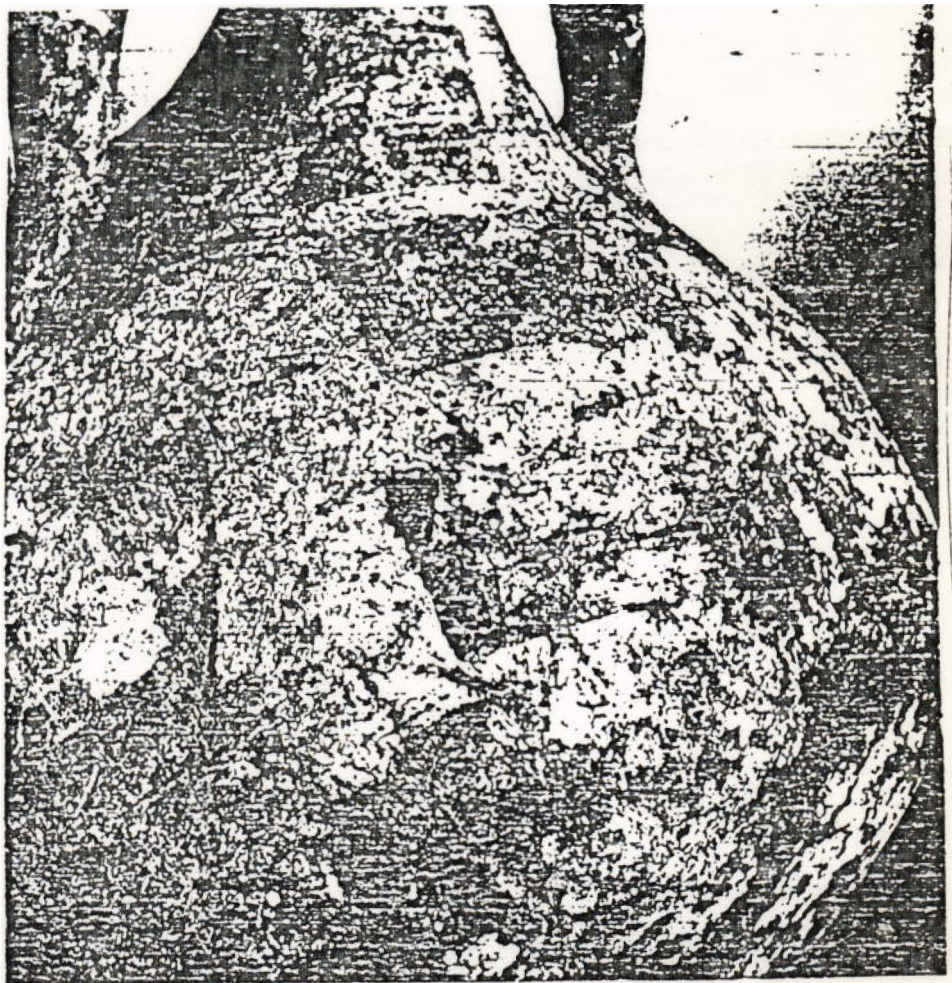
1 S/E



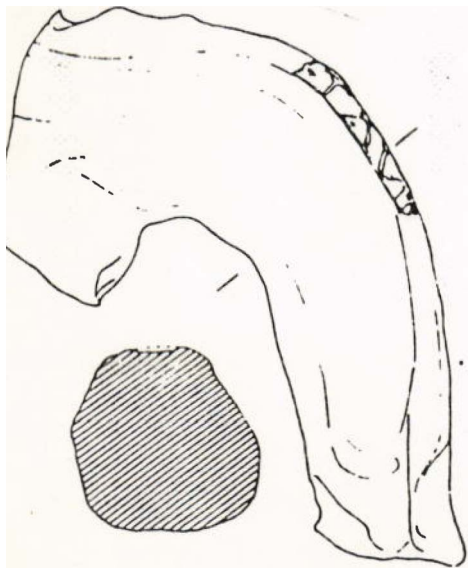
2 S/E



3 S/E

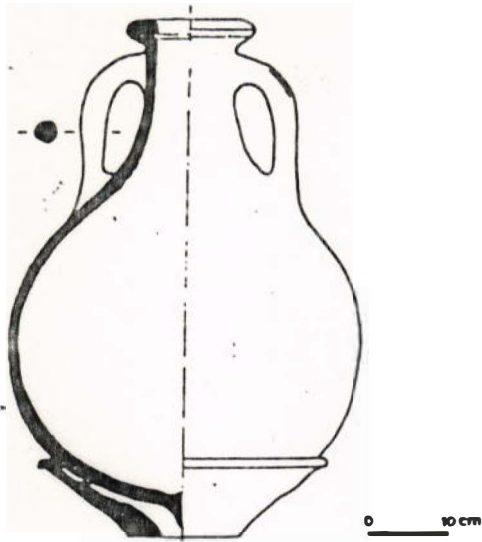


S/E



1:2

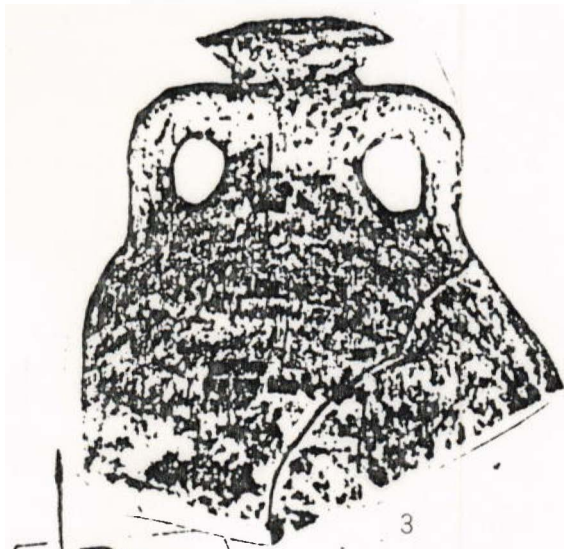
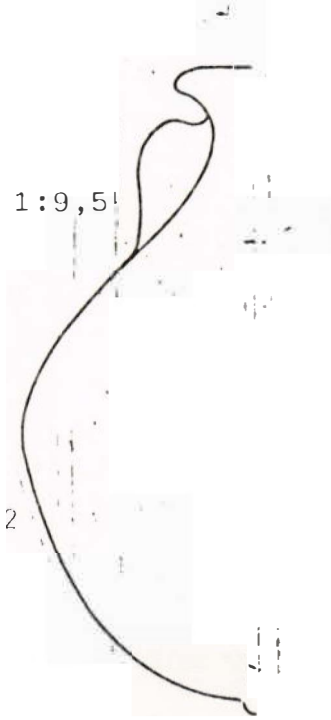
5



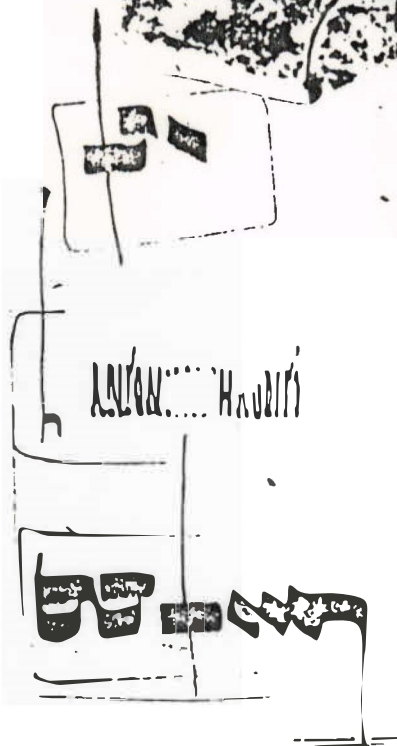
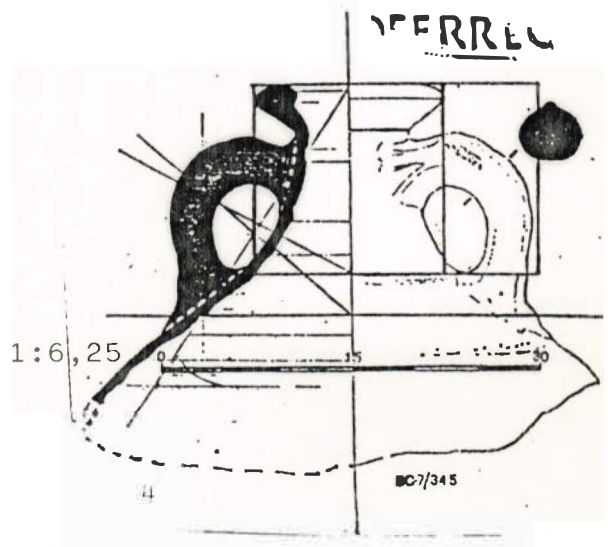
1
SUB-TIPO 4

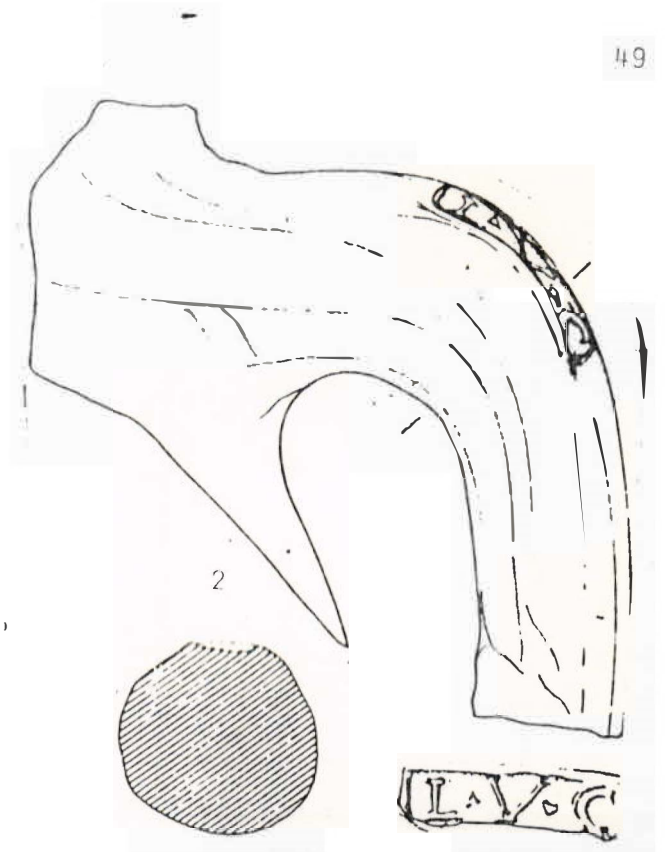
1:9,5

2



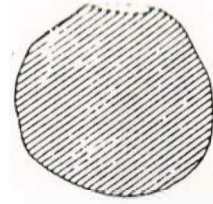
SUB-TIPO 5





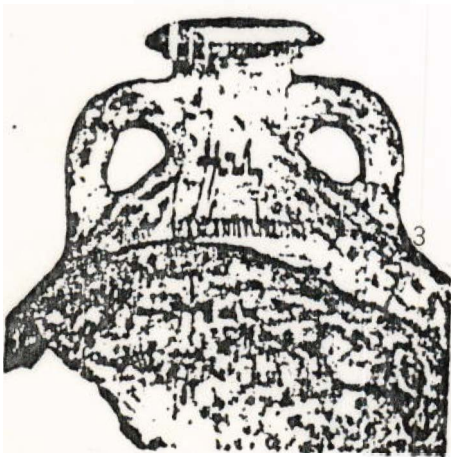
1

SUB-TIPO 5



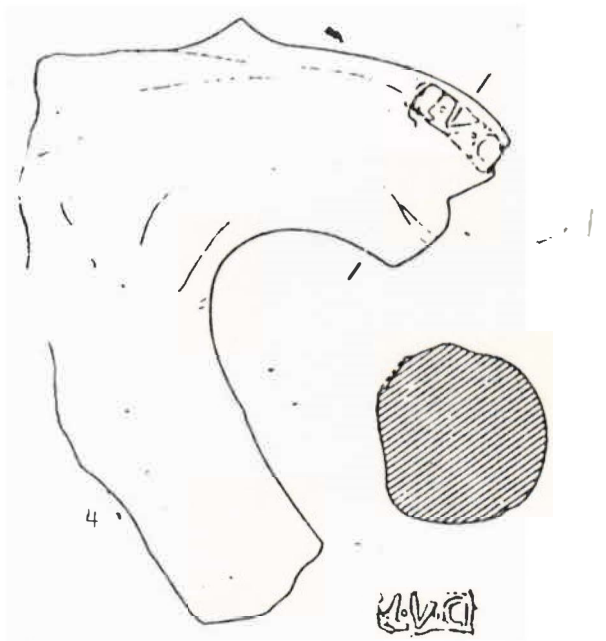
2

1:2



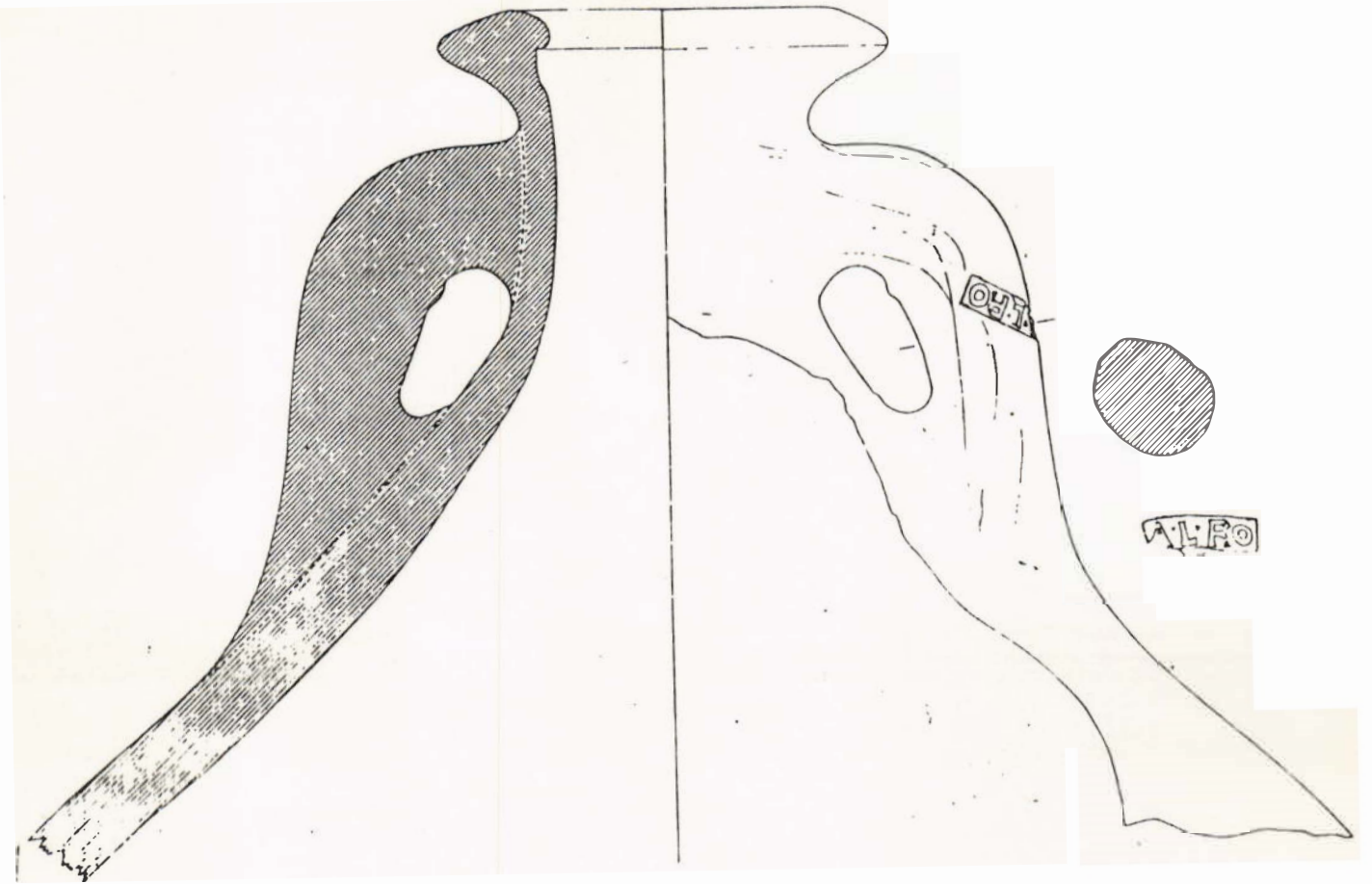
3

SUB-TIPO 6



4

1:2

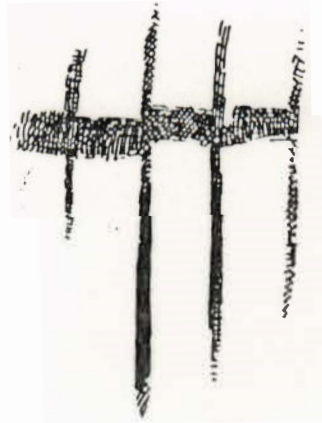


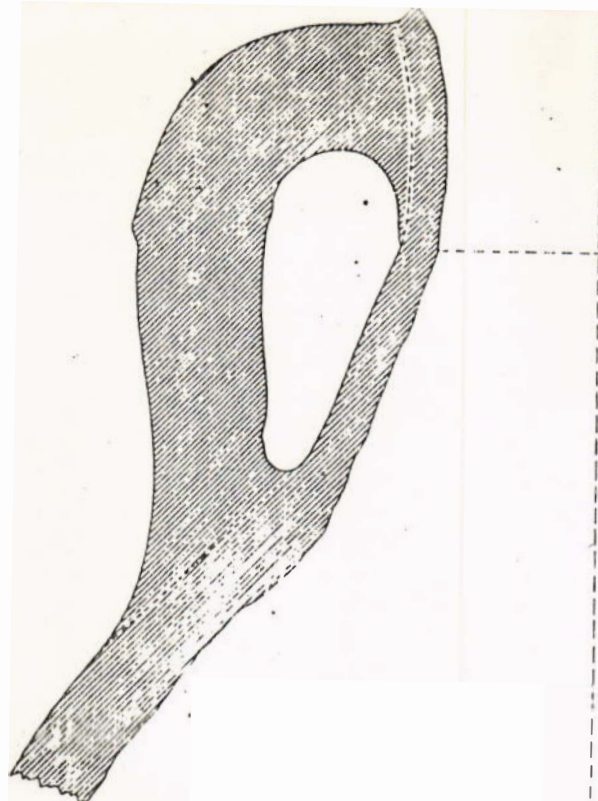
1:2



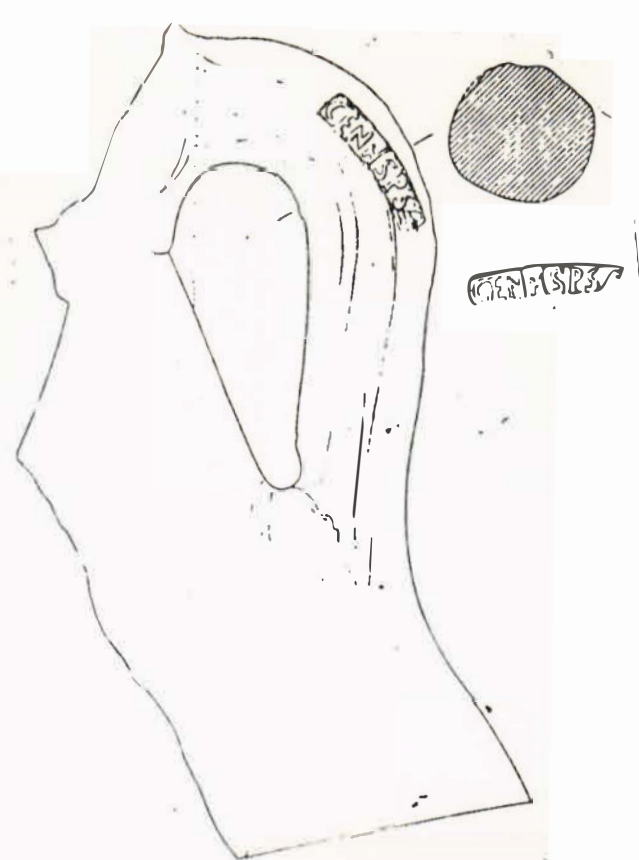
1:5

2



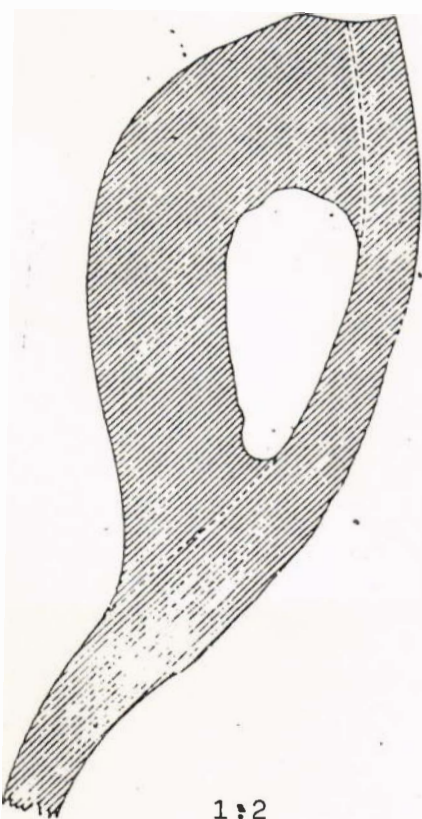


1:2

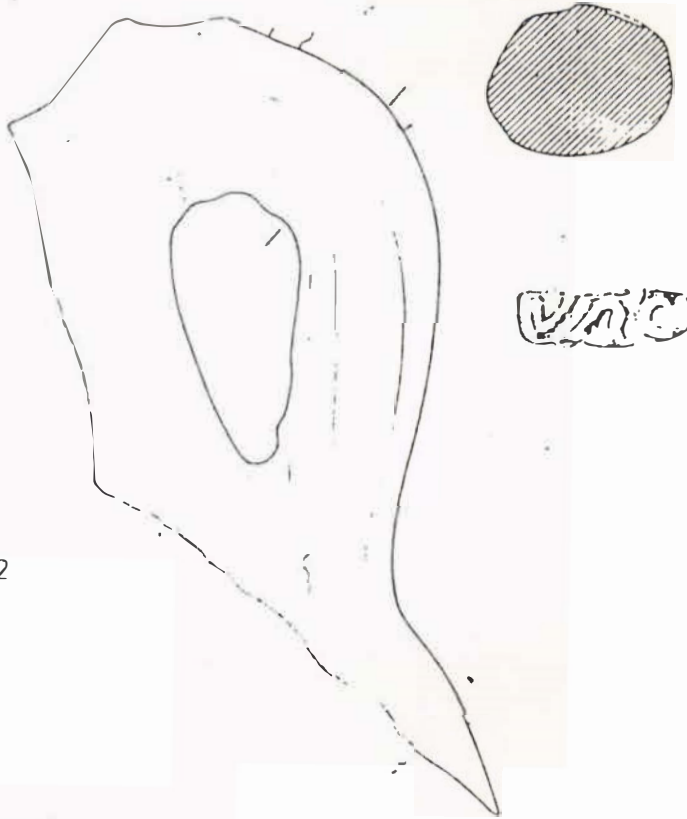


1

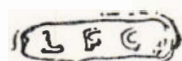
ca. 149 d.C. (SUB-TIPO 8)



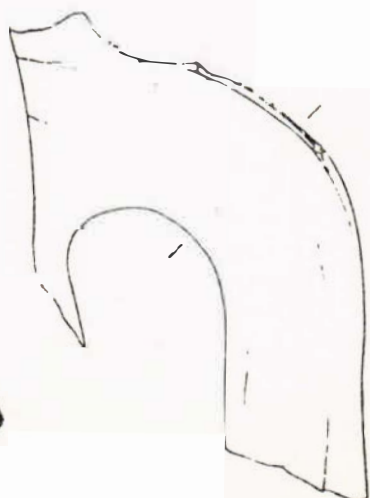
1:2



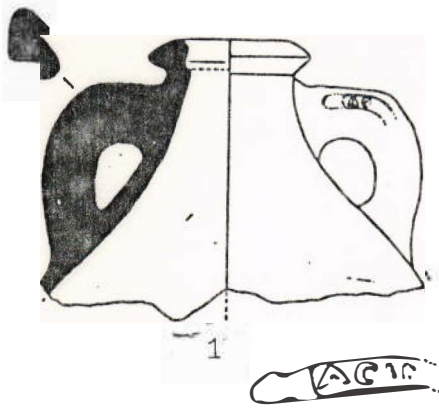
2



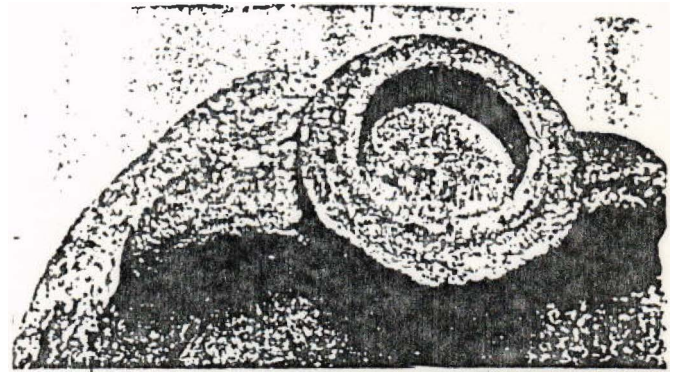
3



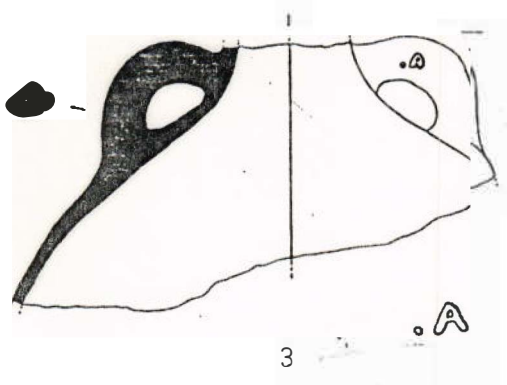
1:2



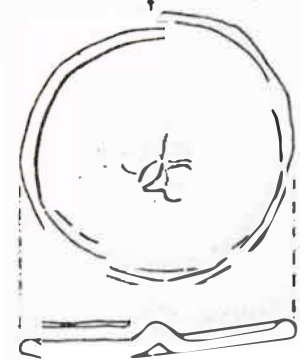
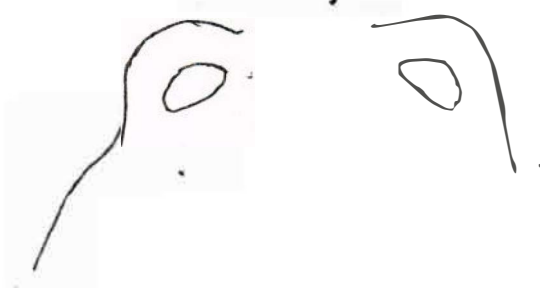
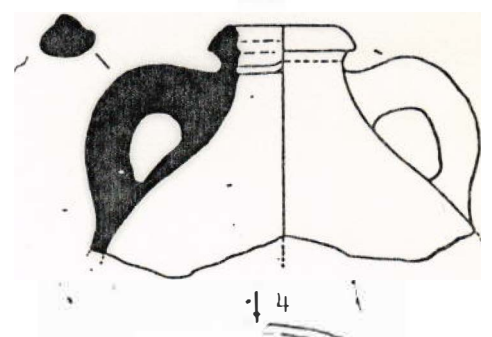
SUB-TIPO 1



2

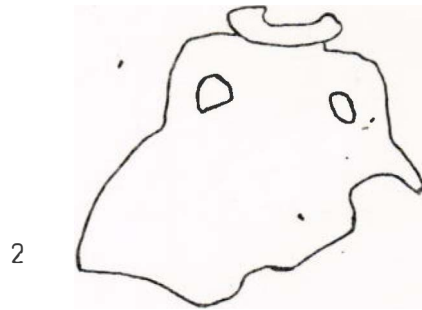


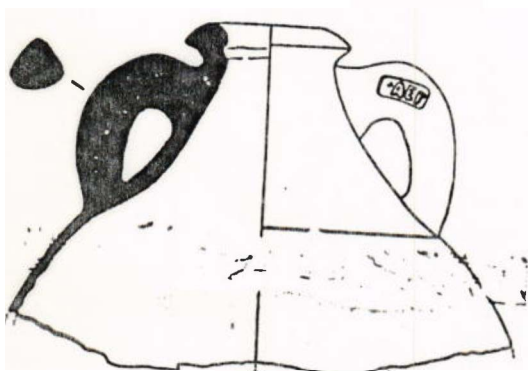
SUB-TIPO 2



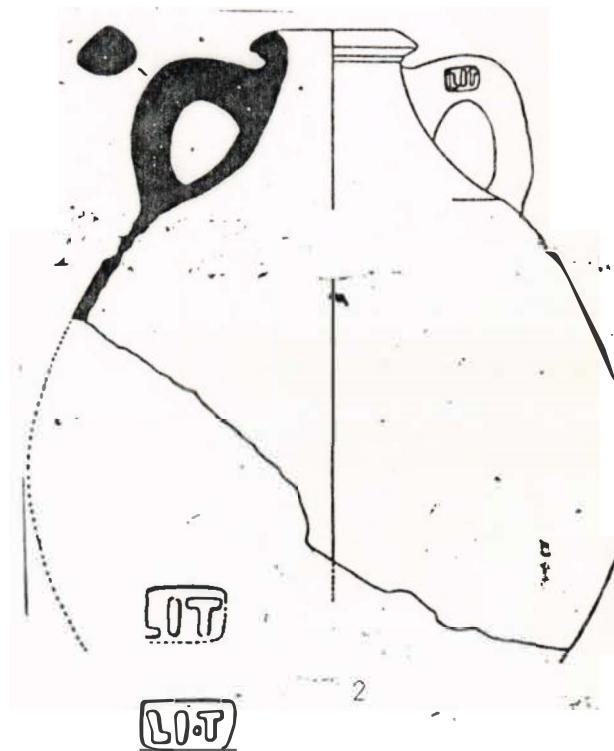
5







1

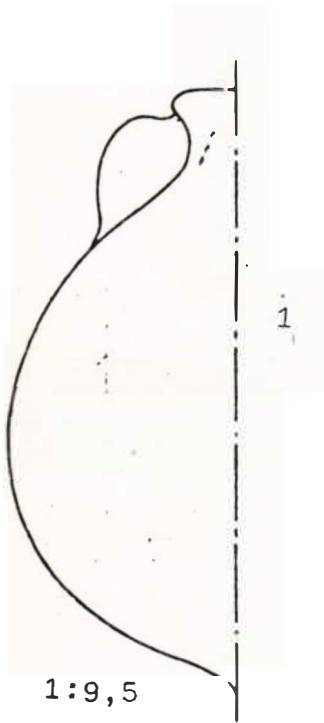


2



3

S/E



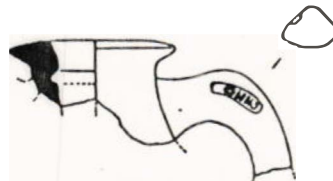
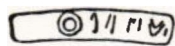
1:9,5

CFTITINI CVFPR



S/E

2

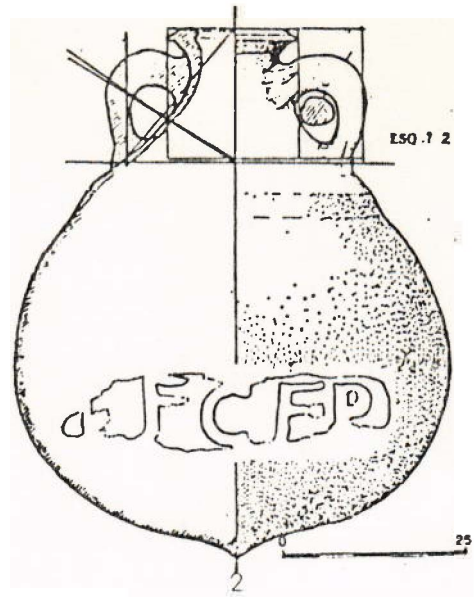


3

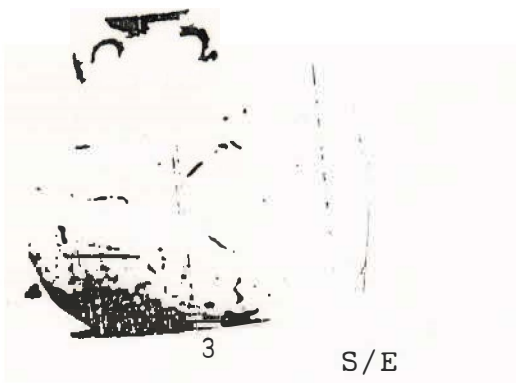
S/E



1 1:17,5



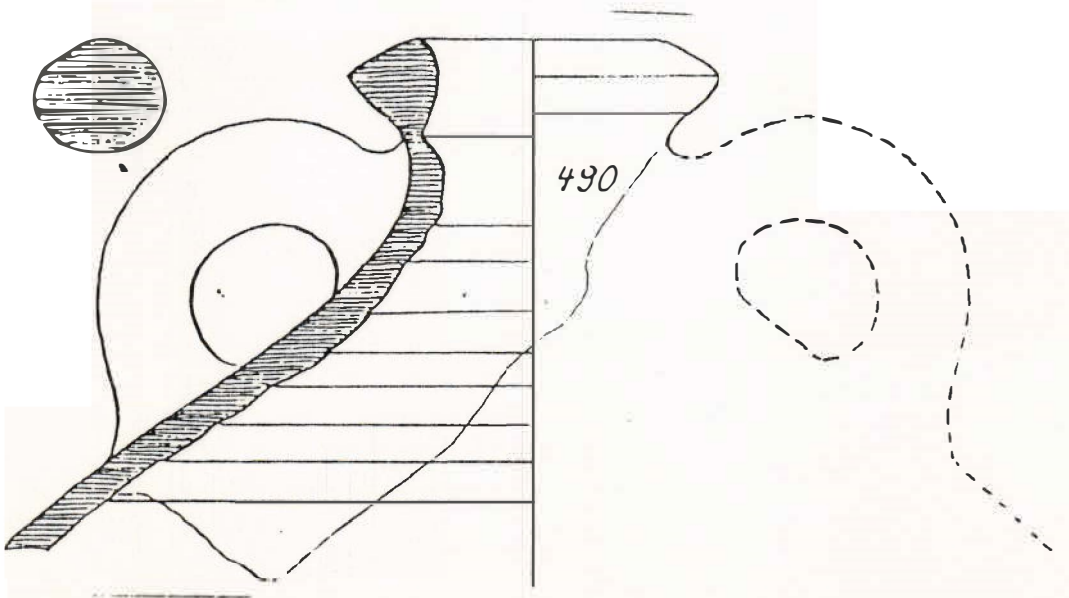
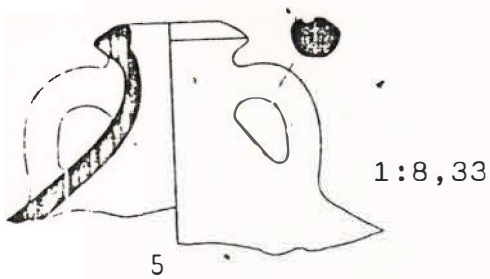
SUB-TIPO 1



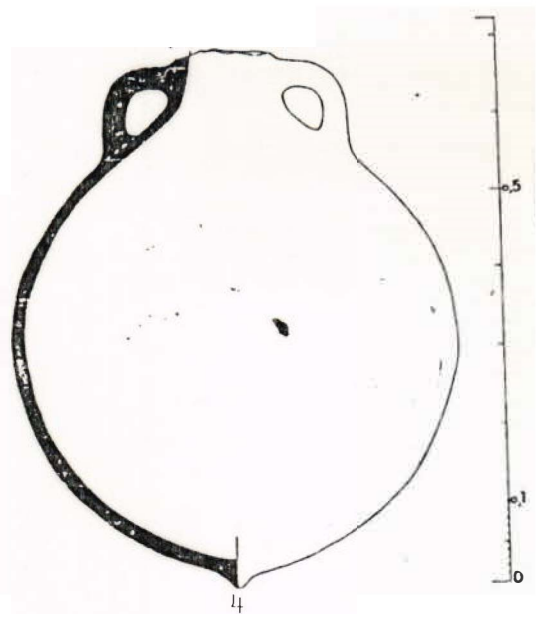
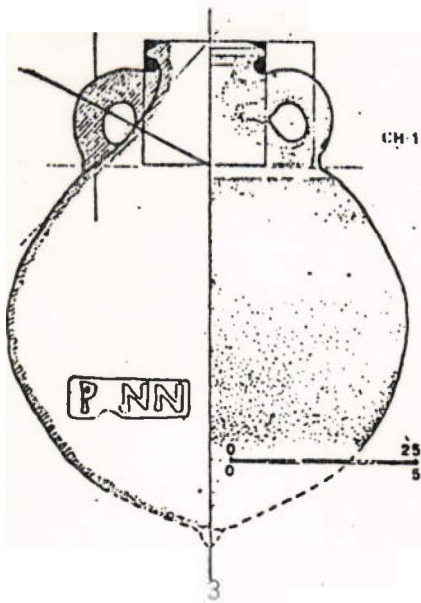
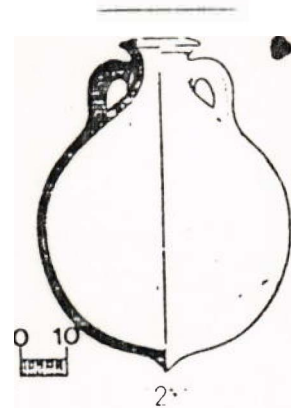
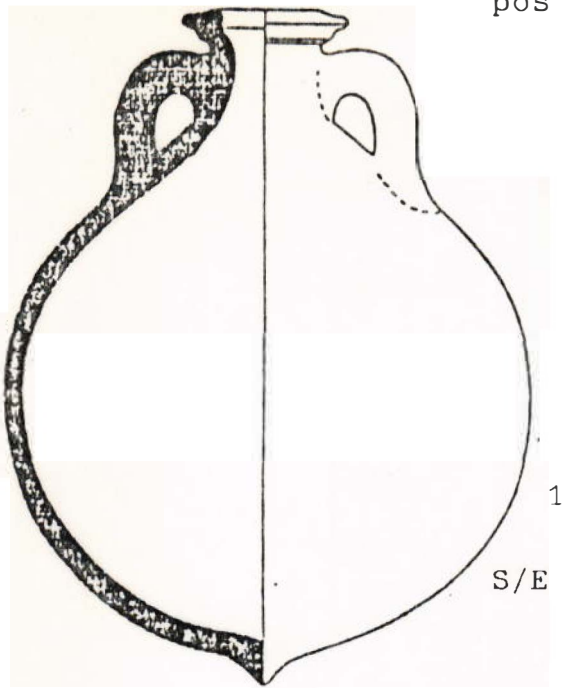
3 S/E



S/E 4



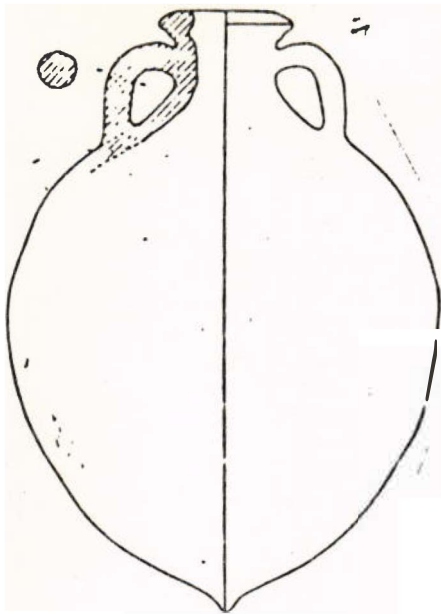
6



1:5

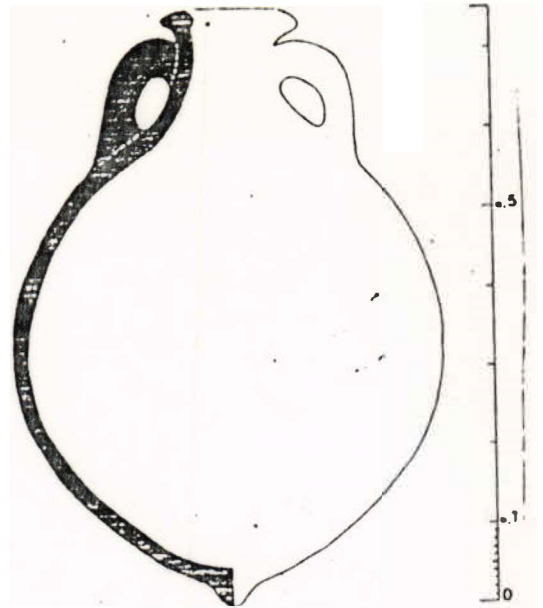


5

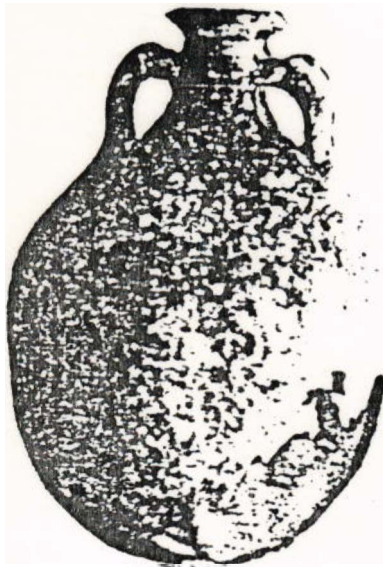


1

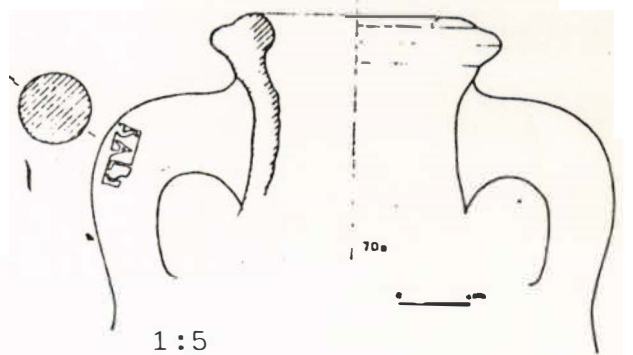
SUB-TIPO 3



2



SUB-TIPO 3

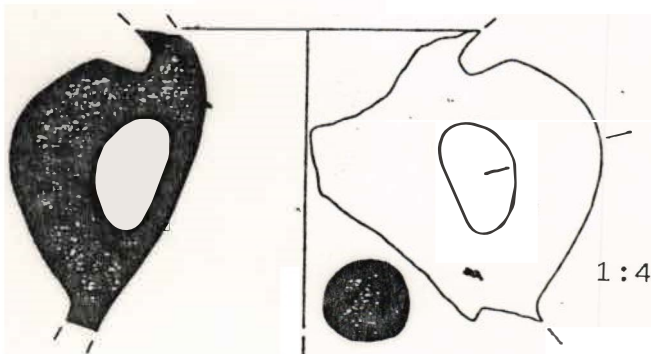


1:5

4



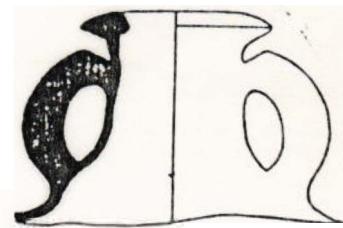
1:1



1:4

5

SUB-TIPO 4



6

1:8

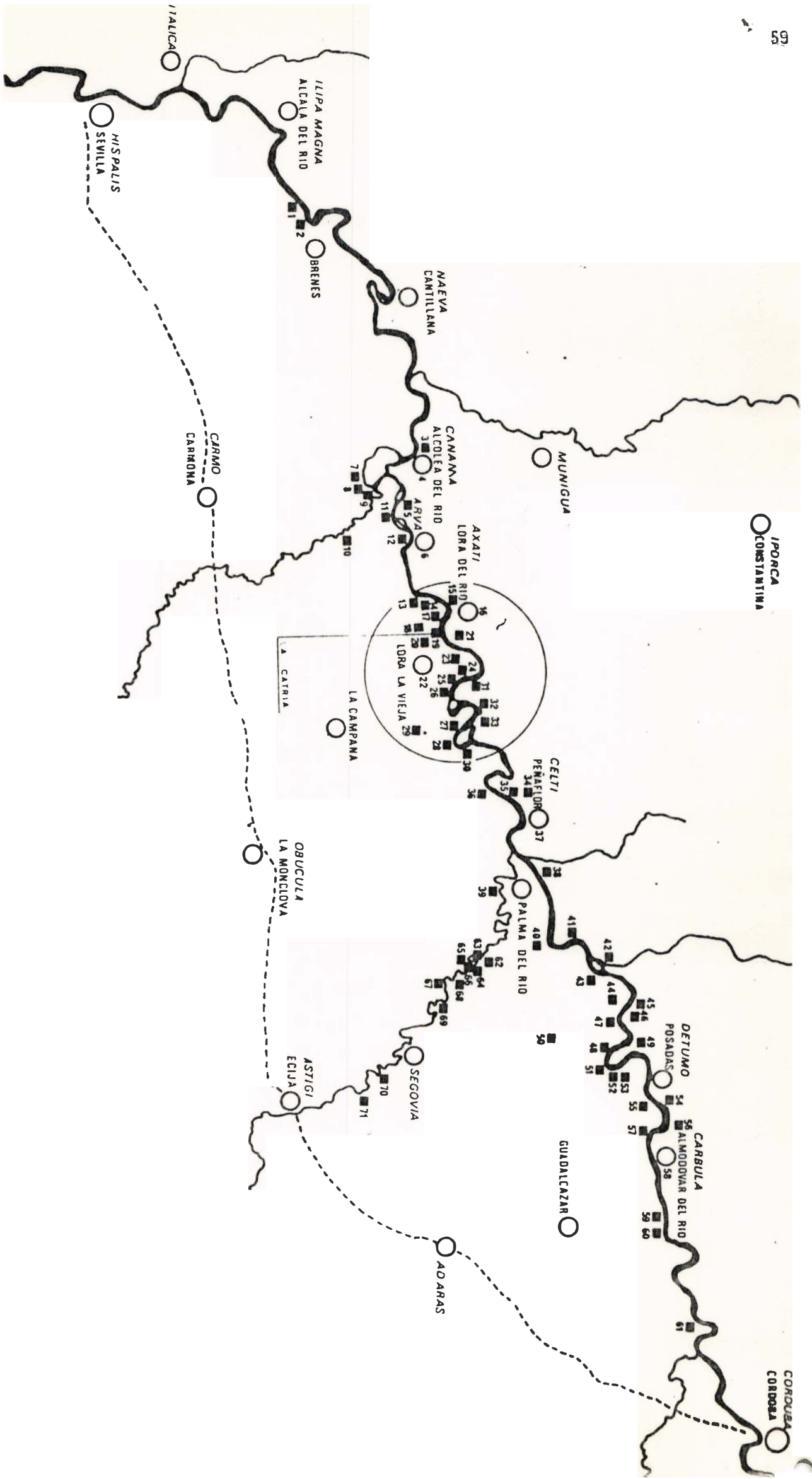
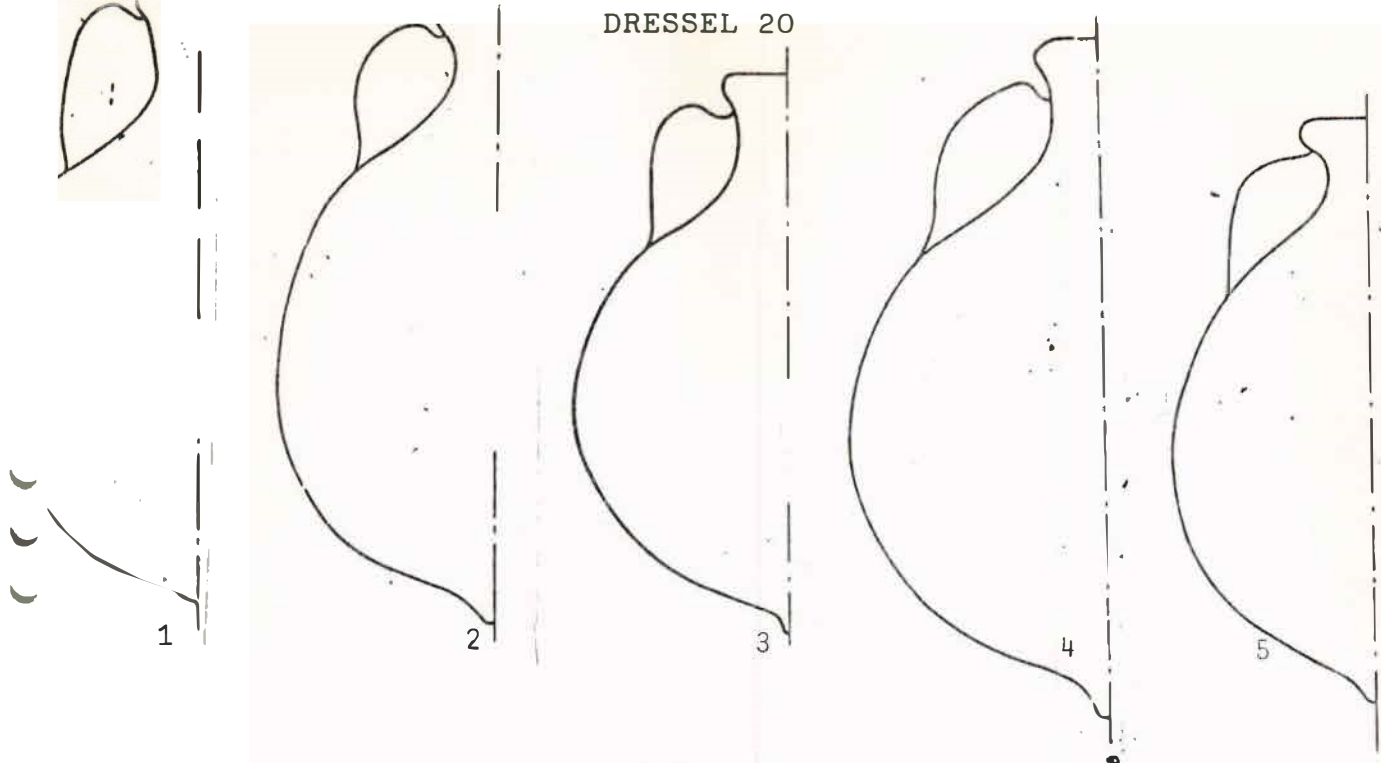
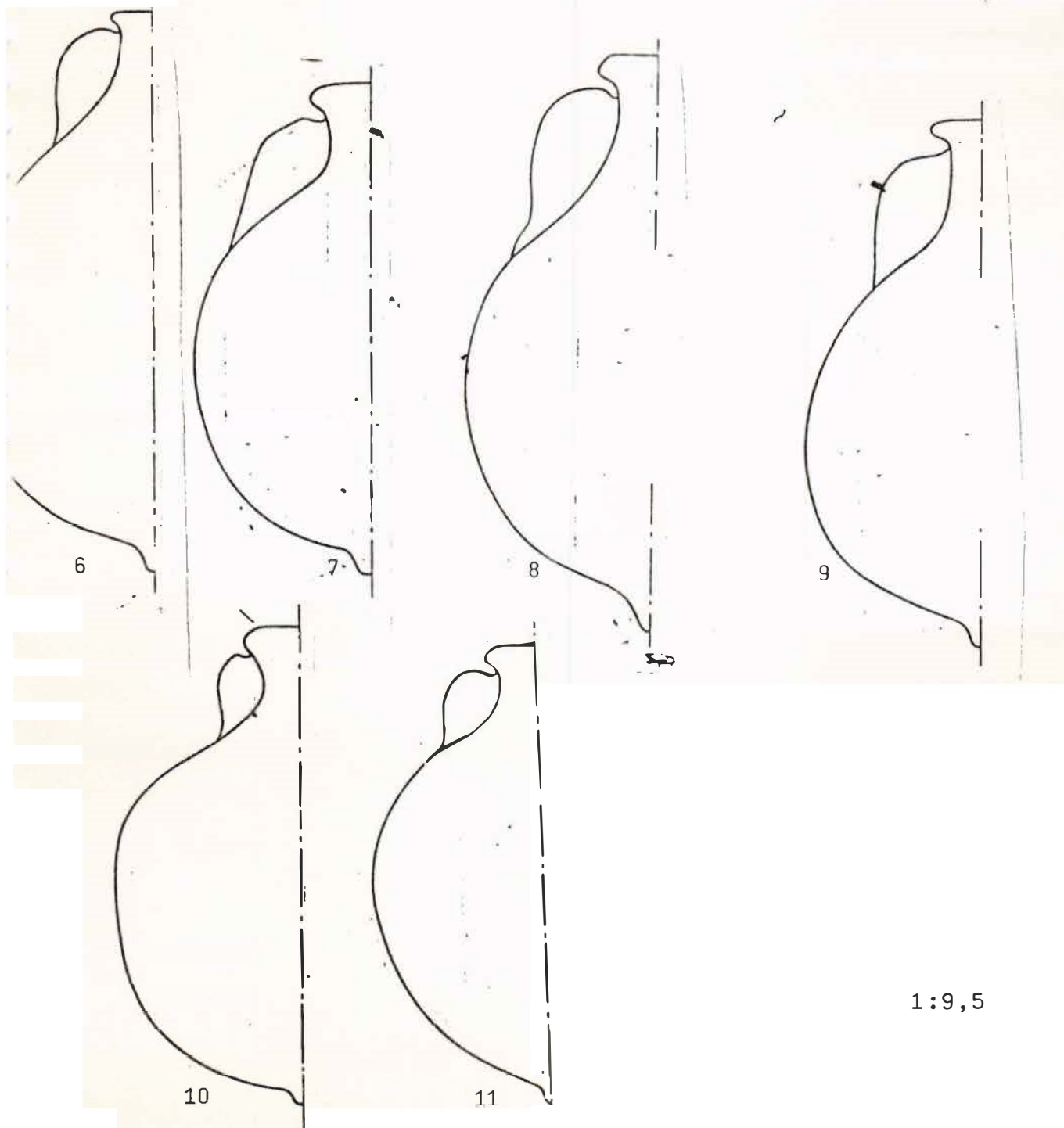


Fig. 28.—Centros productores de ánforas (tomado de M. Ponsich): 1.—Cruz Verde. 2.—Villar de Brenes. 3.—Huertas de Alcolea. 4.—Alcolea del Río. 5.—El Tejillo. 6.—Arvã. 7.—Guadajoz. 8.—Adelta. 9.—Juan Barba. 10.—El Tesoro. 11.—Mejía. 12.—Tostoneras. 13.—Azanaque-Castillejo. 14.—El Judio. 15.—La Estacada de Herrera. 16.—Lora del Río. 17.—Alamo Alto. 18.—Corrijo de Mochales. 19.—LA CATRIVA. 20.—Carria Alta. 21.—Huertas del Río. 22.—Lora la Vieja. 23.—Corrijo de la Guerra. 24.—Haza del Olivo. 25.—Manuel Nieto. 26.—El Acebuchal. 27.—La Rambilla. 28.—Madre Vieja I y II. 29.—El Marchante. 30.—Las Sesena. 31.—La Mayena. 32.—La Maria. 33.—El Berro. 34.—El Tesoro. 35.—La Botica. 36.—Catonje Bajo. 37.—Puñalor. 38.—Huertas de Belén. 39.—Casas de Picón. 40.—Corrijo de Romero. 41.—Isla de la Jurada. 42.—Cerro de los Vuelos. 43.—Villacisneros. 44.—Casa del Encinarajo. 45.—La Umbria de Moratalla. 46.—Casa del Guarda. 47.—La Corredora. 48.—Soto del Rey. 49.—Haza de los Laticos. 50.—Corrijo del Bramadero. 51.—Barranco del Picacho. 52.—La Dehesilla. 53.—La Estrella. 54.—Dehesa de Arriba. 55.—Mingoabez. 56.—Guadiaro. 57.—Villaseca. 58.—Almodóvar. 59.—El Temple. 60.—El Temple (Este). 61.—Corrijo de la Reina. 62.—Malpica Sur. 63.—Tierras del Judio. 64.—Malpica. 65.—Corrijo del Judio. 66.—Corrijo de Villalata. 67.—Tarancón. 68.—Las Valbuenas. 69.—Isla Grande. 70.—Alcortista. 71.—Las Delicias.

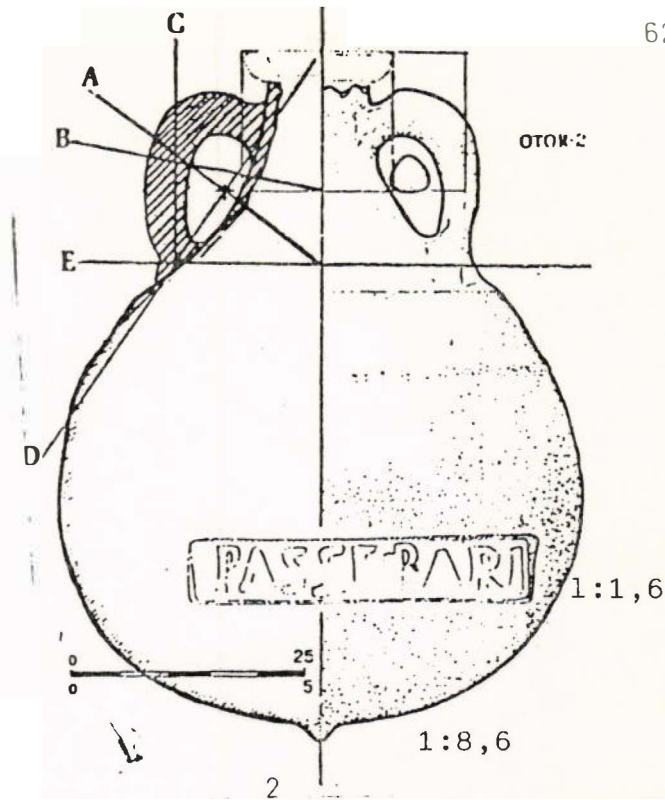
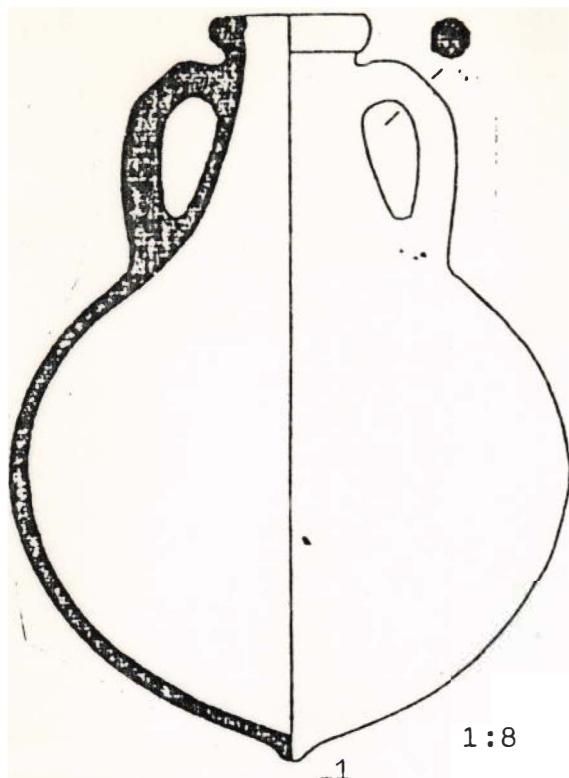
DRESSEL 20



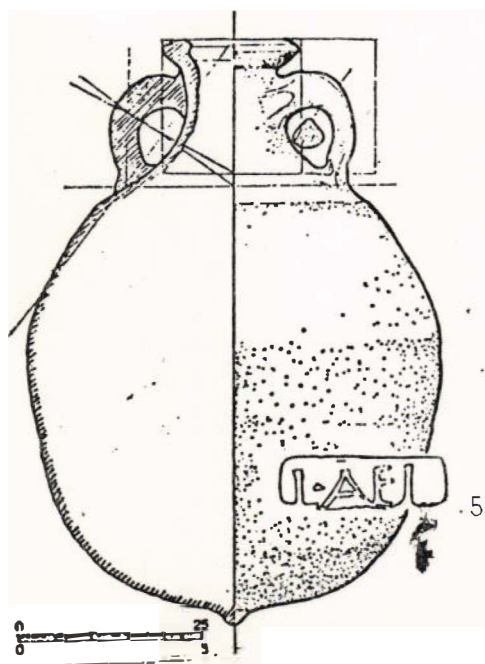
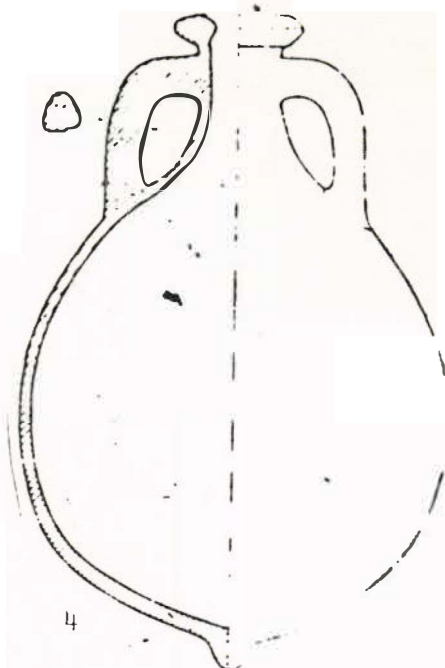
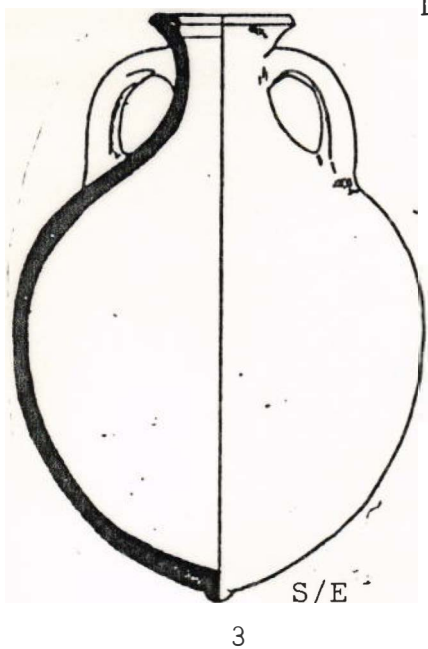
DRESSEL 20



1:9,5



DRESSEL 20





1

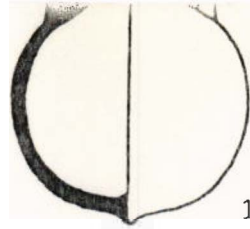
50 cm.



7

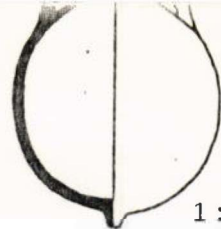


9



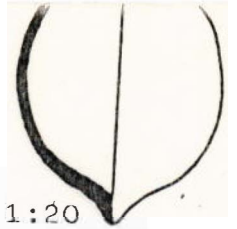
2

1:20



3

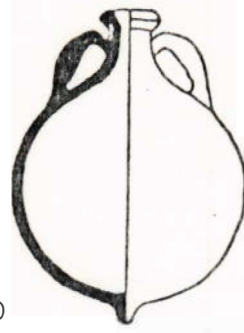
1:20



4

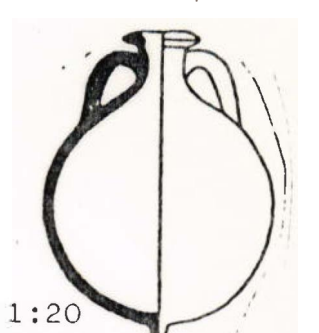
1:20

0.3



5

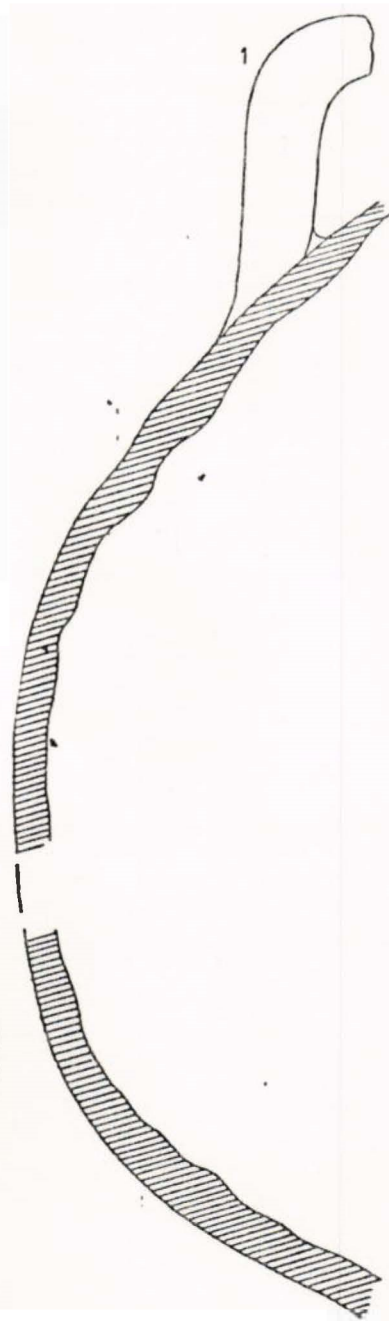
1:20



6

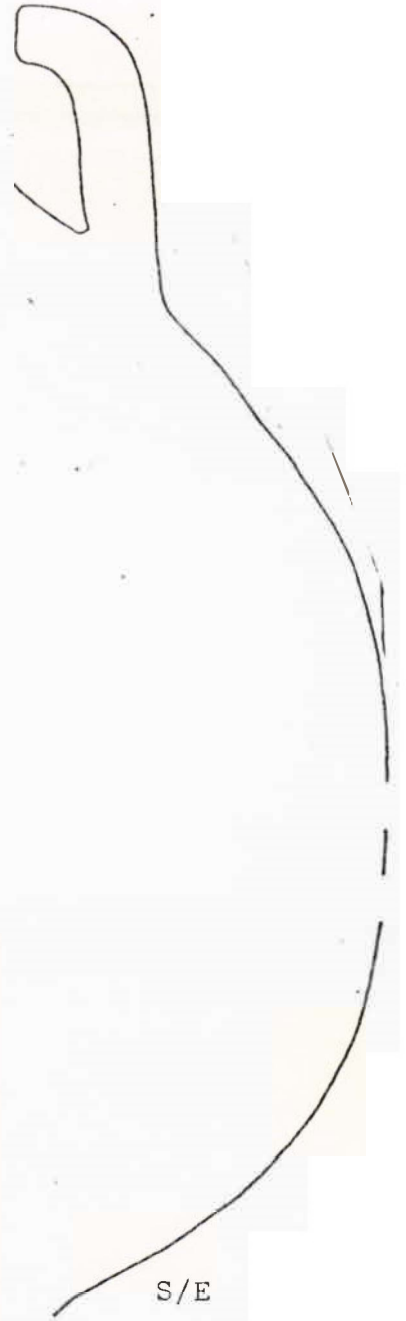
1:20

DRESSEL 20

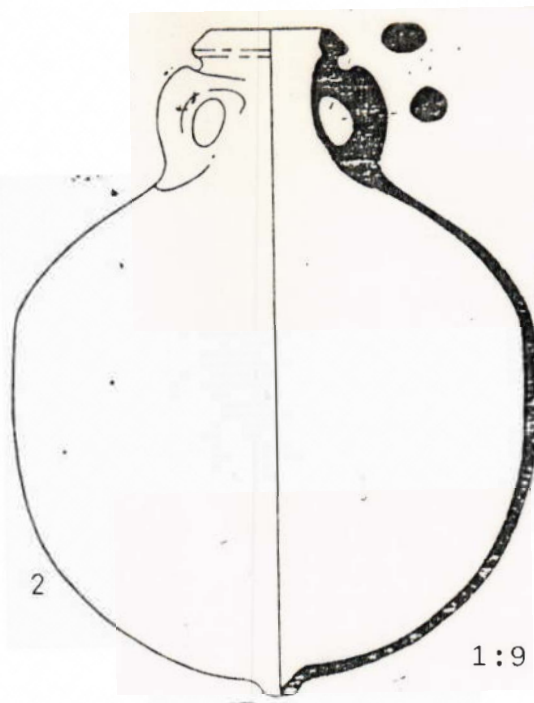
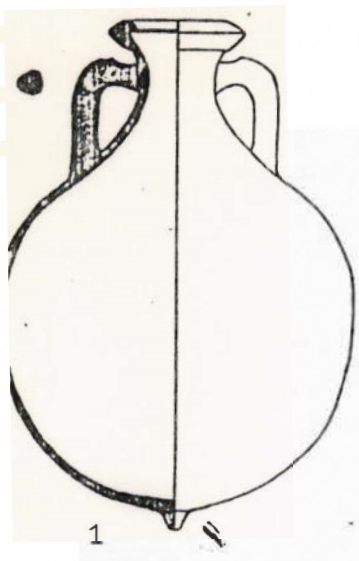


1

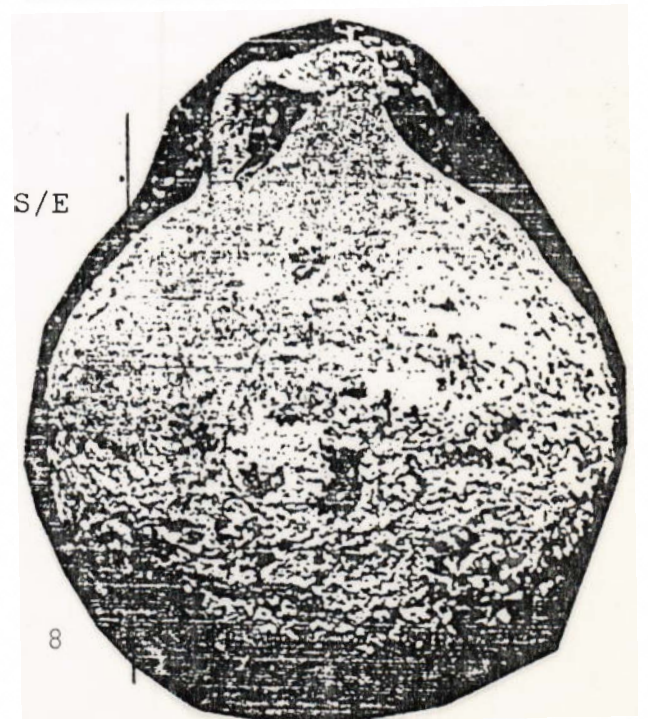
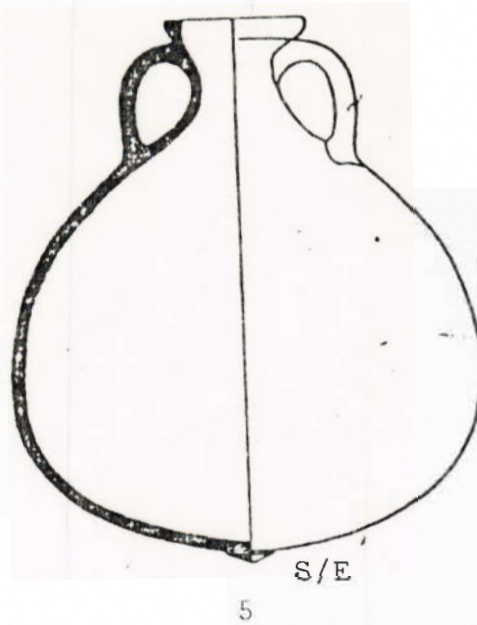
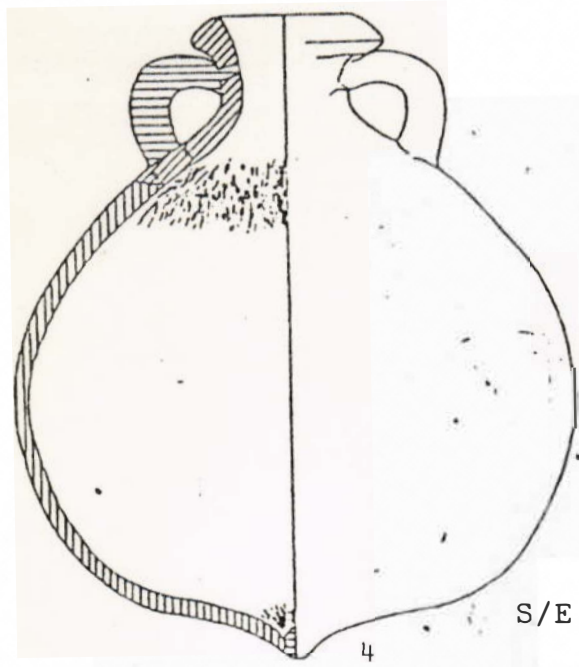
8

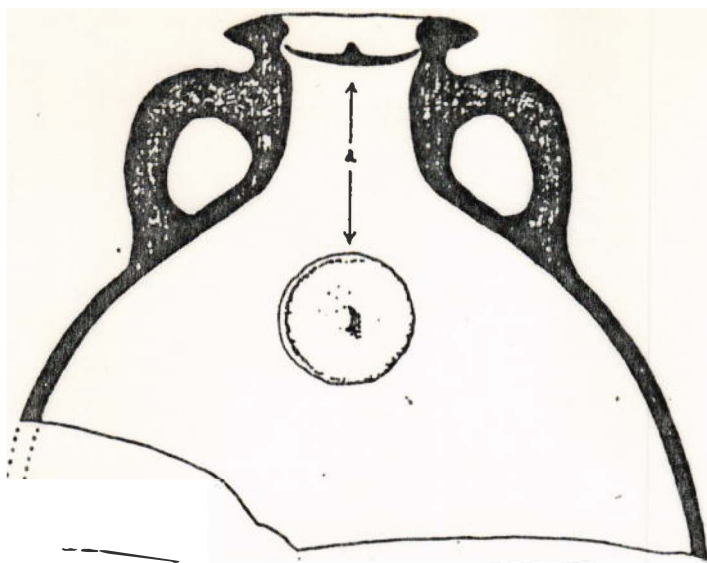


S/E

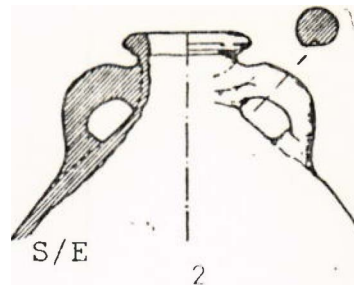


DRESSEL 20

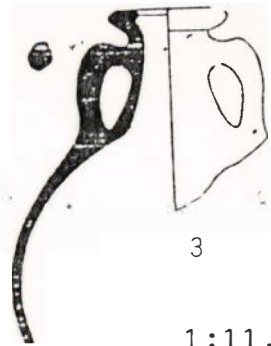




1:10 1

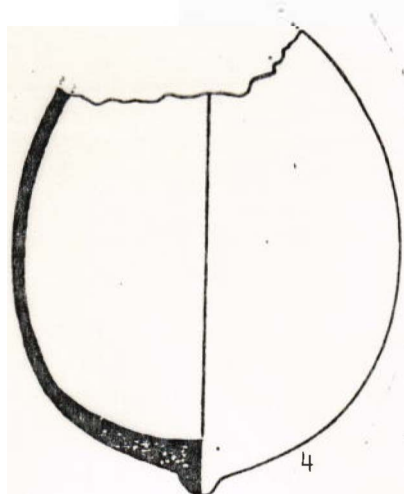


S/E 2

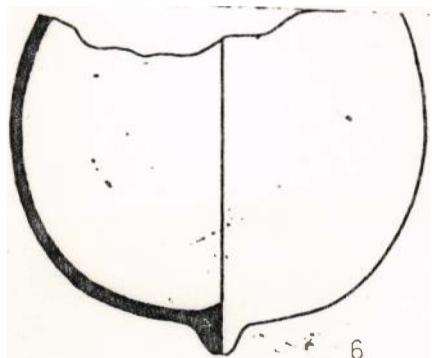
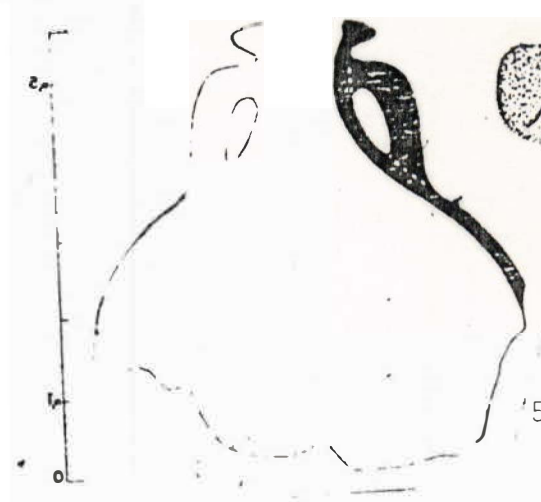


3 1:11,7

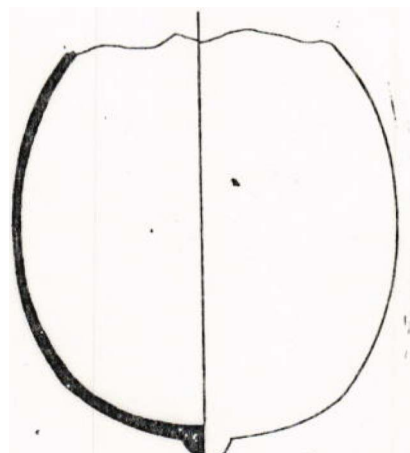
DRESSEL 20



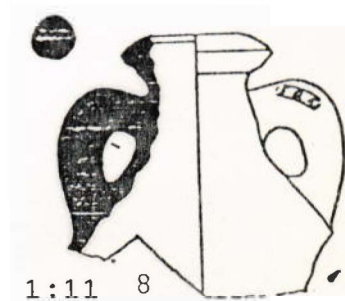
4



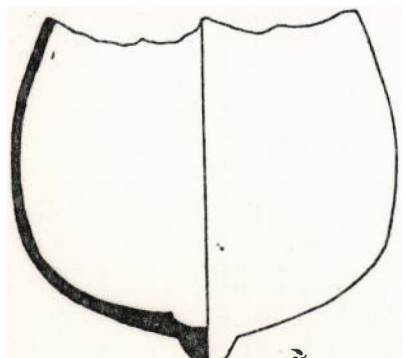
6



7

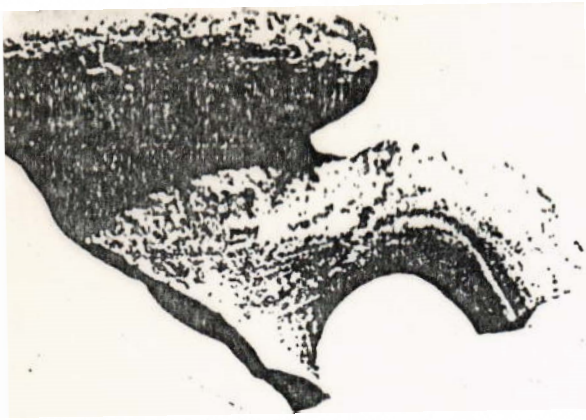


1:11 8

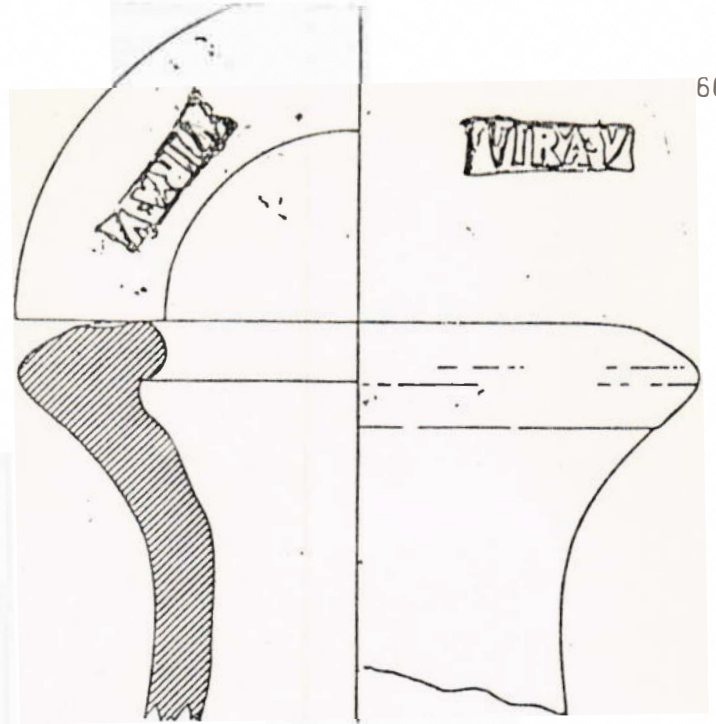


9





1

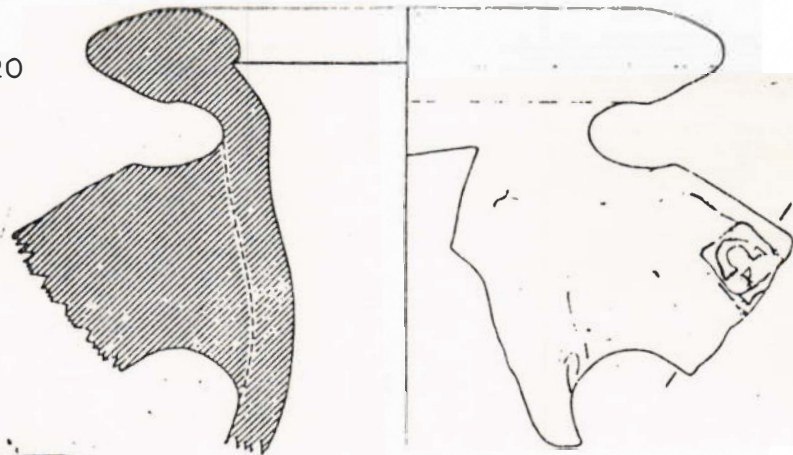


2

1:2

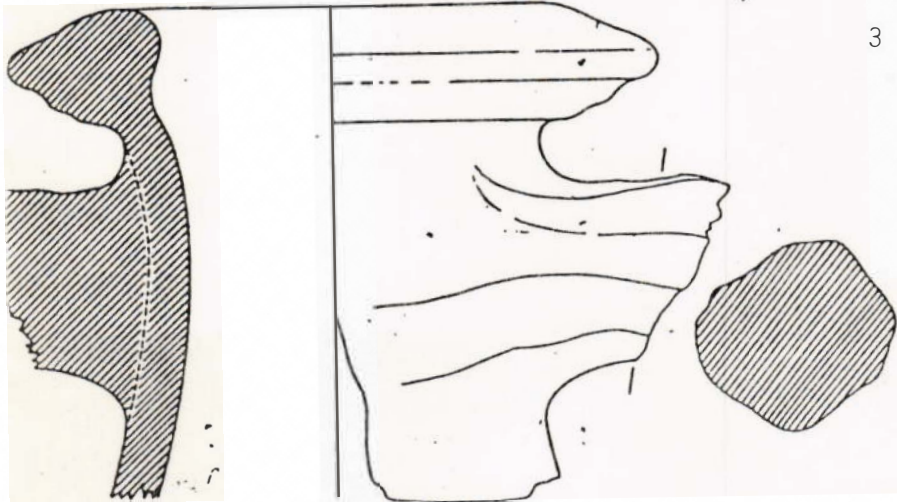
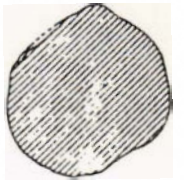


DRESSEL 20



3

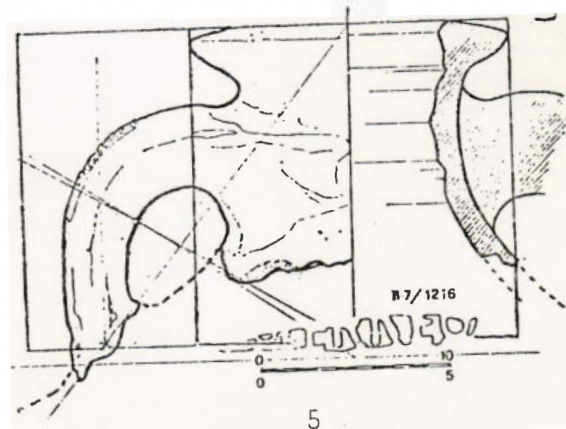
1:2



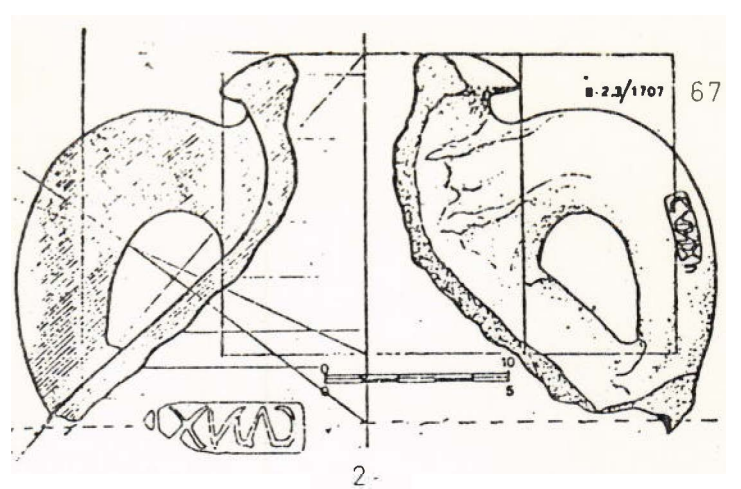
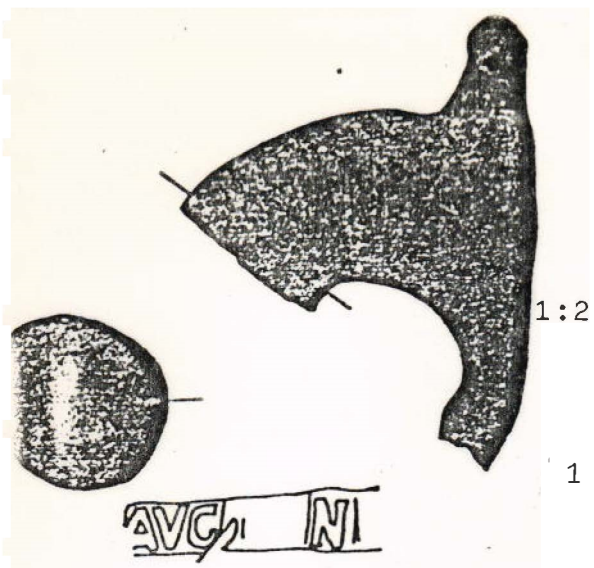
4

1:2

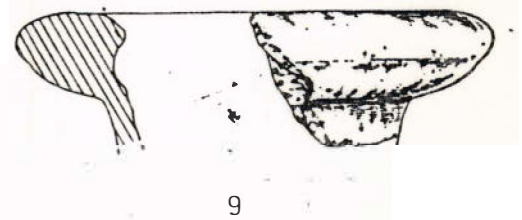
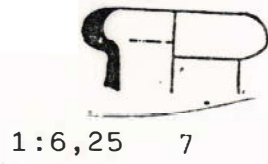
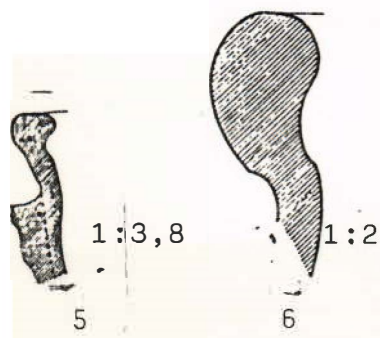
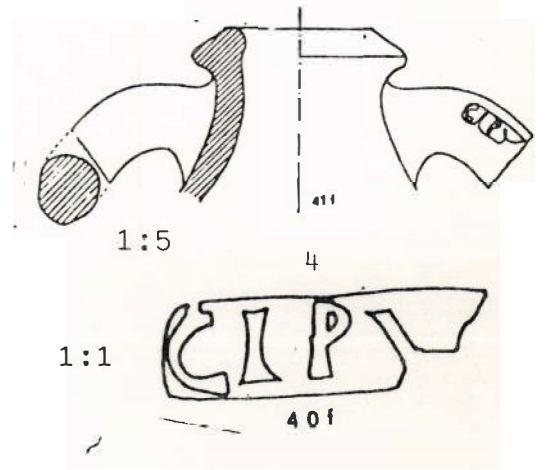
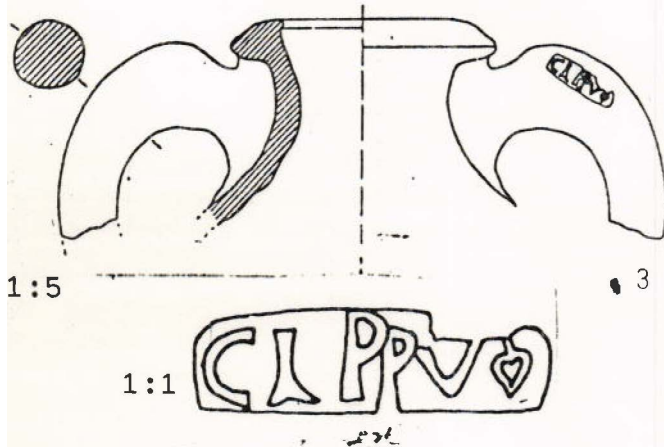
1:4



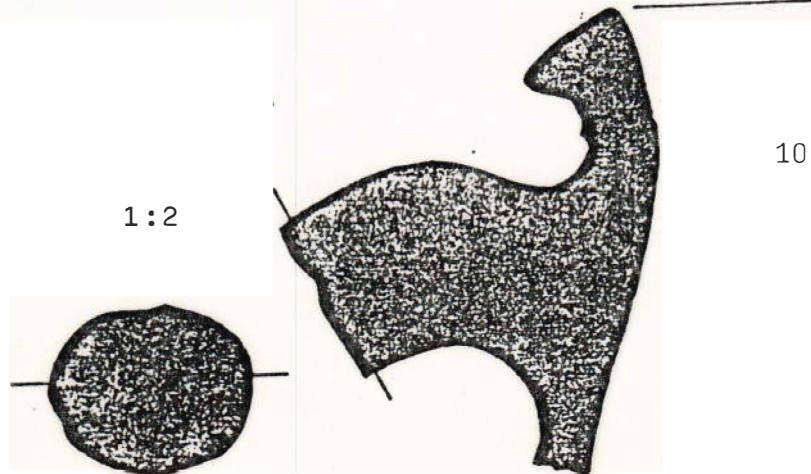
5

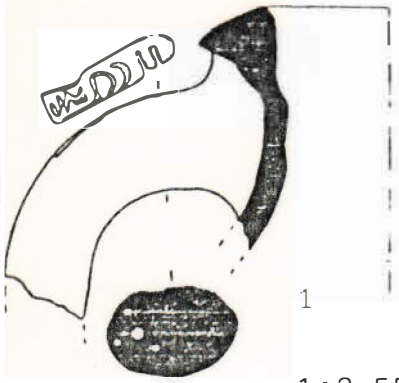


DRESSEL 20



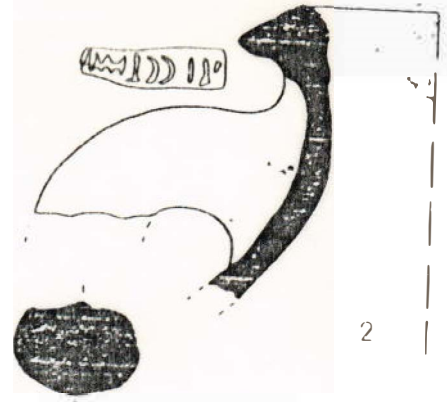
CLP





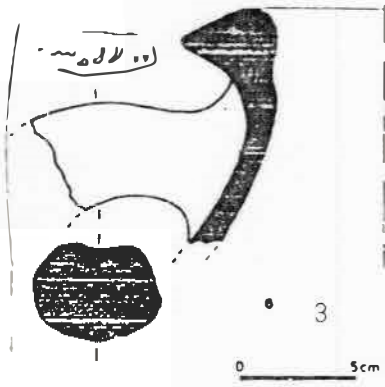
1

1:3,57



2

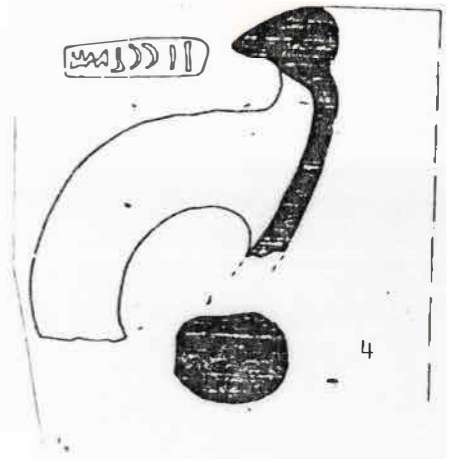
1:3,57



3

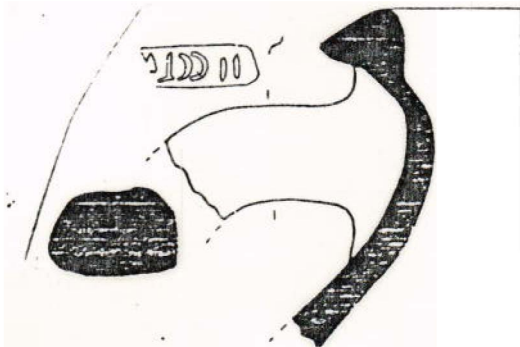
0 5cm

1:3,57



4

1:3,57



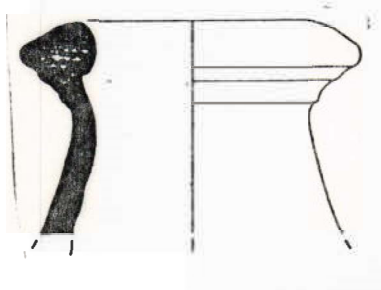
5

1:3,57

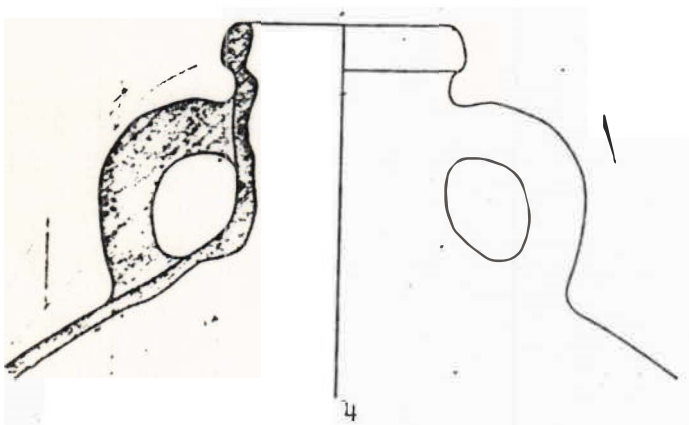
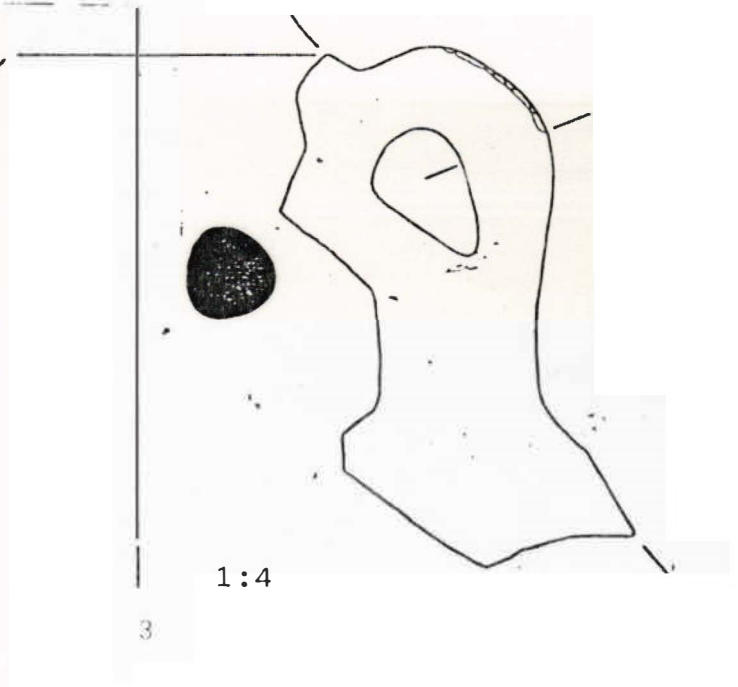
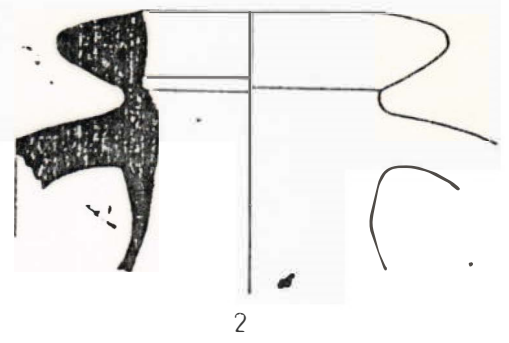
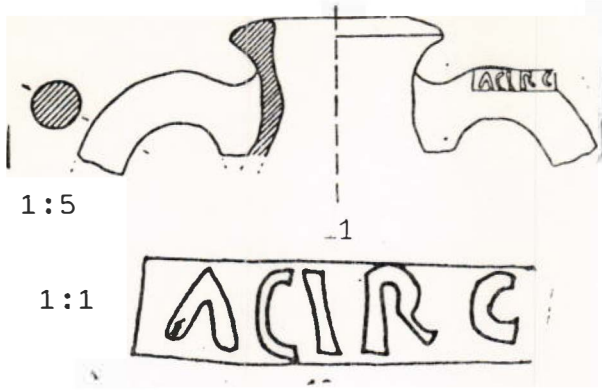


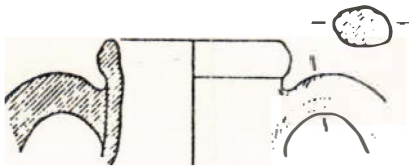
6

1:3,57



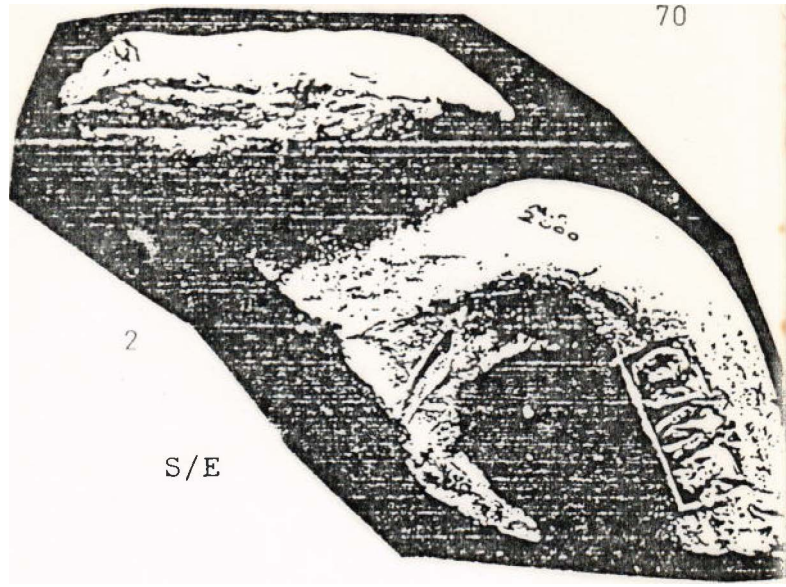
7





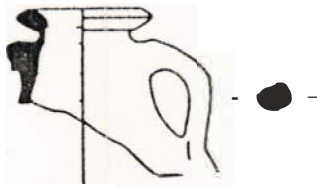
1:6

1

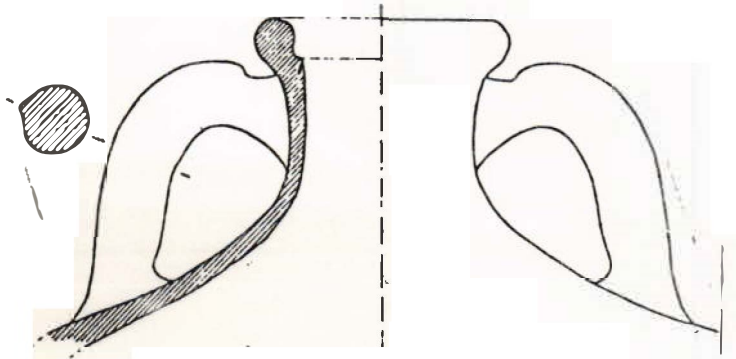


2

S/E

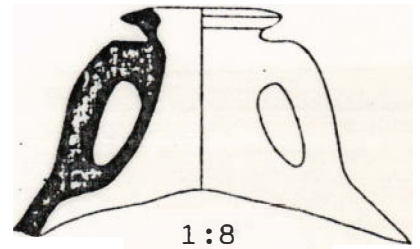


3



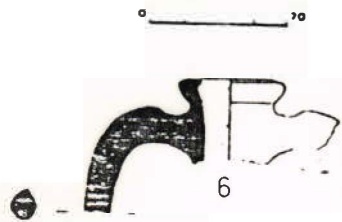
1:5

4



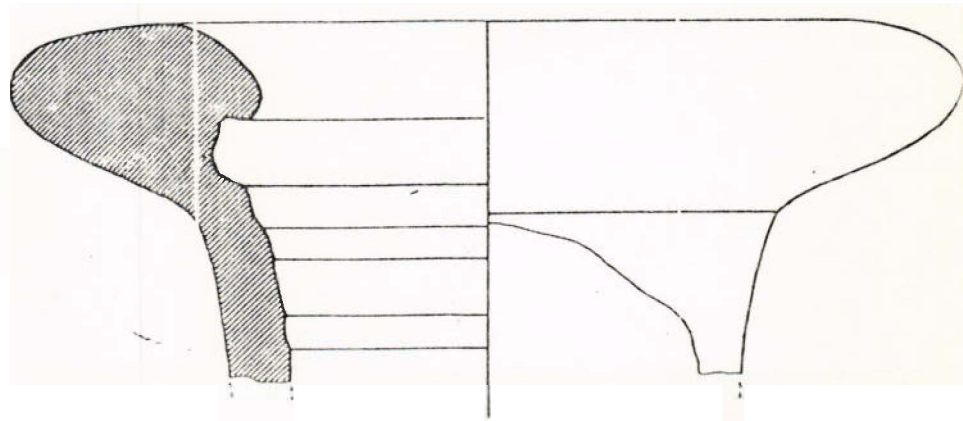
1:8

5

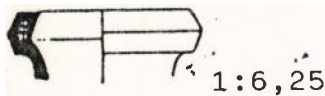


1:11,7

6

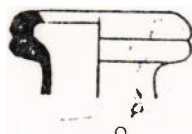


7



8

1:6,25



9

1:6,25



10

1:6,25



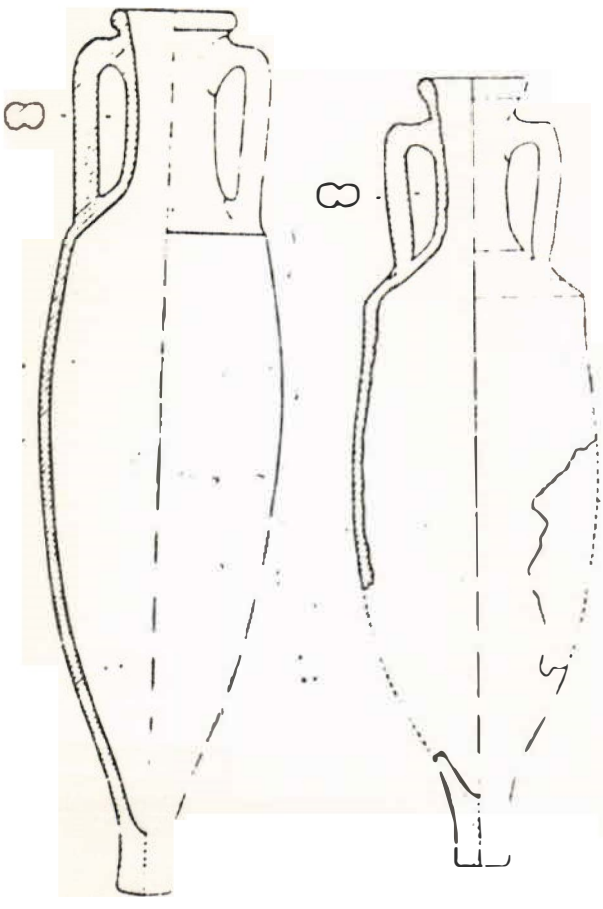
11

1:6,25

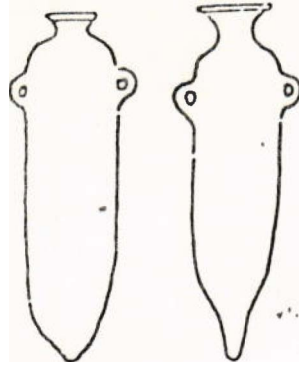


12

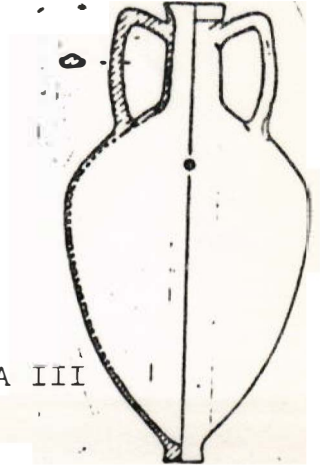
1:2,25



DRESSEL 2-4



3 C¹
4 C²
MAÑA
S/E

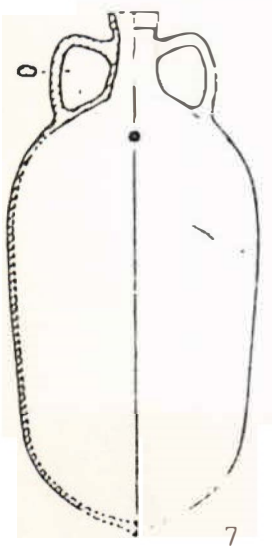


ÓSTIA III
369

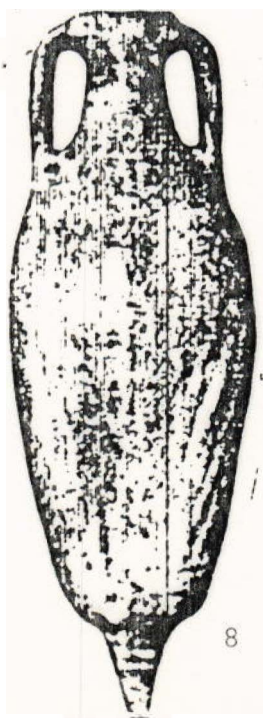
5



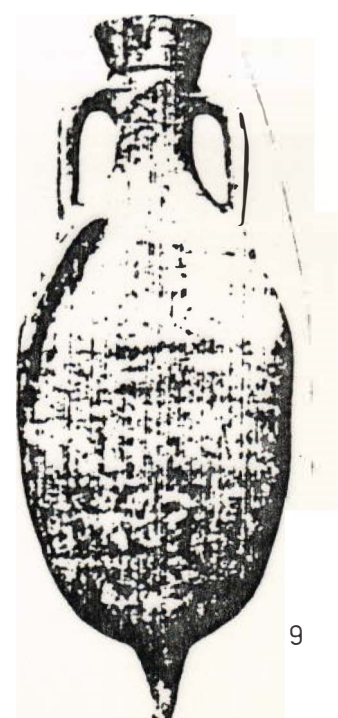
6 HALTERN 70
1:2



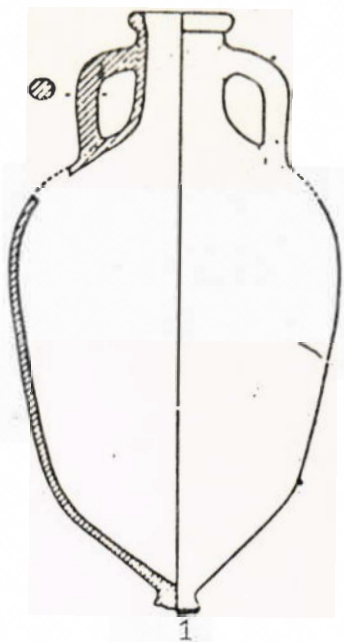
ÓSTIA III
(ÁGORA G 197;
M102)



HALTERN 70



HALTERN 70



1

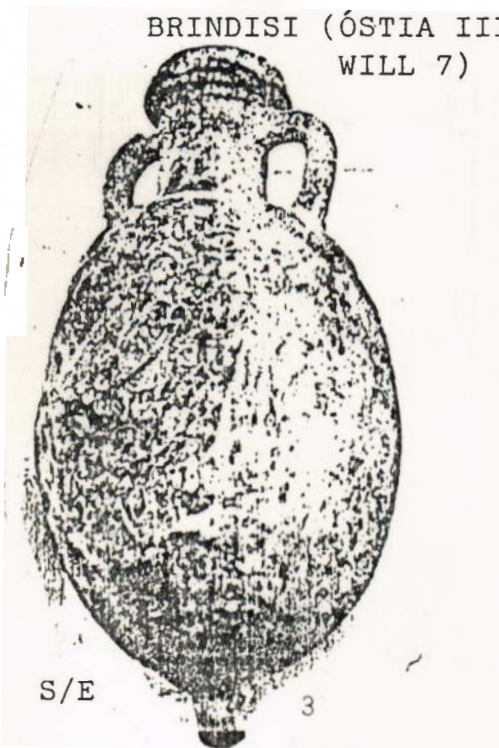


S/E

2

BRINDISI (ÓSTIA III 66;
WILL 7)

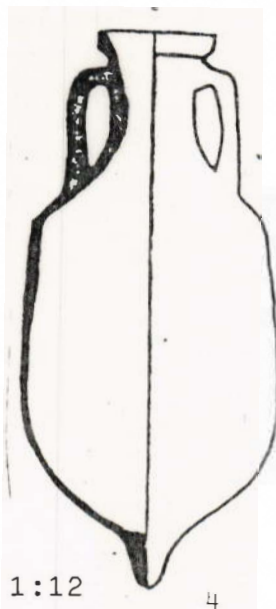
OVÓIDE ITÁLICO



S/E

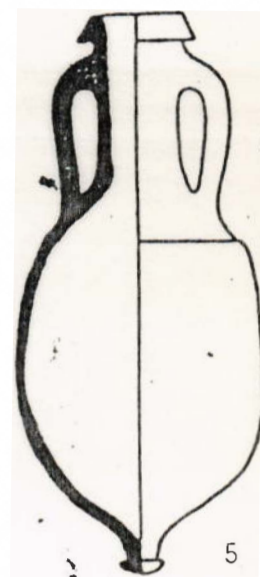
3

OVÓIDE ITÁLICO



1:12

4



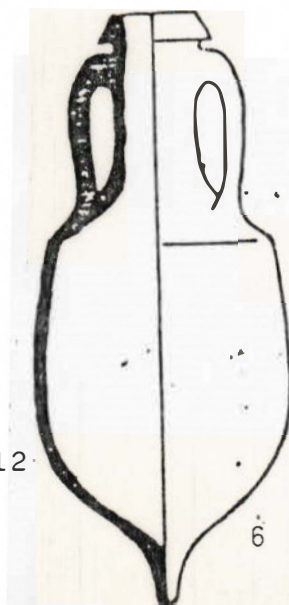
5

1:12

0

50cm.

LAMBOGLIA II



1:12

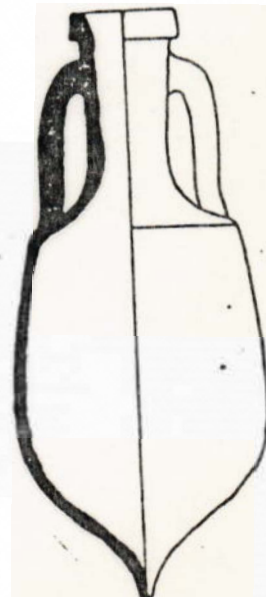
6



1:12

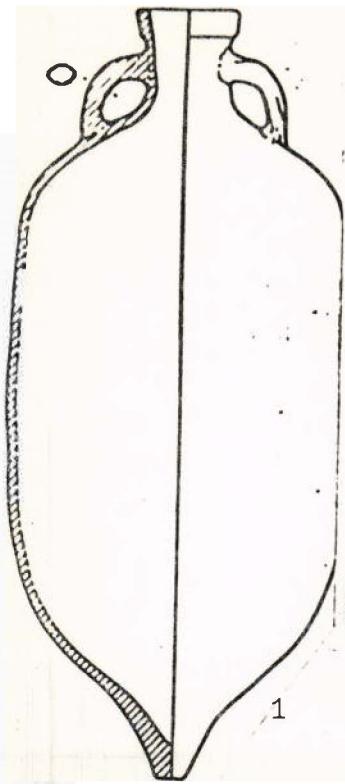
7

LAMBOGLIA II



1:12

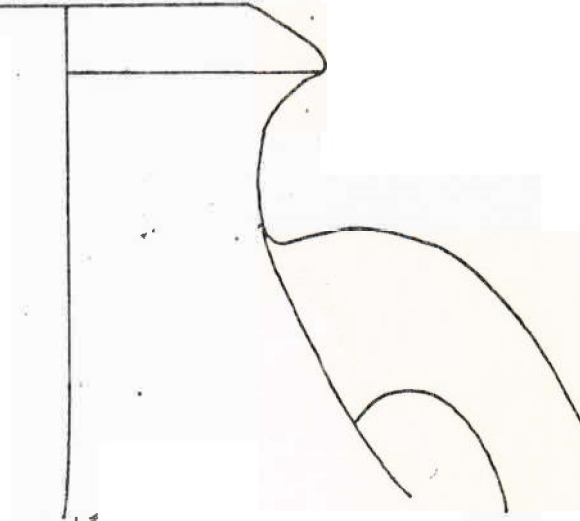
8



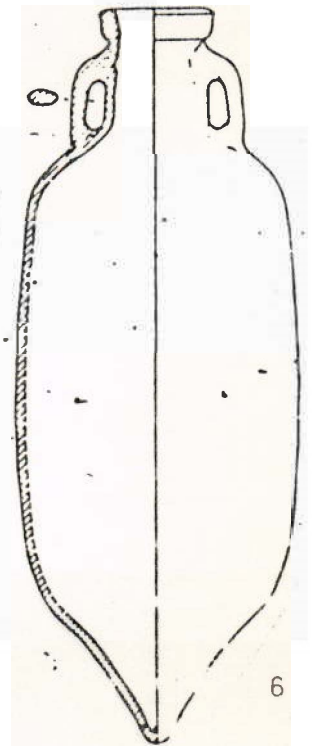
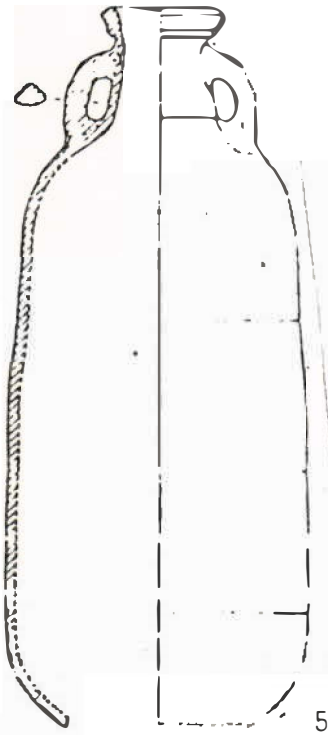
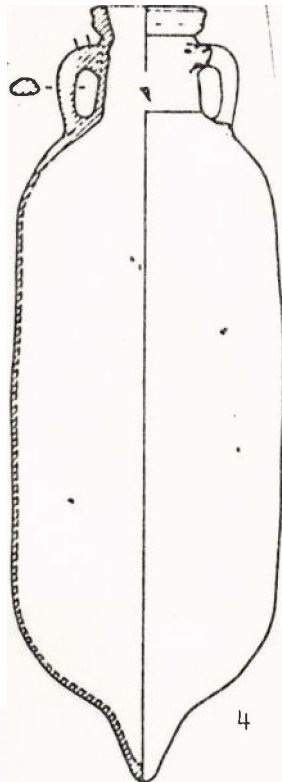
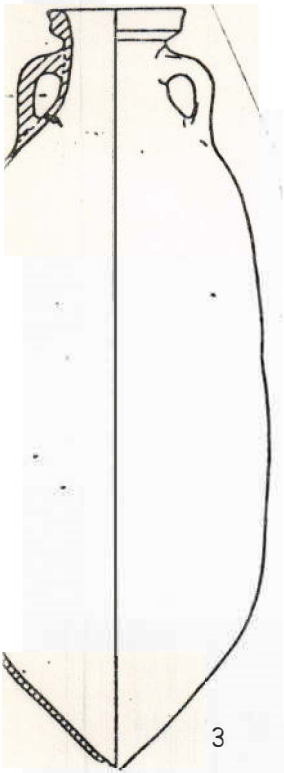
DRESSEL 26



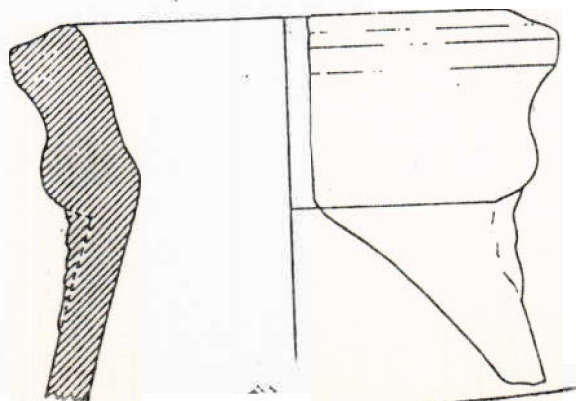
S/E



BELTRAN 65A



TRIPOLITANA I



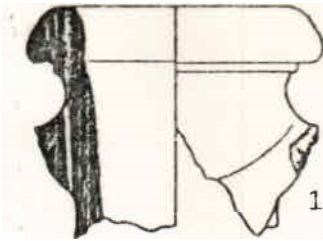
1:2

7



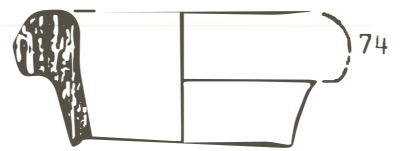
1

1:6,6



2

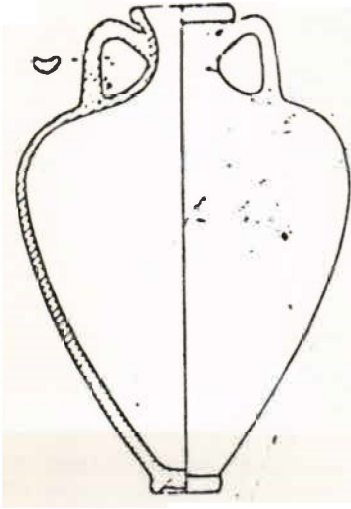
1:2,77



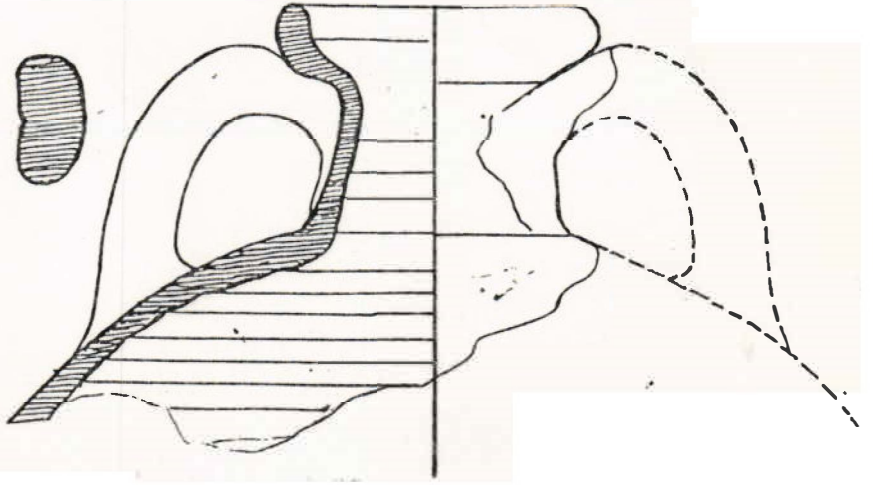
3

1:2,77

SÉCULO I d.C.

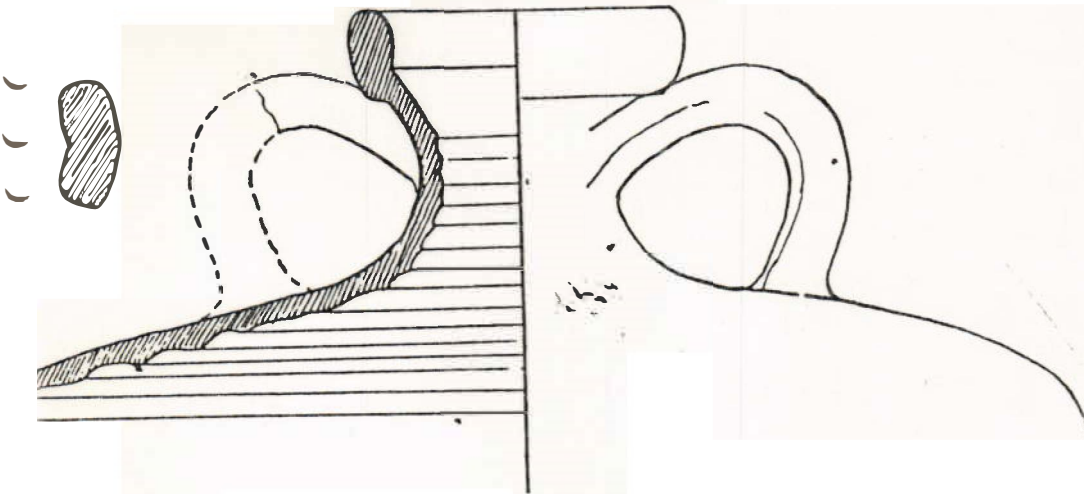


4

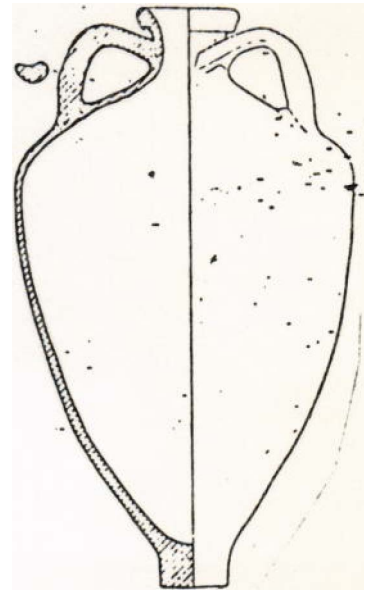


5

DRESSEL 30 (PELICHET 47; ÓSTIA III 60)

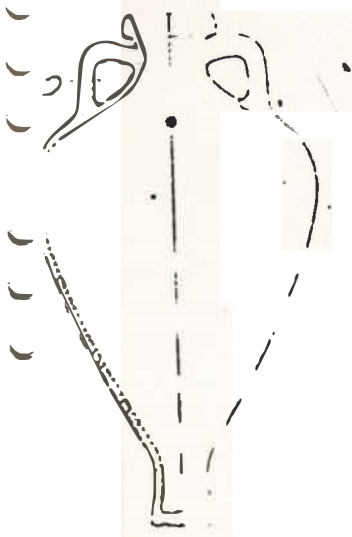


6

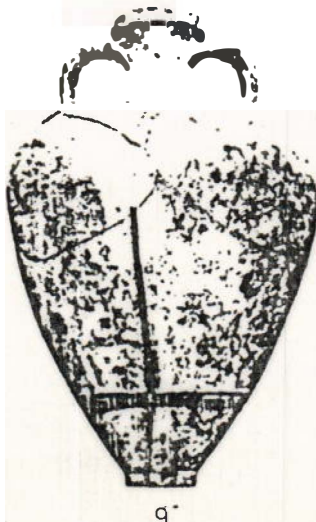


7

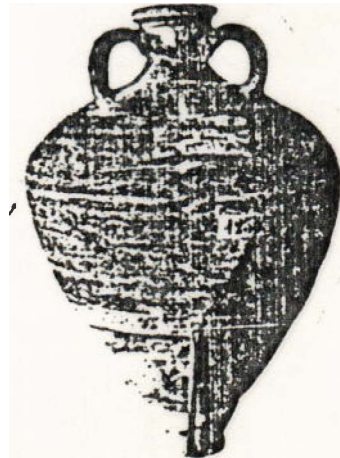
DRESSEL 30 (MAURITÂNIA CESARENSE; SÉC. III)



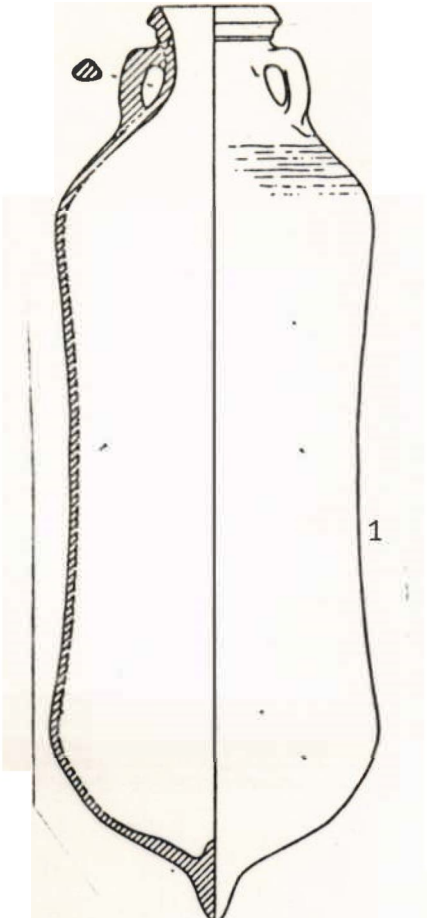
8



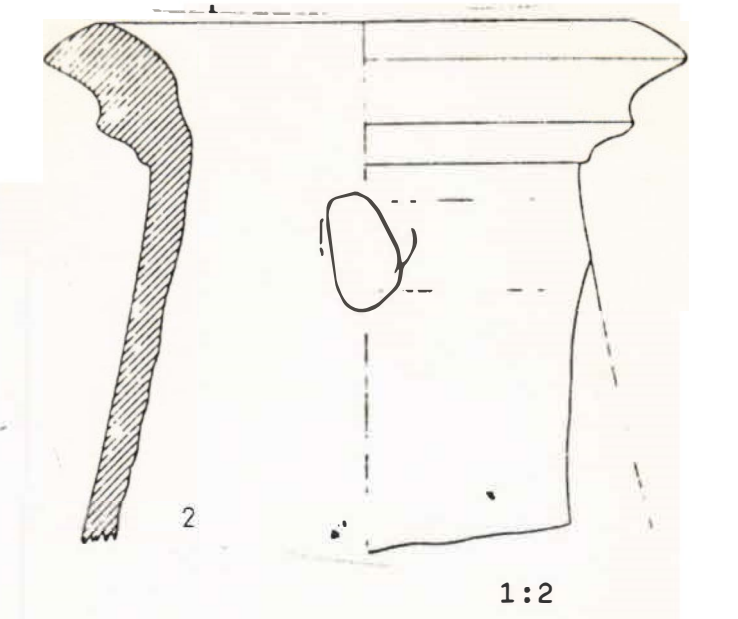
9



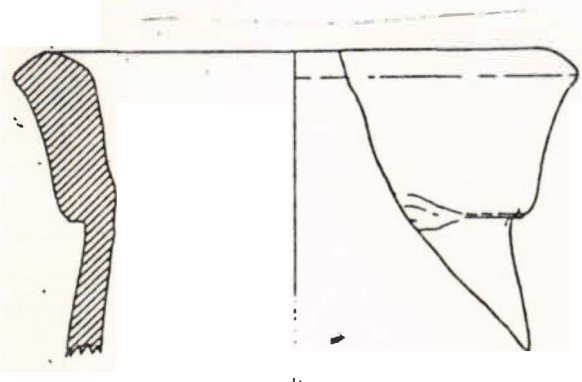
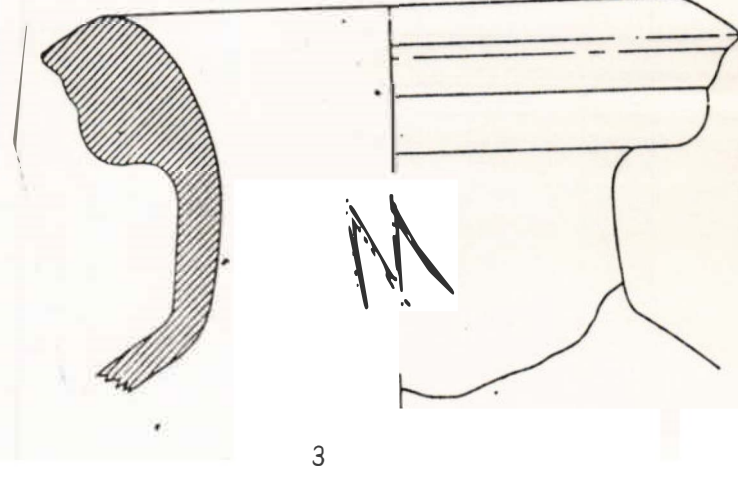
10



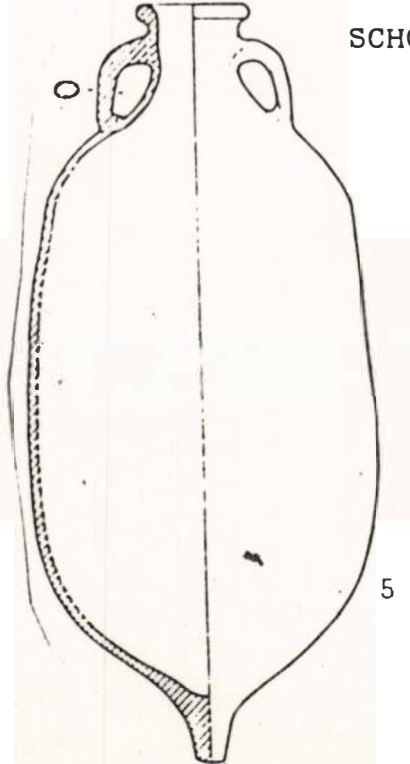
TRIPOLITANA



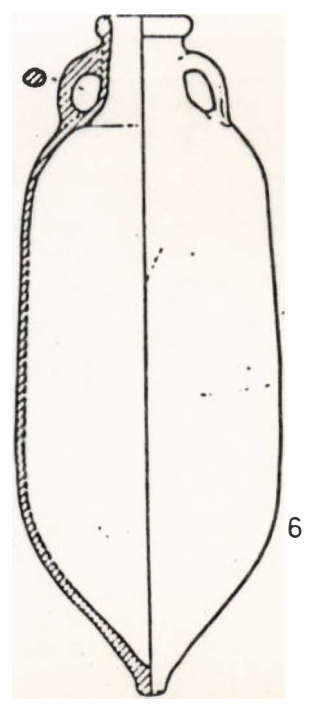
TRIPOLITANA II

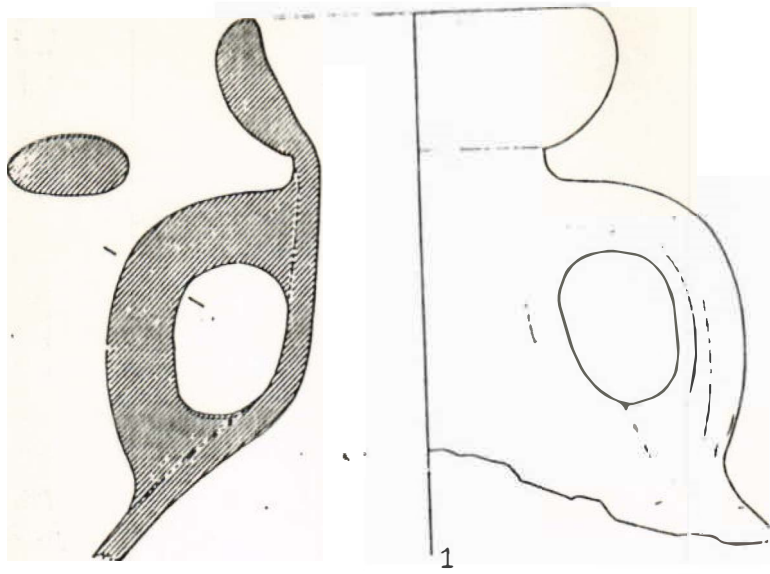


TRIPOLITANA III
1:2



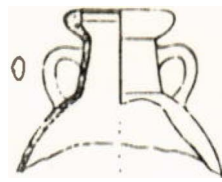
SCHOENE XI



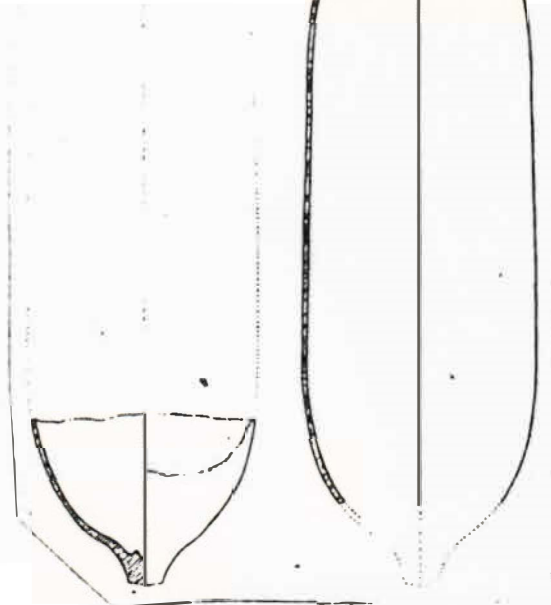


AFRICANA IA

1:2



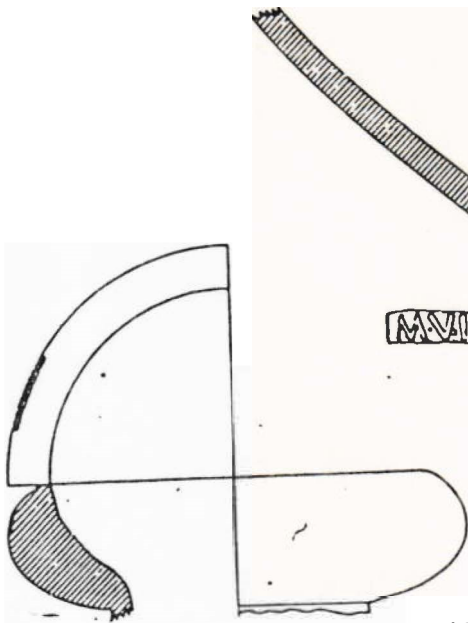
76



2

3

AFRICANA I
(ÓSTIA III 4;
BIZACENA)



1:2



AFRICANA IA

4

5

AFRICANA IB



6

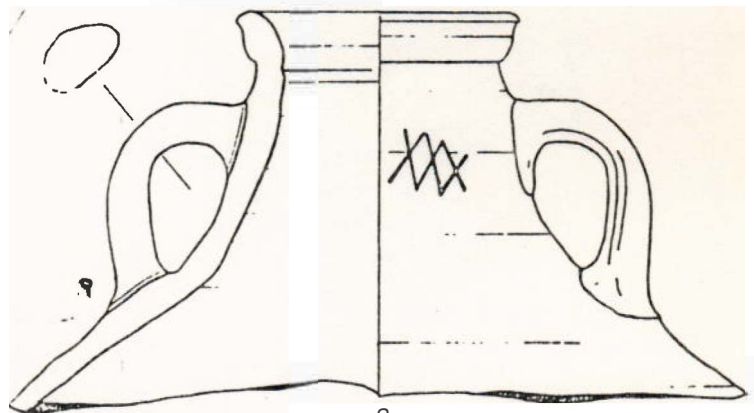
AFRICANA IIA



1:11,3

7

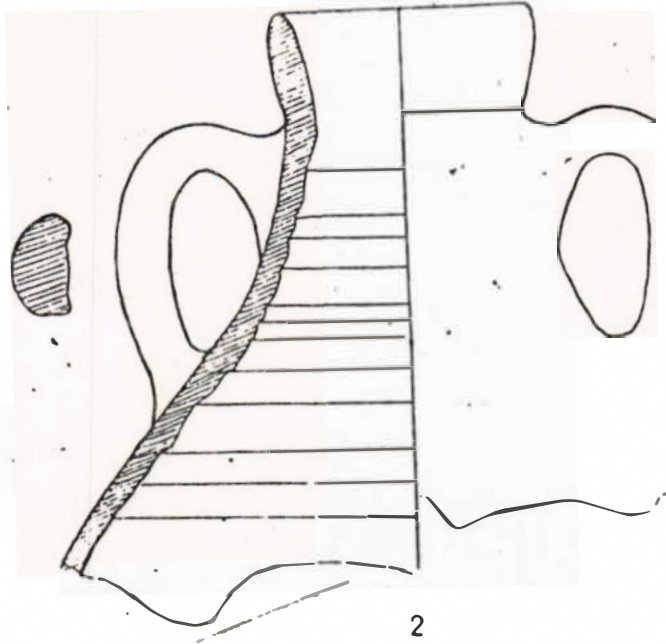
AFRICANA IIC



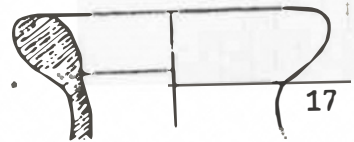
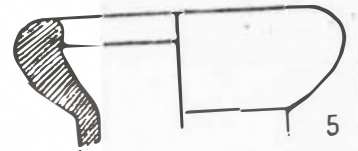
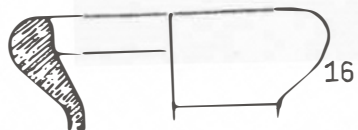
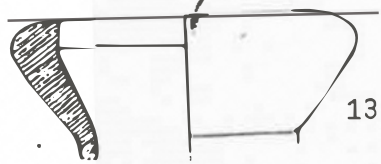
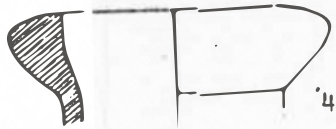
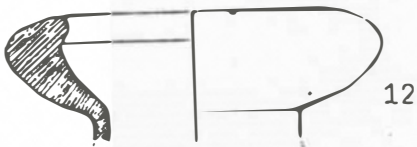
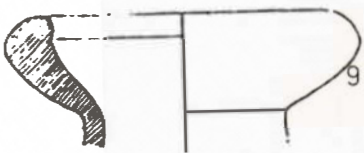
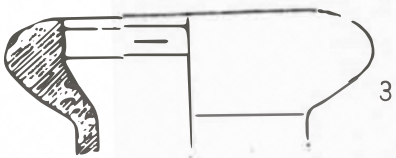
1:3,3⁸



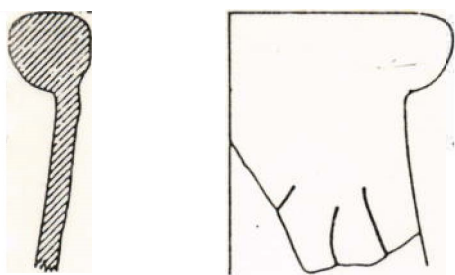
AFRICANA II (OSTIA I 523-524)



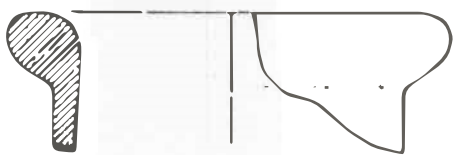
AFRICANA GRANDE



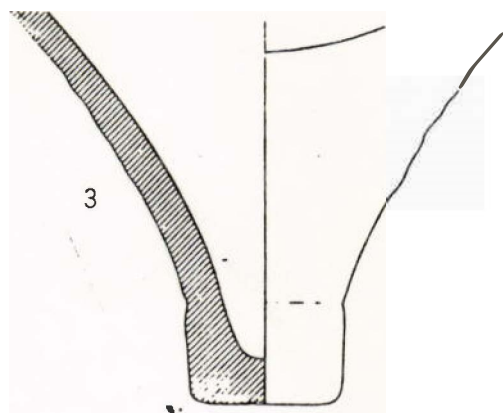
AFRICANA PEQUENA



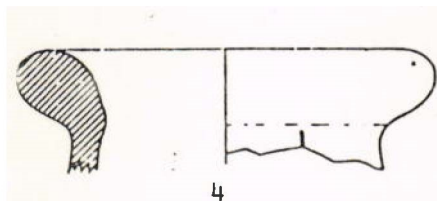
1



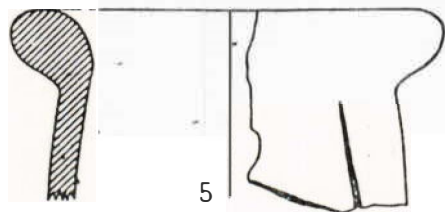
2



3

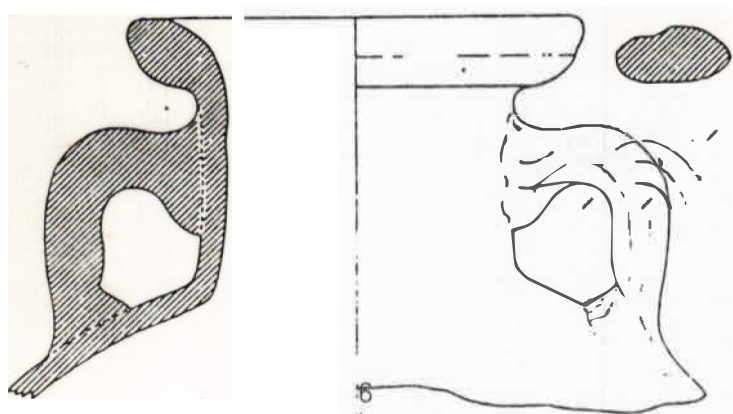


4

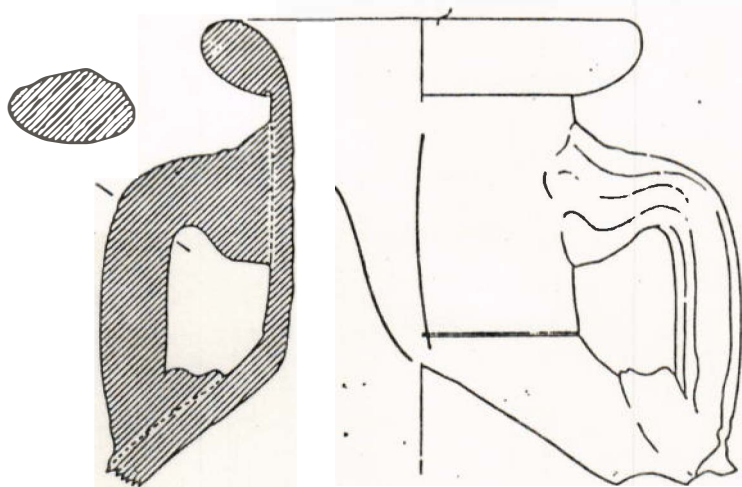


5

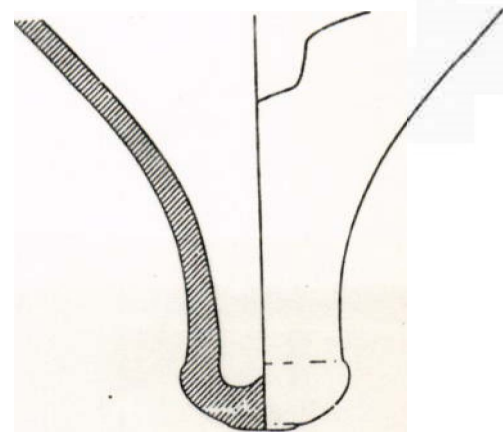
ÓSTIA LIX



6



7



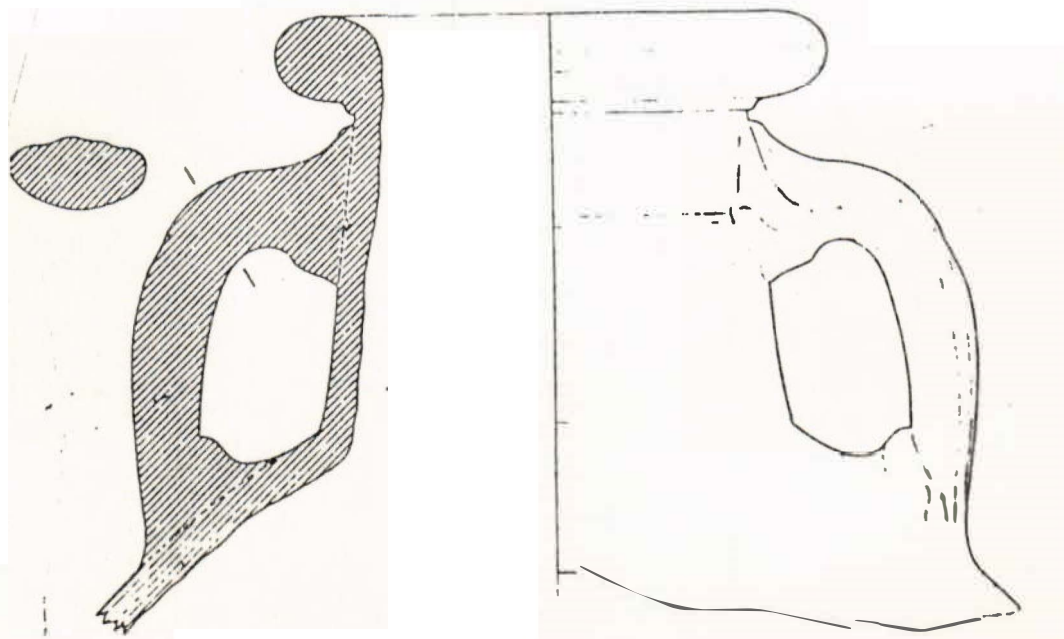
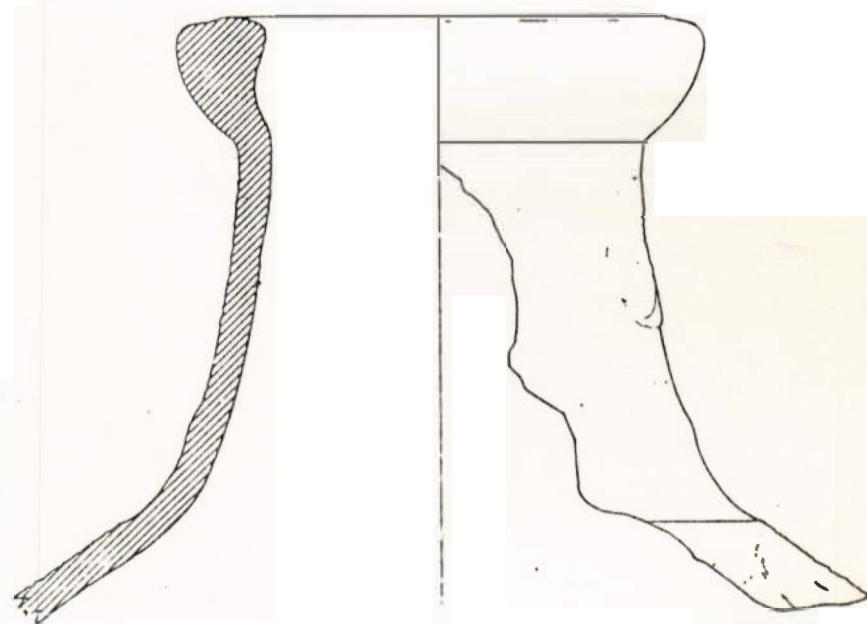
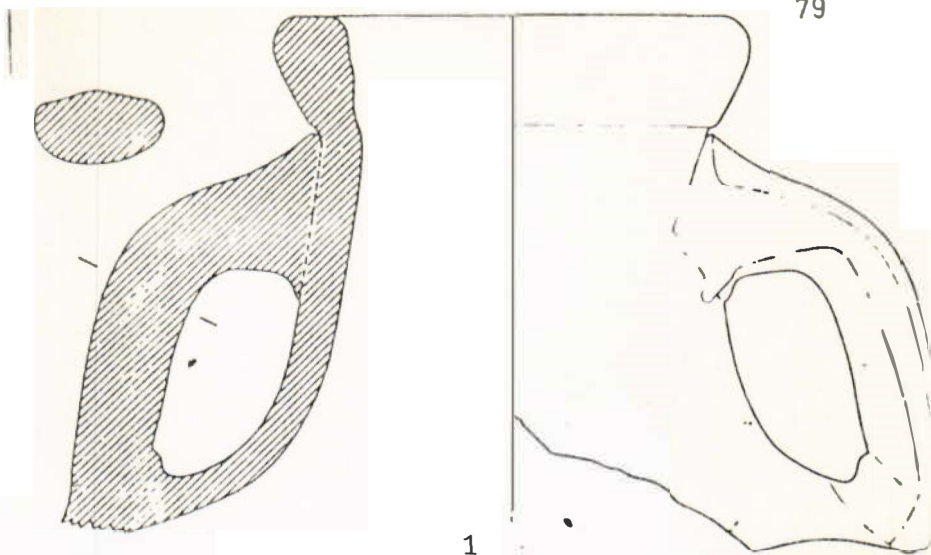
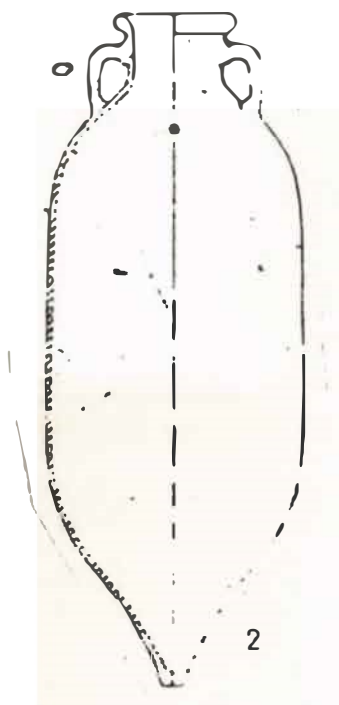
8

ÓSTIA XXIII



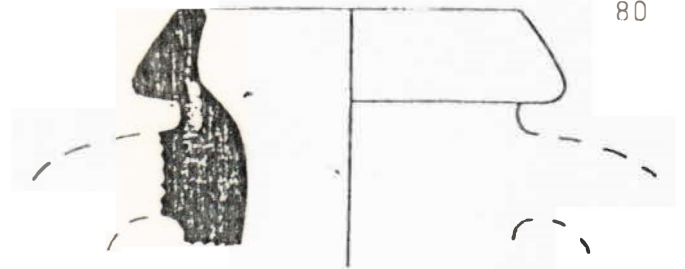
9

1:2



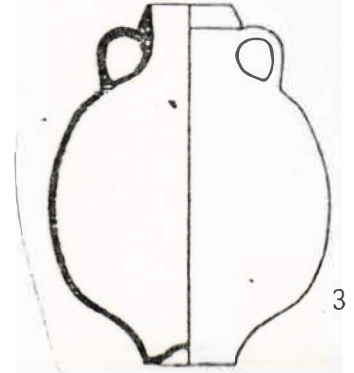


1



2

NIEDERBIBER 75



3



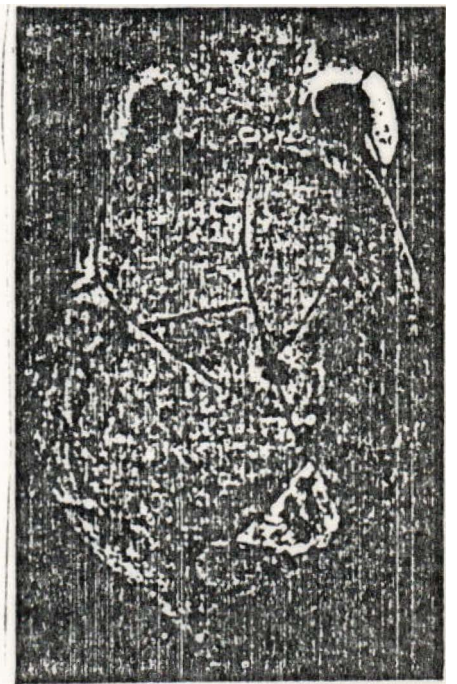
DRESSEL 23A



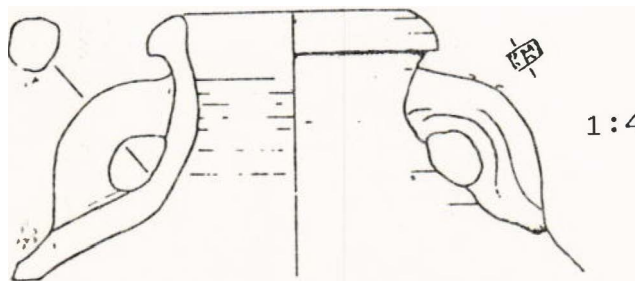
4



1:7,25



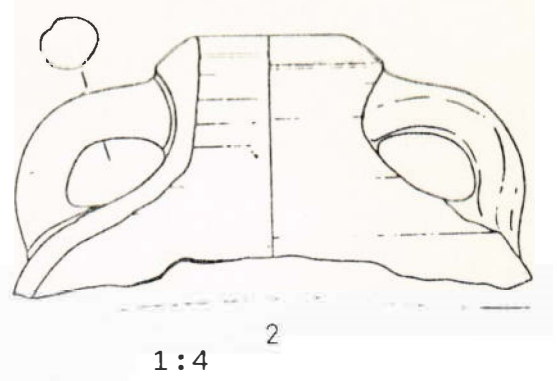
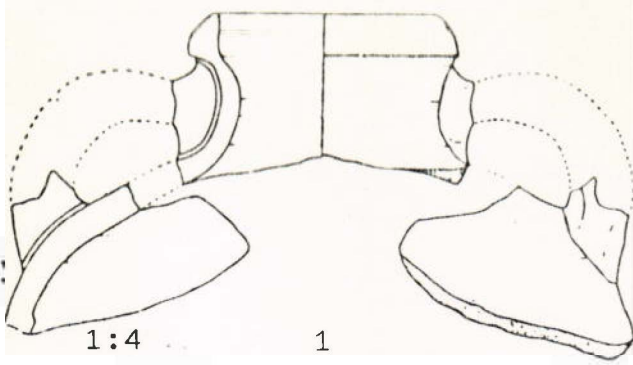
5



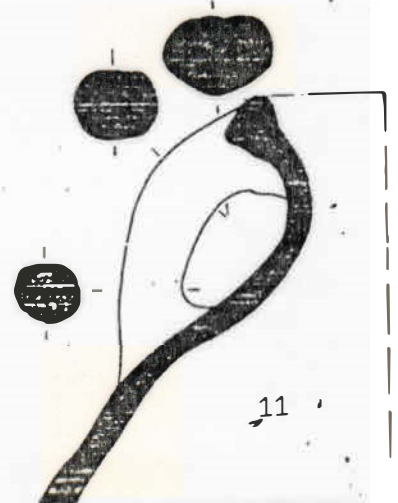
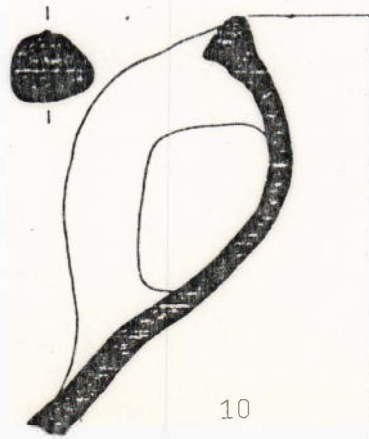
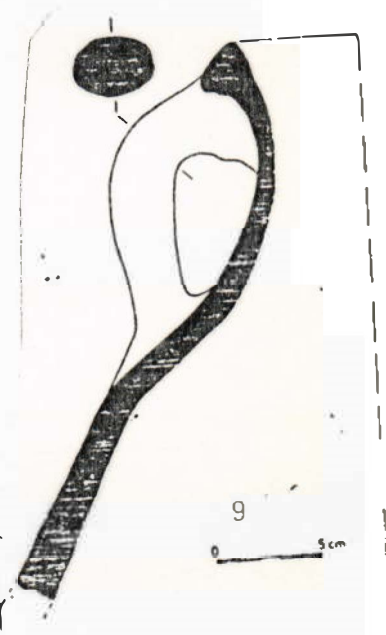
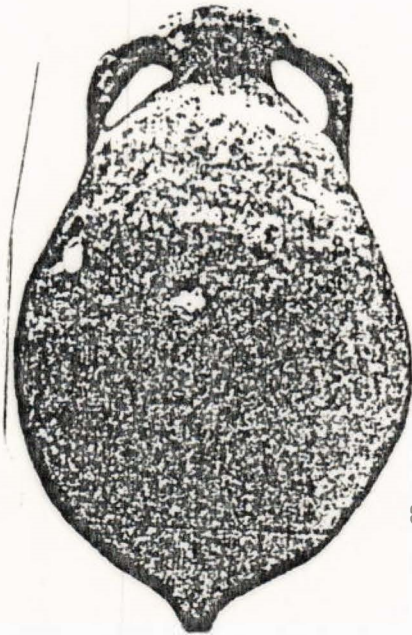
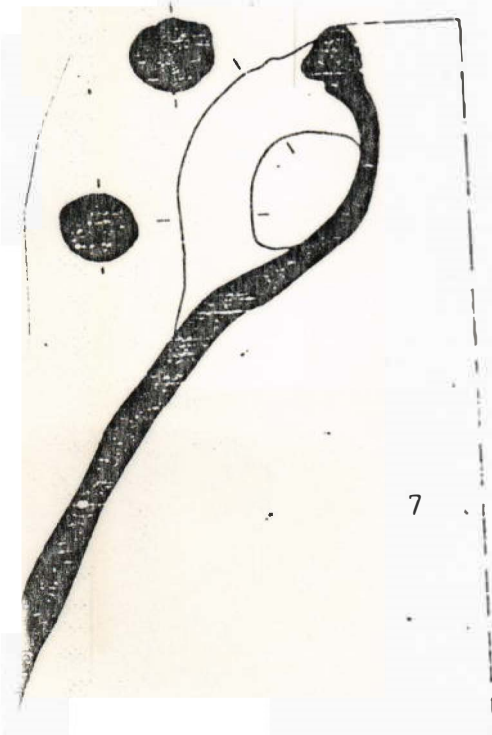
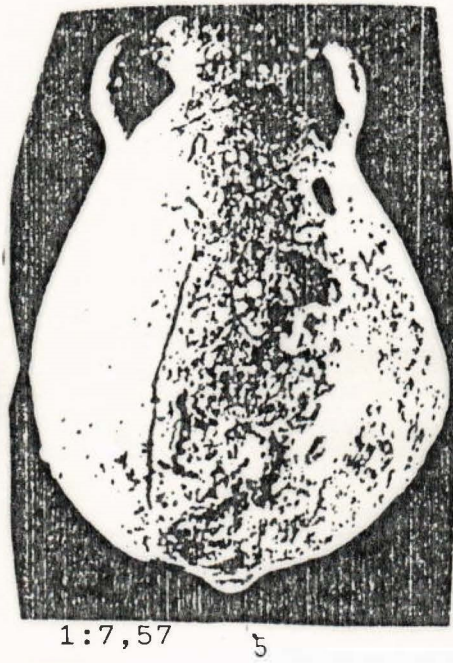
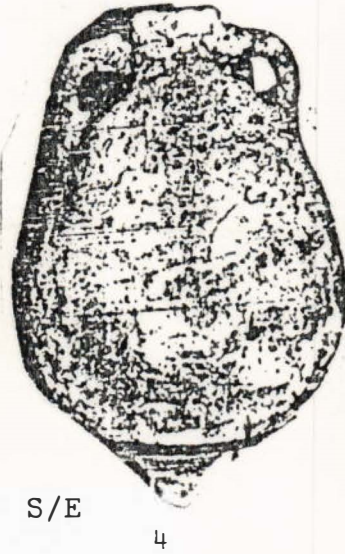
1:4

6

DRESSEL 23A



DRESSEL 23B



APRIL 30, 1984

No. 18

TIME



CHINA'S NEW FACE

What Reagan Will See



E R R A T A

Onde se vêem sub-tipo e semi-circular, vejam-se subtipo
e semicircular